



**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

**MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

YEDA RORATO CRUSIUS
Governadora

Porto Alegre, fevereiro de 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADORA DO ESTADO
Yeda Rorato Crusius

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
Paulo Afonso Girardi Feijó

SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO E CHEFE DA CASA CIVIL, INTERINO
Delson Luiz Martini

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA
Rogério Ortiz Porto

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Celso Bernardi

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
Paulo Fona

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO
Ariosto Antunes Culau

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
Eliana Soledade Graeff Martins

CHEFE DA CASA MILITAR
Cel. Dalmo Itaboraí dos Santos Nascimento

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
José Francisco Mallmann

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Aod Cunha de Moraes Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS
Jesus Humberto Coffi Rodrigues

SECRETÁRIO DE ESTADO DA HABITAÇÃO, SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
Marco Aurélio Soares Alba

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO
João Carlos Fagundes Machado

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Luiz Fernando Salvadori Záchia

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Mariza Vasques de Abreu

SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
Maria Leonor Luz Carpes

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
Osmar Gasparini Terra

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Carlos Otaviano Brenner de Moraes

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Fernando Luís Schüller

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
Daniel de Moraes Andrade

SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA
Mônica Leal Markusons

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Paulo Schüller Maciel

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, ESPORTE E LAZER
Luís Augusto Barcellos Lara

APRESENTAÇÃO

A presente Mensagem à Assembléia Legislativa obedece ao disposto no artigo 82, inciso IX, da Constituição Estadual.

Para dar atendimento a esse comando, dirijo-me à egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul para transmitir à Mesa Diretora dessa Instituição, aos senhores Deputados e senhoras Deputadas estaduais e a todos os gaúchos, aos quais tenho a honra de servir como Chefe do Poder Executivo, esta informação sobre o desempenho econômico do Estado, a situação das suas finanças públicas e as principais ações deste governo realizadas em 2007. Aproveito também esta oportunidade para expor as principais ações planejadas para este novo ano que se inicia, as quais se enquadram no conjunto de nossas estratégias de desenvolvimento para o Estado.

Quanto à situação da economia gaúcha em 2007¹, o PIB do Rio Grande do Sul deverá crescer, em termos reais, 7,0%, atingindo o valor de R\$ 175,2 bilhões, sendo a maior taxa experimentada por este indicador nos últimos 14 anos. Considero importante destacar que todos os setores produtivos tiveram resultados alentadores (agropecuária +19,2%, indústria +7,2% e serviços +5,2%). Este resultado manteve a economia do nosso Estado na posição de quarto lugar no *ranking* do País. O PIB *per capita* gaúcho, por sua vez, cresceu 5,9%, atingindo o valor de R\$ 15.812,55.

O forte desempenho da atividade econômica colaborou ainda para o incremento de 4,89% no emprego formal do Estado, colocando a Região Metropolitana de Porto Alegre como a de menor taxa de desemprego (5,3%) entre as regiões pesquisadas pelo IBGE. Além disso, a economia gaúcha registrou um crescimento expressivo das suas exportações (27%), mantendo o Estado como terceiro maior exportador do País e contribuindo com um saldo comercial de aproximadamente US\$ 5 bilhões.

Cabe-me observar que, sob um aspecto geral, a participação do Estado no desempenho exemplar das forças produtivas da economia gaúcha no exercício de 2007 constituiu-se no provimento, pelos seus Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de um cenário de segurança institucional tão necessário para o crescimento das forças produtivas do Rio Grande do Sul.

No que se refere ao Executivo Estadual, fundamentamos nossa ação no suporte ao desenvolvimento econômico e social do Estado, com ênfase na qualidade da gestão e no melhor dimensionamento dos encargos

¹ Conforme dados divulgados pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE)

públicos nas áreas prioritárias de saúde, educação, segurança, assistência social e infra-estrutura.

O desequilíbrio estrutural das contas públicas, todavia, tem ao longo de diversos governos se constituído em fator altamente restritivo ao bom exercício dessas funções. Isso explica a minha determinação pessoal e a de minha equipe de governo em perseguir o ajuste fiscal como meio de prestar mais e melhores serviços públicos para o nosso povo e de reestabelecer a capacidade de investimento na infra-estrutura econômica e social. A necessidade de saneamento das contas públicas motivou, em grande medida, a apresentação de um Plano de Recuperação do Estado.

A dimensão prevista, quando assumimos, era de R\$ 2,4 bilhões para o déficit das contas públicas do Rio Grande do Sul em 2007. O desafio da convergência rumo ao equilíbrio orçamentário foi e está sendo enfrentado com muita firmeza e disposição pela nossa Administração, mediante a execução de medidas de redução de despesas e de melhoria da eficiência da arrecadação, com aumento da fiscalização e do combate à sonegação. O fruto desse esforço pode ser aferido pela redução do déficit financeiro de 2007 para cerca de R\$ 1,2 bilhão, ou seja, a metade do que se previa inicialmente, e a obtenção de um significativo superávit primário de R\$ 0,9 bilhão, o maior dos últimos 36 anos. Esse resultado ratifica que estamos no correto caminho. Para 2008, o déficit previsto no orçamento é R\$ 1,3 bilhão, mas nosso esforço será de reduzi-lo para R\$ 600 milhões.

O compromisso com a responsabilidade e com a transparência das contas públicas foi reafirmado através do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Foram editados decretos estabelecendo a programação financeira do orçamento e relatórios bimestrais com as estimativas de receitas e despesas, os quais foram enviados aos demais Poderes e ao Ministério Público, identificando a parcela de economia necessária, e com vistas a que também adotassem medidas de contenção de despesas, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), contribuindo assim para a redução da insuficiência de recursos do Estado.

As ações do Governo, apesar das restrições de natureza financeira, foram intensas, e já apontam para o caráter transformador desta gestão nas mais diversas áreas, como demonstra esta Mensagem no capítulo que trata das realizações do Governo. Tomo a liberdade de, assim como fiz por diversas ocasiões ao longo do ano de 2007, destacar algumas delas, que contaram significativamente com a qualificada participação desse Parlamento.

Dentre as ações voltadas para o **Desenvolvimento Econômico Sustentável**, sublinho a promoção de investimentos nas mais diversas áreas, ocasionada pela redução do passivo de licenciamentos ambientais com a criação de força-tarefa com essa finalidade; a prioridade atribuída à conclusão de obras na área da infra-estrutura, como a Rota do Sol e o trecho sul da RS-471; os investimentos no Porto de Rio Grande, em apoio à consolidação daquele Pólo Naval; a aprovação do Programa de Sanidade Avícola; o Plano Estadual de Irrigação; e o lançamento do Programa RS Energia, responsável por alavancar os investimentos nessa área.

No eixo **Desenvolvimento Social** destaco a instituição e a ampliação dos recursos do Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar, cujos critérios de repasse às prefeituras, agora, estão mais estáveis e objetivos; o estabelecimento de mecanismos de repasse automático de recursos para os fundos municipais da área de assistência social; a aprovação de alterações e a regulamentação da Lei da Solidariedade, com a criação de fundos permanentes de sustentabilidade para entidades sociais; a redução da mortalidade infantil, mediante a manutenção e consolidação de programas já consagrados; a aprovação e habilitação de uma carteira de projetos de investimentos em saneamento básico pela CORSAN, em particular na bacia do Rio dos Sinos e do Gravataí; e, na área da segurança, a elaboração e o início de um conjunto de projetos e obras na área prisional que permitirá reduzir o déficit de vagas e a sensação de impunidade.

Ao mesmo tempo em que foram realizados ajustes de curto e de médio prazo, o Governo do Estado em nenhum momento perdeu de vista a noção de que era preciso aprofundar o enfrentamento dos desafios *estruturais* das finanças públicas gaúchas e modernizar a gestão. Neste sentido, no eixo **Finanças Públicas e Gestão** destaco: a oferta de ações preferenciais, sem direito a voto, do Bannisul, que possibilitou o ingresso de mais de R\$ 2,0 bilhões ao Estado e a capitalização de dois fundos previdenciários; a negociação de operação de crédito com o Banco Mundial, que representa um marco das finanças estaduais e a possibilidade de aporte de mais de R\$ 2 bilhões para reestruturação da dívida estadual; o Programa Fazendo Mais com Menos (Gerenciamento Matricial de Receitas e Despesas) que será aprofundado e permitirá o cumprimento das metas de economia com qualidade do gasto; e o marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPIs).

Quanto às ações de governo planejadas para este exercício, as quais se encontram elencadas no capítulo 3, aponto, como diretriz fundamental para que se viabilize a sua consecução, a continuidade do processo de ajuste das finanças estaduais. Para 2008, deveremos perseverar no esforço para reverter o atual quadro de redução dos investimentos públicos, tendo por princípio a participação e co-responsabilidade de todos os Poderes e Órgãos na direção do almejado equilíbrio das finanças.

Também, não se pode perder de vista, no que tange ao papel desse Parlamento, a necessidade de aprovação dos projetos que tratam da reformulação da Previdência Pública estadual, visando a equacionar um dos principais fatores da crise estrutural das nossas finanças públicas e que sinalizará a efetiva disposição do Estado de buscar, através da operação com o Banco Mundial, uma alternativa para o refinanciamento da dívida pública estadual e para a redução do atual déficit orçamentário.

Nesta ótica, entendo também oportuno que seja dada atenção especial à questão dos subsídios no âmbito das carreiras de estado e do teto remuneratório do funcionalismo, mantidos os princípios de justiça e equidade, sem que se alargue o distanciamento entre aqueles que ganham mais e os que ganham menos.

Paralelamente ao tratamento adequado e responsável destes pontos, ao longo de 2008 devemos assegurar que àquelas conquistas já obtidas na área social, que se pautaram por um processo intenso e negociado de descentralização de políticas sociais e ampliação dos espaços de participação do terceiro setor, seja agregada uma nova temática em torno dos desafios para o desenvolvimento econômico e social de nosso Estado, com um envolvimento mais amplo dos diversos segmentos da sociedade.

Neste aspecto, além de uma proposta de lei de inovação que pretendemos discutir em 2008, devemos reestabelecer o funcionamento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, importante fórum para articulação e debate sobre os rumos do Rio Grande, para que tenhamos condições de estabelecer uma visão comum de futuro que ultrapasse o período de governo, mas assegure o compromisso com a sociedade de que o futuro se constrói a partir das ações presentes.

Finalmente, transmito à Mesa Diretora e à Presidência da nossa Assembléia Legislativa, aos nossos Deputados e ao povo do Rio Grande do Sul os meus votos de bom trabalho e de renovado sucesso em 2008.



Yeda Rorato Crusius
Governadora do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	A ECONOMIA GAÚCHA EM 2007	11
2	AS FINANÇAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL	33
3	AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO	59
	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL	63
	INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA	63
	AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO	70
	DESENVOLVIMENTO E ASSUNTOS INTERNACIONAIS	75
	MEIO AMBIENTE	81
	TURISMO, ESPORTE E LAZER	87
	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	88
	IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA	92
	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	95
	EDUCAÇÃO	95
	SAÚDE	101
	SEGURANÇA PÚBLICA	112
	JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	119
	HABITAÇÃO	126
	CULTURA	129
	FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICA	135
	ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	135
	PLANEJAMENTO E GESTÃO	137
	DEFESA DO ESTADO	140
	DEFESA CIVIL	142
	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	142
	ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	143
	OBRAS PÚBLICAS	148
	ANEXO - ESTADOS COMPARADOS POR FUNÇÃO DO ORÇAMENTO	151



1 A ECONOMIA GAÚCHA EM 2007

1. A ECONOMIA GAÚCHA EM 2007

Conforme texto da Mensagem que encaminhou o Plano Plurianual 2008-2011, a economia gaúcha, em 2007, apresentou uma forte retomada em sua atividade econômica. Segundo estimativa da Fundação de Economia e Estatística (FEE), o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul teve um crescimento real de 7,0%, bem acima, portanto, da taxa de 5,2% projetada para o Brasil pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Deste modo, o PIB estadual atingiu o montante de R\$ 175,2 bilhões, ocupando a quarta posição no *ranking* do País. Já o PIB *per capita*, com uma expansão de 5,9%, alcançou a cifra de R\$ 15.812,55².

Tabela 1 - Produto Interno Bruto, total e per capita, e suas taxas de crescimento no Brasil e no Rio Grande do Sul – 2002-2007

Anos	Rio Grande do Sul (1)				Brasil			
	PIB		Taxas de Crescimento (%)		PIB		Taxas de Crescimento (%)	
	Total (R\$ milhões)	Per capita (R\$)	Total	Per capita	Total (R\$ milhões)	Per capita (R\$)	Total	Per capita
2002	105.487	10.057	-	-	1.477.822	8.378	2,7	1,2
2003	124.551	11.742	1,7	0,5	1.699.948	9.498	1,1	-0,3
2004	137.831	12.850	3,4	2,3	1.941.498	10.692	5,7	4,2
2005	144.344	13.310	-2,8	-3,8	2.147.239	11.658	3,2	1,7
2006 ⁽¹⁾	155.511	14.185	2,7	1,6	2.332.936	12.491	3,8	2,3
2007 ⁽¹⁾	175.209	15.813	7,0	5,9	-	-	⁽²⁾ 5,2	3,8

Fontes: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais.

IPEA-Boletim de Conjuntura—dez. 2007.

⁽¹⁾ Estimativas preliminares para 2006 e 2007. ⁽²⁾ Projeção IPEA.

O excelente resultado apresentado pelo PIB estadual ganha importância, uma vez que, nos últimos três anos, a economia estadual vinha, sistematicamente, registrando taxas de crescimento abaixo da média nacional. Na realidade, dois acontecimentos marcaram profundamente o desempenho econômico do Rio Grande do Sul no período 2004-2006: a grande estiagem ocorrida no Estado nos dois primeiros anos, que provocou uma enorme quebra da safra agrícola, e a apreciação cambial, que impactou negativamente segmentos de grande importância na matriz produtiva gaúcha, como é o caso da indústria calçadista. A contração do Valor Adicionado Bruto (VAB) da produção agropecuária, de 10,6%, em 2004, e de 17,4%, em 2005, expressa de forma muito nítida a magnitude das dificuldades enfrentadas pelo setor primário do Estado. E, tendo em vista a estreita articulação existente entre a indústria e a base agrícola estadual, a frustração da safra de grãos repercutiu fortemente na atividade manufatureira. Ao mesmo tempo, segmentos industriais bastante sensíveis à taxa de câmbio, como o de calçados e o de móveis, também sofreram

² Os dados divulgados fazem parte da recente revisão da metodologia e da base de dados das Contas Nacionais procedida pelo Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Este procedimento resultou, de forma geral, numa sensível alteração dos agregados econômicos, com destaque para o aumento da participação dos serviços. No caso do Rio Grande do Sul, esse setor, cujo peso no PIB oscilava em torno de 45%, passa a ter uma ponderação acima de 60%, em detrimento da agropecuária e da indústria.

sérios reveses em suas performances. Deste modo, o VAB industrial do Rio Grande do Sul, que havia registrado uma expansão de 6,9% em 2004, sofreu, em 2005, uma queda de 4,1%.

Tabela 2 - Taxas de crescimento do Valor Adicionado Bruto, por setores de atividade, e do Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul — 2003-2007 (%)

Setor	2003	2004	2005	2006 ⁽¹⁾	2007 ⁽¹⁾
PIB	1,7	3,4	-2,8	2,7	7,0
Total	1,8	3,1	-3,0	2,7	7,0
Agropecuária	16,4	-10,6	-17,4	19,9	19,2
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	23,9	-13,7	-25,3	-	-
Pecuária e pesca	-2,3	-0,4	3,3	-	-
Indústria	0,9	6,9	-4,1	-0,7	7,2
Indústria extrativa mineral	2,1	2,1	2,4	-	-
Indústria de transformação	1,0	7,0	-5,2	-2,3	7,9
Construção Civil	0,1	7,7	-0,3	6,6	5,7
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	0,7	5,3	-0,4	1,4	4,2
Serviços	-0,2	4,2	0,2	2,4	5,2
Comércio e serviços de manutenção e reparação	-0,9	7,6	-2,2	3,4	7,5
Serviços de alojamento e alimentação	4,4	3,2	4,0	-	-
Transportes, armazenagem e correio	-1,6	3,1	3,1	4,7	5,2
Serviços de informação	6,5	9,8	3,4	-	-
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-3,8	1,5	-2,1	-	-
Serviços prestados às famílias e associativos	-10,5	4,2	-14,9	-	-
Serviços prestados às empresas	0,4	4,2	-0,7	-	-
Atividades imobiliárias e aluguel	3,0	3,2	3,6	-	-
Administração, saúde e educação públicas	1,2	2,9	1,1	1,1	1,9
Saúde e educação mercantis	-0,6	1,7	2,8	-	-
Serviços domésticos	-2,3	0,1	4,9	-	-

Fontes: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

⁽¹⁾ Estimativas preliminares.

Entretanto, contrariando o pessimismo de algumas interpretações que insistiam em ver nas dificuldades da economia gaúcha uma crise estrutural que tenderia a cada vez mais se aprofundar, o ano de 2006 já emitia sinais evidentes da recuperação da atividade produtiva rio-grandense. Essa recuperação iniciava-se, de maneira muito contundente, através da agropecuária, que apresentou um crescimento anual de 19,9%, sendo seguida, de forma defasada, pelo setor industrial. Assim, embora a Indústria de Transformação ainda registrasse uma taxa de crescimento negativa de 0,7%, em 2006, os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE já assinalavam, desde setembro daquele ano, a retomada de uma trajetória ascendente no desempenho do parque fabril gaúcho.

O ano de 2007 consolida, portanto, a plena recuperação da atividade econômica do Rio Grande do Sul que já se esboçava no ano anterior. O bom desempenho da economia gaúcha reflete-se em todos os

setores que compõem a estrutura produtiva do Estado, sendo liderado pela expansão de 19,2% da agropecuária. Aliás, como enfatiza a análise da FEE, o crescimento da agropecuária nos dois últimos anos foi de tal ordem que permitiu que o setor primário estadual ficasse acima dos níveis de produção de 2003 recuperando, assim, as perdas do biênio 2004-2005.

A Indústria, com uma expansão de 7,2%, apresenta, igualmente, uma performance bastante consistente, devendo ser ressaltado, pela sua importância, o comportamento da Indústria de Transformação, com um crescimento de 7,9%³. O setor Serviços, a seu turno, obteve um crescimento de 5,2%, que, dada a sua participação na estrutura produtiva do Estado (62,44%), coloca-o como sendo aquele que deu a maior contribuição para o desempenho da economia gaúcha em 2007.

De maneira geral, a expansão da economia gaúcha, em 2007, foi beneficiada tanto pelo dinamismo do mercado interno, quanto pelas condições favoráveis do mercado internacional. De fato, mesmo com os recorrentes problemas apontados no câmbio, de janeiro a novembro de 2007, as exportações gaúchas cresceram 28%, bem acima, portanto, do aumento verificado para o conjunto do País, que foi de 17%⁴. Nesse sentido, vale assinalar o desempenho da indústria moveleira que, através da diversificação de mercados, logrou superar, ao menos momentaneamente, as dificuldades cambiais e a concorrência da China, obtendo uma taxa de crescimento de 11% nas suas vendas externas. O mesmo, porém, não se verificou no segmento calçadista, onde a estratégia de buscar agregar valor aos produtos não foi suficiente para compensar as perdas de volume exportado.

O bom desempenho da economia do Rio Grande do Sul refletiu-se também no mercado de trabalho. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED-MTE), o emprego formal no Estado apresentou um crescimento de 4,89% em 2007, com a geração líquida de 94.324 empregos celetistas. Em termos absolutos, a Indústria de Transformação lidera o número de vagas oferecidas, mas o grande destaque fica por conta da Construção Civil, com um crescimento de 12,1%⁵.

São oportunas algumas especulações sobre as possibilidades para a economia rio-grandense em 2008, no sentido da continuidade do ritmo de crescimento apresentado no ano passado. A primeira consideração a ser feita refere-se a ter presente que o ano de 2007 deve servir como a reafirmação da capacidade que a estrutura produtiva do Rio Grande do Sul possui de responder afirmativamente às oportunidades de crescimento que se apresentam. Assim, a sustentabilidade da trajetória de crescimento da economia gaúcha fica, em larga medida, atrelada à dinâmica das economias mundial e nacional.

³ Para a indústria nacional, o IPEA projeta uma taxa de crescimento de 6,0%.

⁴ Conforme Álvaro Garcia; Crescem as exportações gaúchas em 2007 in Carta de Conjuntura FEE, Ano 17 n.1, jan.de 2008

⁵ Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), dez de 2007

No que se refere ao cenário internacional, as previsões do *Global Prospects and Policies* do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para uma ligeira desaceleração da economia internacional, qual seja, de uma taxa de 5,2%, em 2007, para 4,8% em 2008. Em grande medida, a perspectiva de uma pequena desaceleração no ritmo da economia mundial origina-se nas incertezas provocadas pela instabilidade financeira que se verifica nos EUA, desde a crise ocorrida em seu mercado imobiliário, o que fez com que o Fundo revisasse para baixo, em um ponto percentual, o crescimento da economia americana. Deste modo, o panorama internacional fica muito condicionado aos desdobramentos e intensidade da crise americana e da contaminação que a mesma poderá trazer para o desempenho de economias bastante vinculadas, como as do Canadá, do México e de parte da Ásia. De toda maneira, não deixa de ser preocupante o fato de que países que vêm liderando o dinamismo da economia mundial, como a China, a Índia e a Rússia, também manifestem tendência a um leve declínio em suas trajetórias de crescimento.

No caso do Brasil, apesar do clima de otimismo, por parte das autoridades, com a possibilidade de manutenção do crescimento iniciado em 2004, e da segurança nos sólidos fundamentos de que desfruta a economia nacional, é lógico que o País tem se beneficiado da conjuntura internacional favorável. Portanto, deste ponto de vista, se por um lado as expectativas de um crescimento muito elevado devem ser tomadas com alguma cautela, por outro, também é razoável supor que, ao menos no curto prazo, não devam ocorrer mudanças significativas no desempenho da economia brasileira. Outro aspecto importante para a definição de um cenário positivo para o ano em curso será dado pela decisão governamental de manter os investimentos programados pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo em conta o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Do ponto de vista endógeno, as perspectivas da economia gaúcha são bastante promissoras. Afinal, tudo indica que, em 2008, o Estado vai consolidar-se como um novo pólo da cadeia de base florestal, envolvendo vultosos investimentos em reflorestamento e indústrias de papel e celulose. Mesmo sem desconsiderar a importância do debate sobre a questão ambiental que envolve esta atividade, é impossível não reconhecer seu significado para a matriz produtiva do Rio Grande do Sul como um todo, e da sua metade sul em particular. Aliás, também na metade sul inicia-se a implantação de um emergente pólo naval, que pode trazer consigo a formação de um novo centro da indústria metal-mecânica no Estado. Ainda que o resultado desses projetos só deva ser percebido na avaliação do produto estadual no médio prazo, essas são iniciativas capazes de imprimir uma nova dinâmica no processo de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

No que se refere ao setor primário, as primeiras informações são positivas, pois, segundo o Ministério da Agricultura e Abastecimento, o crescimento na produção de grãos na safra de verão do Rio Grande do Sul deve ser superior ao esperado no País, fruto do aumento da produtividade. Logo, salvo indesejáveis surpresas climáticas, o ano de 2008 deve, mais uma vez, oferecer bons resultados para a agropecuária gaúcha.

Tabela 3 - Estrutura do Valor Adicionado Bruto, por setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2002-2006 (%)

Setor	2002	2003	2004	2005	2006 ⁽¹⁾
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	10,04	12,82	10,59	7,08	8,51
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	7,19	9,85	7,66	4,07	-
Pecuária e pesca	2,85	2,97	2,93	3,00	-
Indústria	27,98	28,14	31,47	30,25	29,05
Indústria extrativa mineral	0,20	0,23	0,25	0,28	-
Indústria de transformação	21,61	22,21	24,53	22,94	21,56
Construção civil	3,81	3,48	4,20	4,56	4,69
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,35	2,22	2,49	2,47	2,53
Serviços	61,98	59,04	57,94	62,67	62,44
Comércio e serviços de manutenção e reparação	12,86	13,36	13,30	13,45	12,86
Serviços de alojamento e alimentação	1,62	1,28	1,44	1,44	-
Transportes, armazenagem e correio	5,58	4,82	4,93	5,75	5,77
Serviços de informação	2,69	2,37	2,87	2,91	-
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	6,90	5,61	5,01	6,39	-
Serviços prestados às famílias e associativos	2,52	2,36	2,20	2,55	-
Serviços prestados às empresas	2,79	3,36	3,01	3,63	-
Atividades imobiliárias e aluguel	9,33	8,61	8,24	8,79	-
Administração, saúde e educação públicas	12,60	12,95	12,48	13,28	13,50
Saúde e educação mercantis	4,05	3,34	3,49	3,44	-
Serviços domésticos	1,04	0,98	0,96	1,06	-
Demais serviços	-	-	-	-	30,31

Fontes: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

⁽¹⁾ Estimativas preliminares.

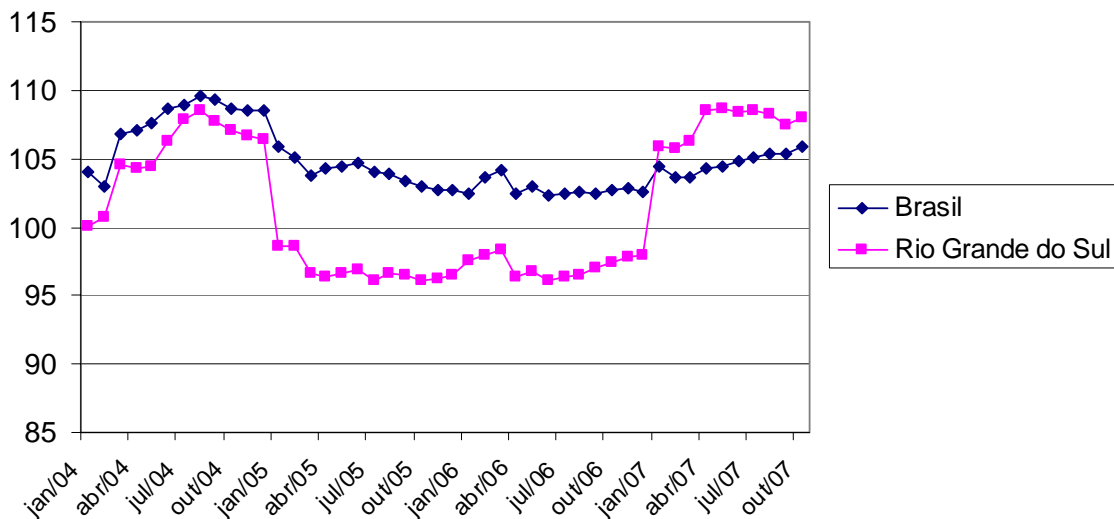
1.1 Indústria Gaúcha

Os indicadores da produção industrial no Rio Grande do Sul, em 2007, evidenciam a consolidação da tendência de recuperação iniciada no segundo semestre de 2006. Isso porque o setor industrial, com uma participação de 29,05% no VAB apresentou uma expansão acelerada de 7,2% ao longo do ano, para o que contribuiu, significativamente, o excelente desempenho apresentado pela Indústria de Transformação. Além disso, a expansão da Indústria de Transformação em 2007 reverteu, também, o ciclo apresentado no período 2004-2006, com resultados negativos dos últimos dois anos, de 5,2% em 2005, e de 2,3% em 2006, após um crescimento de 7,0% em 2004.

De maneira geral, os resultados relativos à produção física mostram que, enquanto a Indústria de Transformação nacional manteve uma discreta desaceleração nos anos de 2005 e 2006, a sua correspondente no Rio Grande do Sul não só colocou-se em patamares muito inferiores aos obtidos nacionalmente, como também obteve taxas negativas na maioria das atividades industriais. Já em 2007, devido principalmente à recuperação da produção agrícola, a Indústria de

Transformação gaúcha apresentou uma importante reativação, conseguindo inclusive obter um desempenho melhor do que o da nacional, fato que não ocorria desde outubro de 2003.

Produção Física da Indústria de Transformação, por índice acumulado, no Brasil e no Rio Grande do Sul – 2004-2007



Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física
 Nota: Os índices têm como base igual período do ano anterior

O contexto das oscilações apresentadas pela Indústria de Transformação no Rio Grande do Sul, de 2004 a 2007, resulta de um comportamento assimétrico entre as diferentes atividades que a compõem, algumas das quais acompanharam e acentuaram a trajetória negativa da produção industrial, enquanto outras atingiram resultados bastante superiores no período.

Segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, a indústria de veículos automotores destaca-se como o setor de melhor desempenho no período 2004-2007⁶, com uma taxa de crescimento média anual de 13,2% a.a. Fatores⁷ como a redução da taxa de juros e a expansão das operações superiores a 36 meses para o financiamento de automóveis, a oferta crescente de veículos bicompostíveis (cerca de 90% da produção da GM de Gravataí adota essa tecnologia), o aumento da massa salarial e o bom desempenho do agronegócio gaúcho influenciaram a expansão do setor no Rio Grande do Sul, especialmente nos anos de 2006 (7,06%) e 2007 (28,91%). Outras atividades que merecem destaque no período 2004-2007 são: bebidas (4,4% a.a.), borracha e plástico (4,3% a.a.), metalurgia básica (4,3% a.a.) e refino de petróleo e álcool (6,5 a.a.). Estas indústrias foram beneficiadas em grande medida pela evolução positiva da demanda doméstica.

Na contramão, as atividades de calçados e artigos de couro (-8,1% a.a.) e mobiliário (-4,4% a.a.) têm sofrido, sistematicamente, ao longo dos últimos anos, com os efeitos do câmbio sobrevalorizado no mercado externo. Aliás, como enfatizado anteriormente, o câmbio nesses patamares diminui a competitividade dos produtos exportados, ao mesmo

⁶ Os valores para 2007 são referentes à produção física acumulada até outubro.

⁷ Carta de conjuntura FEE, Ano 16 n.4 (p.7), abr de 2007.

tempo em que expõe o mercado interno à concorrência das importações. A indústria do fumo, a seu turno, apresentou redução nos últimos três anos em função, também, da queda da rentabilidade das exportações no setor. Já a grande oscilação presente na indústria de máquinas e equipamentos, quais sejam, 16,84% em 2004, -19,07% em 2005, -16,29% em 2006 e 32,81% em 2007, é reflexo fundamentalmente do efeito defasado da queda da safra de 2004 e da crise agrícola de 2005 na Indústria de Transformação rio-grandense.

Tabela 4 - Taxas de crescimento da produção da Indústria de Transformação, por atividade, do Rio Grande do Sul — 2005-2007

	(%)			
Atividade	2004	2005	2006	2007 ⁽¹⁾
Alimentos	-0,31	4,03	4,68	4,25
Bebidas	6,98	-0,24	7,32	6,08
Borracha e plástico	13,28	-7,2	6,1	6,21
Calçados e artigos de couro	0,69	-5,2	-8,8	-8,09
Celulose, papel e produtos de papel	1,61	-1,19	4,11	-1,06
Edição, impressão e reprodução de gravações	5,54	1,96	-1,59	3,07
Fumo	26,84	-3,76	-7,34	-6,07
Máquinas e equipamentos	16,84	-19,07	-16,29	32,81
Metalurgia básica	14,64	-2,92	-0,4	6,61
Mobiliário	12,10	-11,29	4,97	-4,44
Produtos químicos	-0,56	-5,78	0,79	1,15
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	8,67	-0,46	-10,66	1,14
Refino de petróleo e álcool	-6,17	6,26	-2,76	32,91
Veículos automotores	21,75	-2,36	7,06	28,91

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física.

⁽¹⁾ Taxa acumulada até outubro.

1.2 Agropecuária Gaúcha

O setor primário, com uma participação de 8,5% no VAB, apresentou um crescimento de 19,2% em 2007. Esse resultado configurou mais um período de desempenho irregular observado ao longo desta década, condicionado pelo comportamento instável da lavoura durante as estiagens em 2004 (-3,3%) e 2005 (-17,5%), e pela estabilidade climática em 2001, 2003 (21,1%) e 2006 (19,9%).

O resultado de 2007 pode ser atribuído, em grande parte, ao comportamento da lavoura, que apresentou uma elevação de 15,0% em relação ao ano anterior. Tal crescimento deve ser creditado, fundamentalmente, à elevação da produtividade dos principais produtos e à recuperação dos preços recebidos pelos agricultores. Nesse sentido, vale assinalar também que o desempenho da lavoura gaúcha em 2007 é expressivo, uma vez que no ano de 2006 a agricultura já emitia sinais evidentes de recuperação, o que significou uma elevação da produção da lavoura de 27,2% em relação a 2005. Já o subsetor da pecuária apresentou resultados bem mais modestos em 2007, com uma variação positiva de 1,7%. Cabe ressaltar que o subsetor vem se mantendo estável, sem sobressaltos significativos no período recente.

Tabela 5 - Taxas de crescimento do valor da produção da agropecuária, da lavoura e da produção animal no Rio Grande do Sul — 2006-2007

Atividade	(%)	
	2006	2007
Agropecuária	14,4	10,5
Lavoura	27,2	15,0
Produção animal	1,0	1,7

Fonte: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

Nota: Estimativas preliminares.

Em relação às principais culturas da lavoura gaúcha verificou-se, em 2007, um movimento ascendente e muito similar ao que ocorreu em 2003, quando a produção agrícola do Estado alcançou um pico de produção. A produção da lavoura, de 30.110.000 t⁸, confirmou-se como a maior safra da história recente, superando em 6,06% a supersafra de 2003.

A última estimativa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE para a safra de 2007 apontou acréscimos substanciais de 113,7% na produção de trigo. Destacam-se, também, os aumentos da produção e da produtividade, respectivamente, de 32,3% e 36,1% do milho, 31,5% e 30,6% da soja, 18,5% e 23,3% do feijão. Já o fumo apresentou resultados bem mais modestos, com um acréscimo de 2,1% na produção, enquanto que a produtividade elevou-se em 8,1%. O destaque negativo ficou por conta do arroz, que, após enfrentar quedas significativas dos preços comercializados em 2006, sofreu uma redução de 6,5% na quantidade produzida e 8,0% na área colhida.

Tabela 6 - Produção e variação anual dos principais produtos da lavoura do Rio Grande do Sul — 2003-2007

Produto	Produção (t)					Variação %	
	2003	2004	2005	2006	2007 (1)	2006	2007
Arroz em casca	4.697.151	6.338.139	6.103.289	6.784.236	6.342.256	11,2	-6,5
Feijão em grão	137.865	133.709	75.004	120.159	142.432	60,2	18,5
Fumo em folha (folha seca)	322.078	482.968	430.347	472.726	482.658	9,8	2,1
Milho em grão	5.426.124	3.376.862	1.485.040	4.528.143	5.991.497	204,9	32,3
Soja	9.579.297	5.541.714	2.444.540	7.559.291	9.938.821	209,2	31,5
Trigo em grão	2.395.557	2.061.410	1.389.731	823.062	1.758.986	-40,8	113,7

Fonte dos dados brutos: IBGE.

(1) Estimativas preliminares.

⁸ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – IBGE.

Tabela 7 - Área colhida e produtividade dos principais produtos da lavoura do Rio Grande do Sul — 2006-2007

Produto	2006		2007(1)		Taxa de crescimento (%)	
	Área Colhida (ha)	Produtividade (t/ha)	Área Colhida (ha)	Produtividade (t/ha)	Área Colhida	Produtividade
Arroz em casca	1.023.074	6,63	940.965	6,74	-8,0	1,6
Feijão em grão	121.670	0,99	116.961	1,22	-3,9	23,3
Fumo em folha (folha seca)	243.065	1,94	229.621	2,10	-5,5	8,1
Milho em grão	1.403.218	3,23	1.364.343	4,39	-2,8	36,1
Soja	3.863.726	1,96	3.890.585	2,55	0,7	30,6
Trigo em grão	-	-	-	-	-	-

Fonte dos dados brutos: IBGE.

(1) Estimativas preliminares.

1.3 Setor Gaúcho de Serviços

O setor terciário, com uma participação de 62,44% no VAB, cresceu 5,2% em 2007. O grande destaque do setor foi o comércio (7,5%), que começou a apresentar um crescimento significativo a partir do primeiro semestre de 2007, acompanhado pelo bom desempenho dos outros setores da economia gaúcha. Cabe destacar também o aumento da oferta de crédito destinada ao consumidor, que contribuiu de forma significativa para o crescimento do comércio.

Tabela 8 - Taxas de crescimento do VAB, por atividade do setor de serviços, e do PIB do Rio Grande do Sul — 2006-2007

Discriminação	2006	2007
Serviços	2,4	5,2
Comércio	3,4	7,5
Transportes e armazenagem	4,7	5,2
Administração pública	1,1	1,9
Demais serviços	2,1	5,8

Fonte: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

As demais atividades do setor também apresentaram um desempenho positivo em 2007: transportes, armazenagem e correios (5,2%), administração pública (1,9%) e demais serviços (5,8%). De maneira geral, pode-se dizer que o setor de serviços registrou um excelente resultado após apresentar valores bem modestos em 2006 (2,4%) e 2005 (0,2%), quando a redução da massa de rendimento no campo, associada à estiagem e ao crescimento do desemprego e aos efeitos do câmbio, na Região Metropolitana, inibiram a expansão mais acentuada do setor.

1.4 Exportações Gaúchas

As exportações gaúchas, em 2007, apresentaram um desempenho bastante positivo, no contexto de uma recuperação recente de anos com desempenho moderado, havendo crescido 27,2%. Entre os dez principais estados exportadores⁹, o Rio Grande do Sul obteve o maior crescimento, não alterando, entretanto, sua posição no *ranking* – terceiro

⁹ Os 10 principais estados exportadores são responsáveis por 91% das exportações brasileiras.

lugar –, mas consolidando-a. Embora as vendas ao exterior do Estado, no período 2004-2007, tenham apresentado a segunda pior taxa de crescimento entre os maiores exportadores (51,7%), isso não pode ser considerado um mau desempenho, na medida em que as exportações brasileiras cresceram 61,2%.

O bom resultado das vendas externas gaúchas em 2007 teve como destaque a recuperação do setor primário, que resultou num importante crescimento das exportações de fumo e soja.¹⁰ O volume exportado da oleaginosa foi o maior nos doze anos pesquisados:¹¹ 5,5 milhões de toneladas. Também contribuíram os preços médios, que recuperaram o nível de 2004. Essa combinação de elevação do volume (67,7%) e do preço médio (29,3%) recolocou a soja entre os principais produtos da pauta de exportações gaúchas. Fatores como a forte demanda chinesa no mercado internacional e a crescente influência do mercado de combustíveis¹², pelo lado da demanda, bem como a excelente safra 2006/2007, pelo lado da oferta, contribuíram para esse desempenho. Quanto ao fumo, a oscilação na participação desse produto na pauta gaúcha de exportações no período 2004-2007 deveu-se, ora a variações nos preços, ora a variações no *quantum*, especialmente este – crescimento de 37,9% em três anos. A manutenção do bom resultado das exportações de carnes – crescimento de 13,4%, fruto de comportamento favorável dos preços e das quantidades embarcadas¹³ – e o impressionante crescimento das vendas externas de combustíveis (129,7%) completam o quadro dos segmentos que alavancaram as exportações do Rio Grande do Sul em 2007.

Contrastou, todavia, com o bom desempenho dos segmentos acima referidos, o preocupante comportamento das exportações de calçados, que vêm sistematicamente reduzindo sua participação no comércio exterior gaúcho desde 2004, quando eram o principal item da pauta.¹⁴ Ocorre que o esforço de elevação do preço médio do calçado gaúcho não tem sido suficiente para compensar a queda no volume das vendas, resultando num valor em dólares pouco inferior ao de 2004.¹⁵

Quanto aos mercados de destino das exportações do Rio Grande do Sul, destacam-se a China e a Rússia, que aumentaram significativamente suas participações. A primeira, embora com forte oscilação em função das vendas de soja, aumentou sua participação de 7,2% para 9,8% do total das vendas. A segunda passou de 2,0% para 5,0%, devido principalmente ao capítulo referente às carnes.

¹⁰ Capítulos 24 e 12 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), respectivamente, responsáveis por 21,9% das exportações do Rio Grande do Sul.

¹¹ Série estatística do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, disponibilizada no Sistema Alice.

¹² A crescente utilização da soja e do milho na produção de combustíveis, concorrentes diretos na utilização das áreas agricultáveis, têm implicado um fator adicional de influência nos preços internacionais da oleaginosa.

¹³ No período 2004-2007, as exportações de carnes – capítulo 02 da NCM – cresceram 83%, resultado de uma trajetória de preços (49%) e quantidades (23%) ascendentes.

¹⁴ De 13,4% do total das exportações de 2004, para 8,6% em 2007.

¹⁵ -3%, ou seja, US\$1,29 bilhão ante US\$1,32 bilhão.

1.5 Importações Gaúchas

As importações gaúchas no ano de 2007 somaram US\$10,2 bilhões, valor 27,9% superior ao verificado em 2006. Este resultado manteve o Estado como segundo maior importador entre os estados brasileiros, posição essa que foi alcançada em 2006, com a importação de US\$7,9 bilhões, desbancando o Rio de Janeiro, que foi sede de compras do exterior nos montantes de US\$7,3 bilhões e US\$9,7 bilhões em 2006 e 2007, respectivamente. Não obstante, a participação das entradas de importações pelo Rio Grande do Sul no total das importações brasileiras é relativamente estável, oscilando ente 8,4% e 9,1% no período 2004-2007.

Três quartos das compras gaúchas no exterior concentram-se em combustíveis minerais, automóveis, máquinas diversas e adubos e fertilizantes, sendo os principais mercados fornecedores a Argentina, a Argélia, a Nigéria e os Estados Unidos, nesta ordem, que, somados, representam a origem de cerca de 60% das compras do exterior. Da Argentina provêm principalmente (73,1%) veículos e nafta para petroquímica, itens que vêm concentrando sistematicamente a pauta de importações do país vizinho. Tratam-se de importações com motivações diversas: os veículos são sabidamente oriundos de operações do tipo intra-firma, para as quais o Rio Grande do Sul configura-se como centro de distribuição no País; as naftas destinam-se ao processamento petroquímico do pólo de Triunfo. Da Argélia e da Nigéria provêm quase que exclusivamente petróleo, ao passo que as compras oriundas dos Estados Unidos são de uma gama bem mais variada de produtos, de básicos a industrializados, apenas merecendo destaque a relevância das compras de motores para aviação, que representam um terço das aquisições daquele país.

Assim sendo, com a exceção das aquisições de veículos, cuja origem remonta à plataforma de comercialização nacional da indústria automotiva gaúcha, as evidências indicam uma dinâmica recente de importações mais estreitamente vinculadas à atividade econômica local. Adicionalmente, fatores como câmbio sobrevalorizado e aprofundamento de relações comerciais com parceiros específicos podem implicar um fluxo de importações tendencialmente estável, contribuindo para a redução do tradicional superávit comercial do Rio Grande do Sul.¹⁶

1.6 Aspectos da distribuição espacial da riqueza no Rio Grande do Sul

O Valor Adicionado Bruto (VAB), a preços básicos, por setor de atividade, e do Produto Interno Bruto (PIB), a preços de mercado, dos municípios do Rio Grande do Sul para o ano de 2005, divulgadas pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), ensejam algumas considerações

¹⁶ Enquanto as exportações gaúchas cresceram 52% no período 2004-2007, as importações aumentaram 92%. Isso implicou uma importante elevação da corrente de comércio com uma relativa estagnação do saldo comercial. É sempre bom destacar que a geração de saldos comerciais só é relevante para a gestão da política macroeconômica, ou seja, para a União, ao passo que, para um ente federado isoladamente considerado, a corrente de comércio é um indicador que assume maior importância na avaliação do papel do setor externo para o desempenho econômico.

sobre o histórico problema dos desequilíbrios do desenvolvimento econômico no Estado.

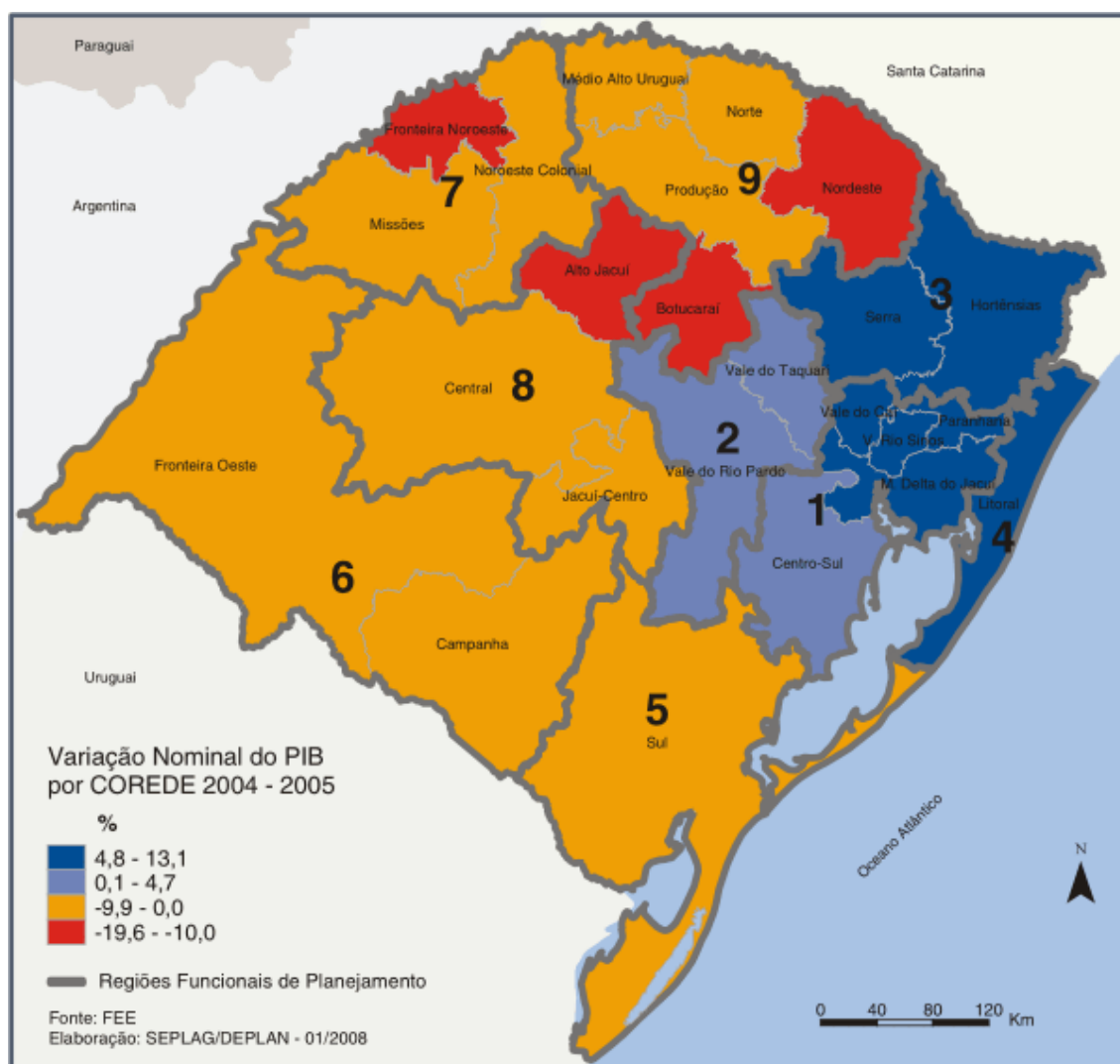
Inicialmente, conforme se pode visualizar na Tabela 9, chama a atenção a elevada concentração da riqueza nos dez maiores municípios gaúchos que, em conjunto, representam 47,59% do PIB do Estado. À exceção de Triunfo, estes municípios registram uma população acima de 100 mil habitantes, concentrando 32,72 % do total da população estadual. Outro traço marcante desses municípios reside no fato de que, em nenhum deles, a participação da agropecuária no PIB é superior a 3,63%. Em contrapartida, o exame da Tabela 10 mostra que os dez municípios com menor PIB, respondem por tão somente 0,07% do total do PIB do Estado, apresentam população não superior a 3.000 habitantes e são municípios essencialmente não industriais.

Assim, dada a grande frustração da safra agrícola de 2004/2005, o baixo grau de industrialização dos municípios com menor PIB e a total dependência dos mesmos da atividade agrícola constituem a explicação central para o aumento de quase dois pontos percentuais na concentração da produção ocorrida em relação a 2004, quando os dez maiores municípios respondiam por 45,70% do total do PIB.

Do ponto de vista dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) e das Regiões Funcionais de Planejamento, as repercussões da crise agrícola, que marcou o período 2004-2005, também são facilmente percebidas nos mapas apresentados na seqüência. Na Figura 1 observa-se que somente nove dos 24 COREDEs existentes em 2005 apresentaram variação nominal positiva no PIB. O Metropolitano Delta do Jacuí, o Vale do Rio dos Sinos e o Serra que, juntos, em 2004, detinham, aproximadamente, 54% do PIB total do Estado, elevaram sua participação em 2005 para 57%. E, não por acaso, são regiões nas quais a agricultura tem pouca expressão, representando, respectivamente, 0,58%, 0,25% e 5,43% na composição do PIB de cada região. Ao mesmo tempo, observa-se que quatro COREDEs – Fronteira Noroeste, Alto Jacuí, Nordeste e Alto da Serra do Botucaraí -, localizados nas Regiões Funcionais de Planejamento 7 e 9, apresentaram quedas nominais no PIB entre -10% e -19%. E, como se está enfatizando, são regiões que apresentam uma forte dependência do setor agropecuário. Com efeito, a atividade agropecuária no COREDE Alto da Serra do Botucaraí responde por 22,84% do total do PIB, no Nordeste por 21,67%, no Fronteira Noroeste por 14,59% e no Alto Jacuí por 13,38%, todos, portanto, superando, em muito, a média do Estado, que é de 7%.

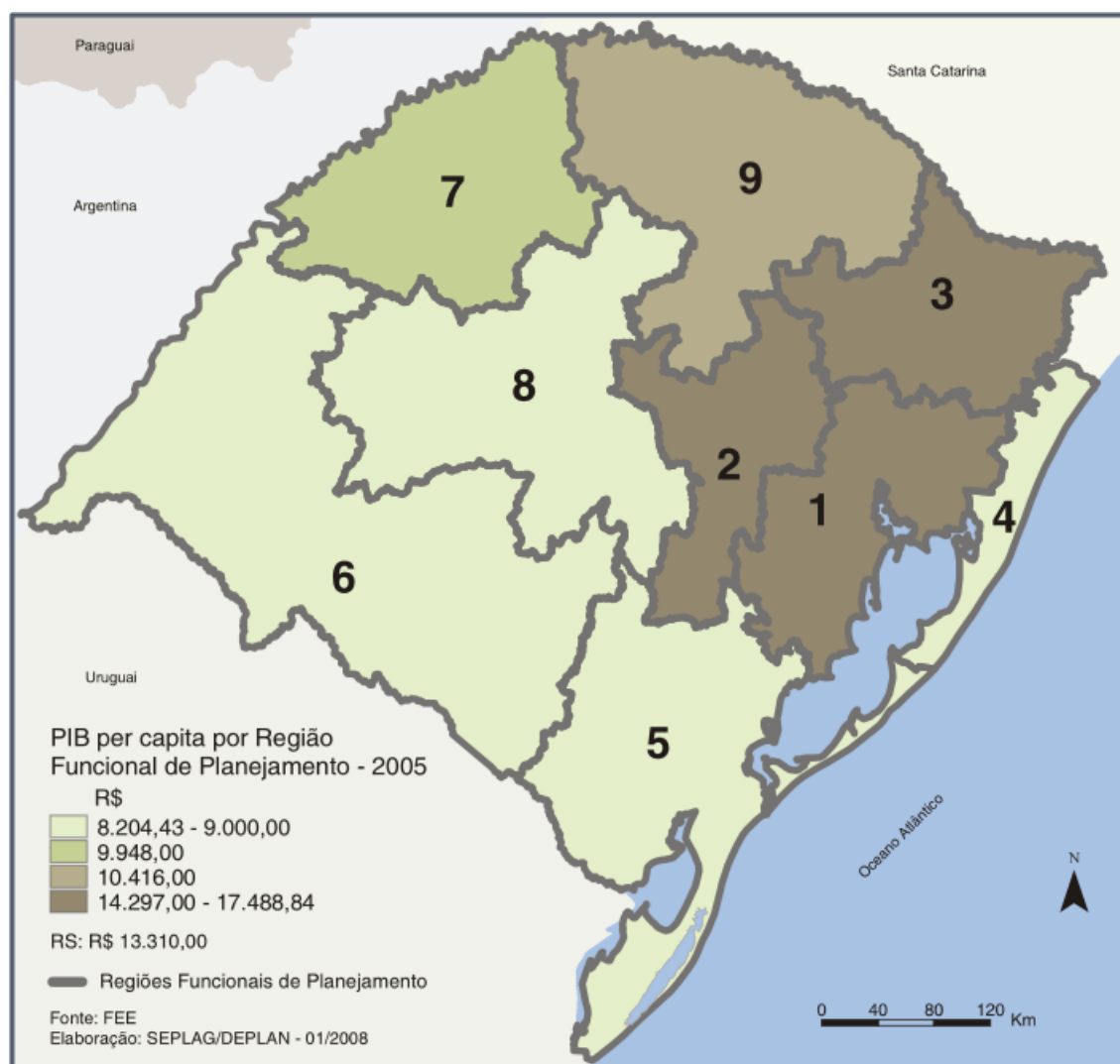
Outro aspecto relevante é que todos os COREDES pertencentes às Regiões Funcionais de Planejamento 5, 6, 7, 8 e 9 apresentaram variação negativa do ano 2004 para 2005 e, apenas os COREDES localizados nas Regiões Funcionais 1, 3 e 4, ou seja, junto aos principais eixos de desenvolvimento do Nordeste do Estado, tiveram crescimento superior à média estadual, que foi de 4,7%.

Figura 1



No que se refere ao PIB *per capita*, é possível verificar (Figura 2) que as Regiões Funcionais de Planejamento 1, 2 e 3 apresentam valores bem acima da média estadual, que atingiu o patamar de R\$ 13.310,00 em 2005. Com isso, em torno do eixo de maior desenvolvimento do Estado, Porto Alegre-Serra, consolida-se uma mancha territorial que tende a apresentar os melhores indicadores econômicos, ainda que exista algum grau de heterogeneidade entre os COREDES que a integram. A essa mancha agregam-se as Regiões Funcionais 9 e 7, estendendo para o norte do Estado as melhores médias do PIB *per capita*.

Figura 2



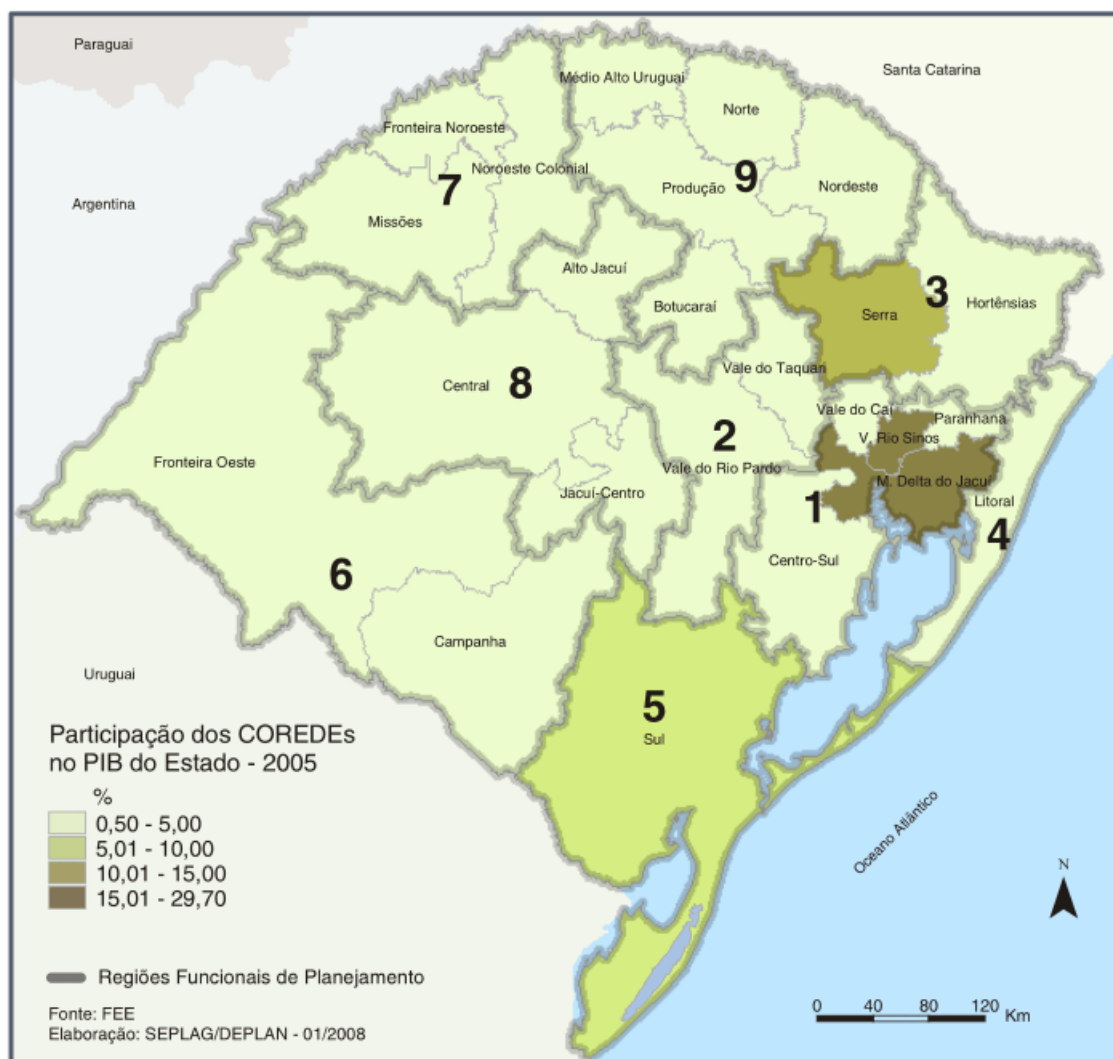
Na Figura 3, pode ser observada a posição de cada um dos 24 COREDES na geração da riqueza estadual, em 2005. Ressalta aqui, de maneira mais contundente, o elevado grau de concentração econômica que, do ponto de vista espacial, ocorre no Rio Grande do Sul. Como já foi enfatizado, o mais grave dessa situação é que, precisamente os três COREDES que já detinham, em 2004, mais do que a metade de todo o PIB do Estado, foram dos poucos que apresentaram crescimento positivo na passagem para 2005.

Nesse contexto, vale um registro para o COREDE Sul, que corresponde à Região Funcional 5, o qual, mesmo tendo um desempenho negativo em 2005, manteve a quarta posição no ranking estadual, respondendo por 5,29% do PIB do Rio Grande do Sul.

Mesmo nos limites dessas breves considerações, torna-se clara a importância de uma política voltada ao combate das cíclicas estiagens que assolam o Rio Grande do Sul. Isso se impõe, não só como uma variável estratégica para o crescimento sustentável do ponto de vista macroeconômico, mas também para que se possa obter uma distribuição

especial mais equânime da riqueza, tendo-se presente a importância que tem a atividade agrícola para as regiões mais deprimidas do Estado.

Figura 3



A seguir são apresentados alguns dados (Tabelas 9, 10, 11 e 12) produzidos pela Fundação de Economia e Estatística relativos ao PIB, ao Valor Adicionado Bruto e à população, por municípios e por COREDE, para o ano de 2005.

TABELA 9

Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (VAB), PIB *per capita* e população dos 10 maiores municípios segundo o PIB total do RS – 2005

MUNICÍPIOS	PIB			VAB						PIB per capita		POPULAÇÃO		
	Valor (R\$ 1 000)	Variação %	Participação % 2005	Posição no Ranking em 2004		Variação %			Estrutura (%)			Habitante	Participação %	
				2004	2004	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços			(R\$)
Porto Alegre	27.977.351	13,9	19,38	17,82	1º	-2,7	5,3	15,6	0,06	14,27	85,67	19.582	1.428.696	13,17
Canoas	9.376.153	11,1	6,50	6,12	2º	-11,1	8,1	12,7	0,03	41,36	58,61	28.484	329.174	3,04
Caxias do Sul	8.422.381	11,9	5,83	5,46	3º	-15,3	4,0	17,3	1,66	42,73	55,61	20.838	404.187	3,73
Triunfo	4.799.641	5,1	3,33	3,31	4º	-13,8	-0,6	27,1	1,28	78,70	20,01	193.347	24.824	0,23
Novo Hamburgo	3.726.442	-0,1	2,58	2,71	5º	-4,8	-4,2	1,3	0,27	31,27	68,46	14.595	255.317	2,35
Gravataí	3.713.639	13,9	2,57	2,37	6º	-0,4	6,2	21,5	0,39	55,00	44,61	14.016	264.953	2,44
Santa Cruz do Sul	2.991.816	5,8	2,07	2,05	8º	-20,8	-2,9	12,6	3,42	47,78	48,80	25.365	117.949	1,09
Pelotas	2.644.670	6,1	1,83	1,81	9º	-29,7	-6,6	11,1	3,06	20,08	76,86	7.721	342.513	3,16
Rio Grande	2.643.213	-18,7	1,83	2,36	7º	-7,3	-39,4	-3,4	3,63	35,96	60,41	13.528	195.392	1,80
Passo Fundo	2.402.739	3,4	1,66	1,69	10º	-51,7	-14,6	9,2	1,18	20,62	78,20	12.968	185.279	1,71
TOTAL	68.698.043	-	47,59	45,70	-	-	-	-	-	-	-	-	3.548.284	32,72
Rio Grande do Sul	144.344.171	4,7	100,00	100,00	-	-30,8	-0,5	11,9	7,08	30,25	62,67	13.310	10.845.087	100,00

FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.
IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais.

TABELA 10

Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Bruto (VAB), PIB per capita e população dos 10 menores municípios segundo o PIB total do RS – 2005

MUNICÍPIOS	PIB		VAB						PIB per capita		POPULAÇÃO			
	Valor (R\$ 1 000)	Variação %	Participação %		Variação %			Estrutura (%)			Habitante	Participação %		
			2005	2004	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços				
Carlos Gomes	9.207	-13,0	0,006	0,008	495°	-39,8	20,1	12,5	35,84	7,50	56,66	5.652	1.629	0,02
São Pedro das Missões	9.438	-28,5	0,007	0,010	485°	-60,1	13,2	2,9	28,66	7,82	63,52	5.323	1.773	0,02
Coqueiro Baixo	10.331	5,8	0,007	0,007	496°	-6,5	18,9	16,9	44,75	5,88	49,37	6.644	1.555	0,01
Tupanci do Sul	10.734	-20,9	0,007	0,010	484°	-48,2	40,8	4,7	36,05	8,34	55,61	7.076	1.517	0,01
Novo Xingu	11.037	-5,0	0,008	0,008	494°	-12,7	9,9	0,7	38,75	7,43	53,83	6.194	1.782	0,02
Gramado dos Loureiros	11.058	-15,9	0,008	0,010	486°	-45,5	17,2	8,4	30,89	7,72	61,39	4.471	2.473	0,02
Lajeado do Bugre	11.257	-7,9	0,008	0,009	491°	-35,0	21,3	16,1	34,82	6,69	58,49	4.742	2.374	0,02
São Valério do Sul	11.352	-21,9	0,008	0,011	477°	-49,4	10,7	-0,5	29,76	8,84	61,40	4.356	2.606	0,02
Benjamin Constant do Sul	11.372	-4,5	0,008	0,009	493°	-26,3	16,9	10,2	33,49	7,78	58,72	4.549	2.500	0,02
Ponte Preta	12.063	-12,3	0,008	0,010	482°	-34,7	14,2	10,6	39,96	8,27	51,78	6.108	1.975	0,02
TOTAL	107.849	-	0,07	0,09	-	-	-	-	-	-	-	-	20.184	0,19
Rio Grande do Sul	144.344.171	4,7	100,00	100,00	-	-30,8	-0,5	11,9	7,08	30,25	62,67	13.310	10.845.087	100,00

FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais.

TABELA 12

Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) e população dos Coredes do RS – 2005

COREDES	PIB <i>per capita</i>				ESTRUTURA DO VAB (%)				POPULAÇÃO	
	(R\$)	Variação %	Relativos (1)		Posição no Ranking em 2004	Agricultura	Indústria	Serviços	Habitante	Participação %
			2005	2004						
Serra	19.404	8,5	1,46	1,39	3º	5,43	42,34	52,23	824.097	7,60
Vale do Rio dos Sinos	17.409	4,9	1,31	1,29	2º	0,25	39,50	60,25	1.304.490	12,03
Metropolitano Delta do Jacuí	17.259	11,6	1,30	1,20	1º	0,58	28,13	71,29	2.487.347	22,94
Vale do Rio Pardo	14.466	2,1	1,09	1,10	5º	14,82	35,33	49,85	415.123	3,83
Vale do Taquari	14.081	2,4	1,06	1,07	9º	11,44	37,51	51,05	323.127	2,98
Vale do Cai	13.408	9,2	1,01	0,96	18º	11,12	38,84	50,04	166.209	1,53
Produção	12.136	-4,3	0,91	0,99	6º	9,22	24,73	66,05	447.543	4,13
Fronteira Noroeste	11.692	-11,5	0,88	1,03	11º	14,59	27,86	57,54	209.917	1,94
Alto Jacuí	11.214	-20,0	0,84	1,09	14º	13,38	16,99	69,63	164.180	1,51
Norte	11.172	-1,3	0,84	0,88	13º	11,28	32,58	56,14	221.625	2,04
Centro-Sul	10.801	2,0	0,81	0,82	12º	15,30	36,72	47,98	251.631	2,32
Nordeste	10.039	-12,4	0,75	0,89	21º	21,67	20,65	57,69	132.803	1,22
Noroeste Colonial	9.994	-7,1	0,75	0,84	10º	14,46	20,85	64,70	305.188	2,81
Hortênsias - Campos de Cima da Serra	9.886	7,1	0,74	0,72	20º	13,94	22,79	63,27	207.541	1,91
Paranhana-Encosta da Serra	9.721	4,2	0,73	0,73	19º	3,42	41,28	55,30	209.285	1,93
Campanha	9.148	-2,9	0,69	0,73	17º	17,13	25,74	57,13	223.353	2,06
Sul	8.755	-7,0	0,66	0,73	4º	11,56	23,45	64,99	872.074	8,04
Missões	8.482	-2,3	0,64	0,68	15º	18,33	18,32	63,36	258.979	2,39
Central	8.349	-1,5	0,63	0,66	8º	12,77	14,68	72,55	526.726	4,86
Litoral	8.204	5,0	0,62	0,61	16º	9,46	13,96	76,59	281.075	2,59
Fronteira Oeste	8.183	-4,8	0,61	0,67	7º	19,94	19,09	60,96	582.085	5,37
Jacuí-Centro	7.776	-7,4	0,58	0,65	23º	19,60	15,98	64,42	151.393	1,40
Médio Alto Uruguai	7.265	-1,9	0,55	0,58	22º	28,66	13,41	57,92	174.706	1,61
Alto da Serra do Botucaraí	7.204	-11,7	0,54	0,64	24º	22,84	13,33	63,82	104.590	0,96
Rio Grande do Sul	13.310	3,6	1,00	1,00	-	7,08	30,25	62,67	10.845.087	100,00

FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) PIB *per capita* municipal / PIB *per capita* estadual.



***2 AS FINANÇAS PÚBLICAS NO
RIO GRANDE DO SUL***

2. AS FINANÇAS PÚBLICAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2.1 Quadro Geral da Situação das Finanças Públicas

O Rio Grande do Sul vive um quadro de dificuldades estruturais que afetam as suas finanças públicas, cuja principal evidência é o fato de que houve, ao longo do tempo, continuados déficits orçamentários anuais. Aliás, nas prestações de contas de governos à Assembléia Legislativa, nas décadas de cinquenta e sessenta do século passado, a preocupação principal foi o constante desequilíbrio dos orçamentos anuais. Isso repetiu-se a partir da década de setenta. Em todo esse período, gastou-se mais do que se arrecadou.

Essa situação de déficit continuado fez com que houvesse deterioração gradual das contas públicas, acumulando um estoque vultoso de dívida fundada (longo prazo). Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2001, o Estado ficou impossibilitado de contrair novos empréstimos e financiamentos. Mesmo assim, não se deixou de acumular déficits anuais, com atrasos a fornecedores, com cortes nos investimentos e com o uso do caixa único (potencializados pelos depósitos judiciais). Tudo isso resultou num crescimento da dívida flutuante (curto prazo) de forma preocupante.

O cumprimento das regras impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal tem progressivamente obrigado a um ajuste expressivo das contas, conforme se pode verificar quando da apresentação da evolução dos resultados primários, sendo, contudo, ainda insuficientes para a solução dos problemas orçamentários e de caixa do Estado.

Os superávits primários consolidados do Estado do RS, ocorridos nos exercícios de 2004, 2005, e 2006, respectivamente, de R\$ 38 milhões, R\$ 572 milhões e R\$ 454 milhões, não foram suficientes para garantir a reversão dos déficits orçamentários, que oscilaram anualmente na casa de um bilhão de reais negativo, o que denota uma preocupação pela gestão diária do caixa, no pagamento de salários em dia e nos demais compromissos.

Em 2007, o superávit primário foi de R\$ 954,2 milhões, o maior da série desde 1971, mais do que o dobro daquele apurado em 2006. O superávit orçamentário foi de R\$ 623,2 milhões. Ressalta-se que, conforme se demonstra na Tabela 2, em uma série de 37 anos, somente outros três exercícios, os de 1989, 1997 e 1998, tiveram valores positivos no balanço orçamentário.

É importante deixar claro, no entanto, que o excelente resultado orçamentário de 2007, de R\$ 623,2 milhões, derivou da operação de alienação de ações do BANRISUL, que rendeu aos cofres do Tesouro Estadual o montante de R\$ 1,287 bilhão, e dos recursos obtidos junto ao Governo Federal, em dezembro de 2007, de R\$ 210 milhões. A dedução

desses montantes – obtidos em caráter excepcional –, nos conduz a um déficit, em condições normais, de R\$ 873 milhões¹⁷. Sublinhe-se ainda que o valor obtido, fruto da operação com o BANRISUL, encontra-se bloqueado para o pagamento de inativos, segundo as Leis nº 12.763/07 e nº 12.764/07

Com a não-prorrogação da lei que aumentou as alíquotas de ICMS sobre produtos e serviços seletivos, vigente desde abril de 2005 até dezembro de 2006, com a rejeição de projeto pela Assembléia Legislativa do “Plano de Recuperação do Estado” e com os aumentos salariais concedidos pelo governo anterior aos servidores ativos e inativos, em 2005, a situação das finanças estaduais manteve-se tensa em 2007.

Para fazer frente às demandas mais primárias da administração pública estadual recorreu-se ao caixa único. Em vista disso, sem dúvida, a austeridade fiscal e a dificuldade financeira devem continuar a pautar as decisões, neste exercício de 2008 e nos seguintes. Contudo, mesmo em 2007, pela melhoria na arrecadação, pelo crescimento econômico sustentável e pelo esforço de arrecadação, aliados à austeridade no gasto, já se observa a contabilidade pública em outro patamar.

A obtenção de expressivo superávit primário, a redução do déficit orçamentário estrutural e o controle das despesas, obtidos em 2007, já apontam uma maior qualidade na gestão das contas públicas. O maior desafio continua sendo alcançar o equilíbrio orçamentário e, de forma gradativa, recuperar a capacidade de investimento público, tendo em vista as demandas reprimidas do setor de infra-estrutura e de logística, tão importantes para dar dinamização e competitividade aos sistemas produtivos da economia gaúcha. Além de aumentar a rede de políticas sociais de modo a permitir a ampliação e a qualificação dos serviços, principalmente nas áreas de educação, saúde e segurança.

2.2 Financiamento do Déficit Público ao Longo do Tempo

Como já reiteradas vezes debatido, as contas públicas do Estado vêm apresentando déficits fiscais expressivos e recorrentes há várias décadas. Esses desequilíbrios foram cobertos ora com endividamento suportado com operações de crédito, ora com a emissão de títulos públicos. E em outras oportunidades, com o “financiamento inflacionário”.

Já no período mais recente, recorreu-se às privatizações, às antecipações de receitas tributárias, ao atraso no pagamento de fornecedores e de precatórios, ao financiamento interno no âmbito do caixa único potencializados pelos depósitos judiciais, além do parcelamento do 13º salário de parte dos servidores. Ao final de 2004, com vigência a partir de abril de 2005 até 31 de dezembro de 2006, buscou-se o incremento de receitas, mediante aumento de alíquotas do ICMS sobre produtos selecionados.

A Tabela 1 mostra de forma sucinta como foi enfrentado o déficit fiscal pelos governos ao longo do tempo.

¹⁷ Este resultado difere da necessidade de caixa do Tesouro, que foi de R\$ 1,2 bilhão.

Tabela 1 – Principais formas de enfrentamento do déficit público pelos diversos governos

PERÍODO	GOVERNO	ENFRENTAMENTO DO DÉFICIT
1971-1974	TRICHES	ENDIVIDAMENTO
1975-1978	GUAZELLI	ENDIVIDAMENTO
1979-1982	AMARAL	ENDIVIDAMENTO E INFLAÇÃO
1983-1986	JAIR	DÉBITOS DE TESOURARIA E INFLAÇÃO
1987-1990	SIMON	INFLAÇÃO
1991-1994	COLLARES	INFLAÇÃO
1995-1998	BRITTO	VENDA DE ATIVOS
1999-2002	OLÍVIO	CAIXA ÚNICO, MENOR VOLUME DE INVESTIMENTOS, VENDA DE ATIVOS, ANTECIPAÇÃO DE IMPOSTOS, ATRASOS COM FORNECEDORES E PRECATÓRIOS
2003-2006	RIGOTTO	CAIXA ÚNICO, DEPÓSITOS JUDICIAIS, ATRASOS COM FORNECEDORES E PRECATÓRIOS, ANTECIPAÇÃO DE IMPOSTOS, MENOR VOLUME DE INVESTIMENTOS, PARCELAMENTO DO 13º SALÁRIO JUNTO AO BANRISUL E AUMENTO DE TRIBUTOS
2007	YEDA CRUSIUS	CAIXA ÚNICO, VENDA DE AÇÕES DO BANRISUL, PARCELAMENTO DE SALÁRIOS, REDUÇÃO DO GASTO EM CUSTEIO E DRÁSTICA REDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

FONTE: Balanço do Estado do Rio Grande do Sul.

Como se viu acima, o Estado já recorreu a um variado conjunto de fontes de financiamento. Ainda, não obstante toda a compressão sobre o investimento e sobre o custeio da máquina pública, não se conseguiu atingir o equilíbrio entre receitas e despesas, imprescindível para dar estabilidade ao financiamento das políticas do Estado.

2.3 Evolução de Indicadores das Contas Públicas

Adiante se destaca a evolução de alguns indicadores contábeis, no intuito de mostrar como se encontram as finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

Na Tabela 2 lista-se o resultado Primário¹⁸ e o Orçamentário¹⁹, conforme a fórmula da Lei de Responsabilidade Fiscal, entre os anos de 1971 e 2007. Constata-se a freqüência de resultados negativos, que tanto impactam as atuais decisões do gestor público.

Importa notificar que, entre 1971 e 1983, o Resultado Primário refere-se à Administração Direta com repasses às Fundações e Autarquias. Entre 1984 e 2007, o Resultado Primário refere-se à Administração Pública Consolidada. O cálculo utilizado para a elaboração da série do Resultado Primário foi feito segundo o critério atual, conforme a Portaria SOF nº 4, de

¹⁸ **Resultado Primário:** é o resultado que decorre da diferença entre as receitas e despesas não-financeiras (não considera os juros recebidos e já incorridos). Consideram-se como despesas financeiras aquelas que não pressionam ou aumentam o endividamento líquido do Governo em termos de resultado primário no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam para o ente da Federação um direito junto ao setor privado interno e/ou externo, tais como concessão de empréstimos e financiamentos, aquisição de títulos de crédito e representativos de capital já integralizado, constituição ou aumento de capital de empresas e pagamento de juros e amortização. Fonte: Portaria SOF nº. 4, de 08/03/2001.

¹⁹ **Resultado Orçamentário:** é o resultado da conta da execução orçamentária, tomando por base as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, estas da competência originária de um determinado exercício financeiro.

08/03/2001. A partir de 2001, os valores foram retirados diretamente do Balanço Geral do Estado do RS, publicados pela CAGE.

Convém mencionar que o Resultado Primário menor que o Orçamentário, verificado em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas financeiras na cobertura de despesas correntes, ou seja, o Estado financiou suas despesas correntes com operações de crédito e alienação de bens.

Tabela 2 - Resultados Primário e Orçamentário -1971/2007 (IGP-DI médio – em R\$ 1,00)

Ano	Resultado Primário	Resultado Orçamentário	Ano	Resultado Primário	Resultado Orçamentário
Administração Direta com Repasses às Fundações e Autarquias			Administração Consolidada		
1971	-36.461.065	-113.000.791	1989	-3.492.961.275	290.074.832
1972	-235.556.452	-205.706.981	1990	-2.921.242.238	-937.109.464
1973	-442.296.497	-382.861.871	1991	-363.540.978	-357.104.712
1974	-834.960.714	-333.233.935	1992	-3.802.731.387	-890.491.984
1975	-1.092.317.730	-565.969.103	1993	-2.804.345.788	-391.448.499
1976	-1.246.794.251	-1.233.080.551	1994	-741.851.353	-665.467.881
1977	-23.388.156	-440.429.413	1995	-575.584.140	-1.327.683.396
1978	-538.063.652	208.148.908	1996	-1.886.559.939	-74.847.242
1979	-893.407.400	-375.603.696	1997	-1.290.958.826	1.410.612.892
1980	-525.929.053	-442.390.374	1998	-3.364.859.171	905.867.731
1981	-1.134.910.175	-464.355.676	1999	-889.009.638	-1.794.008.085
1982	-1.520.803.066	-1.190.436.647	2000	-803.271.477	-1.183.410.245
1983	-1.448.654.049	-4.664.868.790	2001	-509.052.064	-1.251.717.064
Administração Consolidada			2002	-98.474.276	-579.883.146
1984	-1.144.908.196	-2.001.466.764	2003	-123.378.561	-473.790.355
1985	-1.915.792.952	-7.768.993.590	2004	40.767.113	-1.042.100.161
1986	-1.382.978.965	-2.274.990.180	2005	611.423.005	-981.416.897
1987	-755.180.996	-831.439.912	2006	477.601.993	-945.123.429
1988	-1.171.520.266	-659.356.112	2007	954.249.517	623.154.087

FONTE: Balanço Geral do Estado do RS.

Quando se analisa a situação econômico-financeira do Estado a partir da ótica patrimonial, a Situação Líquida Financeira, assim como a Situação Líquida Financeira Potencial e a Situação Líquida Financeira Real, vê-se que evoluíram negativamente. A Tabela 3 adiante mostra que, entre 1998 e novembro de 2007, a Situação Líquida Financeira passou de R\$ 211,9 milhões positivos para R\$ 2.697,1 milhões negativos.

Já a Situação Líquida Financeira Potencial, nesse mesmo período, variou de R\$ 1.048 milhões negativos para R\$ 2.978 milhões negativos. A Situação Líquida Financeira Real passou de R\$ 836,1 milhões negativos para R\$ 5.675,1 milhões negativos. A Situação Líquida Financeira Real Ajustada, pelo IGP-DI, passou de R\$ 2.124,4 milhões negativos, em 1998, para R\$ 5.675,1 milhões negativos, em novembro de 2007.

Com relação ao Índice de Liquidez Corrente (ativo financeiro sobre o passivo financeiro), este se deteriorou nos últimos anos. Em 1998, a cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado possuía em caixa R\$ 1,15. Já em 2006, para cada R\$ 1,00 de dívida, havia somente R\$ 0,13 no caixa. Em 2007, houve uma melhora substancial, de R\$ 0,39.

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2008

Tabela 3 - Evolução do Patrimônio Financeiro da Administração Direta do Estado do RS (R\$ milhões)

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	nov/07
ATIVO FINANCEIRO	1.618,0	730,0	779,0	803,0	612,3	623,9	618,7	421,6	490,5	1.710,0
PASSIVO FINANCEIRO	1.406,1	1.285,0	1.896,0	2.476,0	2.139,8	2.146,1	2.873,0	3.304,5	3.888,4	4.407,1
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA	211,9	-555,0	-1.117,0	-1.673,0	-1.527,5	-1.522,2	-2.254,3	-2.882,9	-3.397,9	-2.697,1
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA POTENCIAL	-1.048,0	-1.065,0	-967,0	-1.335,0	-1.048,7	-1.228,1	-1.023,1	-959,8	-1.379,4	-2.978,0
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA REAL	-836,1	-1.620,0	-2.084,0	-3.008,0	-2.576,2	-2.750,3	-3.277,4	-3.842,7	-4.777,3	-5.675,1
DÍVIDAS PENDENTES DE REGISTRO	-	-	-	-	-672,5	-585,2	-495,0	-271,9	-	-
CANCELAMENTO DE REGISTRO	-	-	-	-	-169,0	-301,0	-120,3	-170,7	-	-
OUTRAS DÍVIDAS IDENTIFICADAS	-	-	-	-	-369,8	-	-	-	-	-
SITUAÇÃO L.F.R. AJUSTADA (NOMINAL)	-836,1	-1.620,0	-2.084,0	-3.008,0	-3.787,5	-3.636,5	-3.892,7	-4.285,3	-4.777,3	-5.675,1
SITUAÇÃO L.F.R. AJUSTADA (PELO IGP-DI dez/2007)	-2.124,4	-3.428,9	-4.017,3	-5.252,1	-5.245,8	-4.678,1	-4.466,0	-4.798,6	-5.154,2	-5.675,1
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	1,15	0,57	0,41	0,32	0,29	0,29	0,22	0,13	0,13	0,39

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.

2.4 Receitas Públicas

A Tabela 4 mostra a evolução das receitas orçamentárias consolidadas do Estado do RS, a partir de 2000.

Tabela 4 - Balanço Orçamentário Consolidado das Receitas Públicas -IGP-DI dez/07 (R\$ 1,00)

Classificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.249.389.966	13.282.358.088	12.762.949.671	13.097.376.751	12.979.675.604	14.166.874.537	14.875.683.467	14.922.440.970
IMP S/PATRIM E A RENDA	828.467.858	1.021.657.374	836.743.397	1.481.474.797	1.400.003.032	1.457.036.752	1.631.845.911	1.767.448.817
ICMS	10.964.369.778	11.796.639.670	11.473.852.687	11.164.529.114	11.098.177.968	12.221.465.314	12.716.669.575	12.569.627.285
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.123.472.231	1.062.533.038	1.034.706.719	1.144.492.441	1.344.625.142	1.281.518.153	1.349.961.177	1.198.043.091
RECEITA PATRIMONIAL	368.889.260	308.161.819	385.154.283	440.271.155	229.391.892	288.664.406	429.225.194	326.427.957
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.418.359	3.226.972	805.574	926.689	840.768	641.051	805.261	852.625
RECEITA INDUSTRIAL	4.257.877	6.498.976	4.059.637	3.586.928	6.760.676	3.019.735	2.238.214	805.764
RECEITA DE SERVIÇOS	226.294.614	255.474.345	227.001.351	211.372.624	194.542.379	193.877.426	181.156.677	186.589.783
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.176.387.311	4.080.488.220	4.436.818.532	3.101.725.464	3.419.839.605	3.704.182.079	4.120.706.447	4.354.000.616
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	605.817.348	703.662.059	1.725.816.823	1.604.678.103	612.903.689	653.237.689	470.079.528	573.289.206
REC. CONTRIB. INTRA-ORC	0	0	0	0	0	0	0	709.733.271
DEDUÇÕES RECEITA CORRENTE	0	0	0	-1.965.677.191	-1.914.692.062	-1.639.334.249	-1.664.251.628	-1.870.689.369
Receitas Correntes	18.755.926.966	19.702.403.517	20.577.312.590	17.638.752.965	16.873.887.694	18.652.680.827	19.765.604.338	20.401.493.915
OPERACÕES DE CRÉDITO	587.445.987	228.851.278	218.896.252	365.073.349	272.834.601	142.149.996	32.761.398	0
ALIENAÇÃO DE BENS	855.595.180	544.650.689	295.801.290	169.938.317	201.295.618	32.702.872	250.468.129	1.365.562.024
AMORTIZAÇÃO EMPRÉSTIMOS	99.135.238	53.511.741	37.308.274	6.309.264	12.241.988	13.794.756	57.263.719	35.980.239
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	381.754.271	328.632.101	330.927.063	15.363.131	32.450.473	20.183.594	27.982.873	33.517.598
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	186	93.156	8.004	189	45	0	0	0
Receitas de Capital	1.923.930.862	1.155.738.965	882.940.883	556.684.251	518.822.725	208.831.218	368.476.120	1.435.059.861
Total das Receitas Arrecadadas	20.679.857.828	20.858.142.483	21.460.253.473	18.195.437.216	17.392.710.419	18.861.512.045	20.134.080.458	21.836.553.777

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS / Sistema Cubo

Ressalta-se que as receitas tributárias tiveram uma trajetória ascendente de crescimento de arrecadação, em especial em 2005 e em 2006, pelo incremento em função da majoração de alíquotas do ICMS dos setores de telecomunicação, energia elétrica e combustível. Em 2007, em razão da não-prorrogação da lei, o ICMS teve crescimento real negativo pelo IGP-DI de 1,3%.

As transferências da União ao Estado, entre 2000 e 2007, ficaram praticamente estáveis. Outro ponto relevante é o fato das operações de crédito, que já foram muito utilizadas para a cobertura do déficit financeiro, hoje estarem praticamente inviabilizadas.

2.4.1 ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual. No grupo das Receitas Tributárias, tal imposto representa, em média, 90% sobre o total arrecadado, como demonstrado na Tabela 5. Concentra-se notadamente nas áreas de combustível, energia elétrica, telecomunicações, bem como nas de bebidas e de fumo.

Tabela 5 - Percentual do ICMS total em relação à Receita Tributária Consolidada (em valores nominais - R\$ milhões)

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
ICMS TOTAL ARRECADADO	5.646,8	6.706,4	7.441,5	8.988,8	9.637,9	11.382,9	11.813,3	12.257,7
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.126,4	7.330,7	8.016,1	10.084,2	10.946,2	12.636,5	13.501,9	14.239,7
% ICMS / RECEITA TRIBUTÁRIA	92,2	91,5	92,8	89,1	88,0	90,1	87,5	86,1

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela 6 adiante mostra a evolução desse imposto. Verifica-se que o ICMS total arrecadado cresceu 205,9%, em termos nominais, passando de R\$ 4.006,7 milhões, em 1997, para R\$ 12.257,7 milhões, em 2007. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de arrecadação de 21,8%. Em 2007, comparado com 2006, o crescimento nominal do ICMS foi de 3,8%, contudo, pelo IGP-DI, houve decréscimo de arrecadação de 1,3%, em função da não prorrogação de alíquotas.

Tabela 6 - Evolução da Arrecadação do ICMS Total (em R\$ milhão)

ANO	ARRECADAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO NOMINAL SOBRE ANO ANTERIOR	ARRECADAÇÃO IGP-DI DEZ/07	VARIAÇÃO PELO IGP-DI SOBRE ANO ANTERIOR	% ARRECADAÇÃO ICMS / PIB DO RS
1997	4.006,7	-	10.541,9	-	5,8
1998	4.232,1	5,6	10.715,2	1,6	6,0
1999	4.659,5	10,1	10.589,5	-1,2	6,2
2000	5.646,8	21,2	11.277,9	6,5	6,6
2001	6.706,3	18,8	12.143,3	7,7	7,1
2002	7.441,5	11,0	11.837,0	-2,5	7,1
2003	8.988,8	20,8	11.676,0	-1,4	7,0
2004	9.637,9	7,2	11.427,7	-2,1	6,8
2005	11.382,7	18,1	12.762,8	11,7	7,8
2006	11.813,3	3,8	13.016,3	2,0	7,6
2007	12.257,7	3,8	12.844,0	-1,3	7,0
% 2007 / 1997	205,9	-	21,8	-	-

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

NOTA 1: Para o período 1997-2001, a base de cálculo do PIB está referenciada em 1985. Para o período 2002-2007, a base de cálculo do PIB está referenciada em 2000.

NOTA 2: Os PIBs dos anos de 2006 e 2007 são preliminares.

A arrecadação do ICMS total em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, que representou 5,8%, em 1997, cresceu para 7,6%, em 2006 e caiu para 7,0%, em 2007. A média do período foi de 6,8%. O salto em 2005 e 2006, de 7,8% e 7,6% do PIB, em relação a 2004, de 6,8% do PIB, deu-se em função de dois fatores principais. O primeiro deles é o aumento de alíquotas do ICMS sobre alguns produtos e serviços seletivos. O outro é o fato do PIB do RS ter tido queda de 2,8% em 2005, em função da valorização do real frente ao dólar e do efeito da fortíssima estiagem que causou depressão no campo e no agronegócio gaúcho. Em 2006, o PIB mostrou recuperação, com um crescimento de 2,7%.

Já em 2007, as estimativas preliminares feitas pela FEE/RS apontam para um vigoroso crescimento real do PIB do RS em 7,0%, atingindo R\$ 175,2 bilhões, quarto no *ranking* do País. O PIB *per capita* deve crescer 5,9%, atingindo o valor de R\$ 15.815,55. O setor agropecuário teve uma participação de 8,5% no Valor Adicionado Bruto (VAB) do RS, com um crescimento estimado de 19,2%. A indústria teve uma participação de 29,05% no VAB, com variação positiva de 7,2%. O setor de serviços teve uma participação de 62,44% no VAB estadual, com crescimento estimado de 5,3% em 2007.

A Tabela 7 e a Tabela 8 adiante mostram a posição do RS quanto ao ICMS tributo sobre o ICMS total e sobre o PIB de cada Estado.

O Rio Grande do Sul tem uma das menores cargas tributárias de ICMS, entre os estados brasileiros, tendo em vista o alto impacto da desoneração das exportações e o fato de o RS estar distante dos grandes centros produtores e consumidores do resto do País, é forçosa a adoção de políticas de incentivos fiscais que viabilizem a opção pela permanência e pela atração de grandes investimentos no Estado.

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2008

Tabela 7 - Percentual do ICMS tributo em relação ao ICMS arrecadado no País – em R\$ 1,00

UF	2002			2003			2004			2005		
	ICMS	ICMS/ICMS BRASIL	RANKING	ICMS	ICMS/ICMS BRASIL	RANKING	ICMS	ICMS/ICMS BRASIL	RANKING	ICMS	ICMS/ICMS BRASIL	RANKING
AC	169.482.859	0,16	25	208.225.906	0,18	25	256.894.244	0,19	25	329.757.037	0,22	25
AL	665.566.866	0,65	20	787.086.823	0,67	21	949.553.546	0,70	21	1.093.364.669	0,72	21
AM	1.939.187.137	1,88	12	2.187.808.136	1,87	14	2.584.452.134	1,89	14	2.985.849.341	1,96	13
AP	138.255.500	0,13	26	148.025.069	0,13	26	184.405.627	0,14	26	240.337.645	0,16	26
BA	4.950.531.009	4,81	6	5.712.366.724	4,88	6	6.625.528.016	4,85	6	6.877.126.582	4,51	6
CE	2.368.019.661	2,30	10	2.585.224.347	2,21	11	2.930.037.954	2,15	12	3.097.416.554	2,03	11
DF	1.816.260.591	1,76	14	2.219.995.936	1,90	13	2.631.362.835	1,93	13	2.945.232.930	1,93	14
ES	2.364.263.665	2,30	11	2.897.949.011	2,47	10	3.670.194.688	2,69	9	4.535.688.795	2,98	8
GO	2.914.196.808	2,83	8	3.608.729.118	3,08	8	3.831.705.917	2,81	8	4.078.902.958	2,68	10
MA	897.073.003	0,87	19	965.388.773	0,82	19	1.183.771.405	0,87	18	1.455.053.558	0,95	18
MG	9.397.793.044	9,13	3	10.835.787.774	9,25	3	12.931.305.863	9,47	3	15.184.191.143	9,97	2
MS	1.341.761.976	1,30	16	1.683.459.967	1,44	16	2.117.631.193	1,55	16	2.426.673.917	1,59	16
MT	1.841.745.251	1,79	13	2.372.078.066	2,03	12	2.934.667.166	2,15	11	3.085.602.386	2,03	12
PA	1.702.946.288	1,65	15	2.034.435.649	1,74	15	2.370.520.149	1,74	15	2.801.569.094	1,84	15
PB	914.663.027	0,89	18	1.007.196.337	0,86	18	1.139.712.515	0,83	19	1.317.435.888	0,86	19
PE	2.826.720.789	2,75	9	3.135.393.876	2,68	9	3.628.095.765	2,66	10	4.277.778.270	2,81	9
PI	540.797.416	0,53	23	458.021.271	0,39	24	760.498.179	0,56	23	901.060.847	0,59	23
PR	5.580.692.799	5,42	5	6.679.675.264	5,70	5	7.763.903.923	5,68	5	8.707.026.435	5,71	5
RJ	10.272.525.717	9,98	2	12.036.013.893	10,28	2	14.259.395.542	10,44	2	14.648.234.599	9,61	3
RN	1.014.478.440	0,99	17	1.184.696.940	1,01	17	1.393.620.978	1,02	17	1.614.254.689	1,06	17
RO	639.159.783	0,62	22	866.783.307	0,74	20	1.048.956.864	0,77	20	1.231.116.247	0,81	20
RR	119.578.417	0,12	27	137.625.206	0,12	27	149.909.071	0,11	27	187.486.312	0,12	27
RS	7.213.311.025	7,01	4	8.595.598.947	7,34	4	9.360.613.794	6,85	4	10.900.617.795	7,15	4
SC	3.798.879.314	3,69	7	4.094.441.821	3,50	7	5.175.747.310	3,79	7	5.777.081.563	3,79	7
SE	664.264.811	0,65	21	761.312.031	0,65	22	879.532.991	0,64	22	1.021.126.519	0,67	22
SP	36.453.326.781	35,41	1	39.394.704.049	33,63	1	45.223.078.746	33,11	1	49.988.621.639	32,81	1
TO	406.195.557	0,39	24	537.239.896	0,46	23	595.288.610	0,44	24	658.939.330	0,43	24
BRASIL	102.951.677.537	100,00	-	117.135.264.136	100,00	-	136.580.385.025	100,00	-	152.367.546.741	100,00	-

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional – www.stn.fazenda.gov.br – Finanças Estaduais

Tabela 8 - Participação percentual do ICMS tributo sobre o PIB estadual

UF	2002		2003		2004		2005	
	%	Ranking	%	Ranking	%	Ranking	%	Ranking
AC	5,91	23	6,30	20	6,52	21	7,36	17
AL	6,78	19	7,02	14	7,37	13	7,74	12
AM	8,90	1	8,76	4	8,53	5	8,95	5
AP	4,20	26	4,31	26	4,79	26	5,50	26
BA	8,16	8	8,38	8	8,38	6	7,56	15
CE	8,19	7	7,94	10	7,95	9	7,57	14
DF	3,24	27	3,52	27	3,72	27	3,66	27
ES	8,84	3	9,33	1	9,13	3	9,61	2
GO	7,79	10	8,42	7	7,98	8	8,07	9
MA	5,81	24	5,22	23	5,48	24	5,75	25
MG	7,35	12	7,28	12	7,29	14	7,88	10
MS	8,85	2	8,73	5	10,03	1	11,21	1
MT	8,79	4	8,51	6	7,94	10	8,24	7
PA	6,64	20	6,84	17	6,67	20	7,16	19
PB	7,36	11	7,11	13	7,59	12	7,81	11
PE	8,02	9	7,98	9	8,24	7	8,57	6
PI	7,28	13	5,22	24	7,75	11	8,10	8
PR	6,31	21	6,10	22	6,34	23	6,88	20
RJ	5,99	22	6,40	19	6,40	22	5,93	23
RN	8,32	5	8,77	3	8,94	4	9,04	4
RO	8,22	6	8,89	2	9,32	2	9,54	3
RR	5,17	25	5,03	25	5,33	25	5,90	24
RS	6,84	17	6,90	16	6,79	18	7,55	16
SC	6,82	18	6,12	21	6,69	19	6,77	22
SE	7,03	16	7,00	15	7,23	15	7,61	13
SP	7,12	15	6,79	18	7,03	17	6,88	21
TO	7,24	14	7,42	11	7,19	16	7,25	18
Brasil	6,97	-	6,89	-	7,03	-	7,10	-

FONTES: Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE, de Contas Regionais

2.4.2 Transferências Constitucionais da União

No domínio tributário, as relações federativas encontram-se submetidas a grandes distorções. Isso transparece quando se observa que o grande incremento da carga fiscal concentrou-se, exclusivamente, na esfera federal, com a institucionalização de diversas contribuições sociais (CPMF, CIDE, PIS/PASEP, COFINS e CSLL), que não foram repartidas com os demais entes federativos, à exceção da CIDE que, após anos de reivindicação, foi partilhada em percentuais muito reduzidos.

A Tabela 9 adiante mostra o valor arrecadado pela União e pelo Estado. A Tabela 10 demonstra essa evolução, tomando-se como base 100 o ano de 1998. Entre 1998 e 2007, enquanto as receitas tributárias da União cresceram 250% nominais e as contribuições sociais acumularam aumento expressivo de 342%, as transferências correntes da União ao Estado cresceram somente 218%. Nesse mesmo período, a arrecadação de ICMS cresceu 279%.

Fica, portanto, comprovada a tese de que a União busca aumento de arrecadação via contribuições sociais. Desse modo, constitucionalmente não fica obrigada a repartir com os Estados e os Municípios o produto dessa arrecadação.

Tabela 9 – Arrecadações da União e do Estado do RS – nominal, em R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO	67.901,1	74.689,6	78.685,8	91.624,5	107.897,0	115.191,3	128.674,4	155.057,4	169.502,6
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DA UNIÃO	93.761,5	113.727,8	139.726,5	161.139,3	193.567,4	226.062,9	274.044,1	309.860,2	320.739,8
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES AO RS	1.720,8	1.735,4	2.091,7	2.252,3	2.825,9	2.385,8	2.879,7	3.304,4	3.747,4
ARRECAÇÃO DE ICMS	4.232,1	4.659,5	5.646,8	6.706,3	7.441,5	8.988,8	9.637,9	11.382,7	11.813,3
TOTAL NO RS	4.232,1	4.659,5	5.646,8	6.706,3	7.441,5	8.988,8	9.637,9	11.382,7	11.813,3

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS (Sistema Cubo) e STN – www.stn-fazenda.gov.br

Tabela 10 – Arrecadações da União e do Estado – nominal – Ano de 1998 de base 100

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO	100,0	110,0	115,9	134,9	158,9	169,6	189,5	228,4	249,6
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DA UNIÃO	100,0	121,3	149,0	171,9	206,4	241,1	292,3	330,5	342,1
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES AO RS	100,0	100,8	121,5	130,9	164,2	138,6	167,3	192,0	217,8
ARRECAÇÃO DE ICMS	100,0	110,1	133,4	158,5	175,8	212,4	227,7	269,0	279,1
TOTAL NO RS	100,0	110,1	133,4	158,5	175,8	212,4	227,7	269,0	279,1

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS (Sistema Cubo) e STN – www.stn-fazenda.gov.br

Enquanto que, entre 1998 e 2007, o ICMS total arrecadado cresceu nominalmente 190%, as transferências constitucionais federais ao Estado, especificamente, a Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), a Cota-parte do IPI-Exportação e a Lei Kandir/Fundo às Exportações, cresceram somente 84%, o que se demonstra na Tabela 11.

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2008

Tabela 11 – Arrecadação do ICMS Total e Transferências da União (nominal – R\$ milhões)

ANO	ARRECADAÇÃO DE ICMS TOTAL	COTA-PARTE DO FPE	COTA-PARTE DO IPI EXPORTAÇÃO	LEI KANDIR + FUNDO ÀS EXPORTAÇÕES	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
1998	4.232,1	257,2	294,7	296,7	848,6
1999	4.659,5	284,8	270,2	280,8	835,8
2000	5.646,8	337,5	300,2	291,5	929,2
2001	6.706,3	397,2	318,0	269,8	985,0
2002	7.441,5	491,5	311,3	297,8	1.100,6
2003	8.988,8	511,3	292,6	319,6	1.123,5
2004	9.637,9	563,6	310,2	306,8	1.180,6
2005	11.382,7	705,4	351,6	337,8	1.394,8
2006	11.813,3	780,7	377,1	299,6	1.457,4
2007	12.257,7	904,4	391,5	268,7	1.564,6
% 2007 / 1998	189,6	251,6	32,8	-9,4	84,4

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

A mesma tendência é demonstrada na Tabela 12, na qual se pode verificar que as transferências constitucionais da União ao Estado, em relação ao PIB estadual, apresentaram, ao longo do tempo, um significativo recuo percentual. Com efeito, em 1998, as transferências da União representavam 1,63% do PIB do Estado, enquanto que em 2006 e 2007, estas minguaram para 1,35% do PIB. Com essa diferença de 0,28 ponto percentuais do PIB gaúcho, somente em 2007, a perda girou em torno de R\$ 500 milhões.

Tabela 12 – Transferências constitucionais em relação ao PIB gaúcho (nominal em R\$ 1,00)

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
COTA-PARTE DO FPE	218.579.580	242.084.889	286.872.534	337.595.852	417.803.205	511.343.670	563.643.610	705.428.874	780.710.683	904.438.835
COTA-PARTE DO FPE- FUNDEF	38.572.867	42.720.862	50.624.564	59.575.738	73.729.977	-	-	-	-	-
COTA-PARTE DO IPI EXPORTAÇÃO	250.534.120	229.716.402	255.242.980	270.315.178	264.592.662	292.622.754	310.232.550	351.577.252	371.139.674	391.548.227
COTA-PARTE DO IPI EXP - FUNDEF	44.211.903	40.538.188	45.042.878	47.702.678	46.692.822	-	-	-	-	-
TRANSF. FINANC. LC 87/96	249.535.414	241.785.027	247.772.138	229.334.432	253.100.389	319.590.868	256.133.730	256.133.730	121.824.056	146.900.228
TRANSF. LC 87/96-FUNDEF	47.237.031	38.908.077	43.627.874	40.470.782	44.664.775	-	-	-	-	-
AUXÍLIO FINANC.- EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	-	-	50.712.750	81.582.863	152.694.169	121.824.056
IRRF	303.567.169	304.167.732	330.302.522	367.267.444	412.647.132	479.177.859	518.560.808	554.557.376	653.027.638	752.935.353
TOTAL	1.152.238.083	1.139.921.178	1.259.485.491	1.352.262.106	1.513.230.962	1.602.735.151	1.699.283.448	1.949.280.094	2.079.396.220	2.317.646.699
PIB DO RS	70.541.889.405	75.450.458.225	85.137.542.554	94.084.498.446	104.451.257.266	128.039.610.891	142.874.226.327	145.181.521.203	155.971.205.213	175.209.000.000
% TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO / PIB RS	1,63	1,51	1,48	1,44	1,45	1,25	1,19	1,34	1,35	1,35

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Fazenda do RS.

Denota-se, portanto, que enquanto a União aumentou a carga tributária de forma considerável, através de contribuições sociais (mecanismo utilizado para não dividir o produto da arrecadação), as receitas de transferências constitucionais ao Estado tiveram significativo recuo ao longo dos anos.

Por fim, a Tabela 13 mostra a evolução da carga tributária líquida disponível no Brasil, entre 1991 e 2005, onde se comparam as receitas efetivamente recebidas nas diversas esferas federativas. Enquanto a União teve crescimento de 7,68 p.p., os Estados e os Municípios, respectivamente, 2,53 p.p. e 1,96 p.p.

Tabela 13 – Percentual da carga tributária líquida disponível – 1991/2005

ENTES	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005-1991
UNIÃO	13,96	14,80	15,59	17,62	16,77	16,27	16,62	17,61	19,32	19,87	19,16	20,35	20,05	20,87	21,64	7,68 p.p
ESTADOS	7,10	7,07	6,50	7,70	8,18	8,00	7,72	7,44	7,94	8,34	9,22	9,46	9,22	9,23	9,62	2,53 p.p.
MUNICÍPIOS	4,15	3,98	3,63	4,14	4,81	4,71	4,69	4,69	4,88	4,97	5,63	5,80	5,65	5,77	6,11	1,96 p.p.
TOTAL	25,21	25,85	25,72	29,46	29,76	28,97	29,03	29,74	32,15	33,18	34,01	35,61	34,92	35,88	37,37	12,16 p.p.

FONTE: Secretaria da Receita Federal – www.receita.fazenda.gov.br.

2.4.3 Desoneração do ICMS sobre as Exportações

O Rio Grande do Sul é o Estado que apresenta o primeiro maior índice exportador *per capita* do País. É o terceiro maior exportador brasileiro, atrás de São Paulo e Minas Gerais, conforme dados fechados até o mês de outubro de 2007, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Em 1996, o RS vendeu US\$ 5,66 bilhões ao exterior, 11,9% do total do Brasil. Até outubro de 2007, os valores das exportações gaúchas totalizaram US\$ 12,58 bilhões, representando 9,5% do total das exportações brasileiras. De outra parte, houve um movimento de crescimento das importações. Enquanto em 1996 o RS importava 6,2% do total brasileiro, até outubro de 2007 passou a importar 8,3%.

A Tabela 14 mostra a evolução das contas da balança comercial externa do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Tabela 14 - Evolução das exportações e importações gaúcha e brasileira – 1994 até outubro de 2007, em US\$ 1.000,00

ANO	EXPORTAÇÃO					IMPORTAÇÃO					SALDO COMERCIAL				
	RS	%	BRASIL	%	%RS / BRASIL	RS	%	BRASIL	%	% RS / BRASIL	RS		BRASIL	%	% RS / BRASIL
1996	5.663.640	-	47.746.728	-	11,9	3.361.241	-	53.345.767	-	6,3	2.302.399	-	-5.599.039	-	343,2
1997	6.270.130	10,7	52.982.726	11,0	11,8	3.725.029	10,8	59.747.227	12,0	6,2	2.545.101	10,5	-6.764.501	-20,8	365,8
1998	5.628.516	-10,2	51.139.862	-3,5	11,0	4.331.713	16,3	57.763.476	-3,3	7,5	1.296.803	-49,0	-6.623.614	2,1	610,8
1999	4.998.720	11,2	48.012.790	-6,1	10,4	3.283.286	-24,2	49.301.558	-14,6	6,7	1.715.434	32,3	-1.288.768	80,5	175,1
2000	5.783.109	15,7	55.118.920	14,8	10,5	4.023.839	22,6	55.850.663	13,3	7,2	1.759.270	2,6	-731.743	43,2	141,6
2001	6.352.008	9,8	58.286.593	5,7	10,9	4.050.152	0,7	55.601.758	-0,4	7,3	2.301.856	30,8	2.684.835	466,9	85,7
2002	6.383.693	0,5	60.438.653	3,7	10,6	3.531.485	-12,8	47.242.654	-15,0	7,5	2.852.208	23,9	13.195.999	391,5	21,6
2003	8.027.483	25,7	73.203.222	21,1	11,0	4.190.797	18,7	48.325.567	2,3	8,7	3.836.686	34,5	24.877.655	88,5	15,4
2004	9.902.184	23,4	96.677.497	32,1	10,2	5.290.653	26,2	62.835.616	30,0	8,4	4.611.531	20,2	33.841.881	36,0	13,6
2005	10.475.704	5,8	118.529.184	22,6	8,8	6.692.191	26,5	73.600.376	17,1	9,1	3.783.513	-18,0	44.928.808	32,8	8,4
2006	11.802.079	12,7	137.807.470	16,3	8,6	7.949.234	18,8	91.350.503	24,1	8,7	3.852.845	1,8	46.456.967	3,4	8,3
2006 (Jan-Out)	9.754.430	-	113.645.762	-	8,6	6.556.507	-	75.484.405	-	8,7	3.197.923	-	38.161.357	-	8,4
2007 (Jan-Out)	12.576.725	28,9	132.366.939	16,5	9,5	8.088.690	23,4	97.994.187	29,8	8,3	4.488.035	40,3	34.372.752	-9,9	13,1

FONTE: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) – DEPLA

A Tabela 15 faz um exercício do valor que, em tese, o RS teria direito a arrecadar com o setor exportador, somente em 2007, entre os meses de janeiro de outubro, caso não tivesse sido criada a Lei Kandir. O

Estado foi compensado em todo o ano de 2007 com R\$ 269 milhões, destes 25% pertencem aos Municípios.

Tabela 15 - Valor estimado de perda com o setor exportador, até outubro de 2007, caso não tivesse sido criada a Lei Kandir (R\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR NÃO ARRECADADO PELAS EXPORTAÇÕES	RESSARCIMENTO	PERDAS DA LEI KANDIR	PERDA DO ESTADO	PERDA DOS MUNICÍPIOS
LEI KANDIR / IPI – EXPORTAÇÃO (ALÍQUOTA DE 7%)	819.000	269.000	550.000	412.500	137.500
LEI KANDIR / IPI – EXPORTAÇÃO (ALÍQUOTA DE 12%)	1.404.000	269.000	1.135.000	851.250	283.750

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

O crescimento das exportações tem como conseqüências virtuosas a maior atividade econômica interna, a geração de empregos, a entrada no País de divisas e, por conseqüência, uma menor dependência do capital externo. Contudo, é urgente a criação de um fundo permanente e regulamentado, que venha a compensar as perdas tributárias dos Estados com a desoneração do ICMS sobre produtos manufaturados ao exterior.

2.4.4 Modernização de mecanismos de incremento da receita

Para fazer frente ao déficit financeiro, estão em curso oito ações no âmbito da receita pública, com o objetivo de aumentar a arrecadação. A modernização da receita envolve:

- o “programa de crescimento incentivado – Cresce RS”, para estimular setores econômicos do Estado com a redução de alíquotas setoriais;
- a ampliação do controle na fronteira, permitindo a cobrança de 5% do ICMS relativo ao diferencial existente entre as aquisições interestaduais;
- a instituição da substituição tributária para novos produtos, ampliando o controle da administração tributária;
- a criação de um grupo de trabalho interinstitucional para a recuperação da dívida ativa; e
- a modernização da gestão tributária visando à intensificação do controle para a redução da sonegação fiscal.

Para a adequação tributária, três medidas estão sendo adotadas:

- a negociação da mudança nos critérios de transferência de saldo credor para o setor exportador;
- a equivalência da cobrança de ICMS para o consumo de energia elétrica residencial urbana de baixa renda e rural; e
- a reavaliação dos benefícios fiscais (isenções, créditos presumidos e reduções de base de cálculo) ao longo de 2007, para vigorar a partir de 2008, preservando a manutenção dos acordos já firmados.

2.5 Os Grandes Agregados da Despesa Pública

Para fins de obtenção de uma visão mais diferenciada e apurada da situação das contas estaduais, é necessário destacar a evolução das despesas segundo os denominados grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida) Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes.

2.5.1 As Despesas com "Pessoal e Encargos Sociais"

A Tabela 16 mostra a evolução das matrículas de pessoal do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1998 e 2006. Em 1998, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 52,6% do total e 1,93% da população gaúcha. Já em 2006, os ativos perfaziam 53,4% do total e 1,86% da população.

Note-se ainda que, entre 1998 e 2006, enquanto a população do Rio Grande do Sul cresceu 10,83%, as matrículas do pessoal ativo do Estado cresceram 6,85%, e o número de inativos cresceu 11,43%. Importa ressaltar que, em 1998, havia 99.371 matrículas na Secretaria da Educação e, em 2006, 109.497 matrículas, um aumento de 10.126 matrículas, ou 10,2% a mais. No período considerado, esse órgão foi responsável por 77,7% do total das novas contratações do Estado.

Tabela 16 - Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

ÓRGÃOS	ESPECIFICAÇÃO	1998	2006	2006 - 1998 (9 ANOS)	% 2006 / 1998 (9 ANOS)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ATIVOS	159.580	173.389	13.809	8,65
	INATIVOS	99.557	118.860	19.303	19,39
	PENSIONISTAS	2.038	1.512	-526	-25,81
	TOTAL	261.175	293.761	32.586	12,48
FUNDAÇÕES	ATIVOS	4.845	5.585	740	15,27
AUTARQUIAS	ATIVOS	6.511	3.785	-2.726	-41,87
	INATIVOS	9.005	5.393	-3.612	-40,11
	PENSIONISTAS	55.753	49.531	-6.222	-11,16
	TOTAL	71.269	58.709	-12.560	-17,62
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	ATIVOS	19.923	21.183	1.260	6,32
	INATIVOS	5.478	2.817	-2.661	-48,58
	PENSIONISTAS	164	177	13	7,93
	TOTAL	25.565	24.177	-1.388	-5,43
GERAL	ATIVOS	190.859	203.942	13.083	6,85
	INATIVOS	114.040	127.070	13.030	11,43
	PENSIONISTAS	57.955	51.220	-6.735	-11,62
	TOTAL	362.854	382.232	19.378	5,34
POPULAÇÃO DO ESTADO		9.891.857	10.963.219	1.071.362	10,83

FONTES: Secretaria da Fazenda (www.sefaz.rs.gov.br) / Finanças Estaduais / Documentos / Boletim Informativo de Pessoal e IBGE (a população de 2006 é uma projeção preliminar).

A Tabela 17 mostra a evolução das despesas empenhadas com pessoal ativo, inativo e pensionista, entre 1996 e 2007. Em 2000, as despesas com inativos e pensionistas ultrapassaram as do pessoal ativo (o comparativo envolve a despesa vinculada diretamente ao gasto com pessoal

civil e militar - Elementos da Despesa 11 e 12; com inativos - Elemento 01; e com pensionistas - Elemento 03), contribuindo para que o Rio Grande do Sul se consolidasse como o Estado que mais gasta com aposentados relativamente às despesas com pessoal.

Tabela 17 - Percentual Empenhado com Pessoal da Administração Pública Estadual Consolidada

ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
% ATIVOS (ELEMENTOS 11 E 12)	57,2	55,1	54,9	54,5	49,5	49,8	50,3	49,8	49,5	49,1	48,7	47,8
% INATIVOS / PENSIONISTAS (ELEMENTOS 01 E 03)	42,8	44,9	45,1	45,5	50,5	50,2	49,7	50,2	50,5	50,9	51,3	52,2

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do RS / Sistema Cubo.

Em 1996, gastava-se 57,2% com ativos e 42,8% com aposentados. Em 2007, 47,8% com ativos e 52,2% com aposentados. Mostra-se claro que os números dessa conta representam um dos principais limites da política de ajuste fiscal. É verdade que a legislação recente, tornando mais rigorosa e racional as condições de aposentadoria, deverá contribuir para a redução do desajuste, contudo, surtindo efeitos no longuíssimo prazo.

A Tabela 18 mostra a evolução das despesas empenhadas com pessoal ativo, inativo e pensionista, entre os anos de 2000 e 2007, em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Vê-se assim que, quando se afirma que a crise financeira do Estado tem fortes ingredientes estruturais, de difícil solução no curto e médio prazo, faz-se menção, antes de tudo, à estrutura de gasto com pessoal. Ao se analisar a evolução do gasto com pessoal, verifica-se que o peso dessa conta continua a ser excessivamente elevado.

Tabela 18 - Percentual das Despesas Empenhadas Consolidadas com "Pessoal e Encargos Sociais" em Relação à RCL

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
% RCL	76,9	73,7	79,1	77,6	72,9	69,2	71,8	72,6

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS

NOTA: O cálculo percentual foi feito tomando-se por base o valor total empenhado no grupo de "Pessoal e Encargos Sociais", ajustado pela dedução da dupla contagem do IPERGS (Rubrica 1301). Em 2007, também houve ajuste na Rubrica 1309 (Contribuição ao IPERGS – Cobertura de Déficit Pensionistas).

No que tange ao gasto com pessoal sob a óptica de sua distribuição entre os Poderes do Estado, conclui-se que, à luz das evidências constantes da Tabela 19 e da Tabela 20, coube, no período considerado, tão-somente ao Poder Executivo o esforço maior de contenção da despesa e de ajuste fiscal. A Tabela 19 mostra as despesas empenhadas totais do grupo de "Pessoal e Encargos Sociais" dos diversos Poderes, entre 2000 e 2007.

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2008

Tabela 19 - Despesas Empenhadas de "Pessoal e Encargos Sociais" dos Poderes, em valores nominais (em R\$ 1,00)

PODERES / ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
INDIRETA	753.879.856	939.283.085	1.193.666.968	1.416.083.777	1.437.601.443	1.535.060.167	1.769.454.548	1.710.709.515
MINISTÉRIO PÚBLICO	141.508.248	171.119.706	214.505.884	273.357.192	310.013.682	364.654.478	398.502.531	414.567.048
PODER EXECUTIVO	3.548.608.218	3.740.002.513	4.248.112.725	4.692.434.057	4.844.279.113	5.174.838.230	5.765.490.084	6.377.263.893
PODER JUDICIÁRIO	474.381.332	576.111.389	690.073.006	791.120.286	911.616.558	1.070.911.758	1.179.733.241	1.220.113.604
PODER LEGISLATIVO	198.315.603	260.396.060	306.968.185	323.241.791	327.612.081	396.154.081	444.247.941	434.543.422
Total	5.116.693.256	5.686.912.752	6.653.326.768	7.496.237.105	7.831.122.877	8.541.618.713	9.557.428.344	10.157.197.483
RCL	6.657.894.000	7.714.865.000	8.414.927.000	9.660.540.000	10.736.730.000	12.349.352.000	13.312.373.000	13.991.366.037

FONTE DE DADOS BRUTOS: Sistema Cubo da Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: As despesas de Pessoal foram ajustadas subtraindo a rubrica 1301 (dupla contagem do IPERGS). Em 2007, também houve ajuste na Rubrica 1309 (Contribuição ao IPERGS – Cobertura de Déficit Pensionistas).

A Tabela 20 reflete os valores da tabela anterior, demonstrando a evolução do percentual gasto com pessoal pelos Poderes em relação à Receita Corrente Líquida, tomando-se como base 100 o ano de 2000.

Tabela 20 - Despesas Empenhadas de Pessoal dos Poderes em relação à RCL

PODERES / ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
INDIRETA	100,0	107,5	125,3	129,5	118,3	109,8	117,4	108,0
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	104,4	119,9	133,1	135,9	138,9	140,8	139,4
PODER EXECUTIVO	100,0	91,0	94,7	91,1	84,7	78,6	81,3	85,5
PODER JUDICIÁRIO	100,0	104,8	115,1	114,9	119,2	121,7	124,4	122,4
PODER LEGISLATIVO	100,0	113,3	122,5	112,3	102,4	107,7	112,0	104,3
TOTAL	100,0	95,9	102,9	101,0	94,9	90,0	93,4	94,5

FONTE DE DADOS BRUTOS: Sistema Cubo da Secretaria da Fazenda do RS.

Observa-se na Tabela 20 acima que, no período considerado, o Ministério Público teve um crescimento real de 39,4%; o Poder Judiciário, 22,4%; o Poder Legislativo, 4,3%; a Administração Indireta, 8,0%; enquanto o Poder Executivo declinou reais 14,5% da RCL.

Assinale-se por derradeiro que, dentre as despesas com o pessoal ativo do Poder Executivo (Elementos 11 e 12), as funções Educação, Segurança e Saúde responderam, em 2006, por 84,6% do gasto total e em 2007, por 84,8%. Essa situação instalada no Poder Executivo se aproximou do ponto em que novas reduções de despesa criam deficiências na prestação de serviços públicos essenciais.

2.5.2 A Dívida Pública

Para melhor exame do endividamento público é necessário reconstituir o histórico da dívida pública estadual fundada consolidada (dívida interna e externa com vencimento de longo prazo), no período compreendido entre os governos Peracchi até o primeiro ano do Governo Yeda Crusius. É o que se faz adiante na Tabela 21. Em valores reais, entre 1971 e 2007, a dívida cresceu 26,46 vezes.

A partir da securitização da dívida com o Governo Federal, o estoque é atualizado mensalmente pelo IGP-DI ou pela taxa SELIC (esta utilizada caso haja atraso no pagamento mensal) mais juros de 6% ao ano.

Tabela 21 - Estoque da Dívida Fundada Interna e Externa (R\$ milhões)

GOVERNO	FINAL DE GOVERNO	DÍVIDA IGP-DI	REFERÊNCIA	VARIAÇÃO PERCENTUAL	DÍVIDA / PIB
PERACCHI	1971	1.276	1,00	-	2,23
TRICHES	1974	2.794	2,19	118,93	2,95
GUAZELLI	1978	5.114	4,01	83,01	4,2
AMARAL	1982	9.160	7,18	79,11	8,35
JAIR	1986	12.715	9,96	38,81	8,28
SIMON	1990	12.734	9,98	0,15	15,5
COLLARES	1994	15.718	12,32	23,43	14,13
BRITTO (*)	1998	34.946	27,38	122,32	19,02
OLÍVIO	2002	34.854	27,31	-0,26	23,55
RIGOTTO	2006	34.290	26,87	-1,62	20,39
YEDA CRUSIUS	2007	33.766	26,46	-1,53	19,27

FONTE: Balanço Geral do Estado do RS / Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: A variável estoque da dívida foi corrigida pelo IGP-DI anual.

(*) Inclui a Operação PROES no BANRISUL, de R\$ 6,44 bilhões (corrigida pelo IGP-DI até dez/07).

Ressalta-se que, no final do Governo Olívio, a relação estoque da dívida com o PIB gaúcho estava em 23,55%. Caiu para 20,39% no final do Governo Rigotto e arrefeceu ainda mais, para 19,27% no final do primeiro ano do Governo Yeda Crusius.

A Tabela 22 mostra que a dívida consolidada líquida, em 2001, era 2,73 vezes a Receita Corrente Líquida, chegando, em 2002, a 2,95 vezes e, em 2006, decrescendo para 2,54 vezes. Em 2007, até o segundo quadrimestre, estava em 2,46 vezes e, em virtude da aceleração do IGP/DI (indexador de aproximadamente 95% do total da dívida) no último quadrimestre do ano, a relação voltou para 2,54.

Tabela 22 - Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL

ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2,73 vezes	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes	2,54 vezes

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria da Fazenda do RS.

Se o estoque da dívida atesta um lado da gravidade do problema, o outro lado é o desembolso mensal. Em 2006, empenhou-se R\$ 1,775 bilhão. Em 2007, R\$ 1,830 bilhão, equivalente a, aproximadamente, duas folhas mensais do funcionalismo. É urgente encontrar um novo equacionamento do endividamento público junto ao Governo Federal, cujos mecanismos de indexação e taxas de juros sejam condizentes com a realidade por que passa o Estado.

Ressalta-se, na Tabela 23, que a evolução do estoque da dívida em relação ao PIB do RS mantém certa estabilidade, com tendência declinante.

Tabela 23 – Estoque da Dívida Fundada da Administração Direta em relação ao PIB gaúcho (R\$ 1.000,00)

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
DÍVIDA INTERNA	16.601.567	18.892.745	23.110.688	25.148.846	27.603.012	29.095.416	30.837.838	33.067.694
DÍVIDA EXTERNA	738.775	942.221	1.491.045	1.316.382	1.301.043	1.121.521	944.626	698.529
TOTAL DE DÍVIDA	17.340.342	19.834.966	24.601.733	26.465.228	28.904.055	30.216.937	31.782.464	33.766.223
PIB DO RS	85.137.543	94.084.498	104.451.257	128.039.611	142.874.226	145.181.521	155.971.295	175.209.000
% DÍVIDA S/ PIB	20,37	21,08	23,55	20,67	20,23	20,81	20,38	19,27

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.
NOTA: O PIB gaúcho de 2006 e 2007, divulgados pela FEE/RS, são preliminares.

A Tabela 24 mostra os valores empenhados para o pagamento do serviço da dívida pública. No período entre 2000 e 2007, despendeu-se, em média, o equivalente a 13,6% da Receita Corrente Líquida (RCL) e 16,4% da Receita Líquida Real (RLR)²⁰.

Tabela 24 – Valores empenhados do serviço da dívida em relação à RCL e RLR (R\$ 1.000,00)

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 (*)
SERVIÇO DA DÍVIDA	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373	13.991.366
RECEITA LÍQUIDA REAL – RLR	5.542.419	6.349.442	7.307.079	8.251.493	8.622.683	9.952.821	10.917.190	11.400.000
% SERVIÇO DA DÍVIDA / RCL	12,8	12,6	14,5	14,7	13,6	13,9	13,3	13,1
% SERVIÇO DA DÍVIDA / RLR	15,4	15,3	16,7	17,3	16,9	17,2	16,3	16,1

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

NOTA (*): A Receita Líquida Real de 2007 é preliminar.

A renegociação da dívida pública de estados e municípios (Lei nº 9.496/97) definiu o limite para o pagamento do serviço da dívida intralimite como porcentagem da receita líquida real de estados e municípios. Quando o serviço da dívida ultrapassa esse limite, a diferença, chamada de resíduo²¹, é agregada à dívida pública a ser paga a partir do final do prazo estipulado no contrato (no caso gaúcho, março de 2028). Além disso, as renegociações anteriores das dívidas dos estados (Leis nº 7.976 e nº 8.727) são abatidas do limite percentual da RLR, servindo para reduzir a prestação devida (calculada pela Tabela Price) e para acumular parcelas de resíduos.

A acumulação desse resíduo gera duas situações. Primeiro, a capitalização de parte de juros devidos e não-pagos, pois o pagamento da prestação mensal desse contrato pode ser inferior aos juros devidos, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor. Segundo, o saldo devedor é crescente, capitalizando juros mensais devidos e não-pagos incidentes sobre o próprio saldo.

²⁰ A Receita Líquida Real corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo-se: as transferências do FUNDEF, as receitas provenientes das operações de crédito, as receitas provenientes da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os municípios e as receitas do SUS.

²¹ Os resíduos são as parcelas das prestações mensais que excedem o limite da RLR e que serão pagos em 120 prestações mensais, após 30 anos, nas mesmas condições contratuais.

Nos anos recentes, o serviço da dívida tem sido superior a esse limite, e o excesso foi incorporado ao estoque, o que justifica porque, ainda que na ausência de significativas operações de crédito após 2001, o estoque da dívida tem crescido de forma expressiva. A capitalização de juros não-pagos é fonte significativa para o aumento da dívida no período em análise. Isso significa que, a partir de 2002, os resultados primários positivos foram insuficientes para garantir o pagamento de juros devidos, calculados na sistemática definida pelo contrato firmado com amparo da Lei nº. 9.496/97.

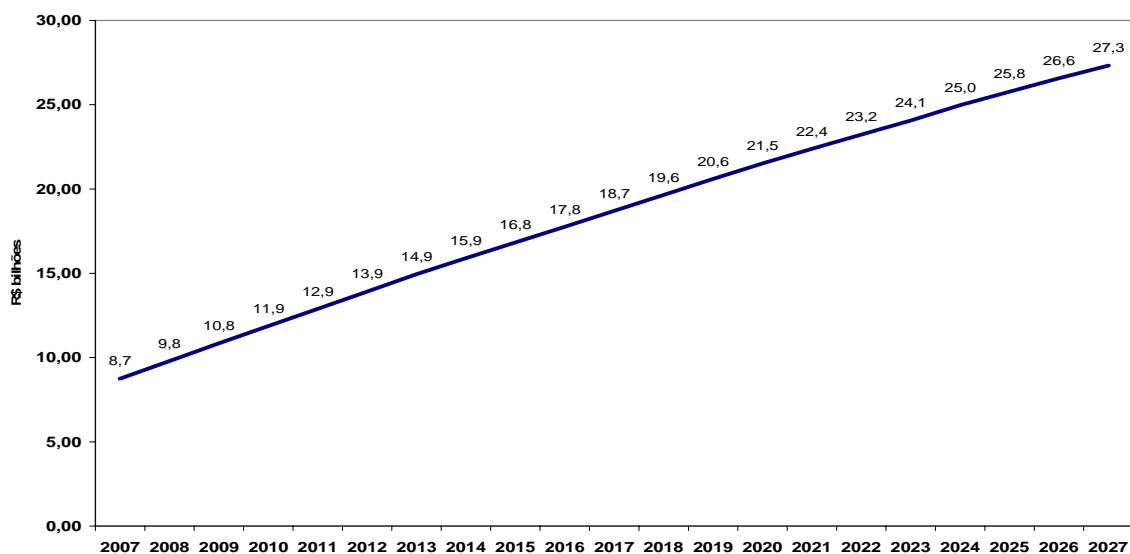
O Gráfico 1 abaixo faz a projeção do saldo do resíduo desse contrato até março de 2028, ano em que o montante estimado atingirá R\$ 27,5 bilhões (a preços constantes de dezembro de 2006). No período de amortização do resíduo (abril de 2028 a abril de 2038), estima-se que o percentual de compromisso com o pagamento dessa dívida subirá de 13% para 18% da RLR.

Isso mostra que o equilíbrio econômico-financeiro²² do contrato foi alterado, trazendo uma lógica perversa que onera, sobremaneira, o devedor. Na renegociação da Lei nº 9.496/97, supunha-se que a relação dívida/RLR fosse decrescente até 2012, ano que essa relação atingiria a unidade. Ocorre que houve o deslocamento dessa relação para o ano de 2030 e, além disso, o saldo projetado do resíduo indica que o montante da dívida presente não se reduzirá no futuro. Ou seja, para uma dívida contratual com a União de R\$ 26,6 bilhões, em dezembro de 2006, o seu valor residual não se reduzirá em março de 2028. Ao contrário, passará para R\$ 27,5 bilhões.

A sustentabilidade da política fiscal dos estados endividados passa por alterações nas regras contratuais da Lei nº 9.496/97, sob o risco de imposição de enormes custos sociais e de forçar programas de ajustes fiscais cuja lógica recorrente seja o controle de gastos públicos, já que a elevação de receita parece não ser mais tolerada pela sociedade.

²². Segundo Santos (2007), o contrato de renegociação da dívida apresenta um desequilíbrio econômico-financeiro, justificando a revisão de suas cláusulas. Para ele, os resíduos estão impedindo que o saldo devedor da dívida decresça. O crescimento excessivo do IGP-DI, provocado pelas maxidesvalorizações cambiais ocorridas em 1999 e em 2002, decorrentes da política econômica do Governo Federal, não estavam previstas quando do acordo em 1998. Ocorreram, então, circunstâncias estranhas às existentes quando da assinatura do contrato, que foram provocadas por um dos contratantes, em prejuízo do outro, portanto um caso típico de *desequilíbrio econômico-financeiro*. Uma das premissas básicas do acordo da dívida era reduzir a relação dívida/receita, o que não está ocorrendo, exatamente por esse fato. Então, a concessão de um desconto no estoque da dívida pela União, com vistas a atingir esse objetivo, torna-se imperativo. Isso não ofende o acordo, pelo contrário, é exatamente isso que fará com que as partes cumpram o que foi ajustado.

Gráfico 1 – Projeção do resíduo da dívida do contrato da Lei nº 9.496/97 para o RS– 2007-2027



FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: Os valores estão a preços de dezembro de 2006.

2.5.3 Investimentos Amplos

As dificuldades fiscais vêm pesando sobre a capacidade de investimento do Estado. Nos governos Olívio e Rigotto, houve forte compressão desses gastos, gerando consideráveis repercussões sobre a prestação de serviços básicos, como saúde, segurança e educação, além de afetar de maneira robusta as melhorias do setor de infra-estrutura e de logística de transporte. Foram ainda mais escassos os recursos alocados no primeiro ano do governo Yeda Crusius.

A Tabela 25 demonstra os investimentos efetivados em relação à Receita Corrente Líquida. Denota-se que, no período de 2000 a 2002 (governo Olívio), a média de investimentos em relação à RCL foi de 7,7%. De 2003 a 2006 (governo Rigotto), esse percentual reduziu-se para 6,0% da RCL. Em 2007, investiram-se apenas 2,9% da RCL.

Tabela 25 - Investimentos amplos empenhados em relação à RCL (R\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
INVESTIMENTOS AMPLOS	642.496	633.556	445.794	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542
RCL	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373	13.991.366
% INVESTIMENTOS / RCL	9,7	8,2	5,3	8,0	6,1	5,0	5,0	2,9

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

NOTA 1: Os investimentos amplos englobam também o grupo de inversões financeiras.

NOTA 2: Em 2000, foram excluídos R\$ 180,6 milhões do grupo "Inversões Financeiras", da rubrica 6501.

Faz-se urgente recuperar a capacidade de investimento do Estado. Para isso, é condição essencial o estabelecimento de situação de equilíbrio orçamentário e financeiro. A disciplina fiscal austera permitirá, no médio prazo, a retomada por maiores volumes de investimentos nas áreas mais deprimidas de recursos.

As restrições orçamentárias não permitem ao poder público dar conta de implementar muitos projetos necessários e urgentes para sanear gargalos e elos faltantes na infra-estrutura do Estado. Contudo, essa necessidade poderá abrir caminho para realização de Parcerias Público-Privadas, um instrumento a ser colocado à disposição do gestor público para alavancar setores carentes nos quais a iniciativa privada esteja disposta a investir. Ademais, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, em implementação no Estado, visa a dar melhores condições ao setor produtivo local.

2.5.4 As Outras Despesas Correntes

O grupo “Outras Despesas Correntes” engloba, basicamente, os gastos com manutenção e custeio da máquina pública; serviços prestados à população na área da saúde, educação e segurança; transferências legais e constitucionais aos Municípios; Gestão Plena do SUS e encargos financeiros.

A Tabela 26 e a Tabela 27 mostram a evolução dos gastos por Poder, comparando-se com a Receita Corrente Líquida.

Tabela 26 - “Outras Despesas Correntes” por Poder e Órgãos – em valores nominais empenhados (R\$ 1.000,00)

ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
INDIRETA	681.433	761.427	782.324	744.827	887.708	1.073.727	1.089.546	1.232.149
MINISTÉRIO PÚBLICO	9.351	13.527	19.404	27.532	32.024	34.761	38.401	48.940
PODER EXECUTIVO	2.808.561	3.461.106	3.634.675	4.288.831	5.093.175	54.004.721	5.657.920	5.647.900
(-) TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.837.033	2.225.945	23.987.255	2.354.712	2.444.559	3.316.561	3.473.862	3.638.888
(-) GESTÃO PLENA SUS	-	-	-	29.157	394.922	412.274	457.612	478.057
(+) PERDAS FUNDEF	-	-	-	347.088	372.904	-	-	-
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	971.528	1.235.160	1.235.950	1.557.874	1.880.791	1.671.638	1.726.446	1.530.955
PODER JUDICIÁRIO	58.765	65.127	86.736	115.182	116.793	128.430	154.759	148.808
PODER LEGISLATIVO	39.997	44.404	47.902	53.008	58.915	66.177	63.585	58.436
Total	1.761.074	2.119.644	2.172.315	2.498.424	2.976.230	2.974.733	3.072.737	3.019.288
RCL	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373	13.991.366
% Total Gasto / RCL	26,45	27,47	25,82	25,86	27,72	24,09	23,08	21,58

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Tabela 27 - “Outras Despesas Correntes” em relação à Receita Corrente Líquida – Ano 2000 com base 100

ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
INDIRETA	100,0	96,4	90,8	75,3	80,8	85,0	80,0	86,0
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	124,8	164,2	202,9	212,4	200,4	205,4	249,0
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	100,0	109,7	100,7	110,5	120,0	92,8	88,9	75,0
PODER JUDICIÁRIO	100,0	95,6	116,8	135,1	123,2	117,8	131,7	120,5
PODER LEGISLATIVO	100,0	95,8	94,8	91,3	91,3	89,2	79,5	69,5
TOTAL	100,0	103,9	97,6	97,8	104,8	91,1	87,3	81,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

Tendo como base 100 o ano de 2000, a evolução das “Outras Despesas Correntes” mostra que o Poder Executivo, a Administração Indireta e o Poder Legislativo contiveram seus gastos em relação à Receita Corrente Líquida, respectivamente, -25,0%, -14,0% e 30,5%. Contudo, no

âmbito do Ministério Público e do Poder Judiciário, foram verificadas fortes elevações, apresentando, entre 2000 e 2007, respectivamente, aumento real de 149,0% e 20,5%.

A análise dos gastos no grupo “Outras Despesas Correntes” demonstra que, deduzidas as despesas “compulsórias” (dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria Pública, além das transferências constitucionais, as contribuições para o IPERGS, os encargos financeiros, as vinculações com convênios e outras vinculações legais), restam somente 22 % do total do grupo passíveis de gerenciamento pelo Poder Executivo.

2.6 Déficit Atuarial Previdenciário

A principal variável de desequilíbrio das finanças do Estado está no déficit previdenciário. Ao longo do tempo, não se buscou formas de financiar os atuais inativos e pensionistas. A equação atuarial do regime previdenciário do Estado do Rio Grande do Sul está longe de ser alcançada, mesmo no longuíssimo prazo.

Conforme se pode constatar na Tabela 28, computando-se as receitas da parte patronal e dos servidores, o déficit previdenciário previsto para 2008 é de R\$ 2,81 bilhões. Em 2010, R\$ 2,95 bilhões negativos. Em 2015, R\$ 3,35 bilhões. Em 2020, R\$ 3,66 bilhões negativos. Em 2025, R\$ 3,92 bilhões negativos. Em 2030, R\$ 4,21 bilhões negativos.

Não se pode conceber uma melhora das contas públicas estaduais sem, contudo, buscar soluções efetivas que revertam a posição de desequilíbrio entre o que se arrecada todo mês e o que se gasta com inativos e pensionistas.

Tabela 28 – Previsão de déficit previdenciário computando-se a parte patronal como receita
(Em R\$ milhões)

Anos	Déficit Previdenciário	Anos	Déficit Previdenciário
2008	2.810	2021	3.701
2009	2.879	2022	3.737
2010	2.953	2023	3.798
2011	3.032	2024	3.858
2012	3.113	2025	3.918
2013	3.192	2026	3.976
2014	3.268	2027	4.035
2015	3.346	2028	4.093
2016	3.416	2029	4.150
2017	3.501	2030	4.207
2018	3.557	2031	4.263
2019	3.613	2032	4.319
2020	3.660		

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS / CAGE - Anexo XII da LRF

Ressalta-se que, devido a fontes insuficientes para a cobertura do custeio dos atuais aposentados (inativos e pensionistas), conforme o Relatório Resumido da Execução Orçamentária publicado pela CAGE (LRF, art. 53, inciso II, anexo V), o caixa do Tesouro foi acionado, em 2005, para

cobrir R\$ 3,74 bilhões, em 2006, R\$ 3,99 bilhões e, em 2007 (jan-out), R\$ 3,28 bilhões, representando, em média, 30% de toda a Receita Corrente Líquida.

Considerações Finais

A Tabela 29 e 30 mostram os valores empenhados nos diversos grupos da despesa em relação à Receita Corrente Líquida. A intenção é demonstrar o percentual de quanto foi empenhado a mais do que a RCL, face às limitações que impossibilitam ao Estado recorrer às fontes tradicionais de financiamento.

Tabela 29 - Valores empenhados nominais nos diversos grupos da despesa (R\$ 1,00)

Grupo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.260.338.957	5.830.172.847	6.840.774.072	7.699.716.439	8.033.059.900	8.734.661.340	9.770.001.707	10.849.003.904
(-) Rubrica 1301 - Dupla contagem IPERGS	143.645.701	143.260.095	187.447.303	203.479.335	201.937.023	193.042.627	212.573.362	233.577.734
(-) Rubrica 1309 - Contribuição IPERGS								458.228.687
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS AJUSTADO	5.116.693.256	5.686.912.752	6.653.326.768	7.496.237.105	7.831.122.877	8.541.618.713	9.557.428.344	10.157.197.483
SERVIÇO DA DÍVIDA	853.200.847	973.716.855	1.218.957.519	1.423.761.978	1.459.007.078	1.714.304.068	1.775.459.872	1.830.379.443
INVESTIMENTOS AMPLOS	823.060.868	633.555.707	445.794.230	772.194.145	658.226.742	615.366.901	664.375.415	400.542.319
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.598.107.063	4.345.589.312	4.571.040.869	4.535.204.946	5.442.807.539	6.703.567.474	7.004.210.957	7.136.232.143
(-) TCLM	1.837.033.426	2.225.945.272	2.398.725.396	2.354.711.916	2.444.558.957	3.316.560.653	3.473.861.703	3.638.887.992
(-) Gestão Plena do SUS				29.157.237	394.921.821	412.273.792	453.655.309	478.057.333
OUTRAS DESPESAS CORRENTES AJUSTADO	1.761.073.637	2.119.644.040	2.172.315.473	2.151.335.793	2.603.326.760	2.974.733.030	3.076.693.945	3.019.286.818
Total Geral dos Grupos	8.554.028.609	9.413.829.355	10.490.393.990	11.843.529.022	12.551.683.457	13.846.022.713	15.073.957.577	15.407.406.064
Receita Corrente Líquida	6.657.894.000	7.714.865.000	8.414.927.000	9.660.540.000	10.736.730.000	12.349.352.000	13.312.373.000	13.991.366.037
Total Geral dos Grupos / RCL	128,5	122,0	124,7	122,6	116,9	112,1	113,2	110,1

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do RS – Sistema Cubo.

Tabela 30 - Percentuais empenhados em relação à Receita Corrente Líquida

Grupo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS AJUSTADO	76,9	73,7	79,1	77,6	72,9	69,2	71,8	72,6
SERVIÇO DA DÍVIDA	12,8	12,6	14,5	14,7	13,6	13,9	13,3	13,1
INVESTIMENTOS AMPLOS	12,4	8,2	5,3	8,0	6,1	5,0	5,0	2,9
OUTRAS DESPESAS CORRENTES AJUSTADO	26,5	27,5	25,8	22,3	24,2	24,1	23,1	21,6
Total Geral dos Grupos	128,5	122,0	124,7	122,6	116,9	112,1	113,2	110,1

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do RS – Sistema Cubo.

O processo de ajustamento do Resultado Primário, em curso desde 2000 e com maior intensidade a partir de 2004, alcançando inéditos R\$ 954,2 milhões em 2007, não foi suficiente para solucionar a situação fiscal do Estado. Faz-se necessário alcançar o equilíbrio orçamentário e, principalmente, o financeiro. É preciso buscar esse objetivo, colocando em prática um conjunto eficaz de medidas, que seguem a Lei de Responsabilidade Fiscal e aprofundam os esforços sugeridos pelo “Pacto pelo Rio Grande”.

Esse esforço persistente deve inserir ações e objetivos no contexto da receita e da despesa. Nesse sentido, para 2008, uma vez que o déficit implícito do orçamento é de R\$ 1,3 bilhão, está previsto, para enfrentá-lo, pelo lado das receitas, entre outras medidas:

- impulso ao crescimento e ao dinamismo da economia gaúcha rumo a uma maior diversificação de sua matriz produtiva com ganhos no valor agregado;
- esforços de arrecadação, traduzidos em um melhor controle setorial da receita de ICMS, ampliação da substituição tributária e Nota Fiscal Eletrônica;
- repartição justa dos tributos da União, através do firmamento de um novo pacto federativo;
- ressarcimento pela União aos Estados exportadores das perdas ocasionadas pela Lei Kandir; e
- implementação da reforma tributária, que ponha fim à guerra fiscal entre os Estados.

Pelo lado da Despesa, pode-se sumarizar a estratégia nos grupos a seguir:

- grupo de **"Pessoal e Encargos Sociais"** – em 2007, esse item representou 72,6% da Receita Corrente Líquida. Por isso, é de suma importância um controle efetivo sobre esse item, imprescindível para que se possa alcançar o equilíbrio orçamentário;
- grupo do **"Serviço da Dívida"** – o Estado gasta com juros, encargos e amortização da dívida com a União, valores acima de sua capacidade de pagamento, em detrimento dos investimentos internos do Governo. São enviados aos cofres federais 13,1% da Receita Corrente Líquida. Faz-se necessário um rearranjo, a fim de estancar o aumento do estoque da dívida e do montante de recursos enviados para Brasília. O empréstimo com o Banco Mundial aliviará, em parte, esse dispêndio;
- despesas com **"Manutenção e Custeio"** – o seu controle será feito através do aprofundamento das medidas, ora em curso, de racionalização da despesa, revendo processos, no sentido de ajustar as despesas ao ingresso de receitas, compensando a falta de recursos com menores custos; e
- grupo de **"Investimentos"** – os investimentos já se encontram reduzidos a patamares ínfimos em relação à RCL. Em 2008, a execução dos projetos estruturantes permitirá uma pequena ampliação em relação aos investimentos de 2007.

Esse conjunto de medidas, numa estimativa preliminar, deverá reduzir o déficit orçamentário previsto para 2008, de R\$ 1,3 bilhão para, em torno a R\$ 600 milhões. Por óbvio, o poder Executivo buscará encontrar outras alternativas que visem a minorar o déficit.

Por fim, não se terá solução fácil no curto e no médio prazos. Contudo, o esforço incansável em busca de melhor arrecadação, pelo lado da receita, e o controle e racionalização de gastos, pelo lado da despesa, é necessário para a sustentabilidade financeira do Estado. A sociedade gaúcha não espera outra coisa do Poder Público, senão o controle rigoroso de cada gasto e a gradativa superação dos obstáculos.



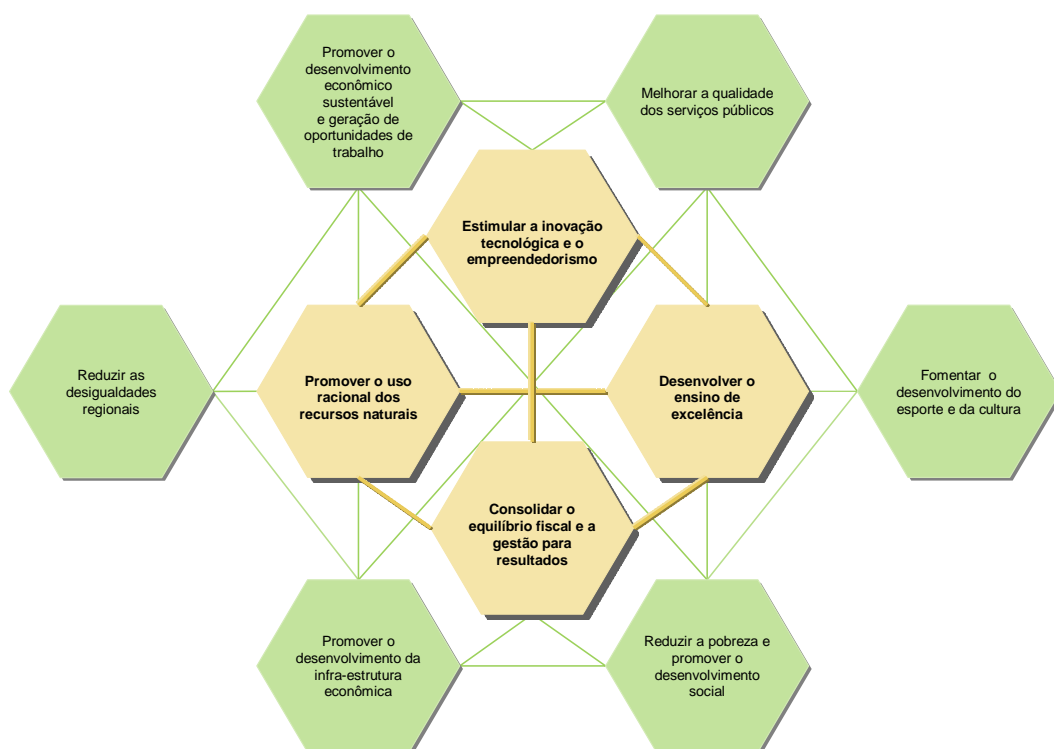
3 AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO

AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO

O Governo do Estado, no planejamento de suas ações, trabalha a partir de uma visão de futuro que sintetiza, em termos qualitativos, o futuro desejado para o Rio Grande do Sul no ano-horizonte de 2020, à qual se associa um conjunto de estratégias de longo prazo, que orientam a agenda estratégica para o período 2007-2010.

A visão de futuro projeta um Estado com alta qualidade de vida, com oportunidades de trabalho para todos e com serviços públicos de excelência, mormente no campo da educação. A construção dessa visão impõe a adoção de estratégias de longo prazo que sejam capazes de mobilizar os diversos atores (públicos e privados) no desenvolvimento de programas e ações que estejam orientados para a construção do Estado desejado no horizonte fixado de 2020.

Nesse sentido, o Governo trabalha com uma Estratégia de Desenvolvimento para 2020, constituída de dez grandes linhas de ação – caracterizadas como um conjunto de iniciativas singulares, mobilizadoras do Governo e da Sociedade e capazes de transformar a realidade – que orientam as decisões e ações governamentais para o horizonte temporal de seu mandato, e que constituíram a base para a formulação dos programas que constituem o Plano Plurianual 2008-2011. A visão de conjunto da estratégia do Governo é apresentada a seguir.



Dentre essas, quatro são estratégias motoras, de maior capacidade de impulsionar o processo de transformação da realidade do Estado, em direção à visão de futuro de longo prazo, a saber:

- estimular a criação de um ambiente de inovação tecnológica e empreendedorismo;
- desenvolver e manter um ensino de excelência, tendo como referência padrões internacionais;
- promover o uso racional dos recursos naturais; e
- consolidar o equilíbrio fiscal e desenvolver a gestão pública orientada para resultados.

Outras seis estratégias somam-se às primeiras para igualmente conduzir o Rio Grande do Sul a um novo patamar de desenvolvimento econômico e socioambiental sustentável, que resulte em melhor qualidade de vida para a população gaúcha:

- melhorar substancialmente a qualidade dos serviços públicos de saúde, educação, segurança pública, habitação e saneamento;
- construir um novo padrão de desenvolvimento econômico sustentável, gerador de oportunidades de trabalho e impulsionado pela inovação tecnológica, com diversificação e adensamento de cadeias produtivas e aumento do valor agregado de produtos e serviços;
- promover o desenvolvimento da infra-estrutura econômica, por meio da integração de ações públicas e privadas, para ampliar a competitividade sistêmica da economia gaúcha;
- reduzir as desigualdades regionais por meio de programas especiais junto às regiões deprimidas, estimulando suas vocações econômicas e culturais;
- reduzir a pobreza, erradicar a indigência e promover o desenvolvimento social e a redução das desigualdades, focalizando e integrando políticas sociais, mobilizando a sociedade e articulando governo, iniciativa privada e terceiro setor; e
- fomentar o desenvolvimento do esporte e da cultura.

Esse mapa estratégico é o orientador das decisões e ações do Governo, as quais estão expressas num conjunto de 32 prioridades organizadas em três eixos de atuação, que são:

- desenvolvimento econômico sustentável: mais e melhores empregos para os gaúchos;
- desenvolvimento social: mais qualidade de vida para todos; e
- finanças e gestão pública: um Estado a serviço do cidadão.

No exercício de 2007, as ações desenvolvidas orientaram-se por essa visão estratégica e, mesmo diante do quadro de dificuldades financeiras que limitam a capacidade de ação, é possível dizer que o caminho de construção de um Estado com melhor qualidade de vida e com oportunidades para todos os gaúchos já começou a ser trilhado. Nos blocos a seguir, são apresentadas, de forma sintética, as realizações do ano de 2007 e metas a serem buscadas no período que se inicia, segundo os eixos de atuação do Governo.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Mais e melhores empregos para os Gaúchos

A base produtiva primária e o segmento exportador são fundamentais para o desenvolvimento do Estado. No entanto, a volatilidade econômica decorrente da sazonalidade climática, e as flutuações cambiais, impuseram restrições ao crescimento econômico gaúcho. Compreender esses mecanismos torna-se essencial para a manutenção e incremento da cadeia produtiva que gera emprego e renda. Estes fatores, associados a uma política monetária austera, que, nos últimos anos, impactou negativamente a pauta das exportações estaduais, colocaram o Rio Grande à mercê de fatores exógenos de crescimento.

A economia gaúcha oscila, crescendo acima da média nacional em determinados períodos e, em outros, abaixo. Este movimento de alta e baixa impõe insegurança ao mercado o que, em última instância, se reflete no nível de investimento do Estado. Na medida em que já estão identificados os fatores que influem nessa situação, torna-se indispensável quebrar este ciclo oscilatório.

A consciência dos desafios a serem enfrentados provocou a criatividade do Governo do Estado, que propôs o Plano Estadual de Irrigação, a diversificação da base exportadora e a agregação de valor aos produtos como parte do estabelecimento de bases sólidas para a economia gaúcha que, não obstante aos percalços dos últimos anos, ainda é expressiva na composição do Produto Interno Bruto nacional. O saneamento do Estado passa, necessariamente, pelo desenvolvimento econômico e outros fatores, como mão-de-obra qualificada, inovação, fomento e atração de investimentos, capazes de transformar a realidade, alcançando o objetivo último do desenvolvimento sustentável: mais e melhores empregos para os gaúchos.

As principais realizações do Governo do Estado em 2007, voltadas para a consecução dos propósitos relacionados com o eixo do **Desenvolvimento Econômico Sustentável** são apresentadas a seguir.

INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA

As questões que dizem respeito à **infra-estrutura** e à **logística** no Rio Grande do Sul constituem atribuições da **Secretaria da Infra-Estrutura e Logística (SEINFRA)**, criada como resultado da fusão das Secretarias dos Transportes e de Energia, Minas e Comunicações. Vinculam-se à SEINFRA as seguintes entidades: na área de energia, as empresas do **Grupo CEEE** – a **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)** e a **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT)** – e a **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS)**; na de mineração, a **Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM)**; na de transportes, o **Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)**, a **Superintendência de**

Portos e Hidrovias (SPH) e a Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG).

Essa alteração da estrutura organizacional do setor visa a dar maior integração ao processo de formulação e execução das políticas públicas concernentes à infra-estrutura e à logística, em consonância com as necessidades e demandas ditadas pelas alternativas de desenvolvimento do Estado, além de otimizar as ações de coordenação dos diversos entes executores dessas políticas. A par das ações de reorganização do setor, várias outras foram deflagradas ao longo do exercício de 2007, que, por um lado, deram continuidade a ações em desenvolvimento, e, por outro, deram nova direção a temas fundamentais para o Rio Grande do Sul, como os que dizem respeito aos investimentos na área de energia elétrica e à ampliação de capacidade de rodovias estaduais.

ENERGIA E MINERAÇÃO

Na área de **energia elétrica**, as empresas do Grupo **CEEE (CEEE-GT e CEEE-D)** conduzem as ações dos Programas Geração de Energia Elétrica, Transmissão de Energia Elétrica e Distribuição de Energia Elétrica. Essas ações permitiram o atendimento do mercado gaúcho, que apresentou uma demanda média mensal, de 3.087 MW, 4,35% superior à verificada em 2006. Os esforços desenvolvidos e os investimentos realizados capacitam a CEEE-GT ao atendimento de demandas de até 5.500 MW, sendo que a situação operacional tem demonstrado a necessidade da implantação da nova Linha de Transmissão Campos Novos-Santa Rita, obra que propiciará alívio ao sistema de transmissão no Estado.

No que diz respeito ao incremento da capacidade de geração de energia elétrica, merece destaque a participação da CEEE-GT na construção da Usina Hidrelétrica de Foz do Chapecó, em agosto, que juntamente com as sócias, Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e Furnas Centrais Elétricas S.A., assinaram contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 1,7 bilhão, viabilizando a sua implantação. Com uma participação societária de 9% do Grupo CEEE, a Usina, depois de construída, a um custo estimado de R\$ 2 bilhões, vai adicionar 855 MW ao sistema elétrico brasileiro.

Visando a ampliar a capacidade de atendimento e melhorar a qualidade dos serviços prestados, o Grupo CEEE lançou, em setembro, um Plano de Investimentos, de mais de R\$ 320 milhões, para a realização de obras nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, para o biênio 2007/2008.

Na área de **geração**, o Plano prevê investimentos de R\$ 56 milhões, correspondentes às participações do Grupo CEEE nos empreendimentos:

- usinas do Complexo Energético do Rio das Antas (30%);
- UHE Machadinho (6,75%); e
- UHE Foz do Chapecó (9%).

Em **transmissão de energia elétrica**, são previstos investimentos de R\$ 139,5 milhões da CEEE-GT, na execução das seguintes obras:

- ampliação da Subestação Porto Alegre 9;
- ampliação da Subestação Porto Alegre 8;
- construção da Linha de Transmissão Gravataí 2/Porto Alegre 8;
- ampliação da Subestação Porto Alegre 10;
- seccionamento da Linha de Transmissão Gravataí 2 – Osório 2 em Gravataí 3;
- ampliação da Subestação Guaíba 2;
- ampliação da Subestação Garibaldi;
- ampliação da Subestação Bagé 2;
- ampliação da Subestação Camaquã;
- ampliação da Subestação São Borja 2;
- ampliação da Subestação Santa Cruz 1;
- ampliação da Subestação Lajeado 2; e
- ampliação da Subestação Panambi.

Na área de **distribuição de energia elétrica**, a CEEE-D prevê investimentos de R\$ 109,55 milhões em obras de distribuição, R\$ 3,4 milhões em ações de universalização urbana e R\$ 11,64 milhões em melhorias de rede. As obras de distribuição que integram o Plano de Investimentos são as seguintes:

- nova subestação Porto Alegre 15;
- nova subestação Porto Alegre 7;
- nova subestação Porto Alegre 17;
- nova Linha de Transmissão Porto Alegre 1 – Porto Alegre 8;
- ampliação da Subestação Porto Alegre 12;
- ampliação da Subestação Porto Alegre 3;
- ampliação da Subestação Viamão 2;
- substituição dos cabos da Linha de Transmissão Osório 1 –
Torres;
- adequação da Subestação Atlântida 2;
- ampliação da Subestação Pelotas 1 e reisolamento da Linha de
Transmissão Pelotas – Rio Grande;
- ampliação da Subestação Pedro Osório;
- ampliação da Subestação São Lourenço e substituição dos
cabos da Linha de Transmissão Camaquã – São Lourenço;
- nova Subestação São Jerônimo; e

- ampliação da Subestação Dom Pedrito e substituição dos cabos da Linha de Transmissão Bagé 2 – Dom Pedrito.

No âmbito da **eletrificação rural**, foram beneficiadas 5.274 famílias, com novas ligações realizadas dentro do Programa Luz para Todos.

Responsável pelo **Programa Oferta de Gás Natural**, a **SULGÁS** ampliou sua infra-estrutura de distribuição de gás, implantando 8,2 km de rede canalizada, além de da realização de melhorias na rede existente. Com a inclusão de 82 novos clientes, já são 275 unidades atendidas pela SULGÁS, entre indústrias, estabelecimentos comerciais, postos de combustíveis e uma usina termelétrica, distribuídas em 16 municípios nas regiões Metropolitana, Serra, Vale do Rio dos Sinos e Vale do Paranhana, e postos de combustíveis no Litoral, abastecidos com gás natural comprimido.

A **CRM**, no âmbito do **Programa Ampliação da Produção de Carvão Mineral**, alcançou 1.990.000 t de carvão, nas minas de Candiota e Leão.

A Empresa prepara-se para atender à demanda decorrente da implantação da Fase C da Usina CGTEE, de Candiota, ampliando a capacidade de produção e implantando sistemas de beneficiamento, manuseio e armazenagem de carvão mineral, para capacidade de processamento de 5.000.000 t/a, com investimento de R\$ 240 milhões, e previsão para conclusão em meados de 2008.

Outro importante empreendimento é a implantação da mina de São Vicente Norte, no município de Minas do Leão, cuja produção deverá iniciar no primeiro semestre de 2008. A mina terá capacidade para produzir de 20.000 a 30.000 t/mês de carvão, destinadas em especial para o atendimento do mercado termelétrico de Santa Catarina, que mostrou expansão em 2007, com o incremento na geração da Usina Jorge Lacerda.

PLANOS PARA 2008

Para 2008, na área de **Energia e Mineração** as principais ações são as que seguem:

Programas	Principais Ações
Geração de Energia Elétrica	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão da geração de energia elétrica, elevando a potência instalada para 1.161 MW • Manutenção e operação da geração de energia elétrica, a uma taxa equivalente de indisponibilidade forçada mantida em 1%
Transmissão de Energia Elétrica	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão da transmissão da energia elétrica, elevando a potência instalada para 7.600 MVA • Manutenção e operação da transmissão, a um índice de manutenção preventiva de LT's e SE's de 97% atingido
Distribuição de Energia Elétrica	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão, manutenção e operação em 28.587 km de redes de distribuição

Programas	Principais Ações
	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão, manutenção e operação das instalações do sistema de subtransmissão com potência de 1.605 MVA
Oferta de Gás Natural	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação em 15% da Rede de distribuição de gás natural • Manutenção dos sistemas de distribuição de gás natural
Ampliação da Produção de Carvão Mineral	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da Produção de carvão ce 3.300 na Mina de Candiota, para 2.000.000 t/a • Ampliação da Produção de carvão ce 4.200 na Mina do Leão, para 78.000 t/a • Ampliação da Produção de carvão ce 5.500 na Mina do Leão, para 40.000 t/a • Ampliação da Mina de Candiota (conclusão de 50% das obras) • Implantação de usina de beneficiamento na Mina de Candiota (conclusão de 50% das obras) • Implantação de pátio de estocagem operacional na Mina de Candiota (conclusão de 50% das obras) • Elaboração de Projeto para Implantação da área de São Vicente norte na Mina do Leão • Elaboração de Projeto para Implantação de aterro sanitário na Mina do Iruí

TRANSPORTES E SISTEMAS LOGÍSTICOS

As ações na área de transportes e sistemas logísticos se desenvolvem a partir de programas específicos para construção e manutenção das rodovias, gestão do sistema rodoviário estadual, construção e manutenção de aeroportos, gestão dos portos interiores e hidrovias, além do Porto do Rio Grande.

Em relação às rodovias estaduais, foi dada ênfase à continuidade e à complementação de obras em andamento. Assim, mesmo com as limitações financeiras conhecidas, o Governo do Estado, por meio do **DAER**, deu continuidade a 22 obras, que representam uma extensão de 348 km de estradas, que receberam terraplenagem, pavimentação, pontes e viadutos, beneficiando mais de cinco milhões de gaúchos, em 100 municípios.

Na mesma linha de atuação, foram direcionados esforços para a complementação das obras da Rota do Sol, com a conclusão dos acessos ao viaduto sobre a BR-101 e aos viadutos da Reversão e da Cascata, permitindo o tráfego de mais de 200 mil veículos nos meses de verão. Além de pagar R\$ 8 milhões aplicados em 2006, o Governo do Estado investiu mais R\$ 22,5 milhões em 2007.

Outra obra significativa para o Estado é a RSC/471, em cujo eixo sul, entre Pantano Grande e o entroncamento com a BR-392 em Canguçu, o Governo do Estado contratou a execução da chamada variante ambiental, constituída de duas importantes obras de arte especiais: uma ponte, 198 m

e um viaduto, 142 m, na várzea do arroio Abranjo. As duas obras, com um investimento de R\$ 11,5 milhões, são a última etapa para garantir deslocamento sobre asfalto entre o Vale do Rio Pardo e o Porto do Rio Grande. O transportador da produção economizará 100 km, evitando a passagem pela Região Metropolitana de Porto Alegre, especialmente pelo eixo norte da BR-116, em Canoas.

Outro destaque, com investimentos realizados é a RSC/480, no norte do Estado, ligando Erechim à divisa com Santa Catarina, numa extensão total de 78 km, dos quais 10 km, entre São Valentim e Barão do Cotegipe, carecem de pavimentação. Os trabalhos de terraplenagem foram concluídos, estando prevista a conclusão da obra no primeiro semestre de 2008, melhorando significativamente as condições de deslocamento e de transporte de cargas na região, aumentando o tráfego diário para 2 mil veículos.

A ampliação de capacidade de rodovias constitui objetivo estratégico do Governo, pelo seu impacto tanto no desenvolvimento econômico quanto na melhoria das condições de segurança nas estradas. A **SEINFRA** desenvolveu estudos para elaboração de um plano de ampliação, incluindo duplicações de rodovias, construção de 3^{as} e 4^{as} faixas e implantação de viadutos e entroncamentos. Algumas ações tiveram início em 2007, das quais salienta-se as seguintes:

– **Duplicação da RS/118:** em outubro passado, o Governo do Estado retomou a duplicação da RS/118, junto à travessia de Gravataí. A meta é iniciar a pavimentação com concreto, em fevereiro 2008. Com a obra, serão beneficiados mais de 15 mil veículos que diariamente utilizam a rodovia estadual de maior importância na Região Metropolitana de Porto Alegre.

– **Duplicação da RS/734 – Rio Grande-Cassino:** Cassino é o balneário com maior movimentação do sul do Estado e está ligado a Rio Grande pela RS/734. Entre o entroncamento com a BR-392 e a praia, são 10,6 km, por onde trafegam 15 mil veículos por dia e constitui-se no segundo trecho com maior número de acidentes. Essa foi outra obra retomada pelo Governo, com investimento de R\$ 1 milhão, prevendo-se concluir a duplicação em 2009.

No setor de **portos interiores e hidrovias**, é de ser destacada a significativa expansão da movimentação de cargas no Porto de Porto Alegre, que registrou um crescimento de 30%, no período de janeiro a outubro, em comparação ao mesmo período de 2006. Visando a conferir maior segurança e tornar o transporte fluvial uma escolha cada vez mais viável, a **SPH** preparou projeto que permitirá, em 2008, a contratação de serviços de dragagem continuada na hidrovia que liga o Delta do Rio Jacuí aos portos de Pelotas e Rio Grande.

No que diz respeito ao Porto do Rio Grande, sob administração da **SUPRG**, são destacadas as seguintes ações de maior impacto, que contribuem para a qualificação daquele instrumento:

– **Transformação do Porto do Rio Grande em *Hub Port*:** em breve o Porto do Rio Grande deverá transformar-se em um *Hub Port* (porto concentrador de cargas), conforme indica o cronograma de obras listadas para o Porto no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Governo Federal. A previsão é que, até 2009, sejam investidos R\$ 400 milhões, destinados ao aprofundamento do canal de acesso e à conclusão da obra de ampliação dos molhes da Barra do Rio Grande.

– **Comitê de escoamento da Safra de Grãos do Porto do Rio Grande:** a expectativa positiva para a safra 2006/2007 do Rio Grande do Sul levou o Porto a formar o Comitê de Escoamento da Safra de Grãos do Porto do Rio Grande (CESG-PRG) para planejar o escoamento da safra. Com o levantamento dos gargalos existentes em toda a cadeia logística, desde a zona produtora dos grãos, passando pelos modais rodoviário, ferroviário, hidroviário até a saída do produto pelo Porto, foi possível evitar o congestionamento de outros anos.

– **Dragagem continuada:** o Porto do Rio Grande preparou-se, também, para a implementação de dragagem continuada, o que permitirá maior estabilidade das condições de navegação em seus canais de acesso.

– **Expansão no volume de cargas operadas:** o volume de cargas operadas no Porto do Rio Grande, de janeiro a outubro, foi o maior registrado em toda a história do porto gaúcho, batendo o recorde anual de movimentação de cargas. Foram operadas 22.653.809 t (incremento de 19%), ultrapassando o recorde histórico obtido em 2006, quando os doze meses do ano fecharam com 22.509.047 t. As exportações cresceram 21%, considerados os meses de janeiro a novembro de 2007, em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 14.943.155 t, e as importações chegaram a 7.710.654 t (acréscimo de 15,3%). O Porto ainda atingiu crescimento em todos os segmentos, seja na Carga Geral (6,7%), nos Granéis Sólidos (26,6%) ou nos Granéis Líquidos (13%).

– **Aquisição de área do IRGA:** o Porto do Rio Grande adquiriu uma área ociosa do Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA), próxima ao Porto Novo. O terreno, avaliado em R\$ 457 mil, será utilizado para a realocação das mil famílias que se encontram em áreas estratégicas do Porto, necessárias para a sua expansão. A realocação terá o aporte financeiro do Governo Federal através do PAC, com investimentos de R\$ 22 milhões em construção de moradias.

– **Recuperação de equipamentos:** Houve investimento de R\$ 1,8 milhão na recuperação dos guindastes 13 e 33 do Porto Novo (cais público), o que garantirá a ampliação das movimentações de celulose, fertilizantes e carga geral. Outro equipamento que está sendo recuperado é a cámbria (guindaste flutuante), com investimentos de R\$ 2,8 milhões.

Nos **aeroportos estaduais**, foram realizadas ações para a ampliação da segurança de operação e de conforto para os usuários. Foram instalados equipamentos complementares à operação por instrumento diurno e noturno no aeroporto de Santo Ângelo. No aeroporto de Rio Grande foi instalada iluminação da pista de pouso e decolagem, da área de táxi, e ampliado o terminal de passageiros, estando em construção o muro de proteção da área patrimonial.

PLANOS PARA 2008

Para 2008, as principais ações na área de **Transporte e Sistemas Logísticos** são as que seguem:

Programas	Principais Ações
Aeroportos do Rio Grande do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Construção e/ou reforma de 7 aeroportos • Manutenção e modernização dos aeroportos do Estado • Operação e manutenção de 3 aeronaves de propriedade do Estado
Construção de Rodovias	<ul style="list-style-type: none"> • Obras de construção de 432 km de rodovias • Planejamento, estudos e desenvolvimento tecnológico de 1.779 km de rodovias • Obras de construção de 37 km de rodovias abrangidas pelos pedágios administrados pelo DAER • Realização de 32 km de obras de ampliação da capacidade de rodovias, desapropriações e projetos de engenharia para ampliação de 150 km de rodovias
Conservação e Manutenção de Rodovias	<ul style="list-style-type: none"> • Operações de conservação e manutenção em 5.536 km de rodovias Estaduais
Operação do Sistema Rodoviário Estadual	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização de contratos de concessão de rodovias • Fiscalização de excesso de peso e cargas de produtos perigosos • Realização de ações de fiscalização (controle da velocidade e cumprimento das regras de trânsito), prevenção e de educação, para redução de acidentes • Fiscalização de linhas de transporte coletivo intermunicipal de passageiros de longo curso
Portos Interiores e Hidrovias	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção dos canais de navegação, com 50.000 m³ de dragagem • Ações de manutenção da sinalização náutica das hidrovias da Bacia do Sudeste • Pavimentação do terminal de contêineres • Pavimentação da área operacional do cais navegantes • Realização de obras para o Plano inclinado do Estaleiro Naval de Triunfo
Porto do Rio Grande – Portal Logístico do Mercosul	<ul style="list-style-type: none"> • Dragagem dos canais de acesso e bacia de evolução do Porto do Rio Grande • Modernização e adaptação da infraestrutura no Porto Novo do Rio Grande • Gestão ambiental - Manutenção da Licença de operação do Porto

AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO

Aumentar a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio gaúcho é uma das diretrizes estratégicas do Governo do Estado. Para a

concretização dessa diretriz, são priorizadas iniciativas que aumentem a produtividade e estimulem a agregação de valor aos produtos, em especial aqueles destinados a exportações, enfatizando a certificação da qualidade de produtos, o controle da sanidade animal e vegetal, e a disseminação da boa governança aos produtores rurais, a fim de assegurar-lhes a preservação da renda. Esse papel cabe à **Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA)** e suas entidades vinculadas, a **Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)**, as **Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS)** e o **Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA)**.

Alinhadas a essa diretriz, diversas iniciativas foram desenvolvidas. No campo da **certificação da qualidade da produção gaúcha**, está em fase de conclusão, pela SEAPA, a criação da norma que comporá o Programa de Monitoramento e Manutenção da Qualidade do Leite. Discutido em 2007, envolvendo todos os setores da cadeia produtiva do leite, com planejamento até 2016, o Programa será amplo e terá adesão pelas empresas, com o qual o Rio Grande do Sul estará inserido no processo nacional de qualidade dos serviços lácteos.

No âmbito do **controle da sanidade animal e vegetal**, as principais ações buscaram a melhoria das condições de produção e circulação dos produtos de origem animal e vegetal.

Foi dado início ao processo de informatização das Inspetorias Veterinárias e Zootécnicas (IVZs), da instalação de acesso à internet de alta velocidade e, em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), foi criado o Sistema de Defesa Agropecuária (SDA) eletrônico. A ação permitirá interligar todo o Estado, dando condições para a emissão de Guia de Trânsito Animal e Vegetal eletrônica, fundamental para o controle dos produtos certificados gaúchos.

A promoção do aumento do abate sob inspeção sanitária oficial possibilitou o incremento de 25% na arrecadação do ICMS, com a participação de 95 frigoríficos. Até setembro, foram recolhidos R\$ 55,3 milhões, ante R\$ 44,3 milhões nos nove meses de 2006. O Agregar-RS oferece, em média, a alíquota de 2,5% no ICMS para os integrantes do Programa, pagando 7% quem não o integra.

Foram realizadas barreiras de fiscalização nas estradas do litoral gaúcho para o controle do transporte de produtos alimentícios, verificando a procedência e o controle de qualidade. A fiscalização apreendeu e destruiu 65 t de produtos de origem animal ilegais, quantidade 17,8% maior do que a registrada no verão anterior, com um destaque para a eficientização de sua execução, na medida em que foi obtida a economia de pelo menos 40% nos gastos com diárias. Em janeiro e fevereiro, foram realizadas 192 barreiras, com 5.605 veículos vistoriados, um índice 37,5% maior do que o contabilizado no verão de 2006. No período, ocorreram 117 apreensões e inutilizações de produtos de origem animal, um número 40% maior do que o registrado em 2005/2006.

A SEAPA distribuiu, gratuitamente, 5,1 milhões de doses de vacina contra a febre aftosa aos produtores familiares enquadrados no Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). O investimento total foi de R\$ 6,12 milhões do Governo do Estado. Na primeira fase da campanha oficial de vacinação, em janeiro, a imunização atingiu 94,13% do rebanho gaúcho, e, na segunda, em junho, 89,72%.

Numa ação de integração internacional, o Governo do Estado cedeu veterinários da SEAPA para auxiliar o Uruguai no combate ao morcego transmissor da raiva, em foco localizado próximo à fronteira com o Brasil. O Rio Grande do Sul é um estado modelo na prevenção e no combate ao morcego.

Cabe, ainda, destacar a promulgação da Lei 12.731, de 26 de junho de 2007, de iniciativa do Poder Executivo, que instituiu o Programa de Sanidade Avícola. O Programa trata da organização da cadeia produtiva do setor a fim de qualificar a avicultura em termos sanitários.

Atendendo demanda do setor vitivinícola, em junho, teve início a realização de barreiras, de forma alternada, durante 24 horas por dia, na fronteira com Santa Catarina, sobretudo em Vacaria (por onde passa 99% do vinho a granel produzido no Rio Grande do Sul). O controle gerou uma considerável redução no número de fraudes. Das 448 amostras coletadas no segundo semestre, apenas 3,6% apresentaram problemas de qualidade. Adicionalmente, para a promoção do segmento, a Secretaria firmou, em 27 de novembro, convênio que estabelece o repasse de 25% da receita tributária arrecadada junto à indústria vinícola do Rio Grande do Sul, recolhido pelo Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura do Rio Grande do Sul (FUNDOVITIS), diretamente para o Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN). A medida era uma reivindicação antiga do setor, que viabilizou um aporte extra de até R\$ 3 milhões já em 2007. O convênio tem origem na Lei nº 12.743/07, aprovada na Assembléia Legislativa do Estado em 05 de julho. A medida confere maior autonomia ao setor vitivinícola gaúcho, devendo os recursos ser utilizados em campanhas promocionais de divulgação, aporte para o cadastro anual vitivinícola, manutenção do IBRAVIN e desenvolvimento de pesquisas.

Para a disseminação de práticas de boa governança na produção primária, a SEAPA editou a Portaria nº 267/2007, que regula as condições higiênico-sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação (BPF). A portaria normaliza a qualidade do serviço prestado por indústrias de alimentos, buscando dar um padrão de qualidade único aos produtos animais processados no Estado, especialmente o leite.

Além dessas iniciativas diretamente alinhadas à diretriz do Governo do Estado voltada ao agronegócio, outras relevantes ações foram desenvolvidas. O programa Troca-Troca de Sementes atendeu 240 mil pequenos produtores, investindo R\$ 34 milhões na compra de 480 mil sacas de milho (saca de 20 Kg). No Seguro Agrícola Estadual o Governo pagou todos os subsídios referentes à safra 2006/2007. Para o Milho, foram pagos os subsídios referentes a 25.071 contratos, no montante de R\$ 3,2 milhões.

O mesmo foi feito em relação ao Seguro Agrícola para Uva, com subsídios referentes a 134 contratos.

Relativamente à **infra-estrutura rural**, foi realizada a terraplenagem para a instalação de indústrias em Palmeira das Missões (Nestlé Alimentos) e Marau (Metasa), além da construção de pocilgas e aviários em Pareci Novo, Farroupilha e Travesseiro. Houve a perfuração de 44 poços artesianos, a locação de 64 e recuperados de outros dois no Zoológico de Sapucaia do Sul. Também foram beneficiadas 7.843 famílias com obras em açudes, redes de água, vias de acesso e limpeza de rios. Ainda, o ano foi encerrado com todo o parque de máquinas em perfeitas condições. A SEAPA modificou as regras para cedência de maquinários aos municípios, regionalizando o seu uso e realizando rodízio entre os mesmos. O envio de maquinário foi regularizado em 189 municípios, com a cedência de 618 máquinas e equipamentos.

Com o objetivo de fortalecer a produção agropecuária gaúcha, foram reativadas cinco Câmaras Setoriais pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, contemplando os setores de Apicultura, Floricultura, Cana-de-açúcar, Ovinocultura e Leite. A Câmara Setorial do Leite tem o objetivo de harmonizar e desenvolver a cadeia produtiva do leite. O PRODELACT, por sua vez, é responsável pela operacionalização da política leiteira no Rio Grande do Sul. Os dois organismos complementares trabalham com a perspectiva de grande crescimento do setor lácteo no Estado, com a instalação de novas empresas e ampliação de plantas industriais.

Foram indenizadas 66 famílias de agricultores desalojados de áreas demarcadas de ocupação indígena, em um valor total de R\$ 3,3 milhões. Também foram adquiridos 540 ha no município de Quatro Irmãos para reassentamento de 40 famílias desalojadas de áreas demarcadas de ocupação indígena, com investimento do Estado de R\$ 4,8 milhões. Foram concedidos 245 termos de cessão de uso e regularizadas 69 áreas de famílias assentadas. O Estado liberou crédito para 97 famílias com recursos do PRONAF "A" para instalação, apoio e fomento, e criou dois projetos de assentamentos, beneficiando 42 famílias.

Ainda na área do Desenvolvimento Agrário, a SEAPA coordenou a compra de 32,3 mil hectares de terras, com investimento de R\$ 137 milhões, beneficiando 3.840 jovens e pequenos produtores rurais. O acesso à terra, por meio de financiamento, foi feito através do Programa Crédito Fundiário, que conta com recursos federais.

Por fim, é de destacar que a EXPOINTER 2007 bateu todos os recordes, havendo alcançado um crescimento de 37,3% na comercialização de animais, máquinas, implementos agrícolas, artesanato e produtos da agricultura familiar, na comparação com a edição passada. No ano, as vendas da maior feira agropecuária da América Latina, que teve público de 695 mil pessoas, somaram R\$ 131,5 milhões, ante R\$ 95,8 milhões de 2006. Estiveram presentes 3.160 expositores, número 8,4% maior do que o do ano anterior. As operações de crédito igualmente aumentaram, registrando incremento de 74,9%, com a liberação de R\$ 189,5 milhões aos

produtores. O Governo do Estado investiu R\$ 300 mil em obras e melhorias no Parque Assis Brasil. Foi construído o Centro de Manejo e Paisagem e erguidas baias para pôneis. A feira ainda fechou com equilíbrio financeiro entre despesa e receita.

PLANOS PARA 2008

Para 2008, na área de **Agricultura, Pecuária e Agronegócio** as principais ações são as que seguem:

Programas	Principais Ações
Assistência Técnica e Extensão Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica e extensão rural para famílias de agricultores, de assentados, de indígenas, de pescadores e de quilombolas
Desenvolvimento Agrário	<ul style="list-style-type: none"> • Viabilização do acesso a terra, aquisição de imóveis e disponibilização de crédito fundiário às famílias • Viabilização econômica e social para 30 famílias dos assentamentos e reassentamentos
Desenvolvimento da agricultura familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento à agricultura familiar através da mecanização associativa rural, perfuração de poços tubulares comunitários, conservação de vias de acesso rurais, financiamento à agroindústria, e capacitação de agricultores para implantação de pomares • Disponibilização do RS Rural para famílias indígenas, famílias beneficiadas com projetos de manejo e conservação de recursos naturais e geração de renda, capacitação, e projetos integrados de desenvolvimento sustentável • Disponibilização de seguro agrícola para agricultores na modalidade básica • Distribuição de sementes do Troca-Troca de
Desenvolvimento do Agronegócio Gaúcho	<ul style="list-style-type: none"> • Defesa agropecuária, através de fiscalizações e vistorias em propriedades, aquisição de doses de vacinas, e atendimento a sistemas agroindustriais • Fomento ao agronegócio (setores estratégicos, habilitação de estabelecimentos ao Agregar/RS, construção de viveiros par mudas de árvores, e apoio aos arranjos produtivos de leite • Fomento às culturas ligadas à bioenergia • Arroz RS (Comercialização de sementes, lançamento de cultivares e assistências técnicas a produtores)
Segurança Alimentar na Produção, no Armazenamento e no Abastecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento à certificação e à rastreabilidade de produtos
Modernização da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio	<ul style="list-style-type: none"> • Otimização da estrutura da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio

DESENVOLVIMENTO E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

A promoção do investimento privado sob diversos enfoques, associado à inovação tecnológica constitui-se em um elemento das diretrizes estratégicas traçados para o Estado. Nesse sentido, é prioridade do Governo a viabilização de investimentos privados, para aumentar e diversificar a capacidade produtiva, orientando o esforço de atração de investimentos nas regiões em apoio aos arranjos de produção local, bem como de modo a contribuir substancialmente para a expansão da capacidade gaúcha de transformar conhecimentos em novos produtos, processos ou serviços que possam ser colocados no mercado em níveis competitivos, tendo a empresa como motor do processo em estreita articulação com universidades e institutos de pesquisas.

Por meio das políticas públicas da área de desenvolvimento e assuntos internacionais o Governo, através das atividades desenvolvidas pela **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)** enfatiza iniciativas que gerem novos empreendimentos e oportunidades de trabalho em setores de tecnologia de ponta, aumentem a competitividade da economia na indústria, nos serviços e na agropecuária, elevem o valor agregado da produção e das exportações e estimulem a formação, a qualificação e a atualização da inteligência local. Adicionalmente, com o foco nas vocações econômicas, culturais e regionais, objetiva promover o dinamismo econômico e o aumento da produtividade de setores tradicionais e contribuir para a redução das disparidades regionais.

Em 2007, foi aprovada a concessão de incentivos fiscais a oito projetos, com previsão de investimentos fixos no montante de R\$ 78,5 milhões e criação de 727 empregos diretos. Também foram assinados 13 Termos de Ajuste de Implementação de Fruição de Incentivo. Ao final do período foram, ainda, recebidas 15 cartas-consulta relativas à solicitação de incentivos fiscais associados a novos projetos industriais e agroindustriais, de implantação e expansão, com investimentos fixos estimados no montante de R\$ 691,5 milhões e previsão de geração de 5.145 empregos diretos e o exame de enquadramento de 13 novos projetos, com previsão de investimentos fixos no montante de R\$ 660,3 milhões e geração de 4.833 empregos diretos.

Em outros estágios de tratativas no campo do **fomento a novos investimentos**, destacam-se a assinatura de protocolos de intenções com empresas, totalizando investimentos da ordem de R\$ 390 milhões e a geração de 758 novos empregos diretos: Souza Cruz (construção do parque gráfico em Cachoeirinha), Goiás Minas Indústria de Laticínios (ITALAC) - implantação de usina de beneficiamento de leite longa vida em Passo Fundo, Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) - ampliação da unidade do Distrito Industrial de Montenegro, FITESA (nova fábrica em Gravataí) e SATIPEL (modernização da fábrica de Taquari). Destacam-se, ainda, nesse sentido: o anúncio do plano de investimentos da DELL no Estado para o desenvolvimento de programas de computador (70 empregos) e para o seu *call center* (700 empregos) e a confirmação dos investimentos da Embaré Indústrias Alimentícias para a instalação de uma unidade industrial no

município de Sarandi; a publicação do edital para manifestação pública de interesse para realização do projeto de viabilidade econômica para o Cais do Porto de Porto Alegre, e a análise de uma carteira de doze projetos no âmbito do programa **RS Energia para Investidores**, sendo oito de pequenas centrais hidrelétricas, com investimentos de R\$ 538 milhões; um de etanol, com investimento de R\$ 300 milhões; dois projetos de biogás, totalizando R\$ 18 milhões e um de biodiesel, no valor de R\$ 37 milhões.

A atividade de **gestão e desenvolvimento de espaços industriais**, relevante sob o aspecto da macro e da microlocalização de atividades industriais no Estado, resultou na aprovação de 22 cartas-consulta e na assinatura de contratos preliminares de reserva de área com 13 empresas, para implantação nos Distritos Industriais de propriedade do Estado (Alvorada-Viamão, Montenegro-Triunfo, Rio Grande e Santa Maria). Nesse contêxto, foi prestado assessoramento para a localização física e o licenciamento ambiental das empresas Masisa e Hexion, que ocuparão importantes áreas no Distrito Industrial de Montenegro-Triunfo, Fibraplac e Metasa, no Distrito Industrial de Rio Grande – esta estreitamente ligada ao pólo naval florescente na região –, bem como para duplicação do Dique Seco.

Foram, ainda, concretizados importantes avanços no tocante à adequação de questões ambientais, tais como: a obtenção, junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), da licença de operação do Distrito Industrial de Rio Grande, pendente desde 1998; e a conclusão dos projetos necessários para licenciamento ambiental do Distrito Industrial de Santa Maria, já protocolados na FEPAM para análise e aprovação. Quanto ao Distrito Industrial de Montenegro-Triunfo, foram concluídos os estudos ambientais referentes ao Termo de Cooperação Técnica SEDAI/PM Triunfo, para o licenciamento prévio da área anexa ao Distrito e protocolado o processo de licenciamento permanente junto à FEPAM, encontrando-se ainda em fase final de execução os projetos para regularização ambiental desse Distrito Industrial.

Relativamente a obras de manutenção, foram implantados 2,1 km de rede de energia elétrica em baixa tensão para a iluminação pública de ruas do Distrito Industrial de Alvorada-Viamão.

Finalmente, a SEDAI contribuiu para o desenvolvimento de espaços industriais municipais através: da elaboração do Plano Diretor para a área industrial de Não-Me-Toque, entregue ao município durante a EXPODIRETO 2007; do assessoramento técnico para a elaboração do Plano Diretor da área industrial de Coronel Barros; do assessoramento para a escolha da área industrial de Charqueadas, e do repasse de R\$ 200 mil para a implantação de infra-estrutura na área industrial de Miraguaí.

A SEDAI desenvolveu atividades de **fomento empresarial**, através de redes de cooperação, do serviço de extensão empresarial e de capacitação empresarial. Foram criadas 20 novas redes, compreendendo 239 empresas em 15 regiões do Estado, e realizados seis Encontros Regionais/Seminários de Redes de Cooperação. Foram assessoradas 119 empresas da Região da Serra pelas equipes de extensão empresarial e

realizados 20 cursos de capacitação empresarial, para 397 participantes em três regiões do Estado.

No nível setorial ou dos **arranjos produtivos gaúchos**, a SEDAI promoveu diversas iniciativas, das quais se destacam:

– apoio ao desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), através de ações de articulação com a governança local, Governo do Estado e Governo Federal, além de convênios para execução de projetos de inovação nos APLs de Conservas (Região Sul), Moveleiro (Região Serra), Pólo de Moda da Serra Gaúcha e Metal-mecânico/Máquinas e Implementos Agrícolas (Região Noroeste Colonial);

– apoio aos setores coureiro-calçadista e fumageiro, nas questões relativas à transferência dos créditos de ICMS nas exportações;

– criação do Comitê Setorial do Couro e do Calçado, constituindo-se em uma articulação entre as entidades do setor e o Governo do Estado (SEDAI e Secretaria da Fazenda) para discutir os problemas enfrentados pelos exportadores;

– assinatura de Protocolo de Intenções com o Centro de Excelência Mundial em Ferramentas e Sistemas de Gestão para Manufatura de Calçados - Novo Hamburgo, com o objetivo de articular ações para inovação e geração de conhecimento na área calçadista;

– lançamento do Selo Gaúcho Empreendedor, destinado a empresas, instituições e pessoas atuantes em projetos e ações geradoras de emprego, riquezas e qualidade de vida no Estado, sendo que a primeira homenagem foi para o Vale dos Vinhedos, na FENAVINHO, como reconhecimento do Governo do Estado pela conquista da Certificação de Procedência junto à União Européia;

– inauguração da escola-sede do Centro Gestor de Inovação Moveleira da Metade Sul, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, Prefeitura de Santa Maria, SENAI e SEBRAE;

– inauguração do Centro Mesorregional de Vitivinicultura, em Jaguari, e início das atividades de capacitação e qualificação, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, EMBRAPA E URI;

– criação do Comitê Executivo do Arranjo Produtivo de Base Florestal;

– acompanhamento e fiscalização de convênio com o município de Glorinha, atendendo demanda da Consulta Popular no âmbito dos projetos setoriais; e

– participação da SEDAI nas Câmaras Setoriais da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA), fiscalização do Pró-Produtividade Agrícola, bem como a participação na Força-Tarefa do Hospital Psiquiátrico São Pedro e conselhos gestores de setores produtivos.

A atuação da SEDAI na **promoção comercial e das relações internacionais** do Estado do Rio Grande do Sul resultou na recepção de 24 visitas diplomáticas, de 23 países, e de 27 missões governamentais e empresariais de 14 países, com destaque para a China, a Itália e o Reino

Unido, com seis, cinco e três visitas, respectivamente. A Secretaria promoveu também três missões/visitas ao Exterior: Alemanha, Colômbia e Índia.

Destacaram-se igualmente, a participação no Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul, no Fórum Microsoft de Líderes de Governo das Américas, ocorrido em março, em Cartagena das Índias, na Colômbia; a missão do Secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais à Índia, com o objetivo de atrair investimentos nas áreas de energia eólica, automotiva, fármacos e TI; a recepção de missão governamental da Província-Irmã de Hubei, da China, com os objetivos de estreitar os laços entre Hubei e o Rio Grande do Sul, estabelecer cooperação nas áreas de maquinário agrícola, plantio de arroz irrigado, produção e comércio de vinho, aquicultura de água doce, medicina chinesa tradicional e biopesticidas e promover intercâmbios de estudantes de universidades de ambas as regiões; a recepção de embaixadores das Filipinas, Indonésia, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã, países pertencentes à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), em julho; a recepção de missão governamental da Província de Heilongjiang, da China, com o objetivo de estreitar os laços de amizade e estabelecer relação de cooperação entre esta Província e o Rio Grande do Sul, sendo o Estado, na oportunidade, convidado para a Feira Internacional de Cooperação Econômica e Comercial de Harbin, em 2008.

No âmbito da promoção comercial, foi promovida a participação de 93 empresas gaúchas em sete feiras: Couromoda (coureiro-calçadista), Hannover (multissetorial), Brasil Cachaça (alimentos e bebidas), Francal (coureiro-calçadista), FIPP (gemas e jóias), Anuga (alimentos e bebidas) e HK Electronics (elétrico, eletrônico, mecânico). Salienta-se a participação da Secretaria na Feira Industrial de Hannover onde foi lançado o programa RS Energia para Investidores para um grupo de investidores internacionais.

Das atividades do Portal e da Sala do Exportador foram computados 36 atendimentos pela Internet, 126 atendimentos através do *call center*, 448 atendimentos presenciais, 241 outros atendimentos (departamentos da SEDAI, órgãos estatais da Administração Direta e Indireta, imprensa, prefeituras, entidades associativas), totalizando 851 atendimentos. Salienta-se a retomada, em janeiro, do sistema Rede de Negócios, com 4.438 cadastramentos de empresas, 3.770 acessos ao *site* do sistema e 10.324 oportunidades de negócios oferecidas.

Responsável pelo registro do comércio, a Junta Comercial (JUCERGS) assinou Contrato de Gestão com o Governo do Estado, com o estabelecimento de metas de melhorias no período 2007-2010. Também foi dado início ao Plano de Modernização da JUCERGS, previsto no Contrato de Gestão, através das seguintes ações: contratação de empresa terceirizada para digitação de processos, objetivando a inclusão em banco de dados próprio (SIARCO); aquisição de 130 equipamentos de informática, através de licitação; implantação do Registro Eletrônico de Empresário pela internet; início do processo de digitalização de documentos; disponibilização de informações cadastrais para usuários institucionais e usuários privados; projeto de elaboração de concurso público para concessão de matrícula para

tradutores públicos e intérpretes comerciais, e ampliação do horário de atendimento ao usuário.

PLANOS PARA 2008

Para 2008, na área de **Desenvolvimento e Assuntos Internacionais** as principais ações são as que seguem:

Programas	Principais Ações
Articulação e Apoio aos Setores Produtivos	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), (constituição de um centro gestor de inovação e atendimento de demandas prioritizadas na CP) • Apoio ao desenvolvimento de projetos setoriais e/ou estratégicos (Pólo Naval, Projeto Floresta Indústria) • Implantação e desenvolvimento de espaços industriais (novos projetos nos distritos industriais) • Apoio a iniciativas municipais (áreas industriais) • Atração de investimentos (apoio a novos projetos de investimentos) • Articulação e integração com os setores produtivos (projetos nas áreas de energia, setores tradicionais, estruturação de setores do futuro, e reestruturação de economias regionais)
Fomento Empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização e manutenção da JUCERGS • Realização de Capacitação Empresarial • Atendimentos de demanda para Extensão Empresarial • Constituição de 40 novas Redes de Cooperação • Portal de Negócios (criação de 3 escritórios de projetos e acessos pela Internet)
Assuntos Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da integração e cooperação internacional (Realização de 30 ações de cooperação e integração, e de 35 missões) • Fomento ao comércio internacional (apoio à participação de 100 empresas em feiras comerciais internacionais) • Agenda de negócios internacionais, venda de oportunidades e potencialidades de negócios do RS

CRÉDITO E FOMENTO

As instituições financeiras do Estado – **Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul)** e a **Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento (CaixaRS)** – desenvolvem iniciativas na área do **crédito** em diversas modalidades, que vão do curto ao longo prazo, do produtivo ao do consumo, do operacional ao de fomento e desenvolvimento, entre outras. Além da atuação na área creditícia, o Banrisul ainda responde por uma relevante parcela dos serviços bancários no Estado do Rio Grande do Sul.

A atuação da **CaixaRS**, empresa vinculada à Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, resultou na aprovação de 385 operações de crédito ao setor privado, no montante de R\$ 139,0 milhões, e de 65 operações de crédito ao setor público, no valor de R\$ 41,5 milhões. Também foram aprovadas 625 operações de microcrédito, no valor de R\$ 1,02 milhão.

O **Banrisul**,²³ por sua vez, na área creditícia, aplicou R\$ 503 milhões na área da saúde – hospitais públicos, privados e vinculados a universidades –, R\$ 316 milhões na área educacional, R\$ 174 milhões, em recursos próprios, para o custeio agrícola e pecuário e R\$ 143 milhões no segmento imobiliário. No segmento de micro e pequenas empresas, foram alocados R\$ 568 milhões, sendo realizadas, na modalidade Giro Fácil e no Programa de Financiamento para Capital de Giro (Promicro), mais de 21,2 mil operações, representando volume financeiro de R\$ 224 milhões. De forma automatizada, as empresas conveniadas da Rede Banricompras anteciparam, por meio do produto Desconto de Recebíveis Banricompras, o total de R\$ 128,5 milhões em 353 mil operações. Referente ao Sistema BNDES, foram repassados R\$ 115 milhões para os setores público e privado, sendo R\$58 milhões para o ramo industrial. Destaca-se, ainda a realização de 240 mil operações de consignação em folha de pagamento, num montante de R\$ 1,1 bilhão, dados estes consolidados até o final do terceiro trimestre de 2007.

Relativamente à **atuação no mercado bancário**, o Banrisul alcançou, 97,4% da população do Rio Grande do Sul com suas 391 agências, atendendo a 2.869.259 clientes com seus 8.845 funcionários. Com a expansão do Banco Sim, as regiões da Serra, Centro e Centro Sul do Estado passaram a contar com um conjunto de produtos, entre eles o acesso à linha de crédito consignado nos Correspondentes Banco SIM, com as taxas de juros mais baixas do mercado e isenta de tarifas.

Institucionalmente, o Banrisul foi fortalecido no ano de 2007 com o processo de capitalização, que reforçou a base de capital do Banco em R\$800 milhões. Esse aporte deverá financiar a expansão das operações de crédito e implementar estratégias de investimentos em tecnologia da informação.

Banrisul - Principais números (consolidado)

(R\$ milhões)

	2005	2006	Set./2007
Total do Ativo	14.089,5	15.648,5	20.114,4
Operações de Crédito	5.973,2	6.357,0	7.228,1
Captações de Recursos	12.239,9	14.238,4	15.786,1
Patrimônio Líquido	1.143,2	1.295,1	2.722,6
Lucro Líquido	351,9	361,7	* 801,8

²³ As informações do Banrisul são consolidadas até o final do terceiro trimestre de 2007.

No ano, o Banrisul, recebeu alguns reconhecimentos, dentre eles: o de quarta empresa estatal mais rentável do País e de oitava maior empresa pública brasileira por receita líquida, segundo levantamento da publicação Anuário Análise – Companhias Abertas, edição 2007; sétimo lugar entre os maiores bancos no Brasil, conforme *ranking* publicado na revista Forbes Brasil²⁴; divulgação, na edição de junho de 2007 da revista Conjuntura Econômica, de um amplo trabalho sobre conglomerados financeiros do País, com destaque para o Banrisul, que aparece em segundo lugar entre os cinco melhores bancos públicos brasileiros; primeiro lugar entre as dezesseis instituições bancárias preferidas dos gaúchos, segundo avaliação do instituto Dataulbra, e marca preferida na categoria banco e segundo banco mais lembrado, de acordo com a pesquisa Marcas de Quem Decide, organizada pelo Jornal do Comércio e o Instituto de Pesquisas QualiData.

MEIO AMBIENTE

O Rio Grande do Sul é reconhecido nacionalmente como um estado que se preocupa com o meio ambiente. Mas é, também, visto nesta área como um estado de burocracia excessiva e inibidora de investimentos. Nos órgãos ambientais, apesar da crescente demanda pelos seus serviços, há falta tanto de recursos materiais e humanos como de interligação entre seus sistemas de informação. O reflexo disso se dá no atendimento às demandas do cidadão, que enfrenta a demora nos trâmites internos e o desencontro de informações entre os órgãos.

O propósito do Governo, na área de meio ambiente, é de atuar fortemente no desenvolvimento de métodos de gestão capazes de integrar as diversas atividades desenvolvidas, no que diz respeito ao licenciamento ambiental, à outorga do uso das águas e ao licenciamento florestal. Tais ações resultam em maior agilidade no atendimento das demandas em suas diversas áreas, beneficiando a realização de empreendimentos no Rio Grande do Sul, sem contudo, gerar perdas para a qualidade do meio ambiente.

Nessa perspectiva, a partir do decreto nº 45.099 de 18 de julho de 2007, foi instituída uma **força-tarefa** com integrantes de diversos órgãos do Estado tendo como objetivo intensificar as atividades de suporte administrativo necessárias à conclusão dos trâmites relativos aos licenciamentos ambientais da **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM)**. Coube ao Comando Ambiental da Brigada Militar o apoio necessário, através de seus recursos humanos e materiais. Ao todo, foram realizadas 33 vitórias, com a participação de 21 soldados, em 23 municípios. O número de processos em estoque na FEPAM, no início de 2007, era de 11.149, sendo reduzido para 2.529, o que correspondeu a uma diminuição de 77,3% dos processos administrativos de atividades passíveis de licenciamento ambiental. Atualmente está em andamento uma segunda força-tarefa com 15 profissionais contratados ou ainda em fase de contratação indicados pelas

²⁴ Elaborado pela agência Austin Rating.

universidades, visando à revisão dos conceitos e critérios estabelecidos para o licenciamento da silvicultura.

Em 2007, a FEPAM atuou intensivamente na proteção ambiental, emitindo no total 6.979 licenças, sendo que a prioridade da instituição foram os novos processos que deram entrada no ano e que, em função também da força-tarefa, encontram-se em dia. O quadro abaixo resume as principais licenças concedidas:

Setor	Licenças concedidas
Energia	<ul style="list-style-type: none"> o Licença Prévia (LP) para a ampliação das atividades do Parque Eólico Ventos do Sul, Osório/RS, passando de 150 MW para 300 MW; o Licenças de Instalação (LI) para os Parques Eólicos de Tramandaí, Santana do Livramento e Xangrilá; Hidrelétricas de Monjolinho, Usina Hidrelétrica de Passo do São João, da Eletrosul Centrais Elétricas e Usina Hidrelétrica de São José, da Ijuí Energia. o Licenças para as usinas de biodiesel: Brasil Ecodiesel, em Rosário do Sul, a Oleoplan, Óleos Vegetais Planalto, de Veranópolis, a BSBios – Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A, com sede em Passo Fundo, a Granol, em Cachoeira do Sul, a Tchê Indústria, Comércio e Exportação de Biodiesel, a se instalar em Taquaruçu do Sul, a Cooperbio, em Frederico Westphalen, a TEJEDOR Comercial, em Cruz Alta, e a Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis Ltda.
Infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none"> o Licença Prévia (LP) para a BR-116 (viaduto em Sapucaia do Sul e ampliação da ponte sobre o rio Gravataí, obras do DNIT). o Licença de Instalação (LI) para o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) realizar as obras de pavimentação da RST 377 (o trecho licenciado tem 49,85 km de extensão, ligando os municípios de Santiago e São Francisco de Assis); RS-101 (trecho Tavares a São José Norte); RS-734 (trecho Cassino a Rio Grande); RS-118 (duplicação Sapucaia do Sul-Gravataí); BR-158 (Rosário do Sul-Santa Maria – DNIT); e Terminal de Cargas do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre.
Saneamento Básico	<ul style="list-style-type: none"> o Licença Prévia (LP) para ETE bacia do Arroio Rau, em Novo Hamburgo; ETE Alvorada/Viamão – Corsan; Aterro Sanitário de Giruá. o Licenças de Instalação (LI) para ETE Lajeado – Corsan; ETE Igrejinha – Corsan. o Licenças de Operação (LO regularização) para ETE Cachoeira do Sul – Corsan.
Abastecimento de Água	<ul style="list-style-type: none"> o Licenças de Operação (LO regularização) para a ETA Cachoeira do Sul - Corsan; o Licenças para as barragens: Taquarembó (São Gabriel) e Jaguari (Jaguari), para irrigação, abastecimento e outros usos.
Indústria	<ul style="list-style-type: none"> o Licença Prévia (LP) para Hexion Química Ind. e Com.S/A –Montenegro – indústria química; PL Fundação e Serviços Ltda. – Arroio dos Ratos – fundição; Rio Grande Bioenergética S.A. – Rio Grande – usina termelétrica; o Licenças de Operação (LO) para John Deere Brasil Ltda. – Montenegro – fabricação de tratores; Brasil Ecodiesel Ind. Com. Biocombustíveis e Óleos Vegetais S/A – de Rosário do Sul – fabricação de biodiesel; e Distrito Industrial de Rio Grande. o Licenças de Instalação (LI) para Fundifar Metalurgia Ltda. – Farroupilha – fundição; Castertech Fundação e Tecnologia Ltda. (grupo Randon) – Caxias do Sul – fundição; Masisa do Brasil Ltda. – Montenegro – fabricação de placas MDF; Dairy Partners Americas Manufacturing Brasil Ltda. (Nestlé) – Palmeira das Missões – laticínio; Goiás Minas Ind. de Laticínios Ltda. (ITALAC) – Passo Fundo – laticínio; o Licenças para Nutrilat em Lajeado (Fazenda Vila Nova); Fitesa em Gravataí; Cia. Brasileira de Cartuchos, em Montenegro; Souza Cruz, em

Setor	Licenças concedidas
	Cachoeirinha.
Silvicultura	<ul style="list-style-type: none"> o Foram concedidas 248 Licenças Prévias, 164 Licenças de Operação e 51 Licenças Únicas para a silvicultura, representando mais de 30.000 hectares de novas áreas liberadas para o plantio. o Estão em fase final de análise os EIAs/RIMA apresentados pelas empresas Aracruz, Stora Enso e Votorantim, cujos empreendimentos prevêm o plantio de mais de 100.000 hectares cada um. Paralelamente, estão ocorrendo audiências públicas para apresentação dos mesmos às comunidades afetadas, por bacia hidrográfica.

No que diz respeito ao processo de licenciamento ambiental, merecem destaque também a instalação do **Balcão Ambiental da FIERGS** e do **Balcão Ambiental Unificado**. O primeiro é resultado de uma parceria entre **Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA)**, FEPAM e Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) e tem como finalidade orientar os empreendedores quanto à elaboração e encaminhamentos dos processos de licenciamento ambiental, legislação e diretrizes ambientais em vigor, serviços técnicos de assessoria ambiental e implantação de programas de produção mais limpa e sistemas de gestão ambiental. Sua importância não se resume na agilidade que pode proporcionar, mas especialmente na qualificação dos projetos empresariais no que se refere à proteção ambiental.

Já o Balcão Ambiental Unificado foi instituído pela FEPAM em parceria com a SEMA, através do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) e do Departamento de Recursos Hídricos (DRH) e visa à unificação dos processos de licenciamento ambiental. Nesse novo formato, o protocolo de solicitação de licença envolvendo DEFAP/DRH/SEMA e FEPAM passa a ser único, isto é, o empreendedor não necessitará abrir um protocolo diferente em cada setor dos órgãos ambientais até atingir o licenciamento final da FEPAM. O novo procedimento foi instalado na regional de Alegrete, sendo que o próximo a ser inaugurado será junto à regional do litoral, em fevereiro de 2008.

Adicionalmente, os empreendimentos ou atividades, exceto de mineração, beneficiaram-se da **prorrogação on-line da validade das Licenças de Operação (LO)**. A decisão, em vigor desde maio de 2007, que atende à Resolução nº 237, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), estabelece que, desde que a renovação seja requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, fica essa automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental. Além disso, a FEPAM concedeu desconto de 10% sobre o valor total da taxa para a renovação das Licenças de Operação, o que consiste em um "incentivo ambiental" para aqueles que não tiveram auto de infração durante o período de vigência da licença. A decisão consta da Resolução nº 2/2007 do Conselho de Administração.

Além da qualificação dos procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito dos órgãos estaduais, diversas providências foram tomadas no sentido da **municipalização da gestão e do licenciamento ambiental**. Entre os principais avanços da descentralização, está o estímulo, por meio do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA-RS) da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, às prefeituras para se

qualificarem junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) para o licenciamento de atividades de impacto local. Em sua política de municipalização, o Governo ampliou para 183 o número de prefeituras habilitadas, incluindo municípios como Bento Gonçalves, Santo Ângelo, Gravataí, Osório e vários outros de diversos portes, representando dois terços da população do Estado.

Além disso, outros importantes avanços foram alcançados no que diz respeito à gestão ambiental municipal: ampliação do rol de atividades que produzem efeitos ambientais eminentemente locais, incluindo mineração até dois hectares, desassoreamento de curso d'água, lavagens de veículos, trocas de óleo e oficinas mecânicas; pactuação de convênios de delegação de competência, firmados entre a FEPAM e os municípios de Pelotas, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Novo Hamburgo (termo aditivo) para aumentar o porte e o número de atividades a serem licenciadas; e elaboração e conclusão, em parceria com a FEPAM, dos planos diretores dos municípios de Osório, Palmares do Sul e Mampituba, já com lei municipal e, em propostas técnicas, para os municípios de Xangri-lá, Torres e Arroio do Sal.

Cabe ressaltar também, que foi intensificada a presença fiscalizadora do Governo, especialmente, na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. A **Fiscalização Integrada** entre Estado e municípios, coordenada pela SEMA, por intermédio do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA-RS), com a participação da FEPAM, do Comando Ambiental da Brigada Militar, da regional da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) e das prefeituras da Bacia dos Sinos, divididas em grupos, atuou na recuperação da qualidade ambiental da Bacia que, no segundo semestre de 2006, registrou uma grande mortandade de peixes. Cada grupo de municípios realizou fiscalizações integradas mensais com objetivo de vistoriar e coibir empresas que efetivamente não tratassem adequadamente os efluentes sanitários. O resultado de quase 30 operações foram 12 autuações ou notificações, principalmente por ausência de licenciamento ambiental, extração irregular de minerais no curso de água e barramento e afogamento de nascente. Além disso, as operações serviram de aulas práticas para a capacitação dos técnicos municipais.

Em relação aos **recursos hídricos**, foram realizados encontros setoriais para debater o relatório de demandas pelo uso da água, parte do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) que se encontra em fase de finalização. Essa agenda de encontros buscou discutir e avaliar os dados técnicos e as informações sobre o uso da água em cada setor, obtidos pelos estudos realizados pela consultoria e pela comissão de coordenação do PERH. A Secretaria do Meio Ambiente assinou, também, Termo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Águas (ANA), objetivando implementar no Estado instrumentos de gestão do Sistema de Recursos Hídricos.

Além disso, houve repasse de recursos financeiros na ordem de R\$ 350 mil aos comitês de bacias hidrográficas dos rios Camaquã, Passo Fundo, Santa Maria, Turvo, Alto do Jacuí e Lago Guaíba. Foi criado, por resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CHR), um Grupo de

Trabalho (GT) da Região Hidrográfica do Guaíba, tendo como objetivo encontrar alternativas para a instalação das Agências de Região Hidrográfica, previstas na Lei Gaúcha das Águas (Lei nº 10.350/94).

No âmbito das ações de gestão, proteção e manejo sustentável das Unidades de Conservação, o **Projeto Conservação Mata Atlântica** no Rio Grande do Sul obteve uma série de resultados. Entre os principais estão: a construção de duas sedes administrativas e duas do Comando Ambiental; a implantação de três planos de manejo (Área de Proteção Ambiental do Município de Caraá, Reserva Biológica Estadual da Serra Geral e Estação Ecológica Estadual de Aratinga), e a aquisição de veículos (23 caminhonetes 4x4, 06 automóveis, 03 caminhões, 06 motocicletas e 03 reboques duplos para motos).

Através do Decreto nº 45.098/07, de 15 de junho, foi criado um espaço importante para que, em caráter permanente, o Estado e a sociedade assumam posições e adotem medidas sobre as mudanças climáticas. O **Fórum Gaúcho de Mudanças Climáticas** surge da necessidade de o Estado se preparar para as possíveis alterações no meio ambiente, provenientes das modificações do clima e apresentar políticas públicas relativas a essa questão. Integram o Fórum, representantes das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente; Desenvolvimento e Assuntos Internacionais; Infra-estrutura e Logística; Ciência e Tecnologia; Fazenda; Planejamento e Gestão; Educação; Obras Públicas; Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano; Agricultura, Pecuária e Agronegócio; Saúde; Irrigação e Usos Múltiplos da Água; Casas Civil e Militar, e representantes de instituições científicas públicas e privadas e da sociedade civil organizada.

No que tange à **Fundação Zoobotânica (FZB)**, destacam-se várias iniciativas tendo em vista a reestruturação de sua infra-estrutura. Nesse sentido, está em fase de licitação a elaboração do projeto para a Construção do Prédio da Administração e das Áreas Verdes do Parque Zoológico, destruídos por incêndio, em maio de 2007.

Além disso, outras medidas foram implementadas visando à qualificação do Parque, tais como: elaboração do Projeto de Tratamento das Águas do Zoológico (limpeza dos lagos); perfuração de três poços artesianos, que trarão uma economia significativa no consumo de água potável; implantação do sistema de segurança interna com a colocação de 42 microcâmeras em pontos estratégicos no interior do Parque, trazendo segurança ao patrimônio público e ao público visitante, e adequação dos recintos dos animais, possibilitando a concessão do registro definitivo no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), objetivo que o Parque Zoológico busca há 45 anos.

No Jardim Botânico, foi construída a Casa de Venda de Mudas. Além disso, está em fase de finalização, pela Secretaria de Obras Públicas, o projeto de construção da Casa de Chá do Jardim Botânico.

PLANOS PARA 2008

Para 2008, as principais ações da área de **Meio Ambiente** são as seguintes:

Programas	Principais Ações
Gestão Ambiental Integrada	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da gestão ambiental compartilhada no Pró-Mar-de-Dentro, através da capacitação e da elaboração e implementação de projetos e pesquisas • Promoção do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA-RS), através da qualificação e aplicação dos instrumentos da Política de Meio Ambiente • Implementação do processo de planejamento na gestão de recursos hídricos, através da elaboração de 2 Planos de Bacia Hidrográfica • Implementação da estrutura institucional do Sistema de Recursos Hídricos, através da criação de Agências de Região Hidrográfica (estudo de viabilidade técnica, e implantação de uma Agência) • Implementação e acompanhamento da Política Estadual de Educação Ambiental (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul (CIEA-RS), Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental, e elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental elaborado) • Implementação do Programa de Educação Ambiental Compartilhado (PEAC), através da capacitação de agentes preventivistas e execução de projetos socioambientais • Elaboração do Plano Diretor de Gestão Ambiental Integrada da Região Hidrográfica do Rio Uruguai, compatível com o Programa Pró-Rio Uruguai • Integração na prestação dos serviços ambientais (Sistema de licenciamento) • Fortalecimento da ação municipal para o exercício do licenciamento e fiscalização ambiental, com a qualificação de 44 equipes municipais • Proposição de diretrizes ambientais para a construção dos Planos Diretores de Gestão Ambiental Integrada das Regiões Hidrográficas • Elaboração de projetos e atividades de suporte ao Programa de Educação Ambiental Compartilhado da SEMA (PEAC) E SIGA-RS
Proteção dos Recursos Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Controle da contaminação decorrente da pecuária intensiva com vistas à recuperação de ativos ambientais • Desenvolvimento de projetos e implementação de rede de Monitoramento, no Saneamento ambiental em Bacias Hidrográficas com alta criticidade com

Programas	Principais Ações
	vistas à recuperação de ativos ambientais <ul style="list-style-type: none"> • Implementação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), através da consolidação das Unidades de Conservação • Conservação da biodiversidade, através da execução do Projeto de Conservação da Mata Atlântica (PCMA-RS) • Implantação de Áreas de Reserva Legal em imóveis rurais • Restauração de mata ciliar e recuperação de áreas degradadas • Reestruturação da infra-estrutura e Tecnologia de Informação da FZB • Desenvolvimento de atividades científicas, conservacionistas, educacionais, culturais, recreativas, turísticas e apoio à gestão dos recursos ambientais
Qualidade e Controle Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Criação e implementação do Cadastro Técnico Estadual de Atividades Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais • Implantação dos instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos • Controle dos recursos florestais • Implementação do Cadastro Técnico Estadual de Atividades Poluidoras (TFA-RS) • Licenciamento ambiental de fontes de poluição • Apoio a projetos de pesquisa e de gestão ambiental
Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PRODETUR)	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao desenvolvimento do turismo ecológico, rural e histórico-cultural • Diagnóstico e elaboração de plano de manejo de unidades de conservação - PRODETUR SUL

TURISMO, ESPORTE E LAZER

A **Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer (SETUR)**, juntamente com sua vinculada **Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)** tem a missão de promover o turismo com ênfase na infra-estrutura e no turismo sustentável. Essa diretriz estratégica tem como desdobramentos a priorização da provisão de infra-estrutura turística, especialmente por meio de parcerias com o setor privado e com organismos internacionais, visando a assegurar os investimentos necessários; a ênfase a iniciativas que demonstrem maior potencial de sustentabilidade e de respeito ao meio ambiente; e a valorização de vocações regionais e especificidades culturais do Estado.

A Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer, em parceria com o Ministério do Turismo e o Instituto Brasileiro de Gemas e Pedras Preciosas, iniciou a elaboração de um novo roteiro turístico para divulgar as belezas e peculiaridades do Estado. A **Rota Gemas e Pedras Preciosas**, ainda em formatação, envolverá seis municípios e permitirá ao visitante conhecer a riqueza mineral de diferentes regiões do Rio Grande do Sul. Serão

beneficiados com o roteiro os municípios de Porto Alegre, Lajeado, Guaporé, Soledade, Frederico Westphalen e Ametista do Sul. Para formatar a rota, a SETUR constituiu um grupo gestor, subdividido nas áreas de capacitação de recursos, *marketing*, infra-estrutura e planejamento, responsáveis pela consolidação e estudo da viabilidade do projeto.

No âmbito do **esporte**, destaca-se a realização da etapa final dos Jogos Intermunicipais do RS (JIRGS), em Santa Maria. O evento, que contou com a participação de 31 cidades e aproximadamente 800 atletas, foi uma promoção da Fundação do Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS), com o apoio da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

PLANOS PARA 2008

Para 2008, as principais ações para a área de **Turismo, Esporte e Lazer** são as que seguem.

Programas	Principais Ações
Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do produto turístico (elaboração de projetos de turismo) • Participação e apoio à realização de eventos • Fiscalização das empresas prestadoras de serviço turístico • Sinalização turística
Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PRODETUR)	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do PRODETUR-SUL
Desenvolvimento do Desporto e do Lazer no Rio Grande do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de esportes e lazer para a comunidade em geral
Programa Estadual de Prevenção da Violência	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Segundo Tempo (implantação de núcleos educacionais e acesso à prática de esportes) • Recriando o esporte Jogue Legal (implantação de núcleos educacionais)

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A partir dos Programas desenvolvidos pela **Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT)** e pelas Fundações a ela vinculadas – **Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)**, **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)** e **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)** – o Governo tem como objetivo favorecer o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, perseguindo uma das estratégias motoras de maior capacidade de impulsionar o processo de transformação da realidade, em direção à visão de futuro de longo prazo, que é estimular a criação de um ambiente de inovação tecnológica e empreendedorismo no Rio Grande do Sul.

A prioridade conferida pelo Governo do Estado, pelo setor produtivo e pelos demais atores sociais à inovação, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à ampliação da base de pesquisa e desenvolvimento do Rio Grande do Sul reflete-se na Agenda Estratégica estabelecida para o período 2007-2010, que destaca a **ampliação da**

capacidade de inovação tecnológica gaúcha como elemento indispensável para alcançar um desenvolvimento econômico sustentável. Para tanto, o Governo pretende contribuir substancialmente no sentido de expandir a capacidade gaúcha de transformar conhecimentos em novos produtos, processos ou serviços que possam ser colocados no mercado em níveis competitivos, tendo a empresa como motor do processo, em estreita articulação com universidades e institutos de pesquisas. Dentro desta prioridade, serão enfatizadas iniciativas que:

- gerem novos empreendimentos e oportunidades de trabalho de qualidade em setores de tecnologia de ponta, como tecnologia da informação e comunicação, microeletrônica, saúde, biotecnologia, agronegócio e energia;
- aumentem a competitividade da economia na indústria, nos serviços e na agropecuária;
- elevem o valor agregado da produção e das exportações; e
- estimulem a formação, qualificação e atualização da inteligência local.

Em consonância com estes propósitos destaca-se dentre as principais realizações da **Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT)** neste primeiro ano de Governo, visando à ampliação da capacidade de inovação, o projeto **Cadeia Produtiva do Petróleo, Gás e Energia**. A SCT, a Petrobras e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) assinaram acordo de resultados com o objetivo de promover a inserção competitiva e sustentada das pequenas e microempresas gaúchas fornecedoras de bens e serviços do setor de petróleo, gás e energia. Para isso, foram capacitadas 125 empresas (210 pessoas), em parceria com o SEBRAE/RS, para serem fornecedores de bens e serviços destes segmentos.

Através do projeto **Pólos de Inovação Tecnológica**, a SCT apoiou 23 projetos de pesquisa e desenvolvimento. Foi criado o Pólo de Inovação Tecnológica Campos de Cima da Serra e iniciada a tramitação dos Protocolos de Intenções que criarão os Pólos de Inovação Tecnológica em Saúde da Região Metropolitana Delta do Jacuí e dos Campos de Cima da Serra.

A Secretaria da Ciência e Tecnologia promoveu a aula inaugural do **Programa de Formação de Capital Humano em Tecnologia da Informação**, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação, Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet (ASSESPRO), Sindicato das Empresas de Informática do Rio Grande do Sul (SEPRORGS), Associação Sul-Riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de *Software* (SOFTSUL), Associação de Usuários de Informática e Telecomunicações (SUCESU) e Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS). As empresas investiram cerca de R\$ 500 mil na adequação dos laboratórios e capacitação dos professores.

O **Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC)** assinou contrato com o BNDES, Pontifícia Universidade Católica

do Rio Grande do Sul (PUCRS), RF Telecomunicações e Instituto Ábaco, para desenvolvimento de *chip* para modulador do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, envolvendo recursos não reembolsáveis do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), no valor de R\$ 14,5 milhões. No mês de março, apresentou o primeiro *chip* comercial brasileiro, projetado em convênio com a empresa Altus, e em novembro foi entregue o segundo *chip*, projetado em convênio com a empresa Innalogics. Negocia com a CEEE, alternativas que possam levar à solução definitiva quanto ao abastecimento de energia elétrica no local.

Através do **Projeto Caça-níqueis**, a SCT, em conjunto com o Ministério Público Estadual, busca soluções para transformação de equipamentos caça-níqueis, apreendidos, em microcomputadores para uso em órgãos públicos e escolas da rede estadual. A idéia é utilizar um material que estava destinado à destruição para o aproveitamento em projetos de inclusão digital.

Através dos **projetos de infra-estrutura**, a CIENTEC iniciou a modernização da infra-estrutura dos seus laboratórios, com vistas ao incremento da pesquisa tecnológica e prestação de serviços de modo a atender às crescentes exigências do mercado. A melhoria e/ou modernização buscada também é motivada pela necessidade de atender a novos requisitos técnicos, permitindo em muitos casos o aumento do escopo de ensaios credenciados junto ao INMETRO e à Rede Metrológica do Rio Grande do Sul. Os recursos captados junto à FINEP, CNPq e iniciativa privada somaram R\$ 4,6 milhões.

Já o desenvolvimento dos **projetos de pesquisa** visa ao aproveitamento de recursos naturais abundantes no Rio Grande do Sul, como o carvão mineral, e ao aproveitamento energético de resíduos gerados, em função da atividade industrial e agrícola gaúchas, como as cascas de arroz. Objetivam, também, o desenvolvimento de metodologias inovadoras para aproveitamento de matérias-primas gaúchas - óleos de soja e de girassol - com vistas à produção de biodiesel; o desenvolvimento e construção de sistemas eletrônicos para, por exemplo, o governo de navios e o monitoramento e proteção de motores a diesel. Os recursos captados junto à FINEP, FAPERGS, CNPq e iniciativa privada alcançaram R\$ 3,4 milhões.

A CIENTEC desenvolveu, em seus projetos de **extensão tecnológica**, ações de suporte tecnológico às indústrias, de todos os portes, dos setores de alimentos, eletroeletrônica, metal-mecânica, rochas ornamentais e empresas de serviços. Com recursos captados junto à FINEP e SEBRAE, na ordem de R\$ 1,7 milhão, ajudou na superação das dificuldades de 145 empresas, geralmente associadas a produtos e processos, com decorrentes ganhos em produtividade, diversificação e a conquista de novos mercados, inclusive o externo.

A **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)** está desenvolvendo 94 **projetos de pesquisa** distribuídos nas seguintes áreas: Recursos Naturais e Qualidade Ambiental; Recursos Genéticos e Produção de Grãos; Sistema de Produção de Frutas e Hortaliças; Sistema de

Produção Animal e Aqüicultura e Pesca; Sanidade Animal; Projetos Especiais (Plantas Medicinais, Aromáticas e Ornamentais; Desenvolvimento rural; Segurança Alimentar). Os projetos em andamento, com fontes financeiras externas e da própria Fundação, contam com recursos da FAPERGS, CNPq, FINEP, Embrapa, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Banco Mundial, PNUD e Companhia Rio-Grandense de Saneamento (CORSAN), num total de R\$ 5,0 milhões para as pesquisas.

Para a **difusão de tecnologia**, a FEPAGRO realizou a atividade "Dias e Tardes de Campo", com participação de 1.378 produtores rurais, técnicos e interessados sobre as culturas de soja, sorgo, milho, mamona, mandioca, fruticulturas, culturas de inverno e manejo do campo nativo. Os eventos foram realizados em Júlio de Castilhos, Veranópolis, Rosário do Sul, Vacaria, Hulha Negra, e contaram com a parceria do Centro de Agricultura Familiar (CENAF), Prefeitura Municipal de Rosário do Sul, Sociedade dos Engenheiros Agrônomos da cidade de Vacaria (SAV), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Universidade de Caxias do Sul (UCS/Vacaria) e a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Na área de **capacitação de recursos humanos** a FEPAGRO ofereceu um total de 68 cursos rápidos de capacitação com participação efetiva de 489 produtores, extensionistas, técnicos e estudantes, além de capacitar 14 estudantes de escolas técnicas agrícolas, através dos estágios curriculares e 13 acadêmicos, através de bolsas de iniciação científica.

Em 2007 a **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado (FAPERGS)** manteve sua atividade de concessão de **bolsas e auxílios à pesquisa**. Foram liberados recursos mensais para pagamentos de Bolsa de Estágio Técnico, Bolsa de Iniciação Técnica, Bolsa Pesquisador Visitante e Bolsa Recém-Doutor. Também foram destinados recursos ao Programa de Apoio a Eventos Regionais e Locais (PAE-RL), Programa de Apoio a Cooperação entre Cursos de Pós-graduação (Casadinhos) e Programa de Apoio a Cursos de Pós-Graduação Interinstitucionais Mestrado (MINTER) e Doutorado (DINTER).

No Programa **Pesquisa para o SUS (PPSUS)**, a FAPERGS, em parceria com o Ministério da Saúde/CNPq, cadastrou 128 propostas e aprovou 29, totalizando R\$ 1,3 milhão, distribuídos nas linhas temáticas Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde. O Programa tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa, mediante o aporte de recursos financeiros a projetos que visem à promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação da área de saúde no Estado.

Foi realizada a cerimônia de entrega do **Prêmio FAPERGS/COPEL 2007**. Os vencedores do Prêmio Pesquisador Destaque foram agraciados com um troféu e um prêmio em dinheiro no valor de R\$ 9 mil, cada um. O vencedor do Prêmio Mérito Sylvio Torres foi agraciado com um troféu e um prêmio em dinheiro no valor de R\$ 10 mil e o vencedor do Prêmio Copel Ambiental (a Fundação Zoobotânica do Rio

Grande do Sul), agraciado com um troféu e um prêmio em dinheiro no valor de R\$ 9 mil. O valor total das premiações foi de R\$ 136 mil.

A FAPERGS e a FINEP assinaram termo aditivo de convênio para execução do Projeto de **Agroenergia do Estado**. O investimento, de R\$ 4,1 milhões, será realizado, parte pela FINEP e parte pelo Estado, no prazo de dois anos. O projeto prevê a produção de biodiesel, com utilização de produtos como girassol e canola, e a realização de estudos para diminuir a dependência do Rio Grande do Sul no que se refere à produção do álcool, substituindo plantações de fumo por mandioca.

PLANOS PARA 2008

Para 2008, os principais programas para a área de **Ciência e Tecnologia** são os que seguem:

Programas	Principais Ações
Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria, Agropecuária e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a 2 projetos nos Centros Tecnológicos de Excelência em Inovação • Apoio a 10 produtos inovadores desenvolvidos nos Pólos Tecnológicos, Parques e Unidades Regionais • Apoio a 10 produtos inovadores desenvolvidos nas Redes Tecnológicas: Saúde, Biotecnologia, Energia e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) • Prêmio de Incentivo à Inovação RS • Graduação de 5 empresas pela incubadora Parque Tecnológico da CIENTEC • Tecnologia Industrial Básica (TIB) – Calibrações e Medidas (emissão de laudos) • Modernização Tecnológica do Parque Industrial Gaúcho (desenvolvimento de 5 processos ou produtos) • Modernização Institucional (melhoria de 2 subsistemas de gestão) • Difusão, transferência e capacitação de Recursos Humanos para a Agropecuária • Modernização e reestruturação dos Laboratórios e Centros de Pesquisa da FEPAGRO • Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Agropecuária Gaúcha • Fomento à formação e à fixação de Recursos Humanos

IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA

O Rio Grande do Sul tem um regime hidrológico irregular, o que não significa que a água seja escassa. O princípio básico a ser seguido é universal: acumular na abundância, para poder usar na escassez temporária. Neste caso, acumular água significa gerar riqueza, porque a água é o capital mais importante. Seu uso racional e a preservação de suas qualidades representam esforços de multiplicação dos efeitos benéficos do ciclo hidrológico. A irrigação é uma técnica que, quando adequadamente incorporada a um sistema produtivo, permite evitar perdas; aumentar a

produção e a produtividade; otimizar o uso dos recursos naturais disponíveis; além de garantir a oferta dos produtos para manter mercados.

Por essas razões, **implantar o Plano Estadual de Irrigação e otimizar os usos múltiplos da água** constituem uma das estratégias vinculadas ao eixo do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

A partir da criação da **Secretaria Extraordinária de Irrigação e Usos Múltiplos da Água (SEIUMA)**, foram desenvolvidas ações com o objetivo de construir uma política de irrigação e de usos múltiplos da água, que resultaram na formulação dos programas integrantes do PPA 2008-2011, os quais dão conta dos dois grandes temas da Pasta.

Foi realizado intenso processo de mobilização da sociedade para a implementação do Plano Estadual de Irrigação, por meio de encontros que abrangeram quase a totalidade dos municípios do Estado, os quais registraram alto índice de adesão às propostas apresentadas. Como resultado desses encontros, foram definidas as seguintes prioridades:

- capacitação de técnicos e agricultores;
- barragens para usos múltiplos de água nos arroios Taquarembó e Jaguari (Metade Sul do Estado);
- obras com projetos de usos múltiplos da água já existentes;
- criação de programas de armazenamento de água em pequenas propriedades (micro-açudes e cisternas); e
- identificação de fontes de financiamento para a elaboração e implementação de novos projetos.

No que tange à **capacitação para uso de irrigação**, destaca-se o treinamento de 9 mil agricultores para utilização de práticas de irrigação e uso racional da água em suas culturas. Esse resultado foi possível a partir da capacitação de 430 técnicos da EMATER, que se tornaram multiplicadores dessas técnicas e mobilizaram e treinaram técnicos da própria instituição, das prefeituras, associações, sindicatos e escolas técnicas.

Além disso, foram firmados protocolos de intenção e termos de cooperação técnica com a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFULBRA), a Cooperativa Tritícola Regional Serrana (COTRIJUI), a Federação das Cooperativas do Rio Grande do Sul (FECOAGRO) e a Associação dos Distribuidores Insumos Agrícolas e Animais do Brasil (ANDAV), os quais garantem a continuidade desse processo de capacitação.

A **construção das barragens** nos arroios Taquarembó e Jaguari, nos municípios de São Gabriel, Lavras do Sul e Dom Pedrito, permitirá o estabelecimento de um perímetro irrigado com culturas diversas, avaliado em cerca de 90 mil hectares. Essas barragens contribuirão também para o abastecimento público de água nas cidades de Dom Pedrito e Rosário do Sul e para a regularização de vazões e controle de cheias, além de propiciar a criação de áreas para aqüicultura e para lazer. A conclusão das obras,

viabilizadas a partir de convênios com o Ministério da Integração Nacional, está prevista para 2009.

No âmbito das ações visando ao **desenvolvimento da Bacia do Rio Uruguai/Aqüífero Guarani**, por meio de Convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está em andamento à elaboração do Plano de Desenvolvimento da Bacia do Rio Uruguai, no qual serão alocados recursos da ordem de U\$ 1,5 milhão, com participação igualitária entre o BID e o Estado. A previsão de conclusão destes estudos é de dois anos.

Merecem destaque, ainda, as seguintes iniciativas que buscam à viabilização de obras de infra-estrutura hídrica para captação, armazenamento e distribuição de água, resultantes de demandas da sociedade:

– proposta formulada ao Ministério da Agricultura para aquisição de equipamentos destinados à construção de micro-açudes, (pleito no valor de R\$ 51,2 milhões);

– Programa **Chuva Fértil**, para implantação, em conjunto com União e Municípios, de 20 mil cisternas visando à redução dos efeitos de estiagem em pequenas propriedades (pleito apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$ 160 milhões);

– Programa **Sobreviver** para implantação de 30 mil cisternas (ação conjunta entre União/Estado/Município), com vistas à redução dos efeitos da estiagem em assentamentos e propriedades familiares (pleito apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Social no valor R\$ 60 milhões); e

– Programa **Faixa de Fronteira**, visando à construção de micro-açudes através de convênio União/Estado/Municípios, os quais beneficiarão 194 municípios e aproximadamente 45 mil famílias localizadas na Faixa de Fronteira do Estado (pleito apresentado ao Ministério da Integração Nacional no valor R\$ 55 milhões).

PLANOS PARA 2008

Para 2008, as principais ações para a área de **Irrigação e Usos Múltiplos da Água** são as que seguem:

Programas	Principais Ações
Programa Estadual de Irrigação	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de 9.000 agricultores em manejo de água e proteção dos solos • Infra-estrutura para acumulação de água de grande porte (utilização em sistemas de irrigação, com obras de Jaguari, Taquarembó, Capané-Capanezinho • Reservação de água unifamiliar (construção de micro-açudes e cisternas)
Usos Múltiplos da Água	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Plano Diretor para o Desenvolvimento sustentável de bacias • Realização de Inventários Hidrológicos Pesquisa e desenvolvimento

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Mais qualidade de vida para todos os Gaúchos

O Governo do Estado, para melhorar a qualidade de vida dos gaúchos tem, como um dos seus pilares estratégicos, a priorização da formulação de políticas, que levem a transformação da economia e da sociedade gaúcha rumo ao desenvolvimento sustentável e com redução das desigualdades e das injustiças.

Além disso, o combate a pobreza é uma tarefa que exige um conjunto amplo de esforços, mas pode e deve ser realizada sem a marca de programas assistencialistas, os quais dependem de transferências contínuas de renda e não capacitam as pessoas para saírem permanentemente do nível de pobreza.

O combate às desigualdades regionais, assim como a redução da pobreza urbana e rural, são elementos fundamentais na manutenção e na melhora do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) gaúcho. Há de se reconhecer, também, que boa parte da situação privilegiada do Estado em termos de indicadores de qualidade de vida decorre da constituição, no passado, de uma gama de serviços públicos relativamente qualificados em relação à média nacional, principalmente, no que diz respeito à educação e à saúde.

Assim, o Governo acredita que seja necessário resolver gargalos imediatos, como o equilíbrio orçamentário das contas públicas, para poder voltar a investir mais na área social e qualificar os serviços, principalmente, nas áreas de saúde, educação e segurança pública, a fim de proporcionar mais qualidade de vida para todos. No ano de 2007, várias iniciativas foram efetivadas pelas diversas áreas de atuação governamental, com vistas ao **Desenvolvimento Social** do Estado, conforme apresentado a seguir.

EDUCAÇÃO

A **Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SE)**, além de administrar a Rede Estadual de Ensino, têm dentre suas competências, a de orientar e supervisionar o Sistema Estadual de Ensino e a de assegurar o princípio constitucional de oferta de ensino público. No ano que passou, teve também como referencial, os princípios e indicadores para a área da educação da Agenda Estratégica do Governo do Estado 2007- 2010:

- oferecer educação escolar de qualidade, com universalização do acesso, redução da repetência e da evasão escolar;
- garantir os níveis de aprendizagem apropriados no ensino fundamental e médio, com avaliação da aprendizagem e capacitação dos agentes educacionais;
- assegurar a alfabetização de todas as crianças ao final do segundo ano do ensino fundamental; e

– ampliar e diversificar as oportunidades de acesso a cursos profissionalizantes de nível médio ou pós-médio e a cursos tecnológicos de nível superior.

Assim posto, a SE atendeu em sua rede um universo de 1.322.087 alunos, como se pode observar no quadro a seguir. Ainda, como outros segmentos da sociedade, teve fortemente presente na questão, hoje unânime em meio a todos os que estão envolvidos com a questão educacional no País e no Estado, da imperiosa necessidade de se elevar os índices educacionais relativos à qualidade, com a diminuição da repetência e evasão escolar e a melhoria dos níveis de aprendizagem, postulados básicos – acesso/qualidade- ao desenvolvimento econômico e social e à qualidade de vida. Nessa perspectiva, a Secretaria despendeu esforços na busca de um gerenciamento centrado na racionalização e no uso dos recursos disponíveis que, somado a outros fatores, recursos e procedimentos, possa possibilitar aos estudantes gaúchos reconquistar índices mais positivos no domínio dos conhecimentos apropriados ao ensino fundamental e médio. Essa atuação objetiva alterar a atual posição do Estado, que detém a maior taxa de repetência entre os estados brasileiros no ensino médio, bem como o ensino básico ocupa o 6º lugar entre as séries iniciais, e o 3º nas séries finais, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado pelo Ministério da Educação (MEC).

Matrícula Inicial por Etapas e/ou Modalidades de Ensino - RS 2007

Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Total
Estadual	229	36.253	744.627	381.418	31.634	4.537	123.389	1.322.087
Federal	59	53	1.319	5.012	7.402	0	498	14.343
Municipal	49.413	81.872	751.126	6.943	1.631	3.611	41.908	936.504
Particular	32.923	42.823	130.609	47.193	36.540	17.580	21.077	328.745
Total	82.624	161.001	1.627.681	440.566	77.207	25.728	186.872	2.601.679

Fonte: MEC/INEP/Educacenso - Censo Escolar 2007

Nota: - * Curso Técnico de Nível Médio

- A Matrícula Inicial do Curso Normal está incluída no Ensino Médio

- Ensino Fundamental (8 e 9 anos)

Com vistas à **qualificação**, no que se refere à avaliação da aprendizagem, foi criado o **Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar (SAERS)** que, juntamente com outros sistemas nacionais e internacionais, propiciará uma avaliação cada vez mais real e qualificada do desempenho em Língua Portuguesa e em Matemática, abrangendo alunos de 2ª e 8ª séries do ensino fundamental (8 anos) e os 3º e 6º anos do ensino fundamental (9 anos), bem como turmas de 1º ano do ensino médio de escolas estaduais, urbanas e rurais. A previsão é a participação de 52 redes municipais de ensino e 22 escolas particulares. O Projeto conta com a participação da União dos Dirigentes Municipais de Educação – seção Rio Grande do Sul (UNDIME/RS) e do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado do Estado do Rio Grande do Sul (SINEPE/RS), abrangendo também professores, diretores e demais alunos, no intuito de uma avaliação interna e externa à escola capaz de apontar fatores intervenientes e auxiliares à ação educativa.

Para assegurar a alfabetização de todas as crianças ao final do segundo ano do ensino fundamental, com a colaboração de algumas instituições do Estado e de fora dele - GEEMPA/RS, Instituto Airton Senna/SP, Instituto Alfa e Beta/MG - e a parceria do UNDIME/RS, o Governo do Estado, desde o início de 2007, vem implementando o **Projeto-Piloto de Alfabetização de Crianças de 6 anos**. O Projeto visa a estabelecer a matriz de habilidades cognitivas em alfabetização e matemática, a ser desenvolvido com alunos no 1º ano do ensino fundamental de 9 anos letivos, abrangendo 550 turmas de escolas estaduais e municipais em 73 municípios, e propõe atividades de capacitação aos professores e distribuição de material didático-pedagógico, contando com a participação da iniciativa privada.

Outra iniciativa, fundamentada em parcerias, visando a fortalecer o processo de aprendizagem, consistiu na assinatura do convênio com o Instituto UNIBANCO para a implementação do **Projeto Jovem do Futuro**. O mesmo busca melhorar em 50% o desempenho em avaliações do MEC dos estudantes de 25 escolas com ensino médio de Porto Alegre e dos municípios de Alvorada, Canoas, Gravataí e Viamão. As escolas receberão apoio técnico e financeiro (R\$ 100 por aluno/ano) durante três anos e serão acompanhadas nos seus planos de gestão.

Para fortalecer e incentivar a leitura dos alunos nas escolas, a SE, juntamente com o Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação (IPECE), promoveu o **Curso de Formação Continuada Professor Leitor Formador de Leitores**. As escolas participantes do Curso são visitadas pela equipe do Projeto para acompanhamento do uso das bibliotecas e dos livros.

Visando à constante qualificação dos cursos de **educação profissional**, gerenciada, na rede estadual, pela **Superintendência do Ensino Profissional do Estado do Rio Grande do Sul (SUEPRO)**, houve a capacitação de mais de 300 professores da área. A rede estadual é responsável pela oferta de mais de 220 cursos de educação profissional no Estado, distribuídos em 147 escolas de 111 municípios, o que equivale a 77% das matrículas públicas. Foi realizada a 1ª Feira Estadual de Ciências e Tecnologia da Educação Profissional do Rio Grande do Sul (FECITEP), envolvendo todas as redes que atuam na área, bem como outras seis mostras regionais, com trabalhos de 150 alunos. Cabe destacar, também, a organização e execução, pela **Fundação Escola Técnica Liberato Vieira Salzano da Cunha (FETLVSC)**, da 22ª Mostra Internacional de Ciências e Tecnologia (MOSTRATEC) e do 14º Seminário Internacional de Educação Tecnológica (SIET). A Fundação oferece sete cursos de educação profissional a cerca de 3.000 alunos provenientes de mais de 50 municípios.

O Estado assinou, dentro do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do MEC, o **Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**, que objetiva "garantir o direito de todas as crianças e jovens brasileiros à educação básica pública de qualidade". O Plano estabelece 28 diretrizes para orientar as ações de municípios, estados e Distrito Federal na busca da melhoria dos índices de desenvolvimento da educação básica, abarcando um largo leque de

recomendações e aconselhamentos que vão desde a questão da infraestrutura física das escolas; avaliação da aprendizagem; plano de carreira, cargos e salários; parcerias externas às escolas, entre outros, de modo a alcançar as seguintes metas: toda criança e jovem de quatro a 17 anos na escola; toda criança sabendo ler e escrever até os oito anos de idade; todo aluno aprendendo o que é apropriado para a sua série, e todos os alunos concluindo o ensino fundamental e médio na idade correta e investimento na educação básica garantido e bem gerido.

É pertinente ressaltar que alguns programas desenvolvidos na gestão anterior tiveram continuidade em 2007, como o **Programa Escola em Tempo Integral**, desenvolvido em 23 escolas estaduais, e o **Escola Aberta para a Cidadania**, dinamizado em 159 escolas. Também o **Programa Alfabetiza Rio Grande** teve prosseguimento na missão de alfabetizar jovens e adultos, contabilizando uma matrícula inicial de 123.389 alunos. Por sua vez, o Programa **Te Liga Gravidez Tem Hora** foi transformado em lei.

Para ensejar o debate sobre a questão do aproveitamento escolar, ocorreram atividades na semana de 26 a 30 de abril em que se comemora o Dia da Educação. As escolas estaduais foram estimuladas a avaliar o desempenho dos seus alunos nas provas aplicadas pelo MEC – Prova Brasil – e a projetar ações para melhorar os resultados. Os diretores das 10 escolas públicas, com os índices mais positivos nas avaliações participaram de uma mesa-redonda, e as boas práticas adotadas pela mesma, foram dadas ao conhecimento público, através da divulgação do resultado do encontro na imprensa gaúcha.

Ainda no intento de uma ação cada vez mais integrada com os demais interlocutores da sociedade envolvidos direta ou indiretamente com a educação, e visando a buscar soluções para os problemas enfrentados dentro do sistema estadual de ensino, a Secretaria da Educação coordenou e participou de inúmeros eventos, como: encontros com as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) da rede estadual; UNDIME/RS; SINEPE/RS; reuniões plenárias do Conselho Estadual de Educação (CEED); reuniões com o CPERS/Sindicato; e reuniões com entidades e representantes de supervisores educacionais, orientadores educacionais, pais e alunos. No interior do Estado, destacam-se encontros com gestores, professores, pais e comunidade escolar da rede pública de ensino, inclusive em parcerias com Prefeituras Municipais de Educação de 24 municípios, além de audiências com o Ministério Público, Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, FIERGS e na FEDERASUL. Em nível nacional, houve a participação em reuniões do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), em debates organizados por entidades educacionais do Rio de Janeiro e de São Paulo, audiências com o MEC e de atividades da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Cabe destacar a participação da Secretaria, através do Fórum Temático da Educação, da Agenda Estratégica 2020 – um movimento de organizações da sociedade civil, iniciativa privada e gestores públicos com o objetivo de estabelecer um programa de curto e longo prazo capaz de “gerar crescimento econômico, atendimento às demandas sociais fundamentais e solução para a crise fiscal”.

No que se refere à gestão dos recursos financeiros, algumas decisões foram de extrema importância, como as arroladas a seguir:

– **Salário-educação** – contribuição social recolhida pelo Governo Federal e repassada em parte aos estados e municípios: o Governo Estadual aplicou todos os recursos do salário-educação em despesas com o ensino, excetuando o pagamento de pessoal. Do total de R\$ 162,8 milhões que ingressaram no Estado, foram empenhados R\$ 147,9 milhões e pagos R\$ 96,2 milhões, atendendo gastos em diversas demandas da rede estadual;

– **Autonomia financeira** – repasse financeiro às escolas: foram acordados com a Secretaria da Fazenda, repasses mensais de 70% do valor devido (orçado), ao final de cada mês, facilitando, desta forma, o planejamento das despesas pelas escolas. Salienta-se que, neste Programa, há dívidas pendentes relativas aos anos de 2002, 2003 e 2006;

– **Transporte escolar** – em 2007, o valor acordado entre Governo do Estado e municípios foi de R\$ 41,3 milhões, sendo repassados, sem atraso. Também foi acertado o pagamento de uma parte da dívida pendente com os municípios, no valor de R\$ 6,2 milhões. O Rio Grande do Sul é um dos onze estados brasileiros cujos recursos do Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATEC/MEC) são repassados diretamente aos municípios e, segundo dados do MEC, aquele que mais aumentou o volume de recursos próprios para o transporte escolar;

– **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)** – foi instituído, pelo Governo Estadual, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, integrado por seus representantes, Conselho Estadual de Educação (CEED), Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), UNDIME/RS, CPERS/Sindicato, Federação das Associações e Círculos de Pais e Mestres do Rio Grande do Sul (ACPM), União Gaúcha de Estudante (UGES) e um representante das federações empresariais do Rio Grande do Sul; e

– **Obras e reformas em escolas** – no ano que passou, houve a aplicação de R\$ 22 milhões em 413 obras e reformas em escolas estaduais, para garantir condições físicas adequadas ao ensino.

Fator também determinante no esforço para a oferta de uma educação cada vez mais qualificada, a questão dos recursos humanos requereu atenção em 2007. Para atender às necessidades de cada escola, através do **Programa de Gerenciamento de Recursos Humanos (PGRH)**, houve o remanejamento de cerca de 3.000 professores, que estavam em outras funções para a função docente. Após esse procedimento, ainda houve a necessidade de realizar convocações de um maior número de horas de trabalho para professores já em atuação na rede, novas contratações e nomeação de concursados. No sentido de melhorar o desempenho dos gestores da rede pública estadual, foi promovido o 1º Encontro de Formação para Coordenadores Regionais de Educação e Técnicos da Secretaria da Educação, no qual participaram cerca de 120 gestores da educação pública estadual gaúcha. Também para capacitar lideranças escolares, o **Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares (PROGESTÃO)**, desenvolvido pelo CONSED,

teve pela primeira vez implementação na rede pública estadual. Dele participam as 30 CREs, devendo o mesmo atender, em sua primeira fase, a todas as equipes diretivas das escolas com mais de 500 alunos, abrangendo 100 tutores e 3.200 cursistas.

Fundamentado em pareceres do CEED e seguindo o princípio de melhor aproveitamento dos recursos, a SE orientou as escolas a reorganizarem turmas do ensino fundamental e médio, visando a melhorar a relação número de alunos por professor. Do total de 2.856 escolas estaduais em funcionamento, 745 (26%) adotaram a orientação, totalizando uma redução de 1.590 turmas, correspondentes a 3% da rede estadual. Após a reorganização, das cerca de 33.000 turmas de ensino fundamental, 78 têm entre 36 e 40 alunos e 5% das cerca de 12.000 turmas de ensino médio têm entre 41 e 45 alunos e nenhuma conta com mais de 45 alunos.

O Governo, na busca de perfis cada vez mais habilitados para ingresso na carreira, preocupou-se com a revisão do modelo vigente de concurso público para o quadro do magistério público estadual, comprometendo-se com a realização de um novo concurso, no segundo semestre de 2008. Nesse, haverá provas específicas na área do currículo em que o candidato atuará e não mais provas idênticas de caráter geral para todos.

Tendo em conta que as matrículas, rematrículas e transferências foram sempre motivos de grande preocupação entre a comunidade escolar, a SE organizou seu ano letivo para 2008, visando a melhor utilização dos recursos disponíveis e melhorar a qualidade do ensino, com ampla divulgação de materiais e campanha na mídia.

No tocante ao ensino superior, a **Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)** atingiu um total de 1.959 alunos, vinculados até o segundo semestre, não incluídos os convênios com a UNIJUÍ e UPF. A Universidade contou com 388 profissionais, no ano, dos quais 231 docentes. Para 2008, através do concurso vestibular, oferece 360 vagas, em seis cursos, distribuídos em nove pólos da Universidade. Além da gratuidade do ensino, a UERGS reserva 50% de suas vagas para candidatos com baixa renda e 10% para portadores de deficiência.

PLANOS PARA 2008

Para o ano de 2008, a área da **Educação** fundamentará sua atuação nos seguintes programas.

Programa	Principais Ações
Garantia de Acesso e Melhoria da Qualidade da Educação Básica	<ul style="list-style-type: none"> • Participação no atendimento educacional de crianças de 0 a 5 anos • Oferta de vagas no ensino fundamental, atendendo alunos no Programa Escola em Tempo Integral, transporte escolar • Oferta de vagas no ensino médio, mantidas pelo Estado em instituições privadas, e transporte de mais de 9.000 alunos

Programa	Principais Ações
	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento educacional a pessoas portadoras de necessidades educativas especiais, com vagas mantidas pelo Estado em instituições privadas • Oferta de educação de jovens e adultos no Programa Alfabetiza Rio Grande • Autonomia financeira e pedagógica das escolas estaduais, beneficiando as escolas de ensino fundamental e de médio • Manutenção das condições de segurança das escolas estaduais • Qualificação dos equipamentos, incluindo laboratórios de Informática, e material didático-pedagógico para as escolas estaduais • Capacitação de, aproximadamente, 10.000 professores • Implantação de sistema de metas e indicadores para qualificação do ensino, em parceria com os municípios • Garantia de merenda nas escolas estaduais, para mais de 800.000 alunos
Educação Profissional como Indutora do Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de professores, gestores e trabalhadores • Aquisição, atualização e conservação de equipamentos, e ampliação e conservação dos espaços físicos da Educação Profissional • Integração das redes que compõem a Educação Profissional e expansão da oferta de vagas (federal, estadual, particular e comunitária) • Gestão da Educação Profissional, apoiando escolas na geração de renda própria • Implantação de centros de referência • Formação profissional para jovens e adultos (PROEJA) • Ampliação e manutenção da oferta de vagas na FETLSVC
Desenvolvimento da Educação Superior	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio no acesso ao ensino superior, com a implantação de, aproximadamente, 2.000 vagas pelo PROCRED e auxílio a casas de estudante • Oferta, pela UERGS, de cursos de graduação por meio de parcerias e instituição da rede estadual de pesquisa

SAÚDE

A **Secretaria Estadual da Saúde (SES)** e a **Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS)** são responsáveis pelo planejamento e execução da política de saúde do Estado. As responsabilidades e atribuições inerentes à esfera estadual na gestão da saúde sofreram alterações com a divulgação do Pacto pela Saúde, em 2006. Atualmente, os municípios são responsáveis pela integralidade da atenção à saúde de sua população, respondendo solidariamente o Estado e a União.

As transformações nas responsabilidades dos entes abrangem tanto a gestão municipal quanto o relacionamento com a rede assistencial (hospitais e demais prestadores de serviços). Isso vem reforçar a necessidade de suporte aos municípios, principalmente os pequenos e médios. Atualmente o Rio Grande do Sul conta com 19 Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS), que fazem o planejamento, acompanhamento e gerenciamento das ações e serviços de saúde, atuando em cooperação técnica, financeira e operacional com gestores municipais e prestadores de serviços.

O Estado distancia-se cada vez mais das atividades-fim na área da saúde (consultas, internações, exames), para se dedicar às atividades de gestão e apoio aos municípios, muitos dos quais não possuem estruturas adequadas para o gerenciamento e atendimento. Hoje o Estado limita-se a poucas unidades sob sua gestão direta, todas situadas Porto Alegre. Já a sua responsabilidade como gestor é crescente. Como nos demais serviços públicos, o investimento na área da saúde deve ser eficiente, oferecendo mais e melhores serviços a um número maior de pessoas, levando em conta os indicadores demográficos, socioeconômicos, perfil epidemiológico, agravos em saúde e causas de mortalidade, entre outros.

Com base nesses fatores e visando à constante melhoria dos indicadores de Mortalidade Infantil e Expectativa Média de Vida ao Nascer, o Governo do Estado definiu em sua Agenda Estratégica para o período 2007-2010, na área da Saúde: focalizar o atendimento integral de saúde nos primeiros anos de vida e na terceira idade; orientar e ampliar o acesso ao sistema de saúde pública por intermédio da Estratégia de Saúde da Família; e ampliar a capacidade e a regionalização da prestação de serviços de saúde especializada.

A Mortalidade Infantil é um dos indicadores mais significativos na avaliação da qualidade da saúde da população. Para melhorá-lo, é necessária uma rede articulada de estruturas e ações eficazes, preventivas e curativas que acaba influenciando na melhoria de todos os demais indicadores de saúde. O Rio Grande do Sul é destaque nacional quanto ao coeficiente de mortalidade infantil. Segundo dados do IBGE, a cada 1.000 nascimentos vivos, em 2006, foram registrados 13,9 óbitos no Estado, enquanto a média nacional é de 24,9 para cada 1.000 nascidos vivos. Dados da Secretaria Estadual da Saúde apontam para uma queda ainda maior em 2007, com expectativa de fechar o ano com a mortalidade infantil entre 12 e 11,5 mortes por 1.000. O índice desejado ao final do período 2008-2011 é de menos de 9 óbitos por 1.000 nascidos vivos.

As ações focalizadas neste indicador, executadas pelos municípios, sob a articulação e coordenação do Estado, estão organizadas, basicamente, em três programas de trabalho: o Viva a Criança, o Primeira Infância Melhor e o Saúde da Família.

O Viva a Criança é um trabalho desenvolvido por uma equipe de técnicos da Secretaria Estadual da Saúde junto aos gestores municipais, fornecendo subsídios para a reorganização da gestão dos serviços de saúde, especialmente no que se refere à Assistência Perinatal. As investigações de

óbitos infantis, as declarações de nascidos vivos e as declarações de óbitos subsidiaram a análise do grupo técnico. Esses instrumentos consolidaram o perfil da mortalidade infantil no Estado, estruturaram as diretrizes, viabilizaram intervenções junto aos municípios e desencadearam ações que, em última instância, concorreram para a diminuição do óbito infantil.

Os técnicos da Saúde recebem relatórios semanais das mortes em menores de um ano de idade e são adotadas medidas a partir do mapeamento e interpretação dos dados. Assim, com base nessas informações, verifica-se que 75% dos óbitos infantis ocorrem em 51 municípios, 10% ocorrem até os 28 dias de vida e a grande maioria ocorre na prematuridade. O processo levou à reorganização do sistema e à construção de alternativas de qualificação, com o acompanhamento de todas as crianças de risco em municípios prioritários, investigação rápida das causas das mortes e a ampliação das gestantes captadas para o pré-natal pelo SUS.

A experiência bem-sucedida de redução da mortalidade infantil no Rio Grande do Sul, intitulada "Pé-na-estrada", obteve o reconhecimento da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, recebeu destaque na 7ª Mostra Nacional de Experiências Bem-sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças (EXPOEPI), e um prêmio de R\$ 30 mil para a SES.

O **Programa Primeira Infância Melhor (PIM)** é executado pelas Prefeituras Municipais ou organizações não-governamentais, por adesão, por meio de termo firmado pelo Secretário do Estado e Prefeito Municipal ou responsável pela organização não-governamental, com o apoio das Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) e Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). Seu foco é o estímulo ao desenvolvimento integral da criança na fase de zero aos seis anos de idade. Nos últimos anos, estudos científicos apontaram esta etapa como fundamental para o desenvolvimento pleno das capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais do ser humano.

Atuando junto às famílias - em especial, àquelas cuja renda *per capita* é de meio salário mínimo - e respeitando as diferentes culturas familiares e suas experiências, o visitador do PIM orienta os pais/cuidadores na promoção do desenvolvimento das capacidades e potencialidades de seus bebês e de suas crianças, através de atividades lúdicas, reforçando questões de saúde, higiene, coordenação motora, vínculos afetivos e de desenvolvimento da linguagem.

Dando seqüência ao trabalho, o PIM capacitou técnicos de 235 municípios sobre temas voltados ao desenvolvimento infantil, fundamentais para maior qualificação das ações desenvolvidas. Atualmente o Programa está presente em 223 municípios gaúchos. Os 1.500 Visitadores do Programa atendem 40.000 famílias, beneficiando 4.500 gestantes e 60.000 crianças. O trabalho, desenvolvido no Estado, está sendo divulgado pela UNESCO no livro "Primeira Infância Melhor: uma inovação em política pública".

No calendário de eventos do Primeira Infância Melhor, destaca-se a realização, em Porto Alegre, do IV Seminário Internacional da Primeira Infância, reunindo especialistas de oito países, incluindo o Brasil, para discussão do tema "Políticas Integradas para a Prevenção da Violência e Promoção da Vida". Também foi realizado o Dia do Bebê no Parque, uma atividade da Semana Estadual do Bebê, com grande participação de pais, familiares e crianças.

A **Atenção Básica** é reconhecida como um dos componentes-chave de um sistema de saúde eficaz. O modelo utilizado para ampliação do acesso da população e qualificação dos serviços oferecidos tem sido a **Estratégia de Saúde da Família**, além do **Programa de Agentes Comunitários de Saúde**. Os serviços de Atenção Básica estão sob responsabilidade direta dos municípios, ficando a SES com as atribuições de co-financiar, garantir a equidade da oferta de serviços, promover cooperação técnica, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos.

O trabalho dos municípios, através da Estratégia de Saúde da Família, tem sido extremamente importante para a obtenção de bons indicadores de saúde, e contribuem de forma efetiva para a redução da mortalidade infantil.

O Estado investiu no aumento das equipes do Programa de Saúde da Família. Hoje, são 1.200 Equipes de Saúde da Família, 620 Equipes de Saúde Bucal e 7.600 Agentes Comunitários de Saúde. O Saúde da Família atua em 331 municípios gaúchos, tendo sido capacitados 400 profissionais para propiciar atenção de qualidade à população.

As Mostras Regionais de Saúde, realizadas nos municípios de Alegrete e Três Passos com participação de agentes comunitários de saúde, equipes da Estratégia de Saúde da Família, visitantes do Programa Primeira Infância Melhor e agentes municipais da Vigilância em Saúde, com a participação de mais de 2.000 pessoas, vem consolidando a Estratégia de Saúde da Família no Estado, garantindo espaço para a troca de experiências das diferentes iniciativas de saúde na atenção básica, confirmando-se como espaço permanente de discussão e produção de conhecimento em âmbito regional e estadual.

Segundo dados do IBGE, para o ano de 2006, a esperança de vida do gaúcho era de 74,74 anos, a terceira mais alta do País, enquanto a do brasileiro de 72,35 anos. No ano de 1980, quando comparações regionais começaram a ser apuradas, a expectativa de vida no Rio Grande do Sul era de 67,8 anos, a mais alta no Brasil.

O aumento da **Expectativa Média de Vida ao Nascer** no Rio Grande do Sul desencadeia a necessidade de revisão do modelo assistencial, adequando a oferta de serviços ao perfil da população idosa, que passa também a ser foco da atenção da estrutura de saúde do Estado, tendo em vista que as doenças crônico-degenerativas são as principais causas de morte no Rio Grande do Sul. Para viabilizar essa mudança no sistema é preciso adequá-lo à necessidade de acompanhamento continuado pelas equipes de saúde, melhorando o acesso, a qualidade e a

resolutividade dos serviços de saúde à população acima de 60 anos, garantindo a manutenção de sua capacidade funcional, autonomia, inserção e valorização na família e na comunidade. Dentre outras estratégias, foi iniciada a implantação da Caderneta de Saúde do Idoso em 345 municípios do Estado, com capacitação das equipes municipais da Estratégia da Saúde da Família para a plena utilização da mesma, qualificando a **Atenção ao Idoso** na rede básica de saúde. A SES também vem capacitando as equipes de saúde para o estímulo ao desenvolvimento de hábitos saudáveis de vida na Terceira Idade.

A Campanha da Vacinação contra a Influenza, em parceria com os municípios, obteve uma cobertura vacinal de 80% na população acima de 60 anos, contribuindo na redução da morbi-mortalidade por gripe, pneumonia e outras complicações respiratórias, especialmente durante o inverno. Ainda, na semana em que se comemorou o "Dia Nacional do Idoso", 1º de outubro, realizou-se o II Encontro Estadual de Saúde e Políticas Públicas para o Idoso, no qual foram discutidas políticas de saúde, cidadania e direitos, violência e o papel dos gestores na atenção à pessoa idosa.

A Regionalização da Saúde é uma diretriz do Sistema Único de Saúde e prioridade do Governo do Estado, com descentralização da gestão para os municípios e do atendimento ambulatorial e hospitalar, fortalecendo as Unidades Ambulatoriais e Hospitalares integrantes dos Pólos Regionais.

Com o intuito de ampliar a capacidade e a regionalização da prestação de serviços de saúde especializada, a área de gestão da assistência também apresentou avanços, com o credenciamento de novos serviços que incorporaram recursos ao teto financeiro de municípios em gestão plena, e do Estado, a saber:

- reclassificação de leitos de UTI do Hospital Cristo Redentor, de Porto Alegre, no valor de R\$ 827,5 mil para a Capital;
- Hospital Municipal de Novo Hamburgo, credenciado como Unidade de Assistência em alta complexidade cardiovascular, no valor de R\$ 1 milhão para o Estado;
- Fundação Hospital Centenário de São Leopoldo, habilitado na área de alta complexidade em Oncologia/Radioterapia, com o valor de R\$ 799,2 mil para o município;
- incorporação de R\$ 5,3 milhões pelo cadastramento de leitos de UTI no Hospital Nossa Senhora das Graças, de Canoas, Hospital de Pronto Socorro, de Porto Alegre e Hospital Vida e Saúde, de Santa Rosa; e
- habilitação da Rede Estadual de Oncologia, com 21 unidades distribuídas no Estado, levando a atenção especializada para perto do cidadão.

Além disso, foram contratualizados 43 hospitais filantrópicos, sendo 40 sob gestão estadual e três sob gestão municipal, o que incorporou ao teto financeiro estadual e dos municípios R\$ 18,6 milhões. Com a contratualização da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre,

recursos anuais de R\$ 8,5 milhões foram disponibilizados para custeio e manutenção.

O Governo do Estado repassou, em novembro, R\$ 1 milhão para a regionalização da saúde, com o intuito de desafogar a procura por hospitais maiores, especialmente em Porto Alegre, por intermédio da melhoria da infra-estrutura dos serviços prestados nos municípios. Do total, R\$ 704,6 mil foram destinados ao **Programa Região Resolve**, por deliberação da Consulta Popular, e outros R\$ 298,7 mil à Regionalização da Rede de Atenção à Saúde. Foram também repassados mais R\$ 1,4 milhão aos hospitais gaúchos, como incentivo do programa **Parceria Resolve**. O Programa repassa incentivos a todos os hospitais vinculados ao SUS, com exceção dos públicos federais e estaduais. As unidades beneficiadas recebem uma parcela básica de valor variável, conforme sua inserção no sistema de saúde, acrescida, para algumas, de incentivos para a manutenção de leitos de psiquiatria em hospitais gerais, o atendimento à gestante de alto risco e adoção do método mãe-canguru. Além disso, algumas instituições são suplementadas com recursos diferenciados, especialmente na fronteira.

Avançando no processo de parceria com os hospitais, foram renovados convênios, e destinados recursos, com os Hospitais de Alvorada, Padre Jeremias de Cachoeirinha e Geral de Caxias do Sul, os quais são administrados por instituições não-governamentais.

No ano que passou, foram incorporados recursos anuais no valor de R\$ 63,5 milhões ao teto financeiro de **Assistência em Média e Alta Complexidade**, recompondo déficit histórico na assistência à saúde no Rio Grande do Sul. O reajuste dos valores de procedimentos ambulatoriais e hospitalares constantes das Tabelas do SUS acarretou a incorporação de mais R\$ 116,6 milhões para a assistência de média e alta complexidade, sendo R\$ 61,1 milhões para os 15 municípios em gestão plena e R\$ 55,5 milhões para os demais municípios sob gestão estadual. A incorporação de R\$ 30,7 milhões ao limite financeiro anual do Estado e municípios constitui um grande avanço para a melhoria da situação de saúde dos gaúchos.

Lançado em 2007, o **Programa de Prevenção da Violência (PPV)**, coordenado pela SES, tem foco em ações preventivas, de acordo com diretrizes da Organização Mundial da Saúde, para o enfrentamento da violência como um problema de saúde pública, dentro das perspectivas de construção de uma cultura da paz e da segurança humana propugnadas pela UNESCO. Com esses pressupostos, o PPV propõe a descentralização, a intersetorialidade, a articulação social e as ações em rede.

Neste primeiro ano de implantação, o PPV efetivou parceria com organizações governamentais e não-governamentais, fortalecendo a Rede Social e de Serviços, integrando esforços para a prevenção da violência nos municípios gaúchos. O objetivo é a redução das ocorrências de violência em quatro anos, visando a atingir 60.000 famílias nas 50 maiores cidades gaúchas. O PPV já está implantado em 05 municípios-piloto: Alvorada, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas e Santa Cruz do Sul. Outros 16 municípios estão em fase de adesão ao programa estadual.

Dentre as diversas ações desenvolvidas no âmbito do programa de **Atenção Integral à Saúde**, destacam-se as atividades voltadas à **Saúde da Mulher**, visando à qualificação do planejamento familiar, pré-natal, parto e puerpério, prevenção do câncer de colo uterino e detecção precoce do câncer de mama, entre outras ações.

Com vistas à qualificação do pré-natal, parto e puerpério, os municípios, foi incentivada a adesão dos municípios ao Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento, obtendo-se como resultado a habilitação de 100% dos mesmos. Houve a implantação de protocolos clínicos para qualificação da atenção e do recebimento dos incentivos correspondentes. Ainda, foram desenvolvidas, em conjunto com os municípios, atividades para ampliar a captação precoce das gestantes e de estímulo à realização de sete ou mais consultas de pré-natal durante a gravidez, com inclusão da consulta de puerpério.

Considerando que as mulheres perfazem 51% da população do Rio Grande do Sul, e que, em se tratando de óbito por câncer, o de mama vem sendo a principal causa, o Governo do Estado vem desenvolvendo o Programa de Combate ao Câncer de Mama, que tem por objetivo a modificação do perfil epidemiológico desse câncer. As principais estratégias para o desenvolvimento do Programa são: o diagnóstico precoce, que envolve ações voltadas para o estímulo ao auto-exame; o exame clínico das mamas pelas Equipes de Saúde; a ampliação do acesso a mamografias; e o controle de qualidade dos mamógrafos. Anualmente, são realizadas em torno de 170.000 mamografias.

Para o atendimento integral às pacientes encaminhadas pela rede básica, o Rio Grande do Sul dispõe de 24 Unidades de Oncologia habilitadas, distribuídas nas Regiões de Saúde. Foi ampliada a oferta dessas Unidades com novos serviços habilitados em São Leopoldo (Radioterapia), Cruz Alta (Hospital São Vicente de Paulo) e Caxias do Sul (Hospital Pompéia) com serviços especializados em quimioterapia.

O objetivo principal do Programa Estadual de Controle do Câncer de Colo Uterino é reduzir a morbi-mortalidade por câncer de colo uterino, visto que é um câncer que apresenta lesões precursoras, permitindo uma prevenção realmente efetiva. Para tanto, foi estimulada uma política de triagem populacional, em parceria com os gestores municipais e sociedade civil, através do aumento do número de exames citopatológicos realizados nas mulheres entre 25 e 59 anos. Dentre as atividades realizadas, destacam-se a implantação de um Programa de Qualidade junto aos Laboratórios de Citopatologia credenciados e a realização, em parceria com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), de curso para capacitação gerencial de gestores do Programa estadual e municipal de Controle do Câncer de Colo Uterino das 19 Coordenadorias Regionais de Saúde.

O Governo do Estado, a Assembléia Legislativa, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública firmaram protocolo visando à constituição de rede estadual destinada a promover o Planejamento Familiar. A SES participa das atividades desenvolvidas pelos parceiros, contribuindo com a qualificação do acesso da população em geral

a políticas de planejamento familiar. A essas ações articulam-se a ampliação das Equipes de Saúde da Família, o desenvolvimento de Programas como o Viva Criança, especialmente o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento, com consulta de puerpério, o Saúde e Prevenção nas Escolas, em parceria com Secretaria de Educação, Universidades, Municípios e ONGs, e o cadastramento de serviços para oferta de métodos cirúrgicos de contracepção.

O compromisso do Governo Estadual de fortalecer e avançar na implementação da **Política de Saúde Mental** no Rio Grande do Sul está sendo concretizado através do planejamento da substituição gradativa de leitos em hospitais psiquiátricos por leitos psiquiátricos em hospitais gerais e ampliação da rede ambulatorial de serviços de atenção integral à Saúde Mental. Para assessorar os municípios neste processo, realizou-se capacitação de profissionais das 19 Coordenadorias Regionais de Saúde e dos trabalhadores de Saúde Mental.

A rede de Atenção à Saúde Mental no Rio Grande do Sul conta, hoje, com 109 ambulatórios especializados, 130 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), 686 leitos em Hospital Geral, 940 leitos em Hospital Psiquiátrico, 05 municípios com Serviços Residenciais Terapêuticos, 183 beneficiários no Programa de Volta para Casa.

Nessa área, foi realizado o I Encontro Estadual dos Serviços Residenciais Terapêuticos, para orientar a ampliação deste serviço de atenção em saúde mental. Também vêm sendo desenvolvidas, em conjunto com outras instituições, ações para identificação e manejo do uso abusivo de álcool e outras drogas pela população, de acordo com a estratégia da política de redução de danos, principalmente com a população indígena do Rio Grande do Sul.

No âmbito da Atenção Integral à Saúde do Adulto, a política desenvolvida para o **Enfrentamento às DST/AIDS** envolve ações de promoção, prevenção e assistência para as pessoas que vivem com HIV. Entre as estratégias que foram qualificadas, destacam-se o programa Saúde e Prevenção nas Escolas e a abordagem à feminilização da epidemia. Diversas ações de prevenção foram desenvolvidas para marcar o Dia Mundial de Luta contra a Aids como a conscientização sobre a importância do uso do preservativo e divulgação de medidas de prevenção em locais estratégicos, de grande fluxo de população.

Cabe ressaltar que, nos últimos seis anos, as mulheres representam cerca de 40% dos casos de AIDS notificados no Estado. A forma de transmissão de 80% desses casos é sexual (heterossexual), e cerca de 8% se infectaram compartilhando seringas e agulhas para uso de drogas injetáveis. Historicamente, essas mulheres são, na sua maioria, jovens em idade reprodutiva e com maior atividade sexual. Ultimamente, observa-se um aumento proporcional de casos em mulheres com mais de 40/50 anos. Dentre as questões relacionadas ao HIV/AIDS específicas para as mulheres, chama a atenção a possibilidade de transmitir o vírus para o bebê – transmissão vertical – que pode ocorrer durante a gestação, o parto ou pelo aleitamento. A SES, através de trabalho articulado com diversos

segmentos e instituições, está elaborando projeto para o enfrentamento da epidemia de AIDS entre as mulheres.

O programa Saúde e Prevenção nas Escolas consiste em uma ação intersetorial, desenvolvida pela SES em parceria com a Secretaria de Educação, Universidades e Sociedade Civil, visando a implantação e implementação de ações de educação em saúde nas Escolas, especialmente para a prevenção da violência e promoção da saúde sexual e reprodutiva. No ano de 2007, foram capacitadas equipes técnicas em mais de 20 municípios.

A Secretaria Estadual da Saúde, juntamente com os municípios, desenvolveu o programa **Inverno Gaúcho**, que teve como objetivo principal o controle das Infecções Respiratórias Agudas (IRAs). Durante o período, foram executadas estratégias de apoio às ações e serviços municipais de saúde, no intuito de qualificar o atendimento às crianças e idosos nos meses mais frios do ano. Dentre as ações desenvolvidas, houve o repasse de recursos financeiros para a abertura de terceiro turno de atendimento em Unidades Básicas de Saúde e aquisição de medicamentos básicos para tratamento das IRAs infantis. Outra ação relevante foi a capacitação de profissionais da rede básica dos municípios, visando à padronização e à sistematização do atendimento às doenças respiratórias, considerada essencial para atingir os resultados propostos para a prevenção e redução de internações e de mortalidade na infância. Foram habilitados 274 municípios, garantindo a abertura de terceiro turno em 369 Unidades Básicas de Saúde.

Na **Implementação da Vigilância em Saúde** foram desenvolvidas ações de **Enfrentamento à Dengue**, já que durante o ano de 2007 foram confirmados 262 casos autóctones nas regiões Noroeste e Norte do Estado, colocando o Rio Grande do Sul em estado de alerta epidemiológico. A Secretaria Estadual da Saúde, em conjunto com as Secretarias Municipais de Saúde, desenvolve ações de controle vetorial, vigilância epidemiológica, ações intersetoriais, de mobilização social e de educação para a saúde.

O Rio Grande do Sul recebeu apoio do Programa Nacional de Controle da Dengue do Ministério da Saúde, através de consultoria para o planejamento das ações, capacitações e fornecimento de equipamentos para apoio ao combate ao vetor – o mosquito *Aedes aegypti*. Na seqüência de ações, foi implantada a Força-Tarefa de Combate à Dengue do CODESUL, com a participação de técnicos do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que coordena a força-tarefa.

O Governo do Estado instituiu um prêmio aos dez municípios infestados que melhor executarem as ações de controle da dengue e reduzirem o índice de infestação predial pelo mosquito transmissor da doença a índices inferiores a 1%, até o final de 2007. A premiação será um repasse de R\$ 30 mil, a ser aplicado em ações de vigilância, como forma de estimular as equipes locais.

A partir de maio de 2007, registrou-se a ocorrência de surto de rubéola em Pelotas e outros municípios da 3ª CRS. Para efetivação do **Controle da Rubéola** foi realizada uma Campanha de Vacinação regional, destinada a homens e mulheres de 20 a 39 anos. Apesar da pronta realização das medidas de controle preconizadas (bloqueio vacinal e intensificação de vacinação de grupos de risco), houve a disseminação do surto para outros locais do Estado, com 1.841 casos confirmados em 120 municípios. Observa-se que os casos incidem, basicamente, em homens de faixas etárias não cobertas por atividades de vacinação (adultos jovens), e que são o alvo principal das campanhas de vacinação.

A **Assistência Farmacêutica** constitui parte fundamental dos serviços de atenção à saúde do cidadão. O atendimento de um direito social, como é o caso de acesso a medicamentos, sempre é confrontado por demandas múltiplas e crescentes em face de restrições operacionais e orçamentárias. Assim, o Estado deve atender às demandas daqueles medicamentos considerados essenciais e prioritários do ponto de vista de saúde pública, promovendo as medidas que assegurem a oferta adequada de medicamentos em termos de quantidade, qualidade, eficácia e o seu uso racional.

Para **Modernizar a Gestão da Assistência Farmacêutica** e garantir o tratamento de aproximadamente 120.000 usuários cadastrados com processos ativos no Estado, a Secretaria da Saúde implantou uma ferramenta de gestão chamada Administração de Medicamentos (AME), que mantém o cadastro; monitora o tratamento dos usuários; permite o acompanhamento do consumo de medicamentos, e a avaliação e planejamento das necessidades de compra de medicamentos, através do pregão eletrônico e/ou registro de preço, com considerável economia nas aquisições. O aumento de quantitativos confere à SES maior poder de negociação e, por consequência, a obtenção de melhores preços.

A grande demanda de pedidos para o tratamento de portadores de hepatite C, aliado ao alto custo do medicamento, motivou a criação, há quatro anos, do Centro de Aplicação e Monitoramento de Medicamentos Injetáveis (CAMMI), tendo como objetivo o acompanhamento e o monitoramento do tratamento (caracterizando um serviço de Atenção Farmacêutica), a fim de promover melhoria da atenção em saúde aos portadores dessa doença. A existência desse serviço propiciou a parceria institucional entre a SES, através do Hospital Sanatório Partenon, e Bio-Manguinhos/Fiocruz/Ministério da Saúde, devido ao perfil do CAMMI, para desenvolvimento de pesquisa. Ainda, houve a ampliação da capacidade de atendimento, com a criação de mais um turno de atendimento. Antes da inauguração do terceiro turno, a capacidade máxima de atendimento por semana era de 280 pacientes, hoje é de 700.

Na área de **Pesquisa e Educação em Saúde**, os principais avanços da **Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS)** foram a implantação de análises de DNA para teste de paternidade, com a assinatura de convênio com o Tribunal de Justiça do Estado, sendo realizados 2.385 laudos; *kit* molecular para o diagnóstico laboratorial de tuberculose – patenteado e transferido, por licitação, a

empresa nacional para produção em escala industrial para a rede pública de todo o País; *Kit* para detecção de resistência ao tratamento da tuberculose, em fase de desenvolvimento conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e o *Kit* para detectar e genotipar o vírus da hepatite C (HCV), em fase de desenvolvimento.

A FEPPS, em parceria com a iniciativa privada, desenvolveu a campanha educativa “Doe Sangue, Doe Vida”, com o objetivo de estimular as doações de sangue no Estado. A retomada da gestão, pela FEPPS, dos Hemocentros Regionais, como o de Pelotas, levou a grande aumento da produção de hemocomponentes, distribuídos aos serviços conveniados, qualificando a atenção neste setor.

PLANOS PARA 2008

Para 2008, a área da **Saúde** desenvolverá as seguintes ações:

Programa	Principais Ações
Assistência em Média e Alta Complexidade	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de redes regionalizadas de atenção à saúde • Estruturação da rede de atendimento de urgência e emergência • Assistência complementar, com a implantação de unidades • Regulação assistencial, com a implantação de centrais de regulação • Doação de órgãos e transplantes • Construção do hospital regional e unidade de reabilitação • Recuperação e manutenção dos hospitais de pequeno porte no interior do Estado
Programa: Assistência Farmacêutica	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à assistência farmacêutica básica nos municípios • Gerenciamento de medicamentos excepcionais, especiais e de ações judiciais, com o atendimento de 70% das demandas • Ampliação da capacidade produtiva do LAFERGS • Distribuição de 220.000 FEPPS
Programa: Atenção Integral à Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de mais de 1.400 equipes de Estratégia de Saúde da Família e de 9.800 Equipes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde • Atenção integral à criança e ao adolescente, com a investigação de mais de 95% dos óbitos em menores de 1 ano • Atenção integral à saúde da mulher, do adulto e do idoso
Gestão e Financiamento do SUS	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de mais de 500.000 atendimentos nos hospitais próprios do Estado • Realização de campanhas educativas na área da saúde

Programa	Principais Ações
Implementação da Vigilância em Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação da vigilância ambiental em saúde e da vigilância sanitária no Estado, em mais de 200 municípios • Implementação da vigilância em saúde do trabalhador em mais de 300 municípios • Implementação da vigilância epidemiológica em mais de 390 municípios • Realização de mais de 23.000 atendimentos na área de vigilância toxicológica
Pesquisa e Educação em Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de mais de 14.000 profissionais da área da saúde, inclusive na área de prevenção e educação toxicológica • Realização de pesquisas biotecnológicas em saúde e de vigilância ambulatorial • Desenvolvimento de medicamentos
Programa Estadual de Prevenção da Violência	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação da rede do PPV • Atendimento de mais de 20.000 famílias
Primeira Infância Melhor	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de mais de 4000 técnicos das equipes envolvidas e de 2.400 visitantes
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue	<ul style="list-style-type: none"> • Incremento de 37% da doação voluntária • Atendimento a 2.500 portadores de hemoglobinopatias e coagulopatias

SEGURANÇA PÚBLICA

O Governo do Estado, nesta área, propõe-se a **priorizar a segurança pública e recuperar a confiança da sociedade**. Nesse sentido, estão sendo desenvolvidas ações para recomposição do efetivo policial; modernização da gestão e dos serviços de segurança pública – sempre considerando o tripé recursos humanos, treinamento e tecnologia; reestruturação e integração dos sistemas de inteligência das polícias; articulação e integração das ações do Governo relativas à prevenção à violência e à criminalidade; estreitamento da cooperação e troca de informações com os órgãos e as forças federais de segurança; apoio e valorização do policial em termos de treinamento, remuneração e motivação; e integração das ações de segurança pública com as políticas de desenvolvimento social.

Imprescindíveis, também, são a reforma e a modernização do sistema prisional, de forma a enfrentar o déficit de vagas existente no Estado, visto que uma das conseqüências mais graves da superlotação consiste na formação de facções criminosas, responsáveis por uma série de delitos, tanto dentro quanto fora dos presídios, os quais são de difícil repressão e punição.

Traçando como estratégia de longo prazo – ou seja, para um horizonte temporal que ultrapassa uma única gestão governamental – a de melhorar substancialmente a qualidade dos serviços de Segurança Pública, em que pese a complexidade e a urgência dos desafios que se colocam, tornou-se indispensável, para a obtenção dos resultados esperados, a definição de uma densa agenda de opções e prioridades de médio prazo,

consubstanciada na formulação e execução de uma política integrada e sem discontinuidades para a área.

Um passo inicial importante dado no sentido da **modernização da gestão** da Segurança Pública foi a recriação da **Secretaria da Segurança Pública (SSP)**, para preocupar-se com a garantia da ordem pública; incolumidade das pessoas e do patrimônio; redução dos índices de violência e criminalidade; administração do serviço penitenciário; e integração das ações constitucionalmente atribuídas aos órgãos da segurança pública: Polícia Civil, Brigada Militar e Instituto-Geral de Perícias, bem como de serviços penitenciários.

Com base nessas competências, e de conformidade com a Agenda Estratégica do Governo do Estado para o período 2007-2010, foram traçadas como prioridades: a intensificação da prevenção à violência e à criminalidade, a redução da criminalidade e a reforma do sistema prisional.

Foi conferida grande importância às ações preventivas e ao fortalecimento das parcerias com a União, Estados e Municípios, organismos internacionais, iniciativa privada e entidades do terceiro setor. Do mesmo modo, a atuação da segurança pública deve pautar-se pelo fortalecimento da inteligência policial, qualificação dos profissionais, modernização por meio da tecnologia da informação e do reaparelhamento dos órgãos policiais, reestruturação dos processos internos e adoção de técnicas modernas de avaliação dos seus serviços.

Com vistas a uma atuação mais imediata, no âmbito da Secretaria, foram estabelecidas, no início de 2007, 23 Medidas Prioritárias de Ações de Gestão da Segurança Pública, tendo como escopo a agilização de projetos já existentes ou em andamento na Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e a elaboração de novos projetos, destinados a incrementar o ensino e treinamento, o reaparelhamento operacional e as atividades de inteligência para qualificar as infra-estruturas e melhorar os serviços prestados, e reorganização e reativação, em sua plenitude, do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), segmento que faz a interface com o Sistema Único de Segurança (SUSP) da SENASP, imprescindível para análise e acolhimento de projetos de destinação de recursos para a infraestrutura da segurança pública dos Estados.

Além disso, considerando-se o propósito de que a qualidade dos serviços públicos seja referenciada a padrões internacionais, foi dada ênfase à divulgação dos resultados das ações, através de uma série de indicadores de Segurança Pública, situando-se entre os mais relevantes a Taxa de Homicídios X 100.000hab, a Taxa de Roubos X 100.000hab e a Taxa de Furtos X 100.000hab.

No que respeita à prioridade estabelecida de **reformular o sistema prisional**, o propósito é o de submetê-lo a uma revisão profunda, no sentido de evitar o convívio de detentos responsabilizados por crimes de diferentes graus e natureza, e a ociosidade dos presídios, o que propicia a formação de facções criminosas e favorece a criminalidade. Neste processo, são enfatizadas: a segregação por natureza e gravidade do delito cometido

(aprisionamento por tipo de crime); a promoção de atividades laborais e educacionais para o detento, a fim de permitir que o sistema exerça sua função de ressocialização do preso e preparo do mesmo para reingresso na sociedade.

Com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas para a área da Segurança Pública acima referidas, podem ser destacadas algumas iniciativas relevantes levadas a termo no ano que passou, como o **Planejamento e a Coordenação das Ações de Segurança**. Nesse sentido, vem sendo realizado o Planejamento Estratégico e implementado o Plano de Metas Anual (PMA) da SSP.

A adesão formal do Estado ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), determinante para a reinstalação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), possibilitou a integração total das ações de prevenção e repressão à violência e à criminalidade. O GGI - reativado no Rio Grande do Sul em abril de 2007 – tem como objetivo coordenar o SUSP dos Estados, de acordo com o termo de convênio celebrado entre a União (por intermédio do Ministério da Justiça), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e dos Estados Federados, através de suas Secretarias de Segurança Pública, com base em três linhas de atuação: incremento da integração entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal; implantação do planejamento estratégico como ferramenta gerencial das ações empreendidas pelo Sistema de Justiça Criminal, e constituição da informação como principal ferramenta da ação policial. A premissa é estabelecer, também, uma rede estadual e nacional de intercâmbio de informações, permitindo a integração total das ações de inteligência dos organismos estaduais e federais no combate à criminalidade.

Ainda, com o intuito de pleitear a destinação de recursos federais para a Segurança Pública do Estado, foram apresentados ao Ministério da Justiça, em abril de 2007, **66 projetos de infra-estrutura para a Segurança Pública no Estado**, no valor total de R\$ 262 milhões, dos quais três já estavam tramitando na SENASP, a saber: a construção do Módulo 1 da Academia Integrada de Segurança Pública (ACISP), em uma área de 19.000 m², já existente na Capital, que visa ao desenvolvimento de ações de educação para a Segurança Pública, envolvendo a Polícia Civil, o IGP e a SUSEPE; o conserto do helicóptero da Brigada Militar, desativado desde 2002, e a contratação do projeto executivo para a construção do Complexo do Instituto-Geral de Perícias, em Porto Alegre, reunindo em três prédios as áreas de criminalística, médica-legal e de identificação.

Desses, já foram aprovados 14 projetos, no valor total de R\$ 10,6 milhões, destacando-se o destinado à construção da ACISP. Foram liberados mais R\$ 1,7 milhão para a recuperação de helicóptero da BM e a elaboração do Projeto Executivo para a construção do Complexo do IGP, obra com valor total de R\$ 24 milhões, que visa a equipar o órgão Pericial para equipará-lo aos similares de primeiro mundo. Ainda estão sendo repassados pela União, por meio de aquisição direta, bens e serviços no valor de R\$ 1,9 milhão.

Como um fator altamente positivo, cabe destaque à redução da contrapartida do Estado, em projetos novos, de 20% para 2%, viabilizando a execução dos Convênios com a União, através do Ministério da Justiça.

No que respeita à **Modernização e Reaparelhamento da Segurança Pública**, objetivando diagnosticar as reais necessidades das unidades que integram a estrutura da SSP, foi instituído o Plano Anual de Reaparelhamento Policial, Pericial e Penitenciário (PARP) para a reposição e o aumento gradual de materiais e equipamentos, de forma sistemática e baseada em critérios técnicos. Foram investidos R\$ 3 milhões e estão em fase de execução investimentos no valor de R\$ 19,9 milhões, oriundos do Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP), do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN).

Outrossim, como reconhecimento pela participação do Rio Grande do Sul nas ações de segurança por ocasião dos Jogos Pan-Americanos Rio/2007 – na medida em que foi o estado que mais servidores cedeu, totalizando 389 da Brigada Militar e 25 da Polícia Civil –, foram recebidos, como legado, 35 veículos e diversos equipamento utilizados durante o evento, os quais foram repassados aos programas da segurança pública.

No âmbito da modernização dos serviços, também é de se destacar a inauguração do novo prédio da 2ª Delegacia de Polícia Distrital de Porto Alegre, atendendo às exigências e medidas adequadas para uma Delegacia de Polícia.

Para implementar e reforçar as ações de **Prevenção e Repressão à Criminalidade**, a SSP estabeleceu, por meio de seu Planejamento Estratégico, os objetivos básicos de aumentar a sensação de segurança da comunidade e reverter gradativamente a de impunidade. Neste sentido, tem desenvolvido suas ações e operações com foco na redução de 12 indicadores de criminalidade, cingidos àqueles delitos de maior clamor público e de maior potencial ofensivo, referentes a: latrocínio; roubo de veículos; furtos; estelionato; posse de entorpecentes; tráfico de entorpecentes; delitos relacionados à corrupção; extorsão mediante seqüestro; homicídios; extorsão, e delitos relacionados com armas e munições.

Com suas taxas de crescimento divulgadas mensalmente, sempre com referência ao mês anterior, observa-se, no decorrer de 2007, uma tendência de queda na maior parte deles, revelando um controle geral crescente sobre o comportamento dos mesmos. Assim, em outubro, este controle superou 70%, na medida em que apenas três dos indicadores apurados – homicídio, latrocínio e extorsão mediante seqüestro – apresentaram taxas crescentes. Já, em novembro, este controle subiu para 84%, com dez indicadores apresentando quedas nas respectivas taxas em relação a outubro, especialmente aqueles relacionados a delitos que mais afetam à sociedade gaúcha, como latrocínio, roubo, roubo de veículo, furtos, extorsão mediante seqüestro e extorsão. Também houve redução nos índices referentes a delitos relacionados à corrupção, armas e munições, posse e tráfico de entorpecentes. O subitem furto de veículos mostrou queda considerável em relação a outubro, o que se deve a um

conjunto de medidas implementadas pela SSP, que tem conseguido frear e inverter a tendência de crescimento deste tipo de crime entre 2006 e 2007.

Houve elevação nos índices de estelionatos e de homicídios. Este último, aliás, é o que revela comportamento mais preocupante, pela sua recorrência e sistemático crescimento. Em face disso, a SSP tem focado as suas ações especialmente nos dez municípios que totalizam quase 60% desse tipo de delito no Rio Grande do Sul. A estratégia adotada pela Secretaria é a de persistir no trabalho de conscientização das lideranças das comunidades respectivas, para que exijam dos Poderes Públicos locais medidas concretas no âmbito de suas competências.

Para reforçar a atuação no combate à criminalidade foram criadas 05 modalidades de **Operações Permanentes** a serem executadas pela Brigada Militar e pela Polícia Civil no Rio Grande do Sul, com foco no planejamento de ações conjuntas para a aplicação das estratégias governamentais atinentes à Segurança Pública, com os seguintes objetivos e atuação programada:

– **Operação “Esforço Concentrado”** – atuação voltada para a redução dos 12 indicadores de criminalidade apurados por estudo continuado do Comando-Geral da Brigada Militar, ocorrendo em dias e horários não coincidentes com as demais operações, e em locais de real ou potencial incidência dos delitos abrangidos pelos mesmos;

– **Operação “Cadeado”** – bloqueio controlado de vias de acesso a determinados locais, visando a coibir o indicador de criminalidade “furto e/ou roubo de veículo” e outros delitos decorrentes, ocorrendo semanalmente, por 24 horas, abrangendo todos os principais acessos a uma determinada área ou localidade, tendo como referência os municípios que se apresentam entre os dez com maiores índices dos referidos delitos;

– **Operação “Lei Seca”** – prevenção da ocorrência de delitos em todas as suas formas, em princípio sob a influência do álcool ou substância similar, e onde se destaca o indicador “homicídio”, e prevenção e repressão dos crimes de trânsito previstos no Código de Trânsito Brasileiro, especialmente na direção de veículo automotor, submetendo a dano potencial a integridade de terceiros;

– **Operação “Sensação”** – ampliação da sensação de segurança da comunidade e inibição da ocorrência de delitos, especialmente de “furtos e roubos de veículos”, através da realização de barreiras policiais, *blitze*, abordagens e outras ações congêneres, durante 24 horas, no mínimo em dois dias da semana, recaindo a escolha naqueles lugares em que os estudos estatísticos da SSP indicam ser os de maior incidência dos delitos relacionados a estes indicadores; e

– **Operação “Caixa Forte”** – realizada junto a estabelecimentos bancários e/ou que realizem transações financeiras, destina-se à inibição da ocorrência de furtos, roubos a estes estabelecimentos e demais delitos correlatos, sendo realizada permanentemente, de segunda a sexta-feira, das 10 às 16 horas, nos períodos de início e final de mês.

Em apenas seis meses de atuação, estas operações apresentaram benefícios apreciáveis no combate à criminalidade, contribuindo de forma

significativa para o controle dos indicadores selecionados e proporcionando a redução destas ocorrências, comparativamente ao ano de 2006. Isso se reflete nos resultados globais alcançados em 2007 através da atuação da SSP e de suas instituições vinculadas, como segue.

A **Brigada Militar** fiscalizou mais de 15.500.000 veículos, prendeu 62.000 pessoas, apreendeu 1.600 armas, fiscalizou 191.000 bares e 53.000 casas noturnas e efetuou 4.800 ações de fiscalização em desmanches de automóveis. E, a **Polícia Civil** remeteu ao Poder Judiciário mais de 350.000 procedimentos policiais; efetuou 17.000 prisões em flagrante; executou 13.800 mandatos de busca e apreensão; apreendeu 5.500 armas; recuperou 18.500 veículos e recapturou 3.700 foragidos. Instituiu, também, um mutirão cartorário para priorizar 27.000 inquéritos policiais, considerados mais graves e de maior repercussão social, em 16 Municípios, começando por Uruguaiana, a partir de 02 de janeiro de 2008.

Somadas a essas atividades, foram incrementadas ações e operações da **Brigada Militar** e da **Polícia Civil** no enfrentamento de situações que geram intranquilidade à sociedade gaúcha, em especial nas cidades de médio e grande porte, como a "pirataria", jogos ilegais, extorsão e constrangimento ilegal realizados por "flanelinhas", estas últimas por meio da Patrulha Anti-Extorsão (PAE), implementada pela Brigada Militar.

O **Instituto-Geral de Perícias (IGP)** instituiu o Plantão 24 horas para o exame pericial em veículos recuperados de furto ou roubo, em Porto Alegre, permitindo maior agilidade e presteza no atendimento à sociedade, nestes delitos que afetam sensivelmente a comunidade. Foi também instituída uma Força-Tarefa, envolvendo a contratação de peritos, para normalizar o estoque atual de cerca de 12.000 perícias represadas na [área de criminalística que aguardam laudo nas áreas de balística e de documentoscopia – medida que ataca diretamente a questão da impunidade, já que os laudos são indispensáveis para a instrução dos processos.

Com vistas ao **desenvolvimento dos recursos humanos e valorização dos servidores da Segurança Pública**, houve a nomeação de 412 Agentes e 100 Auxiliares para a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE). Foi concluído o Curso de Formação de 253 Escrivães de Polícia e está em andamento o Curso de Formação de 250 Inspetores de Polícia, perfazendo um total de 503 novos policiais civis. Está em andamento o Curso de Formação da Brigada Militar, com um total de 700 policiais militares.

Ainda com foco na valorização dos recursos humanos, destaca-se a assinatura de acordo de cooperação entre o Governo do Estado e o Ministério da Justiça para a implantação do Plano Habitacional para Profissionais da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, tendo como objetivo viabilizar o acesso à moradia a servidores, especialmente policiais civis e militares, bombeiros, servidores penitenciários e peritos com renda de até quatro salários mínimos e que morem na Região Metropolitana de Porto Alegre, em áreas de risco, por meio de ações conjuntas desenvolvidas pelos participantes. O acordo, previsto no âmbito do Programa Nacional de

Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), tem como um dos seus objetivos ser um sistema de gestão das instituições de Segurança Pública e das políticas de redução da vulnerabilidade social no País. Porto Alegre foi a primeira capital brasileira a aderir ao Plano, que prevê, até o final de 2008, cerca de 35.000 unidades populares a serem disponibilizadas para os servidores da Segurança Pública, no País, possibilitando o acesso a moradia com condições de financiamento habitacional diferenciadas. Além disso, os policiais que recebem salários mais altos terão acesso a Cartas de Crédito para a aquisição de moradias.

No âmbito do **Sistema Prisional**, é de destacar, como altamente relevante, a elaboração e implantação do primeiro Plano Diretor do Sistema Penitenciário (PDSP) do Estado, devidamente aprovado pelo Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), que deverá impulsionar a qualificação do Sistema Penitenciário gaúcho, uma das prioridades do Plano de Governo, permitindo não só a melhoria do tratamento penal e da administração penitenciária, mas viabilizando a obtenção de recursos junto ao PRONASCI. Até 2010, o Governo do Estado prevê a construção de 15 presídios no Rio Grande do Sul, com capacidade de até 10.200 vagas. É, no entanto, do entendimento da SSP que somente isso não é suficiente para enfrentar o déficit prisional gaúcho, hoje de cerca de 9.000 vagas e mais de 6.000 mandados de prisão não cumpridos. O propósito é o de implementar um adequado tratamento penal, possibilitando ao preso a sua ressocialização, processo para o qual o PSDP se constitui em espinha dorsal, na medida em que prevê a criação de albergues, construção de presídios, implantação de corregedorias, comissões de disciplina, módulos de educação e de saúde.

Para suprir as necessidades atinentes ao déficit prisional, foram criadas 200 vagas nos regimes aberto e semi-aberto no Instituto Penal de Viamão e iniciado o procedimento para a construção de penitenciária em Passo Fundo e de albergues em Porto Alegre, Charqueadas, Venâncio Aires e Caxias do Sul, além de reformas de estabelecimentos em Viamão (semi-aberto), Porto Alegre (semi-aberto) e Espumoso (fechado). Foram aprovados pela União os projetos de construção de penitenciárias em Bento Gonçalves e São Leopoldo, no valor de R\$ 28,8 milhões, e apresentado projeto para construção de penitenciária em Lajeado. Além destes recursos, foram investidos R\$ 7,2 milhões na melhoria do Sistema Penitenciário. No total, serão mais 2.640 vagas criadas e 280 vagas recuperadas.

Com a adesão do Estado ao PRONASCI foi, ainda, confirmada a construção de uma Penitenciária Especial para Jovens Adultos na Região Metropolitana de Porto Alegre, gerando 421 novas vagas para detentos entre 18 e 24 anos – que, ao mesmo tempo em que cumprirem pena, poderão trabalhar em oficinas profissionalizantes e estudar –, e do Módulo de Saúde no Complexo Penitenciário de Charqueadas, com valor total de R\$ 12,5 milhões. Ainda foram aprovados, pela União, projetos para aquisição de 8 viaturas penitenciárias e 3 microônibus, capacitação de servidores do sistema penitenciário e criação de laboratório de análise de tuberculose e HIV no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA), no valor de R\$ 1 milhão.

O Ministério da Justiça autorizou a construção de uma Penitenciária Federal no Rio Grande do Sul, restando somente definir a sua localização.

PLANOS PARA 2008

Para 2008, a área da **Segurança Pública** atuará nos seguintes programas:

Programa	Principais Ações
Prevenção e Repressão à Criminalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Policiamento ostensivo e preservação da ordem pública através da Brigada Militar (envolvendo suporte administrativo e operacional para o desempenho de suas atividades) • Reformulação de 50 delegacias • Prevenção da violência nos municípios, integrando ações de todos os órgãos da SSP voltadas para: ações de prevenção, estruturação do Sistema de Inteligência e das Corregedorias; informatização e modernização do parque tecnológico; ampliação do sistema de interceptação de sinais; ações de segurança nas escolas – Guarda Escolar
Escola de Governo	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação para 5.000 servidores
Administração e Aperfeiçoamento do Sistema Prisional	<ul style="list-style-type: none"> • Construção, ampliação e recuperação de estabelecimentos penais para ampliação de vagas.

JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A **Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social (SJDS)**, criada com esta denominação, tem as seguintes competências: articulação de políticas de justiça, mediante interlocução com a sociedade civil, com as agências internacionais e com os demais Poderes e esferas da Federação; políticas públicas de garantia dos direitos difusos, direitos humanos; acesso à justiça e ao desenvolvimento social; políticas públicas para adolescentes em medidas socioeducativas; políticas voltadas à família, à juventude, à mulher e à pessoa idosa; políticas públicas para assistência social; políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade étnica e racial; políticas públicas de trabalho, emprego e renda; fomento ao empreendedorismo comunitário e ao capital humano; desenvolvimento de políticas de segurança alimentar e nutricional; assistência e profissionalização do menor abandonado e carente; qualificação de mão-de-obra para o mercado; estímulo à formação de cooperativas de trabalho; políticas de proteção ao consumidor, e políticas públicas para pessoas com deficiências e pessoas com altas habilidades. Tais competências são exercidas pela Secretaria e por suas instituições vinculadas, a saber: **Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)**; **Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE)**; **Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (Fundação Proteção)**; **Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS)**.

As principais atividades desenvolvidas pela SJDS e suas vinculadas são destacadas a seguir.

A Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social (SJDS)

lançou uma série de iniciativas pioneiras na área social, tendo como carro-chefe a **Rede Parceria Social**, que é um modelo de atuação em rede a partir da articulação entre o Governo, terceiro setor e a iniciativa privada. Diversas iniciativas caracterizam a Rede, mas seus focos são a descentralização dos recursos captados e a garantia de sustentabilidade dos atuais e dos futuros projetos sociais do terceiro setor.

A Rede Parceria Social é composta ainda pela Fundação e pelo Fundo Gerações e Observatório do Terceiro Setor e do Desenvolvimento Social. A Fundação tem a finalidade de contribuir para a sustentabilidade permanente das organizações do terceiro setor no Estado. O Observatório, parceria da CaixaRS e o Instituto Nestor de Paula, tem como principal função prospectar novas fontes de financiamento nacionais e internacionais, fomentar o conhecimento e a pesquisa sobre as organizações sociais e métodos de gestão.

Em sua primeira edição, a Rede recebeu um total de 1.068 projetos para seleção, tendo sido selecionados 194, os quais irão disponibilizar R\$ 6 milhões, a serem distribuídos entre os 64 municípios selecionados. Na carteira de projetos, cabe destacar:

– **Desenvolvimento Social e Protagonismo Comunitário por Meio da Cultura** – fomento e criação de uma rede de estratégias educativas, através da arte e da cultura, para desenvolver pessoas e comunidades.

– **Fundo de Incentivo e Novos Associados das Organizações Sociais** – criação de um fundo para incentivar as organizações sociais a estabelecerem relações duradouras com doadores, pessoas físicas e jurídicas, visando à manutenção de seus projetos sociais e garantindo, assim, sua estabilidade financeira.

– **Meio Ambiente e Geração de Trabalho e Renda** – apoio a ações de grupos que atuem no mapeamento e na compreensão de problemas socioambientais ou que mobilizem comunidades voltadas ao seu enfrentamento, além de fazer com que esses grupos consigam gerar trabalho e renda para suas comunidades.

– **Juventude e Meio Ambiente Sustentável** – criação de oportunidades e perspectivas para adolescentes e jovens adultos, participantes de programas e projetos socioambientais do Estado, para que definam seus próprios rumos.

– **Rede Jovem de Cidadania** – estímulo à autonomia e ao protagonismo do jovem, proporcionando educação para a cidadania e oferecendo a possibilidade de construir uma visão crítica sobre os meios de comunicação.

– **Por Uma Juventude Cidadã** – promoção da inclusão social de jovens de famílias de baixa renda, contribuindo para sua formação cidadã.

– **Espaço de Inclusão Social e Cultural das Pessoas com Deficiência** – inclusão e promoção social de pessoas com deficiência, em sintonia com as políticas públicas de assistência social.

– **Promoção da Infância** – redução do número de casos de abusos e maus-tratos contra crianças e adolescentes através de ações de cunho preventivo e/ou terapêutico e de trabalho em rede com entidades sociais.

– **Rede Solidária de Qualificação para a Juventude** – consolidação de políticas públicas de juventude para a inserção de jovens no trabalho, valorizando e promovendo a cultura e o saber popular.

– **De Volta Pra Casa** – redução do número de pessoas moradoras de rua ou em situação de rua, maiores de 18 anos, buscando a efetiva reinserção social, tanto pela reconstrução da identidade, quanto pela inclusão em atividade produtiva.

– **Famílias do Peito** – fortalecimento de ações que promovam mudanças em relação à adoção de crianças e adolescentes, estimulando o apadrinhamento afetivo e institucional e qualificando o atendimento de abrigos.

– **Inclusão Produtiva de Populações em Situação de Alta Vulnerabilidade** – geração de ocupação, renda e emprego para populações excluídas economicamente do mercado de trabalho, por meio do processo de reciclagem de materiais, contribuindo para a recuperação de ambientes naturais degradados e redução do descarte de materiais reaproveitáveis.

No que respeita à **Lei da Solidariedade**, é de destacar a aprovação, pela Assembléia Legislativa, de alterações importantes na mesma, encaminhadas pelo Executivo gaúcho, e que estão centradas em dois aspectos: o primeiro redefine os limites de dedução fiscal permitido às empresas contribuintes do ICMS e tem por objetivo melhorar as condições de captação de recursos junto às empresas de menor porte; o segundo, determina que 5% do valor total captado pela Lei da Solidariedade passe a ser destinado à constituição de fundos permanentes de sustentabilidade das fundações de direito privado, curadas pelo Ministério Público, e que atendam os objetivos da política de assistência social definidos pelo Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social (PAIPS). Esse percentual tem o objetivo de incentivar a criação de uma cultura de poupança permanente e de formação dos chamados *endowment funds* no terceiro setor gaúcho.

O **Programa Rede RS Criança**, lançado em setembro, teve mais de 400 projetos inscritos e 278 foram selecionados para integrar a rede. A ação, envolvendo governo, terceiro setor, empresas e cidadãos, visa a arrecadar recursos para o Fundo Estadual da Infância e Adolescência.

Com relação às **políticas para o trabalho**, foi instituído o Comitê Estadual de Políticas Públicas para o Trabalho, formado por entidades empresariais, representantes de trabalhadores e do Governo. O grupo é composto pela SJDS, Comissão Tripartite do Emprego, Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, FEDERASUL, Delegacia Regional do

Trabalho e FGTAS. Esse grupo terá caráter consultivo e dará suporte às políticas do trabalho a serem implementadas no Rio Grande do Sul.

Além disso, foi apresentado o **Mapa do Trabalho**, em que se detalham as potencialidades e as vocações regionais, dando maior subsídio às ações e aos investimentos a serem feitos no Estado. O levantamento traz detalhes, como o perfil socioeconômico, as atividades produtivas, investimentos do setor produtivo e os setores com perspectivas de crescimento.

No que se refere às **políticas de proteção ao consumidor**, em junho, foi criada uma força-tarefa no **PROCON** para análise de processos pendentes e termos de cooperação com o Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Defensoria Pública e Centro Universitário Ritter dos Reis. De um total de, aproximadamente, 33.000 expedientes administrativos, já foram baixados mais de 24.000 processos.

Em agosto, foi formalizada uma parceria para implementar unidades de defesa do consumidor nos municípios. No Rio Grande do Sul, apenas 54 dos 496 municípios têm órgãos de defesa do consumidor. A ação para municipalização é realizada em parceria com o Ministério da Justiça, através do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.

Foi realizada uma campanha de adesão de funcionários voluntários que atuam no atendimento aos consumidores e na dinamização dos procedimentos. Além da integração da sociedade civil nas atividades do órgão, o trabalho voluntário também propiciou a inclusão de portadores de deficiência visual, especialmente no setor de telefonia, por meio de parceria com a sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho.

A **Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS)** atende a crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, abandono, violência física e psicológica e que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Atende, também, adultos com deficiências abrigados na FPERGS, além de crianças e adolescentes beneficiários dos programas de centros sociais localizados em Porto Alegre e Taquari. A FPERGS possui programas de abrigo em Porto Alegre, Uruguaiana e Soledade e centros sociais com atividades em turno inverso ao da escola formal em Porto Alegre e Taquari.

A FPERGS realizou o seu reordenamento institucional, através da conclusão do projeto de reforma do espaço físico, para a futura mudança do Abrigo Institucional Cônego Paulo de Nadal. E, assinou o termo de cooperação técnica com a Federação de Estabelecimento de Ensino Superior (FEEVALE), visando a proporcionar a arteterapia para os abrigados.

A FPERGS atua com parcerias em projetos como:

– **Programa de Voluntariado** – interlocução com a sociedade civil através de atividades voluntárias artísticas, pedagógicas e recreativas. Visa a proporcionar espaço às pessoas da comunidade motivadas pelas transformações sociais na prática do serviço voluntário;

– **Programa de Preparação e Orientação ao Trabalho e Autonomia de Vida** – oficinas dirigidas a jovens de 15 a 18 anos, sob coordenação interdisciplinar; espaço de reflexão sobre autonomia, desligamento e orientação ao mundo do trabalho, com plantão de atendimento individualizado, podendo dirigir-se aos jovens que já participaram do grupo;

– **Projeto Autonomia de Vida** – planejamento de ações junto a uma comissão técnica, a fim de promover a autonomia de vida dos adolescentes a partir de 12 anos, busca de parcerias com organizações governamentais e não-governamentais, bem como encaminhamentos a cursos e ao mundo do trabalho;

– **Projeto Pescar** – colocação de jovens com medida de abrigo em cursos profissionalizantes;

– **Apadrinhamento Afetivo** – propiciar experiências afetivas, tanto familiares quanto comunitárias, às crianças e adolescentes em medida de proteção de abrigo no Rio Grande do Sul, com situação jurídica definida e/ou outras situações excepcionalmente reconhecidas e com possibilidades remotas ou inexistentes de colocação em família substituta. O número total de pessoas envolvidas no Programa é 92, entre padrinhos e madrinhas; e

– **Projeto Show de Bola** – proporcionar, através de atividades esportivas e culturais, a formação de hábitos e atitudes que propiciem o desenvolvimento integral da criança.

A **Fundação Gaúcha do Trabalho (FGTAS)** está estruturada em 141 agências FGTAS/SINE, localizadas em 135 municípios, porém, com ação regionalizada. Os serviços oferecidos pela Fundação destinam-se aos trabalhadores em geral, especialmente os desempregados ou em situação de emprego precário, jovens sem experiência profissional, pessoas portadoras de deficiências (PPDs), artesãos, autônomos, pescadores artesanais e a população socialmente vulnerabilizada. Até outubro, a FGTAS/SINE colocou 58.959 trabalhadores no mercado formal de trabalho; emitiu 148.005 carteiras de trabalho; encaminhou 290.173 pedidos do Seguro-Desemprego; e efetivou a inscrição de 7.099 trabalhadores nos cursos gratuitos de qualificação profissional do Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQ), que estão acontecendo em 90 municípios gaúchos. Através dos Centros de Trabalhadores Autônomos (CTA), existentes em Porto Alegre, Pelotas, Cachoeirinha, Canoas, Rio Grande, Santa Cruz e São Leopoldo, 2.011 serviços foram prestados. Na área da orientação para o trabalho, destinada aos trabalhadores desempregados, atendeu 2.520 pessoas, por meio de oficinas de aprendizagem com vistas ao desenvolvimento de suas capacidades individuais.

O **Programa Gaúcho do Artesanato**, com sede na Casa do Artesão, em Porto Alegre, também tem abrangência estadual, através das agências FGTAS/SINE. Em 2007, o Programa já cadastrou e renovou o registro de 5.683 artesãos e realizou dez eventos (reuniões, feiras e exposições com comercialização). O registro garante ao produtor artesanal a Carteira de Identidade de Artesão, que lhe confere isenção de ICMS, possibilidade de contribuir para a Previdência Social, emitir nota fiscal,

participar de exposições e feiras. Além da Casa do Artesão de Porto Alegre, com uma área de 600m² para exposição, venda de produtos e desenvolvimento de cursos, também existem outras lojas, instaladas em 19 municípios.

A FGTAS conta, ainda, com o Espaço Social Comunitário (Vila Farrapos), o Vida Centro Humanístico (Zona Norte), que desenvolve atividades múltiplas, e outro centro similar, no Parque de Recreação do Trabalhador, em São Leopoldo. Esses espaços de ação comunitária promovem a cidadania a partir de atividades voltadas para a saúde, assistência social, educação, cultura, esporte e lazer. São atendidas 80 crianças e adolescentes carentes ou em situação de risco social, de sete a 14 anos. O Parque atendeu mais de 100.000 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos, através de atividades como pré-escola, escola de futebol, esporte e lazer, jogo de bocha, horta comunitária e eventos abertos à comunidade. O Vida Centro Humanístico já beneficiou 157.950 pessoas das comunidades de baixa renda, crianças, jovens, adultos e idosos que foram atendidas através do Serviço Social, Programa de Atendimento à Terceira Idade, Serviço de Atendimento Socioeducativo, Serviços de Apoio (Psicologia, Psicopedagogia e Enfermagem), Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas, Atividades Esportivas, Biblioteca e Telecentro.

Existe também um convênio entre FGTAS, Fundação de Economia e Estatística (FEE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), de São Paulo, que viabiliza a execução mensal **da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)** para geração de informações sobre o mercado de trabalho.

Em 2007, a **Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE)** firmou uma série de parcerias com empresas, ONGs, entidades de classe e pessoas físicas. As ações são nas áreas de profissionalização e emprego, cultura e lazer, educação e saúde, acompanhamento de egressos e das famílias. As iniciativas prevêm qualificação de servidores e melhorias na infra-estrutura de unidades do interior do Estado.

PLANOS PARA 2008

Para 2008, a área da **Justiça e do Desenvolvimento Social** atuará nos seguintes programas:

Programa	Principais Ações
Programa de Atenção à Juventude	<ul style="list-style-type: none"> • Estímulo à criação de Grupos de Convivência • Execução do Programa PROJOVEM • Implantação da Política de Execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, para atendimento de 1.400 jovens

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2008

Programa	Principais Ações
	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de Centro de Referência de Atenção à Juventude • Atendimento de mais de 1.000 adolescentes ao Egresso do Sistema Socioeducativo • Geração de oportunidade de trabalho e renda para mais de 4.000 jovens
Atenção e Promoção à Família	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades no âmbito do Planejamento Familiar • Coordenação da Política Estadual de Assistência Social • Implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Rio Grande do Sul • Atendimento a mais de 70.000 famílias na Rede de Proteção Social à Família • Desenvolvimento do artesanato como fonte de renda
Atenção e Promoção à Família	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento ao empreendedorismo • Intermediação de emprego formal no mercado de trabalho para 70.000 pessoas • Qualificação social e profissional para mais de 5.000 pessoas
Proteção aos Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de prevenção à Violência • Apoio a projetos de Atenção à Criança e ao Adolescente • Construção e implantação de Restaurantes Populares • Implantação de Centros de Referência Alimentar e Nutricional • Coordenação das ações relativas à Política Estadual do Idoso, Direitos das Comunidades Indígenas, Garantia dos Direitos das Comunidades Negras, Afro-Descendentes e Quilombolas, Direitos da Criança e do Adolescente, Igualdade Racial e Proteção às vítimas de violência • Implantação de cozinhas, hortas comunitárias e Banco de Alimentos para produção de alimentos implantados • Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência e Altas Habilidades com portais de acessibilidade instalados • Especialização do atendimento de Portadores de Psicopatologias Abrigados na FPERGS • Execução das Medidas de Proteção de Abrigo e de Apoio e Orientação Sociofamiliar • Inserção familiar e comunitária de adolescentes e jovens adultos em fase de desligamento da FPERGS
Terceiro Setor e Desenvolvimento Social	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de recursos humanos para atuação no Terceiro Setor

Programa	Principais Ações
	<ul style="list-style-type: none"> • Estímulo ao crescimento, qualificação e profissionalização do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul • Manutenção do Programa “A Nota É Minha” • Implantação do Observatório do Terceiro Setor e Desenvolvimento Social

HABITAÇÃO

Os temas atinentes à Habitação, ao Saneamento e ao Desenvolvimento Urbano são atribuições da **Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano (SEHADUR)** e das suas vinculadas **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN)** e **Companhia Rio-Grandense de Saneamento (CORSAN)**.

O Governo do Estado preocupa-se em assegurar, a toda a população, o acesso a uma melhor qualidade de vida através de políticas integradas de habitação, saneamento e desenvolvimento urbano. Para alcançar esses propósitos, definiu em sua Agenda Estratégica para o período 2007-2010: promover condições básicas de habitabilidade em parceria com o Governo Federal, Municípios e organismos sociais e estimular a conexão de novos domicílios à rede de esgotamento sanitário e ampliar as estações de tratamento.

Para implementar a **política habitacional** do Estado, a Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano assinou Termos de Cooperação e Parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) e municípios para a construção de 532 moradias, através do **Programa Carta de Crédito FGTS**. Foram investidos R\$ 798 mil com recursos do Estado. Além disso, nos municípios de Porto Alegre e Caxias do Sul foram doadas áreas para a construção de 320 apartamentos, com a participação das respectivas prefeituras e da CEF no âmbito do **Programa de Arrendamento Residencial (PAR)**.

Paralelamente às novas ações, houve a continuidade da execução dos Programas em convênio com municípios e cooperativas, possibilitando a conclusão de 1.741 unidades habitacionais e o prosseguimento de outras 4.606, com um repasse da ordem de R\$ 2,8 milhões do Governo do Estado, para pagamento de dívidas de governos anteriores.

Destaca-se, também, a coordenação e a realização da 3ª Conferência Estadual das Cidades. O evento reuniu mais de 500 delegados de 270 municípios, constituindo-se num importante espaço de discussão sobre as políticas de desenvolvimento urbano do Estado.

A SEHADUR viabilizou o PRONASCI no Rio Grande do Sul para os servidores da Segurança Pública, ao promover a edição do Decreto Estadual nº 45.368 de 29 de novembro de 2007, que altera o Decreto Estadual nº 43.337/04. Esta alteração dispõe sobre a priorização no desconto em folha das prestações de financiamento habitacional, permitindo a CEF assinar o

convênio, com desconto em folha, sem consulta ao SERASA e SPC e ainda com juros reduzidos pela redução do risco.

No que diz respeito à **regularização fundiária**, foram executados Levantamentos Topográficos Cadastrais em vários municípios, totalizando 621 lotes, elaborados Estudos de Viabilidade Urbanística (EVU) para 4.088 lotes e aprovados EVU para 5.046 lotes em diversos municípios. Nesta ação, destaca-se o Projeto do loteamento Nova Santa Marta, em Santa Maria, que constitui no maior projeto de regularização fundiária da América Latina. A cessão, dessa área, pelo Estado (254 hectares) e a disponibilização do EVU ao município viabilizaram a sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, o qual liberou R\$ 42 milhões que serão executados pela Prefeitura.

No **desenvolvimento urbano e melhoria de infra-estrutura**, foram obtidas aprovações de Projetos Urbanísticos em 1.783 lotes, elaborados Projetos Complementares de 751 lotes, e efetuadas doações de áreas estaduais (ocupadas) para diversos municípios visando à regularização fundiária de 4.380 lotes. Em Canoas, o Estado doou 103 hectares para a legalização da moradia de 5.000 famílias. Cabe ressaltar, também, os Termos de Cooperação Técnica, firmados com a Prefeitura de Porto Alegre, respectivamente: para a implementação do Centro de Saúde Educação e Cultura do Instituto Vida Solidária/AMRIGS, ação que beneficiará em torno de 4.000 pessoas (Vilas Salvador França, São Pedro e São Judas Tadeu) e outro para projetos/obras em áreas de propriedade municipais e estaduais.

O Estado coordenou a elaboração de pleitos ao PAC/FUNASA de 56 projetos de **saneamento** para municípios com até 50.000 habitantes – oriundos do **Programa Gaúcho de Saneamento** – com valores da ordem de R\$ 600 milhões, elevando significativamente a participação do Estado no Programa. Cabe mencionar o apoio técnico na elaboração e revisão de projetos contemplados pelo PAC/FUNASA, nos municípios de Mostardas e Braga. Na área de açudes e poços, a Secretaria executou, entre o período janeiro a novembro, diversas perfurações, beneficiando 82 municípios do RS e cerca de 10.800 famílias, em comunidades não atendidas por redes de abastecimento de água da CORSAN.

A **CORSAN** investiu, aproximadamente, R\$ 95 milhões em cisternas para o abastecimento de água, esgotamento sanitário e desenvolvimento institucional (empresarial, comercial e operacional), beneficiando em torno de 715.000 pessoas. Além disso, foram perfurados 115 poços artesianos, sendo 47 poços em localidades atendidas por rede de abastecimento da CORSAN e 68 poços em localidades não atendidas por redes de água. Estão sendo concluídos 680km de ampliação de redes de distribuição de água e 318km de substituição de redes. Em esgotamento sanitário são 50km de ampliação de redes coletoras.

Dentre as principais obras realizadas pela CORSAN, destacam-se a ampliação da produção de água, captação, elevatória de água bruta e benfeitorias na estação de tratamento de água (ETA) Rio Branco no município de Canoas, valor realizado de R\$ 7,6 milhões; obras na estação

de tratamento de esgoto (ETE), laboratório e urbanização da ETE no município de Ijuí, valor realizado de R\$ 3,9 milhões; execução da ETE Índia Lindóia e redes coletoras no município de Santo Ângelo, valor realizado de R\$ 3,6 milhões; execução de adutora de água tratada no município de Sapucaia do Sul, valor realizado de R\$ 1,3 milhão; e a reforma e automação da ETE Navegantes no município de Rio Grande, valor realizado de R\$ 1 milhão.

O Governo do Estado garantiu recursos de mais de R\$ 1 bilhão para serem investidos em saneamento nos próximos quatro anos. Com os investimentos, o Estado planeja elevar, dos atuais 280.000 (13%) para até 600.000 (30%) domicílios com esgotamento sanitário nos municípios servidos pela CORSAN. Além dos recursos conquistados através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que somam R\$ 553 milhões, pretende investir mais R\$ 502 milhões com recursos próprios, beneficiando 3.000.000 de gaúchos.

Por sua vez, a **METROPLAN** criou o Fórum de Secretários de Planejamento dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre com o objetivo de possibilitar que as políticas públicas destes municípios sejam compartilhadas e convergentes. E, conclui o projeto executivo do **Sistema de Bilhetagem Eletrônica (TEU)** nas linhas de transporte coletivo da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), beneficiando uma demanda de usuários de 750.000 passageiros por dia. O sistema unificado de tarifas que está operando nos municípios de Gravataí, Canoas, Guaíba, Alvorada e Viamão tem como benefícios a integração e a flexibilidade da política tarifária, a redução dos tempos de embarque de passageiros e, também, a maior segurança nos veículos pela redução no manuseio dos valores. Os valores investidos foram da ordem de R\$ 15 milhões e provieram da iniciativa privada.

Foram reiniciadas, em agosto, as obras na Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, que fazem parte do **Projeto Linha Rápida**, após a assinatura de aditivo contratual com o BNDES no valor de R\$ 22 milhões. Em 2007, foram repassados para a obra R\$ 5,3 milhões correspondentes à dívidas existentes e, ainda, os R\$ 7 milhões referentes à contrapartida do Estado no financiamento contratado junto ao BNDES. O cronograma prevê a conclusão da obra em 2008.

Em agosto, foi realizada Audiência Pública visando à abertura de licitação para concessão dos serviços de transporte hidroviário, ou seja, do **Projeto da Travessia Hidroviária de Passageiros Guaíba-Porto Alegre**.

PLANOS PARA 2008

Para 2008, a área da **Habitação** atuará nos seguintes programas:

Programa	Principais Ações
Integrado de Habitação e Desenvolvimento Social	<ul style="list-style-type: none"> Realização de mais de 5.000 ações habitacionais

Programa	Principais Ações
	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de habitações e galpões comunitários e reservas indígenas • Regularização fundiária de mais de 1.000 lotes
Programa Gaúcho de Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação da Política Estadual de Saneamento • Ampliação da cobertura dos serviços de saneamento básico nas bacias hidrográficas do Rio dos Sinos e do Rio Gravataí- 200km de rede coletora implantados • Expansão e manutenção dos sistemas de abastecimento de água, beneficiando 2.200.000 economias • Expansão e manutenção dos sistemas de esgoto sanitário para servir 248.000 economias • Implantação do Sistema Estadual de Resíduos Sólidos
Desenvolvimento Urbano e Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Ações integradas de infra-estrutura urbana, com conclusão de 5km do projeto Linha Rápida e pavimentação de 22km de vias de circulação • Institucionalização do processo de planejamento e gestão territorial e da mobilidade urbana • Qualificação d sistema estadual de transporte metropolitano de passageiros (SETM)

CULTURA

À **Secretaria da Cultura (SEDAC)**, como órgão responsável pela política cultural no Estado, compete resgatar, fomentar, valorizar e preservar os valores culturais do povo gaúcho. Os órgãos do Executivo estadual vinculados à SEDAC são: a **Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão (FCP-RTV)**, que compreende a Televisão Educativa – TVE e a Rádio FM Cultura; a **Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF)**; a **Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA)**; e a **Fundação Theatro São Pedro (FTSP)**. Constitui a visão de futuro desejado para o Estado o alcance de um novo patamar de desenvolvimento que resulte em melhor qualidade de vida para a população gaúcha. Nesse contexto, é importante destacar a contribuição da cultura na redução das desigualdades e para a inserção na sociedade, especialmente dos jovens. Com base nesses fatores e no papel da cultura como instrumento de inclusão social, o Governo do Estado definiu na Agenda Estratégica da área para o período 2007-2010: implementar a ação cultural em todos os segmentos da sociedade, de forma a promover a inclusão social e a geração de postos de trabalho e renda; consolidar e aprimorar o sistema estadual de financiamento e incentivo às atividades culturais e implementar o fundo de apoio à cultura; modernizar estruturas e equipamentos, de forma a viabilizar o acesso de toda a sociedade; e capacitar e formar um quadro técnico especializado para os setores culturais, de forma a garantir a efetiva prestação de serviços culturais à comunidade.

Entre os **projetos e ações culturais** implementados com o objetivo de democratizar o acesso à cultura, foram realizadas atividades nas áreas de exposição de acervos, artes visuais, artes cênicas, cinema, música e literatura. Através do seu **Sistema Estadual de Museus (SEM/RS)**, a **Secretaria da Cultura** estimulou à visitação de museus com a Campanha Cultura Gaúcha – Você Quem Faz – Visite Museus, promovendo atividades baseadas no resgate à importância destas instituições na construção da identidade coletiva do povo gaúcho. Os museus gaúchos participaram de forma intensa, mediante a organização de uma infinidade de iniciativas, programações, seminários, oficinas de capacitação e profissionalização aos profissionais de museus, projetos amplos e pequenas atividades, totalizando mais de 220 eventos. O Rio Grande do Sul possui mais de 300 museus, sendo oito vinculados à SEDAC.

Com visitação recorde, o **Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS)** recebeu 162.000 visitantes em 2007, e pela primeira vez uma instituição cultural estadual pública se aproxima em frequência de público do museu mais visitado do Estado, o Museu de Ciência e Tecnologia da PUC, com 172.000 visitantes este ano.

O MARGS recebeu a Exposição de Gravuras de Goya que, no Brasil, incluiu apenas as cidades de São Paulo e Porto Alegre. A motivação da mostra ofereceu uma rica programação paralela como cursos, exposições e ciclo de palestras, envolvendo também o **Memorial do Rio Grande do Sul** e a **Casa de Cultura Mário Quintana**, que se engajaram com programações relativas.

Este ano, a segunda edição da Semana Farroupilha no **Memorial do RS** teve como tema a política da República Rio-grandense na Revolução Farroupilha, com palestras de importantes nomes da pesquisa no Estado. O evento denominou-se Curso de História e Cultura do Rio Grande do Sul com um total de 16 horas, e 119 certificados registrados. Durante o evento, foi realizada a exposição do Bicentenário de Nascimento de Garibaldi.

A exposição Associações Livres/Ler é Acreditar marcou a reativação de atividades expositivas do **Museu de Arte Contemporânea** na atual gestão da Secretaria da Cultura. A exposição contou com vinte e duas obras de dezesseis artistas brasileiros e uso de fragmentos de textos alusivos.

O **Projeto RodaCineRGE**, uma parceria do **IECINE**, Fundacine e RGE continuou sua trajetória de levar o cinema a municípios e localidades que não possuem salas de projeção. A partir do mês de junho, o projeto foi duplicado com a entrada de mais um furgão com todo o equipamento, projetores, telas, som e programação de filmes diferenciados, resultando na viabilização do acesso a novos públicos. Neste ano, o projeto atingiu 21.000 gaúchos em 47 cidades.

A **Casa de Cultura Mário Quintana** intensificou sua programação lançando o projeto Música na Travessa, com participação de músicos de renome e programação selecionada.

Entre as ações culturais voltadas à **Inclusão Social**, podem ser citadas: o lançamento do Final de Semana Solidário, pela SEDAC e Casa de Cultura Mário Quintana, quando, no último fim-de-semana da cada mês, o público de teatro, *shows* e espetáculos tem desconto em seu ingresso pago trazendo uma doação de agasalho ou alimento; disponibilização da programação da Casa de Cultura também para leitura em braile, onde o público deficiente visual pode assessorar a programação no Setor Braile da Biblioteca Pública Estadual, localizado no térreo da Casa de Cultura; realização do projeto Unidos pela Tradição durante a Semana Farroupilha, que viabilizou, com a parceria da iniciativa privada, a ida de cerca de 800 estudantes de escolas públicas de Porto Alegre e Canoas até o Acampamento Farroupilha para conhecer e aprender sobre a cultura e as tradições gaúchas; início, na Casa de Cultura Mário Quintana, do programa Dança Clássica para Deficientes Visuais, totais e parciais, propondo uma forma diferenciada de superar a deficiência; participação da SEDAC, em parceria com a iniciativa privada, do Dia da Criança no Parque, evento que se propôs a recolher brinquedos doados pelo público a fim de contemplar crianças carentes de instituições assistências, com recolhimento de cerca de 10.000 brinquedos; inclusão, através da cultura, para cerca de 500 crianças carentes que nunca tinham ido ao teatro, com sessões apresentando a peça "O Hipnotizador de Jacarés" no Teatro do IPE; ampliação do atendimento da Oficina de Arte Sapato Florido localizada na Casa de Cultura Mário Quintana que, através de parceria com a iniciativa privada, recebeu a doação de um veículo para levar oficinas de arte até comunidades de periferia e socialmente vulneráveis, e promoção de um leilão de obras realizadas em conjunto com artistas e alunos da Sapato Florido em prol de instituições assistenciais.

A necessidade de conservação, preservação e manutenção do **patrimônio histórico-artístico-cultural do Estado** ensejou a execução de várias ações em 2007. Dentro dos processos de vistorias a bens tombados e ações no entorno de bens tombados, o Governo do Estado cumpriu com diversas solicitações quanto a levantamentos, pareceres, delimitações de entorno, vistorias de início e conclusão, respostas a questões de manutenção, intervenção para patologias acentuadas, reuniões sobre projetos de restauração, circulação vertical e recuperação de fachadas e sobre pintura interna em Porto Alegre, bem como em oito municípios gaúchos. Também foram realizadas vistorias a bens culturais não tombados em Porto Alegre e em três outros municípios gaúchos. Com relação a ações no entorno de bens tombados foram realizados levantamentos fotográficos de usos e alturas, graficação dos perfis e plantas, pareceres técnicos para aprovação ou não de projetos e assessoramento quanto ao Plano Diretor em edificações históricas de Porto Alegre e em quatro outros municípios gaúchos.

Com o objetivo de fomentar a **Produção e Difusão das Manifestações Culturais**, a SEDAC, por meio das instituições que integram sua estrutura, publicou vários documentos. O Instituto Estadual do Livro publicou Dyonélio Machado e Raul Pilla: Médicos na Política, de Mauro Gagliettii, em edição IEL/ EDIPUC-RS. A Biblioteca Pública do Estado transcreveu para o braile oito títulos da coleção Autores Gaúchos em Braile, de seu acervo.

O **Memorial do RS** executa o projeto Cadernos de História, que visa a levar à população, um pouco da história gaúcha e de fatos que marcaram e influenciam o cotidiano. Os exemplares gratuitos ficam à disposição de todos que visitam a Instituição e os títulos publicados em 2007 foram: Goya e a Espanha de sua época; Cidade do Rio Grande – 270 anos; Almirante Tamandaré; Rio Grande do Sul: Guerras e Conflitos; Assis Brasil, o fisiocrata; França no Brasil; Érico Veríssimo – historiador de literatura.

O **Museu de Comunicação Hipólito José da Costa** editou livro que registra o Projeto Memória Visual de Porto Alegre, desenvolvido pelo Museu em forma de pesquisa, criação de banco de dados, exposição e publicação em torno da memória da Cidade, de 1880 a 1960. A distribuição é gratuita a bibliotecas do Rio Grande do Sul, através do Sistema Estadual de Bibliotecas/SEDAC.

No **financiamento e incentivo às atividades culturais** ocorreu a reestruturação do **Sistema LIC**, através de adoção de nova regulamentação, associada à adoção de novas metodologias na informática para protocolar projetos, bem como de medidas saneadoras, na busca de mitigar o passivo dos anos anteriores e resgatar a operacionalidade e credibilidade do sistema. Cumpre registrar a liquidação quase total do passivo acumulado em anos anteriores, que no início da gestão contava R\$14 milhões. A liquidação do valor residual de R\$ 1,2 milhão depende exclusivamente do resgate da situação de regularidade fiscal e cadastral dos responsáveis pelos projetos correspondentes.

Nesta área, destaca-se, também, a aprovação unânime pela Assembléia Legislativa do projeto 341/2007, que fixa a potencialidade da **Lei de Incentivo à Cultura** para o exercício 2007, no valor de R\$ 28 milhões para financiamento dos projetos aprovados na LIC e a obtenção de patrocínio junto ao Banrisul para apoiar atividades culturais da Casa de Cultura Mário Quintana, inclusive a Cinemateca Paulo Amorim.

Quanto à **modernização dos equipamentos culturais**, foram efetivados em 2007: a transferência da **Biblioteca Pública do Estado**, a qual ficou estabelecida provisoriamente na Casa de Cultura Mário Quintana até que o prédio histórico, sede original, seja totalmente restaurado pelo Programa Monumenta, do Ministério da Cultura; a instalação efetiva de ar-condicionado no **Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS)** que permitiu a utilização do espaço para a 6ª Bienal do Mercosul; a reabertura ao público do **Museu Júlio de Castilhos**, com o conserto total do telhado, repintura interna e concepção de nova museografia para exposições de cunho histórico; a obtenção de sede definitiva para o **Museu Antropológico** que, até o momento, esteve localizado no 10º andar do Edifício Santa Cruz e ficará estabelecido no antigo Fórum da Tristeza, permitindo um acesso direto a pesquisadores e estudantes; a assinatura de contrato para restauração das sacadas da **Casa de Cultura Mário Quintana**, que se encontravam em sério risco estrutural, além da colocação de 28 câmeras de vídeo em circuito interno e externo na Travessa dos Cataventos, visando a otimizar a segurança na Casa de Cultura.

No que diz respeito à diretriz de **capacitação para os setores culturais**, foram realizadas várias oficinas de capacitação, entre as quais estão: Treinamento de Equipes Administrativas e de Apoio; Integração dos Sistemas de Arquivo, Bibliotecas e Museu; Conservação de Acervos; Documentação Museológica; conservação preventiva de bens culturais, históricos e artísticos; Implantação do Sistema de Museu; Elaboração de projetos e fomento para a área museológica, atingindo 63 municípios.

Assegurando a continuidade das programações artísticas e culturais nas séries de concertos no seu próprio teatro, concertos para a juventude, concertos didáticos, concertos nas igrejas e concertos no interior do Estado a **Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA)** conclui a temporada 2007 desenvolvendo a meta de levar a música erudita a todo público rio-grandense. A temporada caracterizou-se especialmente pelo estreitamento de contato da OSPA com a comunidade. Pelo menos uma vez por mês, a orquestra visitou um município do Estado, levando ao Interior e à Região Metropolitana o projeto OSPA Pelo Rio Grande. As apresentações gratuitas consolidaram a OSPA como a única orquestra do país a realizar regularmente viagens desse cunho.

Diante do avanço tecnológico e da fragmentação da audiência pelo crescimento de alternativas, como televisão a cabo e Internet, tem-se a oportunidade de reforçar o papel da **TVE-RS** e **Rádio FM Cultura** junto à sociedade, de modo a ampliar a sua atuação como agentes integradores nos processos de desenvolvimento social do Estado, mais especificamente nas comunidades onde são captadas.

A **Fundação Cultural Piratini** pautou-se pela maior divulgação das ações de governo e readequação dos custos da emissora frente à realidade econômico-financeira do Estado. Buscando maior integração com a comunidade gaúcha, priorizou e destacou as coberturas especiais da TVE e FM Cultura para grandes eventos como Festival de Cinema de Gramado, Expointer e Feira do Livro de Porto Alegre, acrescidos dos especiais de dezembro como o Natal na Praça e na serra gaúcha.

A conclusão dos processos de importação do novo transmissor da TVE e do novo sistema irradiante da TVE, iniciados em dezembro de 2002 e pagos em 2007, proporcionarão à emissora um aumento de cobertura, tornando o sinal disponível com qualidade de mercado a mais 2.000.000 de telespectadores.

Em relação à qualificação da programação, este ano foi proposta nova formatação a tradicionais programas da emissora, como o Cidadania, Consumidor em Pauta, Frente a Frente, Radar, TVE Repórter, Paralelo Sul, Galpão Nativo e telejornais, e houve a entrada no ar de um novo programa, o Contraponto.

A **Fundação Theatro São Pedro** lançou, no ano que passou, a programação relativa aos 150 anos do Theatro São Pedro, a serem comemorados em 2008. Preparando-se para a comemoração, o teatro está passando pela primeira grande obra de manutenção desde a reabertura, em 1984. O projeto, aprovado pelo Ministério da Cultura, será realizado

exclusivamente através da Lei Rouanet e graças ao apoio de empresas locais.

As ações do Theatro São Pedro, em 2007, pautaram-se por maior abertura e auxílio a produções pequenas ou de poucos recursos. Com o retorno dessas iniciativas, que contribuem para a formação de público de qualidade, a administração fixa a intenção de receber o maior número possível de produções artísticas locais. É uma nova opção de negociação para o acesso e viabilização dessas produções.

Uma receita recorde foi estabelecida este ano, resultado dessas tratativas, aberturas e sensibilidade na escolha de boas pautas. Além da eclética e qualificada programação, os projetos do Theatro visam à formação de público, ao intercâmbio de diferentes linguagens cênicas com outros estados do País e ao enriquecimento de Porto Alegre, reafirmando sua posição como pólo cultural do sul do Brasil. Como destaque, a continuidade de parcerias com os patrocinadores e apoiadores que proporcionam as atividades da Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro, das apresentações de música popular e erudita, e do Projeto Concertos para Juventude, patrocinados pelo BANRISUL.

A **Fundação Instituto de Tradição e Folclore** exerceu as atividades de acompanhamento e valorização da cultura e da tradição gaúcha estando presente nos eventos cívicos e propostas oficiais do governo relativas ao tema.

PLANOS PARA 2008

Para 2008, a área da **Cultura** atuará nos seguintes programas:

Programa	Principais Ações
Inclusão Social pela Ação Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Ações culturais voltadas à prevenção da violência • Desenvolvimento cultural e geração de renda • Cultura para todos – Descentralização cultural
Patrimônio Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação do acervo cultural e do patrimônio cultural • Construção de parte do prédio do Multipalco Theatro São Pedro e do Teatro da OSPA
Produção, Valorização e Difusão das Manifestações Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo a projetos e atividades culturais • Apoio à produção e a difusão cultural • Reestruturação e qualificação do parque técnico e da programação da TVE-RS e Rádio FM Cultura • Apresentações artísticas e culturais

FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICA

Um Estado a serviço do Cidadão

Dois desafios fundamentais se impõem no eixo de Finanças e Gestão Pública: promover o ajuste fiscal propiciando o aumento dos investimentos e modernizar a gestão pública, ofertando um serviço público de qualidade à população gaúcha.

Uma Administração Pública com suas contas ajustadas, resultados mensurados, servidores qualificados e que utilize modernas práticas de gerenciamento, permitirá que sejam alcançados ganhos de efetividade e qualidade, colocando o Estado a serviço do cidadão.

ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Em 2007, uma das primeiras iniciativas de gestão, foi a reorganização das estruturas administrativas dos órgãos e entidades do Executivo, preparando-as para uma maior integração das ações de governo, com foco em resultados para a sociedade.

Dentre as iniciativas desenvolvidas na gestão de pessoas, as relacionadas com a implementação da **Escola de Governo** merecem destaque, pois a mesma será um dos alicerces para o aprimoramento da cultura de gestão e das políticas públicas.

Um dos objetivos da Escola de Governo é apoiar a constituição de mecanismos que valorizem e permitam a progressão funcional por intermédio do treinamento e desenvolvimento de pessoas, sendo um dos instrumentos para a implementação de uma política estadual de desenvolvimento de pessoal.

Complementarmente à Escola de Governo, foram iniciadas ações que visam à elaboração de diagnóstico e aprimoramento da gestão dos recursos humanos do Estado.

Foram também desenvolvidos os módulos de controle de cedências e adidos, controle das vagas de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas e o módulo de inativos, como instrumentos de apoio ao gerenciamento de pessoal.

O aprimoramento da gestão do **Portal do Servidor Público** do Rio Grande do Sul possibilitou maior agilidade e menor custo no esclarecimento de dúvidas em assuntos relacionados com sua vida funcional, sendo que em 2007, foram atendidos 7.167 *e-mails*.

No que se refere à **gestão da frota de veículos** foi elaborado o projeto **Cartão Manutenção Veicular**, o qual permitirá maior controle, racionalização e redução dos custos com manutenção. A utilização dos veículos oficiais também será racionalizada, através do sistema de agendamento, que reduz o número de saídas diárias nos atendimentos de rotina e diminui, dessa forma, os gastos com combustíveis e manutenção.

Quanto à **gestão do patrimônio público estadual**, destacam-se as seguintes atividades: elaboração de 131 projetos de lei de alienação de imóveis; autorização, cessão, permissão e concessão de uso de imóveis; 57 transmissões de propriedades de bens; 60 cadastramentos de imóveis rurais junto ao INCRA e Receita Federal; regularização de bens adjudicados; recebimento de 27 imóveis por doação; emissão de 83 laudos de avaliação; emissão de 122 pareceres técnicos; 3.387 processos de usucapião; 650 cobranças de foros; e 153 transferências de domínio útil.

Dentro do **Programa de Racionalização dos Espaços Físicos do CAFF (Centro Administrativo)**, foi elaborado o Projeto de Padronização de Espaços Físicos, desenvolvido a partir da criação da Comissão Especial para elaboração do Plano Diretor e demais iniciativas para a revitalização do Complexo do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF). Esse projeto tem como objetivo a padronização da utilização de áreas e mobiliários por todas as Secretarias instaladas no prédio.

Ainda na gestão do CAFF e com o objetivo de conscientizar seus ocupantes e usuários, foi realizado um trabalho de redução e controle de gastos, atingindo redução de 22,75% na gestão de contratos mantidos, de 16,33% no consumo de água e de 12,80% no consumo de energia elétrica do prédio.

No âmbito do **Programa Fazendo Mais com Menos**, foi desenvolvido um trabalho de **reestruturação do Sistema de Compras do Estado**. A estrutura física e os processos foram remodelados, para que a Central de Licitações (CELIC) se transforme na nova Central de Compras do Estado. O novo modelo deve trazer uma **redução de custos na ordem de R\$ 100 milhões ao ano**.

Foi elaborado também o **Projeto Gestão Eficiente IPE-SAÚDE**, que, junto com o Programa de Reestruturação do Instituto de Previdência do Estado, busca o aperfeiçoamento da gestão das despesas públicas, através da **modernização de processos e implantação de novas tecnologias**, visando a garantir a continuidade da prestação dos serviços de saúde aos servidores públicos do Estado com mais qualidade.

Na Assembléia Legislativa estão tramitando dois projetos de lei: o primeiro, **IPE-Previdência**, visa a consolidar o **IPERGS** como gestor único da previdência no Estado, atendendo, assim, às exigências constitucionais, uniformizando os processos de concessão e pagamento de benefícios; o segundo, institui o **Regime de Previdência Complementar aos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul**, visando, a médio prazo, a equilibrar o sistema previdenciário.

No mês de dezembro, foi implantado o **plano de racionalização de publicações legais**, com o objetivo de reduzir os custos de publicação.

A Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), empresa vinculada à SARH, elaborou o seu **Planejamento Estratégico e reorganizou seu Departamento Comercial**, culminando na criação de novos produtos e direcionamento da Companhia para a área digital, visando ao atendimento, principalmente, das demandas do Governo do Estado.

Além disso, está em elaboração **Contrato de Gestão por Resultados** para o exercício de 2008.

Importante destacar também, que além das atividades focadas na educação e segurança no trânsito, o **Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RS)** emitiu 130.359 novas habilitações, realizou 206.128 novos registros de veículos e 706.396 transferências de propriedade dentro do Estado. Já as transferências de outras Unidades da Federação para o Rio Grande do Sul somaram 47.731.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

Dentre as Estratégias do Governo consideradas com maior capacidade de impulsionar o processo de transformação da realidade do Estado em direção à visão de futuro de longo prazo destaca-se a que se refere ao **desenvolvimento da gestão pública orientada para resultados**, com um setor público simultaneamente eficiente, de baixo custo e com alta capacidade de produzir respostas satisfatórias para as necessidades da sociedade. Somando-se a isso, e direcionando-se igualmente para conduzir o Rio Grande do Sul para um novo patamar de desenvolvimento econômico e sócio-ambiental sustentável, que resulte em melhor qualidade de vida para a população gaúcha, merecem atenção especial por parte dos gestores públicos, pelo seu caráter estratégico, as iniciativas voltadas para a **redução das desigualdades regionais** por meio de programas especiais junto às regiões deprimidas, estimulando suas vocações econômicas e culturais, a serem desenvolvidas por diversos órgãos da Administração Pública do Estado, nas suas respectivas áreas de competência.

Uma primeira iniciativa nesse sentido concretizou-se por ocasião da elaboração do **Plano Plurianual 2008-2011**. Elaborado com base nas orientações estratégicas do Governo e nos três Eixos (Desenvolvimento Econômico Sustentável, Desenvolvimento Social e Finanças e Gestão Pública), o PPA apresenta diversos níveis de aperfeiçoamento em relação aos planos anteriores, que caracterizam-se como significativos avanços na forma de gestão do Estado. O PPA buscou alinhar-se ao novo modelo de gestão, organizando as ações do Governo em um número menor de programas, onde são declarados os resultados para os quais os esforços governamentais devem voltar-se, propiciando melhores condições de gerenciamento e estimulando a intersetorialidade na resolução dos problemas.

Também os enfoques do desenvolvimento regional e da regionalização dos programas assumiram importância destacada neste Plano Plurianual que, além de atender obrigação imposta pela Constituição, torna as políticas públicas mais efetivas, uma vez que é na dimensão espacial que os problemas sociais, efetivamente, se manifestam. Assim, outra iniciativa relevante para o aperfeiçoamento da ação de Governo, com vistas a compatibilizar o planejamento ao objetivo de redução das disparidades regionais consistiu na introdução dos **Cadernos de Regionalização**. Através deles, o Plano passou a contemplar a dimensão territorial em seus programas e ações, permitindo a especificação das

metas e da carteira de projetos e iniciativas regionais prioritárias, com base nas nove Regiões Funcionais de Planejamento, através da discussão e articulação do Governo com os agentes de planejamento regional, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) e com a sociedade local. Para que o PPA apresentasse programas com metas e objetivos regionalizados, definidos de forma conjunta com representantes das regiões, foram realizadas, entre 03 e 12 de setembro de 2007, reuniões nas diversas Regiões Funcionais, em cidades previamente acordadas com os COREDEs. O debate em torno dos Cadernos pretendeu estimular a constituição de parcerias locais visando a ações concretas e capazes de promover o desenvolvimento integrado regional e tornar transparentes a ações do Governo no período do PPA.

A exemplo do que ocorreu com o Plano Plurianual, e como derivação deste processo, também na área do **Orçamento do Estado** destaca-se a implantação de inovações na metodologia para elaboração da proposta orçamentária 2008, com consistência técnica de seus cenários econômicos e fiscais. O processo foi inovado, sobretudo, na adoção do **realismo orçamentário**, que se traduziu em transparência e responsabilidade no Orçamento Estadual.

Também tendo como base o PPA, e com o objetivo de definir e integrar ações públicas e estimular as parcerias sociais em torno de **temas e políticas transversais**, em particular aquelas que tratam do respeito aos direitos fundamentais da cidadania, com foco na heterogeneidade dos grupos sociais e nas diferenças regionais e culturais entre os povos e as pessoas, foi prevista na Lei nº 12.749 – em seu Artigo 15, a possibilidade de estabelecimento de Cadernos específicos, para abordagem das ações voltadas para estes segmentos, como é o caso das políticas para mulheres, para o idoso e para a juventude.

Nessa linha de ação, foi concluída a versão preliminar do **Plano RS Mulher**, com o fim de estruturar as políticas públicas para as mulheres no Rio Grande do Sul. Estabelece e organiza ações voltadas à eliminação das disparidades de gênero, integração das políticas estaduais às diretrizes nacionais para o enfrentamento das desigualdades de gênero e elevação do Estado do Rio Grande do Sul ao padrão internacional estabelecido, no início do novo milênio, pela Organização das Nações Unidas, qual seja, o de promover, até o ano de 2015, a igualdade dos sexos e a autonomia das mulheres.

O Plano RS Mulher, a ser lançado em 8 de março de 2008, apresenta a estratégia governamental frente ao atendimento dos temas apontados no Plano Nacional e às demandas oriundas da III Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres.

Para 2008, está prevista a continuidade neste tipo de ação, envolvendo políticas transversais para outros públicos-alvo como o idoso e a juventude.

Quanto ao gerenciamento dos principais programas do Governo, com o apoio do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP),

estão sendo adotadas práticas modernas de **gerenciamento intensivo de projetos**, buscando atender às diretrizes estratégicas, nos eixos de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Desenvolvimento Social, e Finanças e Gestão Pública. Essas novas práticas associadas ao gerenciamento dos programas estão permitindo maior integração intersetorial, maior foco em resultados e ampliação da capacidade de articulação entre os órgãos do Governo

Para qualificar a articulação e o acompanhamento das ações do Governo, foram criadas as Câmaras Setoriais compostas pelos Secretários de Estado e outros titulares de órgãos a eles equiparados, assim como pela Procuradoria-Geral do Estado. As Câmaras estão agrupadas em assuntos temáticos: Gestão Pública e Finanças, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Infra-estrutura, Segurança Pública e Combate à Violência e Irrigação e Usos Múltiplos da Água.

As Câmaras se constituem em um dos principais instrumentos de diálogo interno do Governo, e deste com a sociedade, objetivando a promoção da eficiência e da transparência da gestão e das ações governamentais, alinhadas com as políticas públicas de cada área.

No âmbito do Programa de Modernização da Gestão Pública, destacam-se as ações de **contratualização de resultados** e avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo setor público. Neste particular, um papel relevante é desempenhado pelos Contratos de Gestão, que se constituem em um dos principais instrumentos para a implantação do Modelo de Gestão Pública por Resultados. Estes contratos buscam atender às diretrizes do Governo sobre a modernização do setor público, e gerenciam metas e resultados fixados, com base em indicadores específicos e quantificados, dentro dos limites de tempo delimitados pelo prazo de vigência dos instrumentos.

Até o momento foram firmados contratos de gestão com a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e com a Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (PROCERGS). Importante destacar que os contratos de gestão, além do acompanhamento econômico-financeiro, introduzem indicadores e metas relacionadas com a modernização da gestão e qualificação dos serviços.

A contratualização de resultados com a Junta Comercial prevê a informatização do registro das empresas gaúchas e a melhoria do atendimento ao público, com o objetivo de torná-la, em 2010, referência e modelo nacional. A implantação do instrumento de pesquisa de satisfação, durante as etapas do desenvolvimento do projeto, previsto no contrato, vai contribuir para as revisões e alterações que devem ocorrer já em 2008 e em 2009. Um dos pontos principais do contrato com a Junta estabelece que cadastramentos gerais que levavam 30, 60 e 90 dias terão uma redução para no máximo dez dias, sendo que os registros de empresas individuais, que demorava cerca de 40 dias, terão um dia para a sua conclusão.

Neste mesmo sentido, outro avanço significativo foi a elaboração e aprovação de um marco regulatório que possibilita de forma transparente

a realização de parcerias com OSCIPs para a execução de serviços públicos não-exclusivos do Estado. Para a realização dessas parcerias estão previstas a fixação de metas e critérios de avaliação de desempenho, incluindo-se a avaliação de satisfação dos usuários sobre o serviço prestado.

No que se refere à integração dos serviços disponibilizados e à qualificação do atendimento aos usuários, uma iniciativa relevante foi a ampliação de 190 novos serviços ao Portal de Serviços e Informações ao Cidadão – TudoFácil Eletrônico, dentre os quais, serviços de utilidade pública e informações por Grupo Estadual, Federal e Municipal, além das Ouvidorias, também, Estadual, Federal e Municipal (256 endereços eletrônicos). O TudoFácil Eletrônico, em 2007, atingiu a marca de um milhão de acessos, com destaque para emissão *on-line* do atestado de antecedentes e acompanhamento do protocolo da emissão da carteira de identidade.

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), promoveu **estudos e pesquisas socioeconômicas e análise de estatísticas**, fornecendo subsídios indispensáveis para a qualificação e o desenvolvimento do planejamento no Estado. Em termos gerais, as principais atividades desenvolvidas pela FEE em 2007 podem ser expressas através dos números a seguir:

- publicações: três publicações não-periódicas impressas e on-line; sete periódicos impressos e on-line; 34 periódicos; 23 publicações on-line; dez relatórios de pesquisa;
- artigos publicados pelos pesquisadores da FEE nos periódicos da Instituição: seis nos Ensaio FEE; 39 nos Indicadores Econômicos FEE; 23 Textos para Discussão; 52 em publicações externas; 72 matérias em Cartas de Conjuntura; 14 matérias nos Informes PED;
- 70 palestras proferidas e trabalhos apresentados pelos pesquisadores da FEE;
- 51 eventos organizados;
- estatísticas produzidas e divulgadas: 1.998.400 estatísticas produzidas, envolvendo 52.819 variáveis; 463.281 estatísticas divulgadas on-line, envolvendo 10.218 variáveis;
- acessos ao *site* FEE: 366.904 visitas, 233.975 usuários e 1.400.261 *pageviews*; e
- consultas à Biblioteca FEE: 1.146 consultas pessoais, 922 por telefone/fax e 763 por *e-mail*.

DEFESA DO ESTADO

Buscando o incremento da arrecadação estadual, a **Procuradoria-Geral do Estado (PGE)** está implementando ações na Justiça Estadual executando os devedores de ICMS. Nesse sentido, foi obtida decisão liminar em Ação Cautelar Fiscal no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ/RS), tornando indisponíveis parte dos bens de empresa do setor varejista de móveis e eletrodomésticos, **uma das**

maiores devedoras da Fazenda Estadual, com o total do débito superando a cifra de **R\$ 100 milhões**, decisão mantida pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do estado (TJ) quando do julgamento do respectivo agravo de instrumento. Trata-se de uma das medidas que a PGE vem trabalhando, em conjunto com a Secretaria da Fazenda, para **combater os devedores contumazes de ICMS**.

Destaca-se ainda, que, com a elaboração da Lei nº 12.760, de 26 de julho de 2007, que autoriza a recuperação de créditos da extinta Caixa Econômica Estadual, poderão ser recuperados mais de R\$ 500 milhões de créditos do Estado.

Com a finalidade de agilizar as ações de cobrança de dívida ativa do Estado, a PGE e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre (CDL) assinaram convênio permitindo o acesso gratuito da mesma às informações do Banco de Dados do SPC através da CDL, visando à instrução de processos judiciais em que o Estado for parte ou é interessado.

Em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado, a PGE participa do projeto **Conciliar é Legal**, cujo objetivo é resolver de forma ágil, através de acordos, as questões envolvendo os contribuintes devedores de créditos tributários. Até novembro, haviam sido negociados e parcelados recursos da ordem de R\$ 27 milhões.

Na Região do Vale do Rio dos Sinos, foi realizada experiência-piloto, o **Mutirão do Parcelamento**, no qual contribuintes puderam parcelar seus débitos diretamente com a Procuradoria, através de acordos, evitando a cobrança judicial. Em duas edições, foram arrecadados R\$ 724.213,78.

Também, foi renovada a parceria com o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Gestão (INDG), por meio do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade. O Instituto assessora o Comitê Gestor do Crédito Tributário, cujo objetivo principal é o incremento da arrecadação. O valor total arrecadado na cobrança da dívida ativa, até 30 de outubro de 2007, foi de R\$ 57.68.293,51, estimando-se, até o final do ano, um valor de R\$ 70 milhões.

Foi obtida a liberação de verbas para conclusão das obras no Presídio Regional de Caxias do Sul, através do deferimento de liminar pelo Supremo Tribunal Federal, suspendendo a inscrição do Estado no CADIN/SIAFI.

No Projeto de Conciliação, empreendido junto ao Tribunal Regional do Trabalho, quitaram-se créditos correspondentes a precatórios de pequeno valor, extinguindo-se as respectivas execuções, em montante superior a R\$ 1,5 milhão. Já foi estabelecido o pagamento preferencial dos precatórios de pequeno valor junto à Justiça Comum.

A PGE, a Secretaria da Saúde e o Ministério Público Estadual assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta de fornecimento de medicamentos excepcionais, que objetiva a racionalização dos recursos públicos no fornecimento dos medicamentos excepcionais aos pacientes

atendidos pelo SUS e com o pedido administrativo aprovado pela Secretaria. Ainda, firmaram acordo inédito, estabelecendo direitos e deveres para Estado e usuários do SUS, no fornecimento de medicamentos para glaucoma.

DEFESA CIVIL

Em 2007, foi criada **Força-Tarefa**, através do Decreto nº 44.926, de 08 de março de 2007, para atendimento dos municípios do Litoral Norte, atingidos por desastres naturais. A Força-Tarefa é composta por 12 órgãos da Administração Estadual e coordenada pela Defesa Civil, tendo a finalidade de prestar auxílio à população e a regularização dos serviços públicos e demais atividades nos locais afetados, que compreendem Maquiné, Três Forquilhas, Três Cachoeiras, Itati, Morrinhos do Sul, Terra de Areia, Dom Pedro de Alcântara, Torres, Capão da Canoa, Caará e Mampituba.

Ao longo do ano, foi efetuada a distribuição de 350 toneladas de alimentos e 100.000 telhas, para as comunidades atingidas por desastres naturais, em parceria com o Governo Federal e o Comitê de Ação Solidária.

Além disso, foi realizada a reconstrução de pontes, escolas, instalações comunitárias e residências populares, nos municípios atingidos por desastres naturais, com verbas estadual e federais, totalizando R\$ 15 milhões.

Ainda, foram fiscalizados 2.426 veículos: 195 veículos transportando produtos perigosos; efetuadas 158 autuações; apreendidos sete veículos; e retidos 21 veículos, com participação direta de 253 servidores da esfera municipal, estadual e federal, totalizando o valor de R\$ 326,8 milhões em autuações.

Foi celebrado convênio com a Brigada Militar, para medição de índices pluviométricos, e com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado do Paraná.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Contribuindo para maior proximidade e transparência do Governo em suas relações **institucionais**, a **Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais (SRI)** realizou atendimento diário a prefeitos, vereadores, entidades, associações, COREDEs e outras lideranças.

Neste sentido, também prestou informações financeiras a prefeituras, relacionadas a pagamentos, pendências, créditos e CADIN dos municípios.

Com o fim de cumprir plenamente o acordo que previa pagamento de créditos dos municípios, referente a exercícios anteriores, foram pagos mais de R\$ 40 milhões, em 2007.

No que tange aos **créditos dos municípios com o Estado**, foi disponibilizada importante ferramenta aos municípios, que terão acesso, via internet, à situação dos créditos com o Estado, bem como dos respectivos débitos e prestações de contas, além da situação do CADIN. Reivindicação antiga dos Prefeitos permitirá que possam, com celeridade e eficiência, fechar seus balanços, fazendo os registros legais. Essa comunicação rápida facilita e torna mais eficaz o gerenciamento, além de demonstrar a transparência do Governo do Estado.

Relativamente ao **Transporte Escolar/2007**, foi realizada negociação com municípios, em conjunto com a Secretaria da Educação e Secretaria da Fazenda, via FAMURS, para pagamento de aproximadamente R\$ 42 milhões, em dez parcelas, o que foi rigorosamente cumprido. Quanto ao Transporte Escolar/2008, foi elaborado **Projeto de Lei sobre Transporte Escolar**, com definição de critérios de distribuição dos recursos.

Com relação à **Consulta Popular**, o Governo do Estado assumiu o compromisso de enfrentar o passivo de R\$ 200 milhões (empenhado e liquidado) referente aos anos de 2003, 2004 e 2005, sendo que há previsão de pagamento entre os anos de 2007 e 2010, conforme disponibilidade de fluxo de caixa. Em 2007, foram pagos mais de R\$ 50 milhões.

Ainda quanto à Consulta Popular 2007/2008, foram realizadas 26 Assembléias Regionais Preparatórias, visitando todos os Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Na votação da Consulta participaram 369.417 eleitores, que representam 5,6% do eleitorado gaúcho. Foi definido valor de R\$ 40 milhões, priorizando projetos estruturantes.

Importante destacar que, relativamente ao **Cooperativismo e Associativismo**, foi efetuada a reestruturação do Conselho Estadual do Cooperativismo (CECOOP) e de sua Secretaria Executiva, e articulação para assinatura de Termo de Cooperação entre SICREDI e Secretaria da Educação, no **Programa União Faz a Vida**.

Ao longo do ano, também foi feita manutenção do cadastro geral das cooperativas, com inclusão de novas cooperativas e realização de recadastramento. Encontra-se em andamento estudo do projeto de parceria entre Estado e DENACOOOP/Ministério Agricultura, OCERGS-SESCOOP/RS e EMATER/RS, para execução total do Cadastro das Cooperativas.

ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Modernizar a gestão da receita pública, através do aperfeiçoamento de processos e procedimentos, do uso de novas tecnologias e da reavaliação das constantes anistias de débitos fiscais; racionalizar a despesa, através da melhoria da qualidade do gasto, do aumento da eficiência e da produtividade das atividades fim e meio e através da adoção de medidas de austeridade fiscal, e reestruturar a dívida pública, na busca pela redução dos encargos mensais são as principais diretrizes do âmbito da **administração fazendária estadual**.

Em 2007, diversas iniciativas alinhadas a essas diretrizes foram desenvolvidas. Para a **modernização da gestão da receita** foi implementado um conjunto de medidas, das quais se destacam:

– o combate à sonegação com “inteligência fiscal”: a meta de autuação foi superada em R\$ 83 milhões. Foram 73,8 mil autos de lançamento lavrados, totalizando R\$ 959,7 milhões entre tributos e multas. Os grupos setoriais, responsáveis pelo acompanhamento dos maiores setores econômicos, foram reforçados. Foram realizados investimentos na qualificação dos equipamentos para a fiscalização, com novos computadores e servidores de dados de grande capacidade;

– a implementação do **Cresce RS**, que permite a redução das alíquotas de ICMS de setores que efetivamente comprovarem aumento de arrecadação;

– o aumento da fiscalização junto ao setor varejista, cujas operações de fiscalização baseadas na “inteligência fiscal” resultaram em R\$ 88,5 milhões;

– a superação da meta de cobrança de IPVA em 8,66%, havendo sido contabilizada até 31 de outubro uma arrecadação de R\$ 880,6 milhões. Para combater a inadimplência do imposto, foi realizado lançamento automatizado do tributo, relativo a 6,7 mil contribuintes nos anos de 2005 e 2006. Foram ainda iniciadas as *blitze* de fiscalização do IPVA em todo o Estado, nas quais são abordados apenas os veículos com irregularidades, verificadas mediante o uso de computadores. Até novembro, 72 mil veículos foram fiscalizados, com 20,2 mil autuações que resultaram em R\$ 18,1 milhões entre imposto e multas;

– o envio de indícios de sonegação ao Ministério Público Estadual relativos a 362 autuações, no total de R\$ 527,1 milhões, resultado de auditoria das Delegacias da Receita Estadual em diversas cidades, na busca da responsabilização dos sonegadores;

– a superação da meta de cobrança de devedores até outubro, com o ingresso nos cofres públicos de R\$ 434,8 milhões. Foi autorizado o pagamento parcelado de débitos de R\$ 544,5 milhões, superando a meta em 26,24%;

– o julgamento de créditos tributários impugnados, em primeira instância de contencioso administrativo, no montante de R\$ 917 milhões, em 2007;

– a superação da meta de entrega de informações em meio eletrônico pelos contribuintes, restando, em média, apenas 1,86% das empresas da modalidade geral sem entregar a Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA). Relativamente à inadimplência, em média, apenas 3,37% dos valores dos saldos devedores declarados pelos contribuintes deixaram de ser recolhidos no vencimento estabelecido;

– a implantação de melhorias nos sistemas eletrônicos de acompanhamento do ITCD, permitindo que as declarações de bens e direitos informadas pelos contribuintes sejam realizadas pela Internet, mediante o uso da Declaração Eletrônica do ITCD-DIT, havendo o tempo médio de avaliação dos bens declarados caído de 30 para 4 dias;

– o gerenciamento matricial da receita, em parceria com o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade. Estão sendo identificadas, de forma desdobrada por Delegacia da Receita Estadual e suas Agências, e também por Grupo Setorial de Administração Tributária, as metas referentes à receita com o ICMS (geral e varejo), o IPVA, o ITCD, a cobrança de créditos tributários, o parcelamento de créditos tributários, o recebimento de informações eletrônicas dos contribuintes, a constituição de créditos tributários e a redução da inadimplência no pagamento dos tributos;

– a ampliação da utilização da substituição tributária, com a inclusão, a partir de janeiro de 2008, de mais quatro setores – colchões, autopeças, rações animais e perfumaria e cosméticos. Essa medida permite que o controle e a auditoria sobre o correto recolhimento do tributo sejam feitos sobre um número reduzido de contribuintes e não nos pontos de venda; e

– a ampliação e a modernização do Posto Fiscal de Iraí, um dos mais importantes pontos de trânsito de cargas na divisa com Santa Catarina, localizado na BR-386. O Posto é utilizado para operações conjuntas com a Secretaria da Agricultura e outros órgãos públicos estaduais e federais.

Adicionalmente, a operação de **venda de ações sem direito a voto do Banrisul** garantiu recursos de R\$ 2,1 bilhões ao Estado, sendo R\$ 800 milhões para o Banco ampliar sua carteira de crédito e R\$ 1,2 bilhão para a constituição de fundos de previdência. O governo deu início a uma solução para a falta de recursos para a previdência dos gaúchos e o papel do Banrisul como banco público foi reforçado. Por fim, entre as medidas do lado da receita, o Governo do Estado, que tem defendido o fim da guerra fiscal entre os Estados e uma ampla Reforma Tributária, garantiu, no âmbito do Conselho Nacional de Administração Fazendária (CONFAZ), o índice de 9% do total destinado aos Estados pelo ressarcimento de perdas das exportações. O Governo do Estado reivindica o ressarcimento dos gastos com rodovias federais (R\$ 1,8 bilhão) e a compensação de créditos da CEEE (R\$ 2 bilhões).

No âmbito da **despesa pública**, foram tomadas medidas de ajuste fiscal, para otimização dos gastos e o equilíbrio das contas públicas. As medidas de ajuste iniciais foram compostas pelo contingenciamento dos gastos (**Decreto dos Cem Dias**), pelo forte ajuste no custeio da máquina pública e concentração dos investimentos com recursos oriundos de convênios. A reestruturação do Grupo de Assessoramento Estadual para Política de Pessoal (GAE) e da Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira possibilitou maior controle e gerenciamento das finanças estaduais.

Através do **Programa Fazendo Mais com Menos**, o Governo do Estado obteve importantes avanços no ano. Os gastos de custeio, que cresciam a uma média de 12% no Estado, nos últimos anos, caíram 30% este ano. Algumas das principais medidas são:

– **Economia de R\$ 303 milhões nos gastos de custeio:** o valor foi definido depois de reuniões com as secretarias, estabelecendo em

R\$ 1,0 bilhão o limite de gastos com custeio do Poder Executivo com recursos próprios do Tesouro. Assim, os gastos com energia, telefonia e vigilância, por exemplo, puderam ser reduzidos sem prejuízo à prestação de serviços;

– **Gerenciamento Matricial da Despesa**, em seis órgãos, que correspondem a 80% do gasto, dividindo-se em duas frentes: a relativa às despesas corporativas, que representam os gastos de itens comuns a todos os órgãos da administração (como água, energia, telefonia, combustíveis), com possibilidade de economia possível de mais R\$ 80 milhões por ano, através da renegociação de preços de tarifas, racionalização de uso e readequação de estruturas de gasto; a referente às despesas específicas de cada órgão, que são os gastos mais importantes de cada unidade, como medicamentos, gêneros para alimentação, auxílios concedidos a pessoas ou entidades, para os quais se busca uma racionalização do uso, redução de preços e outras práticas de gestão eficiente de utilização;

– **Reestruturação em órgãos e processos**: a reestruturação de órgãos tem como objetivo a modernização de estruturas, com vistas à melhoria da eficiência no uso de recursos e à geração de resultados para a sociedade. Já a reestruturação de processos visa a modernizar processos de trabalho para promover a economia de recursos, a eficiência e a efetividade. Entre os processos iniciados estão o do IPE/Saúde e o da Central de Licitações do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (CELIC). A meta é reestruturar dez órgãos e 25 processos;

– **Novas medidas para negociação de dívidas**, como a quitação de débitos com 1.221 pequenos fornecedores e com prestadores de serviços emergenciais, para evitar a paralisação na prestação de serviços, e a legislação para negociar parte da dívida herdada de mais de R\$ 1,6 bilhão – projeto de Novação de Dívidas ampliará as possibilidades de negociação com credores, reduzindo o desembolso financeiro e quitando débitos anteriores a 2007;

– **Adoção do regime de caixa**, iniciativa que limita o comprometimento das despesas do Estado ao ingresso de receitas. Assim, determina que novas despesas só sejam autorizadas quando houver recursos disponíveis para o seu pagamento;

– **Realização de oito Oficinas de Reeducação para o Gasto Público**, com a participação de mais de 50 órgãos e cerca de 150 gestores públicos; e

– o **Programa Cota Base Zero**, em fase de implantação, prevê a qualificação do gasto por meio do levantamento e apuração do montante ideal de cota de custeio para os órgãos públicos, compatível com as suas atividades prioritárias, levando em conta a necessidade do ajuste fiscal estrutural.

Adicionalmente, foi determinado o corte dos salários do Poder Executivo que estavam acima do teto constitucional de R\$ 22.111,25, o que corresponde a 34 servidores ativos e inativos e uma economia estimada em R\$ 1,6 milhão ao ano. A medida deu seguimento à determinação expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano passado, quando foi incluída a necessidade de aplicação do teto. A mesma iniciativa também foi adotada

no Instituto de Previdência do Estado, onde havia 82 pensões acima do teto, com uma economia avaliada em R\$ 3,5 milhões.

Em relação à **dívida pública**, o Estado obteve autorização da União para negociar com o Banco Mundial (BIRD) o financiamento para o Programa de Reestruturação da Dívida Pública. O Estado está buscando um financiamento de até US\$ 1 bilhão para reduzir o impacto dos pagamentos da dívida.

Além das medidas diretamente relacionadas às áreas de receita, despesa e dívida pública, diversas outras iniciativas foram adotadas no sentido do aperfeiçoamento da administração fazendária. Foram publicadas as metas de resultado primário e o cronograma mensal de despesa para o exercício, incluindo a previsão para todos os Poderes. Essa iniciativa de transparência é pioneira no Estado e atende ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Associada à adoção do regime de caixa, a medida torna a execução orçamentária mais realista e os gaúchos podem melhor acompanhar a evolução das receitas e das despesas. Ainda como medida de aumento da transparência da gestão pública, pela primeira vez, os setores que recebem incentivos fiscais do Estado foram especificados de forma detalhada no Orçamento 2008. O montante das desonerações fiscais no Rio Grande do Sul, em 2006, atingiu R\$ 6,5 bilhões em ICMS. Por fim, foram disponibilizados na Internet os repasses mensais de ICMS e IPVA para os municípios. Além disso, também foram disponibilizadas as informações relativas aos créditos a que as prefeituras têm direito. Essas iniciativas tornam mais transparentes as relações entre Estados e municípios. Outra medida importante foi a implantação do Cadastro de Habilitados para Convênio no Estado. Desde janeiro, está disponível a todas as prefeituras o cadastro único e centralizado de todos os documentos (certidões) exigidos pela legislação para que os municípios possam receber, por meio de convênios, transferências voluntárias.

Foram criados o **Fundo de Equilíbrio Previdenciário (FE-Prev)** e o **Fundo de Garantia da Previdência Pública Estadual (FG-Prev)**. O primeiro tem como objetivo garantir o provimento de recursos adicionais para auxiliar no financiamento do déficit do atual Regime Próprio de Previdência do Estado. Foi constituído por 90% do resultado da venda das ações preferenciais do Bannisul e dos rendimentos de suas aplicações financeiras e já estão auxiliando no pagamento mensal do déficit. O FG-Prev, por sua vez, destina-se a gastos para as futuras aposentadorias e foi constituído com 10% do produto da venda das ações preferenciais.

No tocante ao tema da **nota fiscal eletrônica**, destacam-se a emissão, no Estado, da Nota Fiscal Eletrônica número 1 milhão, que representa quase a metade das NF-es autorizadas no Brasil. Esse instrumento auxilia no combate à sonegação e torna mais modernos os processos de recolhimento de tributos. Além disso, a Secretaria da Fazenda e a PROCERGS desenvolveram uma solução para que outros Estados também possam emitir Notas Fiscais Eletrônicas. Trata-se da Sefaz Virtual. Um ambiente para processamento de NF-es, compartilhado com a Receita Federal do Brasil e com as demais secretarias estaduais de fazenda. A partir de dezembro, o Rio Grande do Sul começou a emitir Notas Fiscais

Eletrônicas para contribuintes de Santa Catarina. Já está em fase de testes a emissão para Rio de Janeiro e Alagoas e mais dez estados assinaram convênio para que suas notas eletrônicas sejam emitidas pela fazenda gaúcha.

Através do Programa **A Nota é Minha**, o Governo do Estado vai repassar a entidades de assistência social, saúde e educação R\$ 6,6 milhões e 220 prêmios aos consumidores. Foram implementadas mudanças importantes no Programa, como a ampliação do número de prêmios de 30 para 110 e a definição de validade para notas com o valor mínimo de R\$ 2,00, evitando-se a digitação de documentos fiscais de valores muito baixos.

Ainda no que se refere à gestão dos recursos públicos, 810 gestores públicos foram orientados e capacitados, preparando-os para acesso e uso dos sistemas informatizados. Também foi implantado o sistema Finanças Públicas do Estado (FPE) na Assembléia Legislativa, no Tribunal de Contas do Estado e na Defensoria Pública – parceria com a PROCERGS – que, com os módulos de execução orçamentária da despesa, da receita e de contabilidade, substituem aplicativos e sistemas corporativos não integrados, com diferentes plataformas e tecnologias, que não atendem mais às necessidades dos órgãos. Também foi implantado o Sistema de Almojarifado na Secretaria da Fazenda, no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), na Defensoria Pública, na Secretaria da Segurança Pública, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e na Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados (AGERGS). O sistema está ainda em fase de implantação na Secretaria da Educação, na Assembléia Legislativa e nas fundações Liberato Salzano Vieira da Cunha e de Atendimento Socioeducativo. Esta visão integrada de todos os sistemas de almojarifado permitirá aos administradores uma gestão de materiais mais eficaz. Além disso, disponibilizará aos órgãos informações para o planejamento de compras, como, por exemplo, o consumo médio por item e por unidade de custo.

OBRAS PÚBLICAS

A **Secretaria de Obras Públicas (SOP)**, a partir da reestruturação administrativa realizada em 2007, atua na qualificação da gestão e implementação de um processo efetivo de gestão das obras estaduais.

Cumprindo seu papel transversal na gestão do Governo do Estado, atuou em 949 obras públicas de órgãos estaduais diferenciados, cuja distribuição com seus respectivos valores pode-se acompanhar na configuração abaixo.

Resumo das Obras realizadas pela SOP em 2007 e respectivos valores

Órgão	Situações	Concluídas	Andamento	Contrato / Empenho	Licitação	Total Geral
Secretaria da Educação	Obras	385	264	125	25	799
	Valor R\$	19.910.298,47	21.114.404,41	10.801.085,52	5.255.608,00	57.081.396,40
Secretaria da Segurança Pública	Obras	15	11	3	29	58
	Valor R\$	2.212.012,06	26.476.666,36	67.536,82	11.281.343,29	40.037.558,53
Secretaria da Agricultura	Obras	7	6	12	0	25
	Valor R\$	1.172.040,80	1.724.129,06	104.958,41	-	3.001.128,27
Secretaria da Saúde	Obras	7	10	3	6	26
	Valor R\$	443.080,85	1.692.331,45	4.296.964,77	3.887.667,00	10.320.044,07
Outras Secretarias	Obras	8	6	16	11	41
	Valor R\$	352.354,66	1.155.905,98	1.227.520,33	1.689.119,76	4.424.900,73
Total situações	Obras	422	297	159	71	949
	Valor R\$	24.089.786,84	52.163.437,26	16.498.065,85	22.113.738,05	114.865.028,00

PLANOS PARA 2008

Conforme o Plano Plurianual 2008-2011 e Orçamento 2008, segue abaixo a síntese das principais ações previstas para 2008 no eixo **Finanças e Gestão Pública**:

Programa	Principais Ações
Gestão de Obras Públicas	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração, análise, aprovação e orçamentação de projetos Execução e fiscalização de obras e serviços de engenharia, arquitetura e correlatos
Escola de Governo	<ul style="list-style-type: none"> Estruturação da Escola de Governo Qualificação e capacitação dos servidores do Estado
Gestão de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico dos recursos humanos do Estado Formulação e implementação de modelo de avaliação institucional Informatização dos dados de RH Modernização da gestão de estágios e concursos públicos
Gestão patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> Gerenciamento de imóveis e móveis (manutenção e recuperação) Alienação de imóveis inservíveis ao Estado
Modernização da Gestão Pública	<ul style="list-style-type: none"> Instalação de Casas de Governo Gerenciamento do CAFF Redução do consumo energético do CAFF Implantação do Sistema de Gestão de Compras Contratualização de resultados dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta Gerenciamento do ciclo de pesquisa e relacionamento com os usuários dos serviços públicos essenciais Tudo Fácil – Remodelagem e qualificação da rede de serviços ao cidadão

MENSAGEM DA GOVERNADORA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2008 – ANEXO

Programa	Principais Ações
Coordenação do Planejamento e do Orçamento	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Projeto RS Biodiversidade • Intensificação do Gerenciamento Intensivo de Programas e Projetos
Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de indicadores econômico-ambientais • Elaboração de indicadores econômico-ambientais • Elaboração de índices de exportação (envolvendo índices de volume e de preço das exportações do RS e todas as Unidades da Federação e cálculo das exportações por município)
Representação Judicial e Consultoria ao Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Informatização do processo judicial • Manutenção da representação judicial e consultoria ao Estado • Modernização institucional da PGE
Defesa Civil	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de veículos e equipamentos de proteção individual para a Defesa Civil do Estado • Atendimento a comunidades em caso de calamidade pública ou situação de emergência • Atuação da Defesa Civil na BR-101 • Convênio com as universidades para mapeamento de áreas de risco • Reestruturação do Centro de Operações de Defesa Civil do Estado
Programa de Relações Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento • Articulação das relações Estado/municípios • Consulta Popular • Implementação das decisões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social • Realização de audiências públicas municipais e regionais
Articulação e Fomento ao Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoramento e apoio ao desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo • Coordenação das políticas de apoio ao Cooperativismo e Associativismo • Organização, estruturação e desenvolvimento da economia solidária
Excelência na Gestão Fazendária	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento dos modelos de gestão e planejamento da SEFAZ • Implantação do processo de contabilidade de custos no Estado
Equilíbrio Fiscal Estrutural e Geração de Capacidade de Investimento e de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Maximização do ingresso de receitas próprias • Redução do desembolso com a dívida pública estadual • Racionalização e qualificação do gasto público
Ampliação e Qualificação do Relacionamento da Secretaria da Fazenda com a Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização fiscal (440 pessoas premiadas no Programa Solidariedade e 325 Disseminadores capacitados no Programa de Educação Fiscal)



***ANEXO - ESTADOS COMPARADOS POR FUNÇÃO
DO ORÇAMENTO***

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a relacionar a utilização dos recursos públicos estaduais, provenientes da administração direta, à oferta de produtos e serviços (eficiência) e aos resultados obtidos (eficácia) pelos governos dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. Esta relação é obtida comparando-se as despesas efetuadas - o *insumo*, segundo a classificação funcional dos orçamentos estaduais, com indicadores socioeconômicos de *produto* e de *resultado*.

Foram selecionadas cinco funções da classificação funcional dos orçamentos estaduais - Legislativa, Judiciária, Segurança Pública, Saúde e Educação - por serem consideradas aquelas que impactam diretamente na qualidade de vida e bem-estar social da população das unidades da federação e do Distrito Federal.

Para cada uma das funções dos orçamentos estaduais anteriormente citadas são elaborados escores padronizados, a partir da seleção de indicadores socioeconômicos de insumo, produto e resultado.

Estes escores são utilizados para a geração dos índices de eficiência (relação insumo x produto) e eficácia (relação insumo x resultado), em cada uma das funções, através do modelo de **Ajuste pela Função de Hill**.

Como resultado do trabalho é possível verificar se os estados com maior oferta de produtos são considerados eficientes, ou se os que alcançam os melhores resultados são os mais eficazes e, também, se há uma relação direta entre estados eficientes e estados eficazes.

Com este trabalho pretende-se disponibilizar uma ferramenta que possibilite aos governos estaduais avaliar seu desempenho em termos de eficiência e eficácia, sempre em relação às suas despesas, segundo as funções do orçamento selecionadas.

CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 CONCEITOS

O fundamento utilizado é o de que a ação dos governos pode ser avaliada através de três componentes: os indicadores de insumo, os indicadores de produto e os indicadores de resultado.

Os *indicadores de insumo* informam a quantidade de recursos financeiros alocados nas funções dos orçamentos das unidades da federação. No presente trabalho, os indicadores de insumo se referem às despesas médias, *per capita*, efetuadas no ano de 2005 da administração direta em cada uma das funções selecionadas dos orçamentos estaduais. A exceção fica por conta da função Judiciária, em que o indicador de insumo se refere ao ano de 2003. Isto se deve ao fato de que, tanto os indicadores de produto, quanto os de resultado, nessa função, estão disponíveis apenas para o ano de 2003.

Um exemplo de indicador de insumo é a despesa média *per capita* na função Educação no ano de 2005.

Os *indicadores de produto* são indicadores que traduzem em medidas quantitativas o esforço operacional dos governos na alocação de recursos humanos e/ou materiais. Basicamente, estes indicadores representam oferta de bens e serviços públicos à população. Como exemplo deste tipo de indicador, tem-se o percentual de estabelecimentos públicos ou do número de alunos por professor nas redes estaduais de ensinos fundamental e médio.

Já os *indicadores de resultado* são aqueles vinculados diretamente à realidade social dos estados. São medidas que informam sobre as condições de vida da população nas áreas de saúde, educação e segurança, entre outros, indicando a presença/ausência ou avanço/retrocesso das políticas públicas. Basicamente, os indicadores de resultado são os que retratam, direta ou indiretamente, os resultados das políticas públicas adotadas. Exemplos típicos são as taxas de analfabetismo e o desempenho escolar dos estudantes.

Estabelecidos os conceitos acima, pode-se definir *eficiência* como a quantidade de produtos ofertados com os recursos disponíveis (insumo). Assim, para efeitos deste trabalho, as unidades da federação que ofertam mais produtos com o menor volume de insumos são as mais eficientes ou, simplesmente, eficientes. Por extensão, *eficácia* são os resultados alcançados com os recursos disponíveis (insumo) e as unidades da federação que alcançam os melhores resultados com o menor volume de insumo são as mais eficazes.

1.2 RELAÇÃO INSUMO X PRODUTO

Da comparação dos insumos com os produtos é possível avaliar se a despesa efetuada com a oferta de produtos e/ou serviços está sendo realizada de forma eficiente.

Como exemplo, observando a função Educação, em cada uma das unidades da federação, verifica-se que nela estão contidas todas as despesas envolvendo, tanto aquelas realizadas para o custeio da educação (despesas com salário dos professores, com compra de material escolar, com reparos nas escolas etc.), como as de investimento (despesas com a construção de novas escolas ou com a compra de computadores novos para as escolas, por exemplo).

Porém, esses valores nada dizem a respeito dos produtos e/ou serviços, pois não informam quantos professores, quantas escolas ou quantas vagas são ofertadas à população através desses recursos.

1.3 RELAÇÃO INSUMO X RESULTADO

Seguindo com o exemplo da educação, mesmo de posse das informações sobre os insumos e produtos e da comparação entre eles, ainda não se pode determinar a sua eficácia. Mesmo que seja efetuado um grande dispêndio de recursos na função Educação e ofertado um grande

número de vagas, os estudantes podem não estar obtendo uma educação de boa qualidade. Para tal, deve-se avaliar a qualidade da educação oferecida aos estudantes – o resultado.

Então, finalmente, da comparação dos insumos com os produtos e com os resultados, pode-se saber quais unidades da federação conseguem oferecer uma educação de melhor qualidade para seus estudantes, com os melhores recursos materiais e humanos e, também, com o menor custo. Obviamente, este exemplo da função Educação pode ser estendido às demais funções do orçamento.

CAPÍTULO 2 - CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS

A classificação funcional dos orçamentos estaduais é o nível mais agregado da contabilidade pública e, por ser de aplicação comum e obrigatória no âmbito dos estados e do Distrito Federal, permite que se obtenha a quantidade de recursos despendida pelas administrações diretas em cada uma das funções selecionadas.

Esses valores foram obtidos a partir do *site* da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br) e merecem atenção as seguintes observações:

Função Educação: ao valor informado para o Distrito Federal (R\$ 843.928.972,01) foram acrescentados R\$ 1.475.238.000,00 do Fundo Constitucional do DF, conforme informações do *site* do Tribunal de Contas do DF (www.tc.df.gov.br).

Função Saúde: ao valor informado para o Distrito Federal (R\$ 1.032.953.112,51) foram acrescentados R\$ 830.808.000,00 do Fundo Constitucional do DF, conforme informações do *site* do Tribunal de Contas do DF (www.tc.df.gov.br).

Função Segurança Pública: para o estado da Bahia o valor estava zerado na STN. O valor de R\$ 1.242.761.000,00 foi obtido no *site* da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (www.sefaz.ba.gov.br). Ao valor informado para o Distrito Federal (R\$ 115.872.430,44) foram acrescentados R\$ 2.091.250.000,00 do Fundo Constitucional do DF, conforme informações do *site* do Tribunal de Contas do DF (www.tc.df.gov.br).

Para mensurar os produtos ofertados à população e os resultados obtidos pelos governos das unidades da federação, através da classificação funcional dos orçamentos estaduais, foram selecionados indicadores socioeconômicos de produto e resultado, vinculados a cada uma das funções. Eles servem de referência em relação a aspectos-chave do bem-estar social da população dos estados.

2.1 FUNÇÕES DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS E INDICADORES SELECIONADOS

Classificação Funcional: Legislativa

Indicador de Insumo:

- Despesa média dos estados com a função Legislativa em R\$ *per capita* (2005).

Indicador de Produto:

- Número de deputados estaduais por 100.000 habitantes (2005).

Indicador de Resultado:

- Número de projetos apreciados por deputado estadual (2005).

Classificação Funcional: Judiciária

Indicador de Insumo:

- Despesa média dos estados com as funções Judiciária e Essencial à Justiça em R\$ *per capita*. (2003).

Indicadores de Produto:

- Número de juízes estaduais por 100.000 habitantes (2003).
- Número de desembargadores estaduais por 100.000 habitantes (2003).
- Número de juizados especiais por 100.000 habitantes (2003).

Indicadores de Resultado:

- Percentual de casos julgados na justiça comum de 1º grau e em Tribunais de Justiça dos estados (2003).
- Percentual de casos julgados nos Juizados Especiais (2003).

Classificação Funcional: Segurança Pública

Indicador de Insumo:

- Despesa média dos estados com a função Segurança Pública em R\$ *per capita* (2005).

Indicadores de Produto:

- Número de policiais civis por 100.000 habitantes (2003).
- Número de policiais militares por 100.000 habitantes (2003).
- Número de policiais técnicos por 100.000 habitantes (2003).
- Número de bombeiros por 100.000 habitantes (2003).
- Número de presos por vaga no sistema prisional (2005).

Indicadores de Resultado:

- Número de ocorrências de homicídios por 100.000 habitantes (2005).

- Número de ocorrências de roubos por 100.000 habitantes (2005).

- Número de ocorrências de furtos por 100.000 habitantes (2005).

- Número de ocorrências de óbitos em acidentes de trânsito por 100.000 habitantes (2005).

Classificação Funcional: Saúde

Indicador de Insumo:

- Despesa média dos estados com a função Saúde e Saneamento em R\$ *per capita* (2005).

Indicadores de Produto:

- Número de estabelecimentos de saúde públicos por 100.000 habitantes (2005).

- Número de estabelecimentos privados de saúde, com atendimento pelo SUS por 100.000 habitantes (2005).

- Número de médicos por 1.000 habitantes (2005).

- Número de enfermeiros por 1.000 habitantes (2005).

- Número de consultas médicas pelo SUS por habitante (2005).

- Número de leitos públicos por 1.000 habitantes (2005).

- Número de internações hospitalares pelo SUS por 100 habitantes (2005).

Indicadores de Resultado:

- Percentual de adolescentes grávidas (2005).

- Óbitos de mães/100.000 crianças nascidas vivas (2005).

- Óbitos/1.000 crianças nascidas vivas (2005).

- Percentual de crianças com baixo peso ao nascer (2005).

- Percentual de crianças menores de 1 ano de idade com vacinas em dia (2005).

- Número médio de anos de vida que uma pessoa nascida em dado lugar, no ano de referência, tem probabilidade de viver (2005).

- Taxa de incidência de AIDS (2005).

- Taxa de Incidência de tuberculose (2005).

- Taxa de incidência de dengue (2005).

- Número de óbitos por suicídio/100.000 habitantes (2005).

Classificação Funcional: Educação

Indicador de Insumo:

- Despesa média dos estados com as funções Educação e Cultura em R\$ *per capita* (2005).

Indicadores de Produto:

- Número de alunos por professor nas escolas estaduais de ensino fundamental (2005).
- Número de alunos por professor nas escolas estaduais de ensino médio (2005).
- Percentual do número de estabelecimentos estaduais de ensino fundamental (2005).
- Percentual do número de estabelecimentos estaduais de ensino médio (2005).
- Percentual de matrículas na rede estadual de ensino fundamental (2005).
- Percentual de matrículas na rede estadual de ensino médio (2005).

Indicadores de Resultado:

- Percentual de abandono escolar na rede estadual de ensino fundamental (2005).
- Percentual de abandono escolar na rede estadual de ensino médio (2005).
- Percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade analfabetas (2005)
- Percentual de aprovação escolar na rede estadual de ensino fundamental (2005).
- Percentual de aprovação escolar na rede estadual de ensino médio (2005).
- Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais de idade (2005).
- Proficiência de língua portuguesa e matemática dos alunos da 4ª série do ensino fundamental (2005).
- Proficiência de língua portuguesa e matemática dos alunos da 8ª série do ensino fundamental (2005).
- Proficiência de língua portuguesa e matemática dos alunos da 3ª série do ensino médio (2005).
- Defasagem escolar média das pessoas entre 10 e 14 anos (2005).

CAPÍTULO 3 - QUANTIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES INSUMO X PRODUTO E INSUMO X RESULTADO

A fim de mensurar as relações insumo x produto - a despesa efetuada com a oferta de recursos humanos e/ou materiais pelos governos estaduais e insumo x resultado – a despesa efetuada com as políticas

sociais e seu reatamento na sociedade, foi necessário utilizar um tratamento estatístico e adotar um método que possibilitasse a obtenção de respostas para algumas perguntas, tais como:

- Quais são as unidades da federação mais eficientes em determinada função do orçamento, ou seja, em qual estado é maior a oferta de produtos com os insumos disponibilizados?
- Quais são as unidades da federação mais eficazes, ou seja, quais estados obtêm os melhores resultados através dos insumos disponíveis?
- Quais estados são, simultaneamente, eficientes e eficazes em determinada função?

Para responder a estes questionamentos, o modelo adotado gera três índices: um para insumo, outro para produto e um terceiro para resultado, a partir da agregação de sub-índices, também de insumos, produtos e resultados, para cada uma das funções dos orçamentos estaduais selecionadas. A obtenção dos índices se dá através de três etapas:

3.1 LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

Foram coletadas informações para cada um dos indicadores (insumo, produto e resultado), dentro de cada uma das funções do orçamento, para cada uma das unidades da federação, conforme apresentadas na listagem à página 5, sob o título Funções dos Orçamentos Estaduais e Indicadores Selecionados. São os chamados *escores brutos* dos estados, ou *EB*. Sempre que possível, os escores brutos foram coletados com base nos dados de 2005. Caso as informações não estivessem disponíveis para este ano, foram utilizadas as do ano imediatamente anterior, até o limite de 2003. É o caso de todos os indicadores da função Judiciária e de alguns indicadores de produto da função Segurança Pública.

3.2 CÁLCULO DOS SUB-ÍNDICES

Quando diversas variáveis são utilizadas para compor o resultado final de um processo classificatório entre diversas unidades, é muito mais importante conhecer o desempenho de uma unidade em particular comparativamente aos resultados obtidos pelas demais unidades, do que o seu desempenho individual. Para a obtenção desse resultado final, relativo, utilizou-se um tratamento estatístico, denominado *escore padronizado* ou *EP* que, corresponde ao valor atribuído ao sub-índice.

O tratamento estatístico utilizado para se obter o escore padronizado, ou o valor do sub-índice, é dado por:

$$EP = (EB - M)\delta^{-1}, \text{ onde:}$$

EP é o escore padronizado ou o valor do sub-índice; *EB* é o escore bruto da unidade da federação; *M* e δ são, respectivamente, a média e o desvio padrão dos escores brutos de todas as unidades da federação.

Aplicada a fórmula, os valores dos sub-índices, de cada um dos estados, variam no intervalo de zero (pior) a um (melhor). Deve-se tomar cuidado com o sinal do indicador: se o indicador for positivo – quanto maior o escore bruto, melhor – o sinal do indicador será positivo. Entretanto, se o indicador for negativo – quanto menor o escore bruto, melhor - então o indicador terá sinal negativo. Exemplo de indicador positivo é a taxa de aprovação nos ensinos fundamental e médio e, de indicador negativo, a taxa de analfabetismo.

3.3 CÁLCULO DOS ÍNDICES

De posse do valor dos sub-índices para cada um dos indicadores de insumo, produto e resultado das funções do orçamento, parte-se para o cálculo dos índices de insumo, produto e resultado para as respectivas funções do orçamento. Isto é realizado, simplesmente, agregando o valor de todos os sub-índices de uma determinada função do orçamento em um único valor – o índice.

A questão que pode gerar mais controvérsia e dificuldade é o da atribuição dos pesos aos sub-índices para a geração dos índices. Nossa escolha é a mais simples e, também, a mais transparente: todos os sub-índices têm o mesmo peso. Pode-se dizer que esta escolha é a mais “democrática”, embora arbitrária, mas sem deixar de ser razoável.

Assim, os índices de insumo, produto e resultado para cada uma das funções do orçamento são calculados como a média aritmética dos sub-índices.

CAPÍTULO 4 - OBTENÇÃO DAS MEDIDAS DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA

4.1 APLICAÇÃO DO MODELO DE AJUSTE PELA FUNÇÃO DE HILL

Para se medir a eficiência (insumo x produto) e a eficácia (insumo x resultado) das unidades da federação em cada uma das funções orçamentárias selecionadas, adotou-se o Modelo de Ajuste pela Função de Hill. A Função de Hill estabelece uma curva contínua, denominada fronteira de desempenho máximo, que interpola adequadamente os pontos associados aos estados que apresentam a melhor relação insumo x produto (eficiência) ou insumo x resultado (eficácia).

Ou seja, ao longo desta fronteira de desempenho máximo estão localizadas as unidades da federação que conseguiram realizar a maior oferta de produtos e serviços ou que alcançaram o melhor resultado com uma determinada quantidade de insumo (despesa). Portanto, assume-se que as unidades da federação que tenham alcançado o máximo desempenho estejam sobre a linha de fronteira. A eficiência e a eficácia das demais unidades da federação são calculadas medindo-se as suas distâncias em relação a essa linha de fronteira.

A equação do Ajuste pela Função de Hill é dada por:

$$E(i) = \frac{Em \left(\frac{i}{ic} \right)^n}{1 + \left(\frac{i}{ic} \right)^n}$$

Essa função gera uma curva que atende aos seguintes propósitos que são características básicas para o traçado da fronteira de desempenho máximo:

- Insumos nulos resultam em produtos/resultados nulos, porém um mínimo de investimento tem resultados positivos;
- Para percentuais elevados de insumo, os resultados tendem a um máximo, Em;
- O retorno dos resultados efetivos aparece somente após um investimento mínimo crítico, ic.
- A intensidade do retorno de um investimento na borda é dada pelo expoente n.

Entretanto, este método exige uma condição de contorno: para o traçado da curva de fronteira de desempenho máximo é necessário que, ao menos, três estados estejam localizados sobre ela. Um quarto ponto passa, invariavelmente, pela origem, conforme a primeira premissa do Ajuste pela Função de Hill.

Obviamente, os estados selecionados para integrar a fronteira são aqueles que obtêm maiores índices de desempenho, ou seja, aqueles que apresentam a maior oferta de produtos ou que alcançam os melhores resultados com os recursos disponíveis.

Os índices de desempenho dos demais estados são calculados tendo como referência a curva de fronteira de desempenho máximo, obtida com a aplicação do Ajuste pela Função de Hill.

À eficiência e à eficácia são atribuídos escores compreendidos no intervalo entre zero e um, sendo este último o valor atribuído às unidades da federação que estão localizadas sobre a fronteira de desempenho máximo. É importante observar que as unidades da federação que estão localizadas sobre a fronteira de desempenho máximo são consideradas eficientes/eficazes por definição e as demais unidades são avaliadas comparativamente a elas.

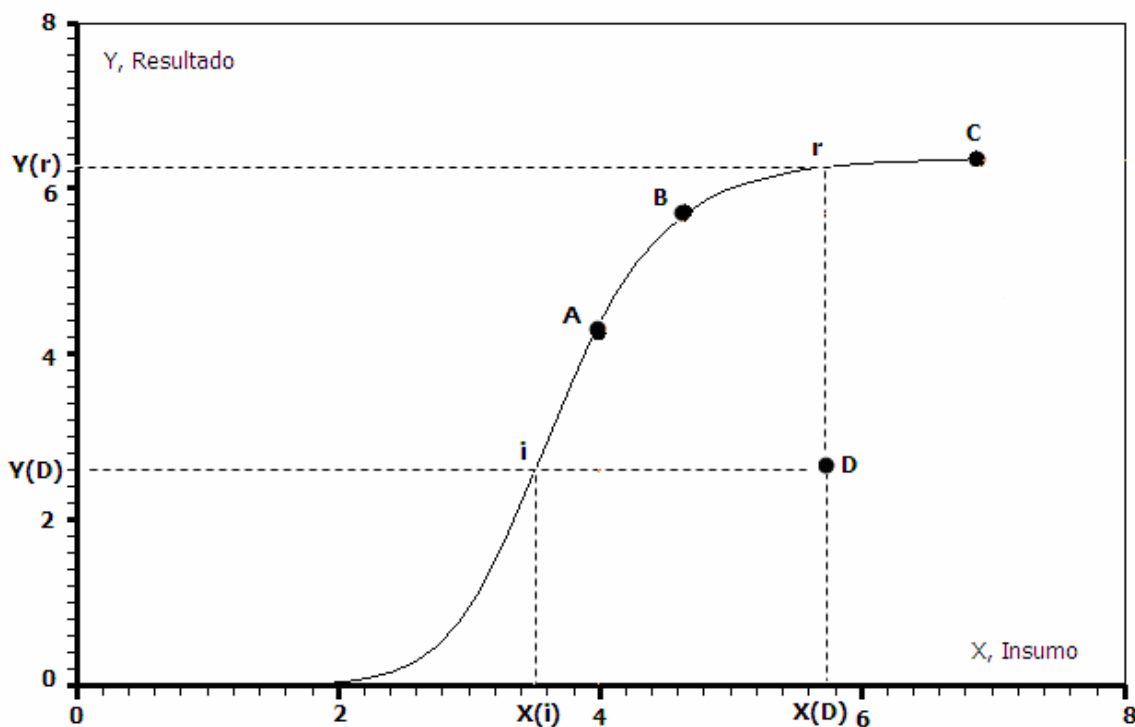
O escore de insumo de uma determinada unidade da federação, que não está localizada sobre a fronteira de desempenho máximo, indica em quanto ela poderia reduzir o seu atual nível de insumo, de forma a continuar ofertando a mesma quantidade de produtos e serviços ou obter os mesmos resultados. É o que se pode chamar de “ótica do insumo”.

Adicionalmente, o escore de produto/resultado indica o quanto de incremento na oferta de produtos ou nos resultados se poderia obter com a mesma quantidade de insumo, quando comparada com uma unidade

da federação eficiente/eficaz localizada sobre a fronteira de desempenho máximo. Essa seria a “ótica do produto/resultado”.

O método de Ajuste pela Função de Hill está graficamente ilustrado, conforme a figura 1 em uma situação hipotética:

FIG. 1 Ajuste pela Função de Hill



O gráfico da figura 1 apresenta o desempenho hipotético de eficácia (insumo x resultado) de quatro unidades: A, B, C, e D. A utilização de uma determinada quantia de insumo pelas unidades, medida ao longo do eixo das abcissas, produz um determinado nível de resultados, medido ao longo do eixo das ordenadas.

De acordo com o modelo proposto, o Ajuste pela Função de Hill – sobre a linha de fronteira encontram-se as três unidades com melhor desempenho: A, B e C e seus desempenhos de insumo e de resultado têm índice igual a um (1,00). Por outro lado, a unidade D encontra-se no interior da fronteira de desempenho máximo por ser menos eficaz que as outras três unidades. Para que ela se torne eficaz, ou sua despesa deve diminuir de X(D) para X(i) ou seus resultados devem ser incrementados de Y(D) para Y(r).

Segundo o Ajuste pela Função de Hill, o índice de desempenho de insumo da unidade D corresponde a $X(i)/X(D)$. Como $X(i) < X(D)$, $X(i)/X(D) < 1$, significando que esse valor é o percentual que a unidade D pode reduzir em seu insumo para continuar obtendo Y(D) de resultados.

Do ponto de vista do resultado alcançado pela unidade D, seu índice de desempenho é dado por $Y(D)/Y(r)$, cujo resultado também é

menor do que 1, e indica o quanto, em percentual, ela pode obter de acréscimo em seus resultados com o mesmo nível de insumo.

CAPÍTULO 5 - RESULTADOS DAS MEDIDAS DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA POR FUNÇÃO DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS

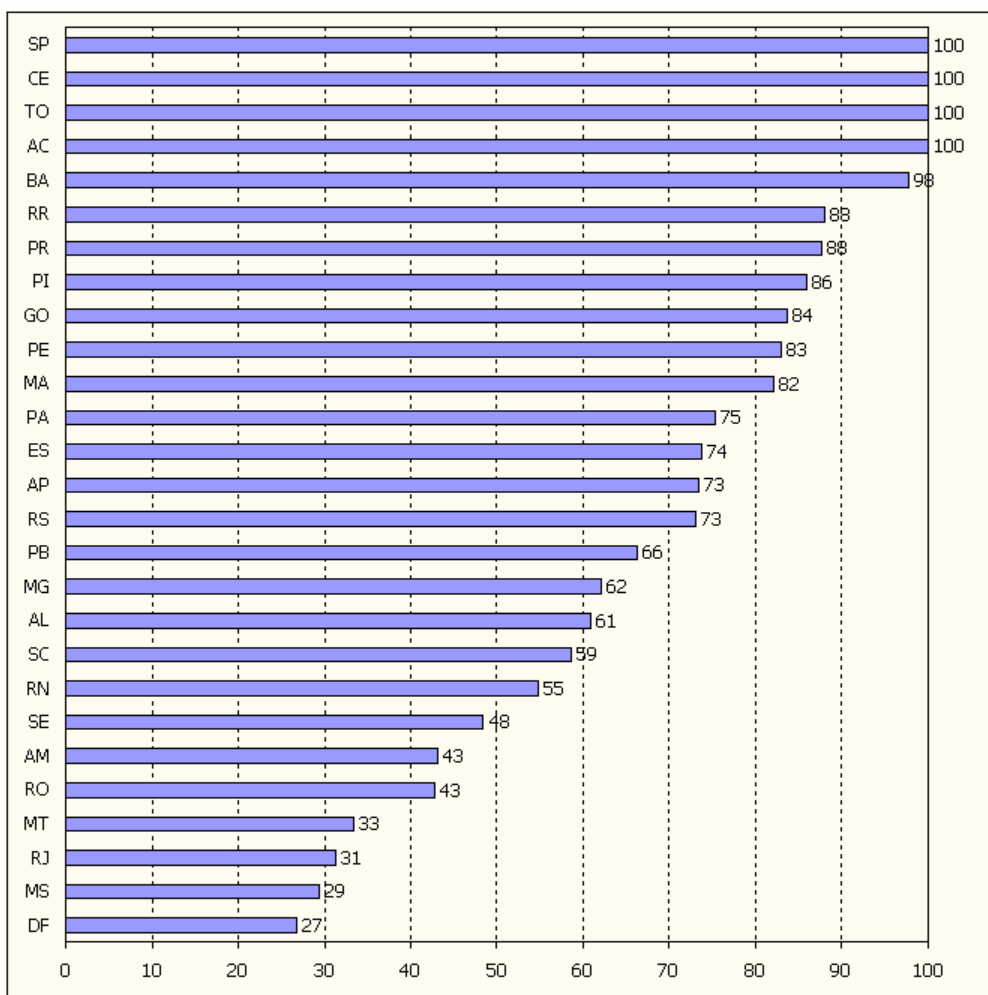
5.1 FUNÇÃO LEGISLATIVA

TAB. 1 Eficiência e eficácia na função Legislativa (2005)

FUNÇÃO LEGISLATIVA													
REGIÃO	UF	ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFICÁCIA				
					INSUMO		PRODUTO		INSUMO		RESULTADO		
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	
NORTE	RO	0,81	0,92		0,43	22	0,92	9					
	AC	0,85	1,00	0,25	1,00	1	1,00	1	0,18	21	0,26	18	
	AM	0,48	0,75	0,31	0,43	22	0,77	25	0,32	15	0,31	16	
	RR	0,99	1,00	0,16	0,88	6	1,00	1	0,14	23	0,16	20	
	PA	0,25	0,70	0,16	0,75	12	0,84	17	0,55	11	0,16	20	
	AP	1,00	0,99	0,39	0,73	14	0,99	6	0,16	22	0,39	15	
	TO	0,41	0,95	0,04	1,00	1	1,00	1	0,28	16	0,04	23	
NORDESTE	MA	0,25	0,73		0,82	11	0,89	12					
	PI	0,28	0,81		0,86	8	0,94	8					
	CE	0,18	0,69	0,24	1,00	1	1,00	1	0,83	6	0,41	14	
	RN	0,39	0,76	0,75	0,55	20	0,81	22	0,50	12	0,76	9	
	PB	0,37	0,82	0,48	0,66	16	0,88	13	0,46	13	0,49	13	
	PE	0,23	0,70	0,45	0,83	10	0,88	13	0,73	8	0,50	12	
	AL	0,37	0,79		0,61	18	0,84	17					
	SE	0,57	0,86	0,98	0,48	21	0,88	13	1,00	1	1,00	1	
BA	0,18	0,66	0,57	0,98	5	0,98	7	0,99	4	0,95	5		
SUDESTE	MG	0,28	0,64	0,66	0,62	17	0,74	26	0,68	9	0,69	10	
	ES	0,31	0,79	0,93	0,74	13	0,88	13	0,80	7	0,96	4	
	RJ	0,57	0,66	0,20	0,31	25	0,67	27	0,25	18	0,20	19	
	SP	0,16	0,58	0,31	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1	
SUL	PR	0,21	0,68	0,67	0,88	6	0,91	10	0,90	5	0,81	8	
	SC	0,34	0,73	0,08	0,59	19	0,80	23	0,37	14	0,08	22	
	RS	0,25	0,68	0,28	0,73	14	0,82	20	0,61	10	0,29	17	
CENTRO OESTE	MS	0,86	0,83	0,83	0,29	26	0,83	19	0,24	19	0,84	7	
	MT	0,67	0,78	0,67	0,33	24	0,79	24	0,28	16	0,68	11	
	GO	0,25	0,74	0,94	0,84	9	0,90	11	1,00	1	1,00	1	
	DF	0,93	0,82	0,86	0,27	27	0,82	20	0,24	19	0,88	6	

Segundo a tabela 1, na função Legislativa, são eficientes (insumo x produto) AC e TO (Região Norte), CE (Região Nordeste) e SP (Região Sudeste). Sob a ótica do insumo, a pior colocação pertence ao DF, com um valor de 0,27. Em outras palavras: seu desempenho de insumo é de apenas 27%, ou seja, com apenas 27% do seu presente insumo, o governo do DF poderia ofertar a quantidade atual de produtos/serviços na função Legislativa. O RS ocupa a 14ª posição com um desempenho de insumo de 0,73 ou 73%.

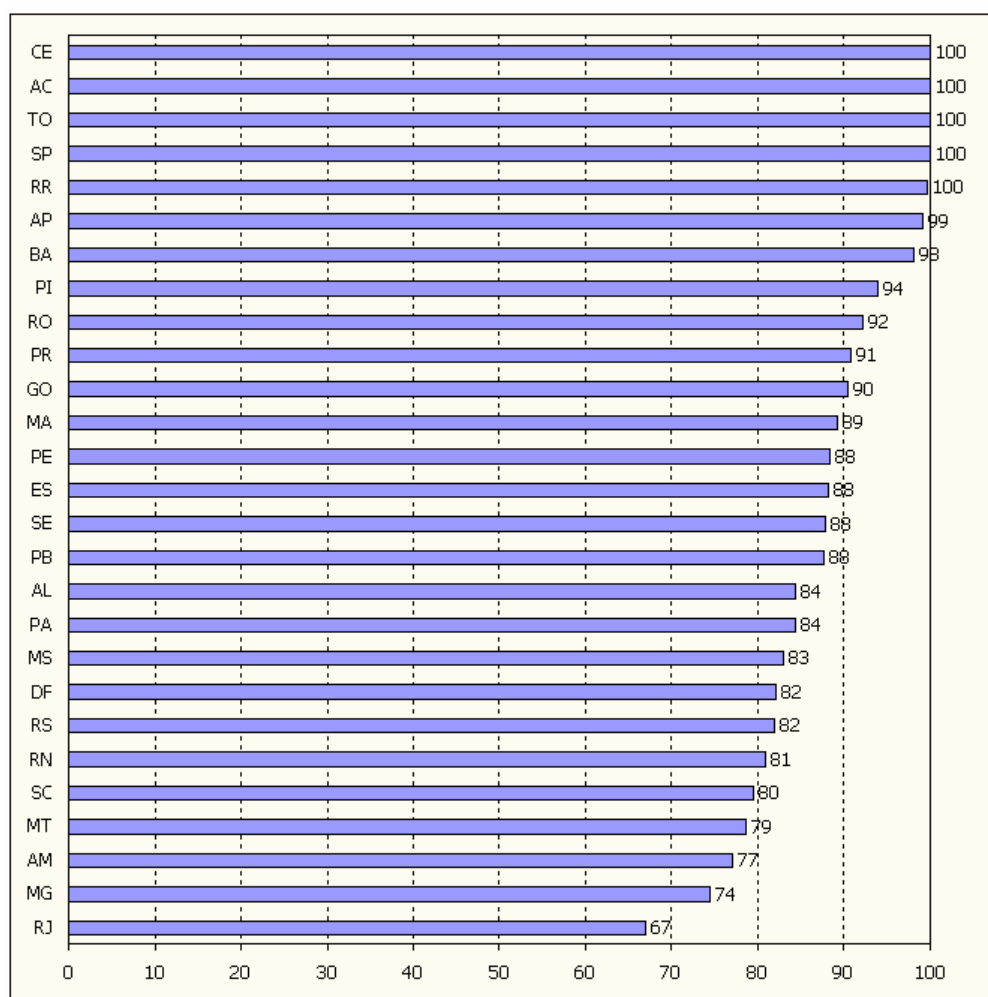
FIG. 2 Percentual de aproveitamento no insumo na função Legislativa em relação à eficiência (2005)



A figura 2 apresenta os percentuais de aproveitamento do insumo na função Legislativa para cada uma das unidades da federação. SP, CE, TO e AC encontram-se sobre a fronteira de desempenho máximo e, portanto, apresentam o melhor desempenho. Já os quatro piores em termos de desempenho são DF, MS, RJ e MT, com aproveitamento de 27%, 29%, 31% e 33%, respectivamente.

Ainda do ponto de vista da eficiência, mas sob a ótica do produto, de acordo com a tabela 1, AC, TO, CE e SP, por se localizarem sobre a fronteira de desempenho máximo, permanecem como as unidades com maior oferta de produtos em relação ao insumo despendido na função Legislativa.

FIG. 3 Percentual de aproveitamento no produto da função Legislativa (2005)

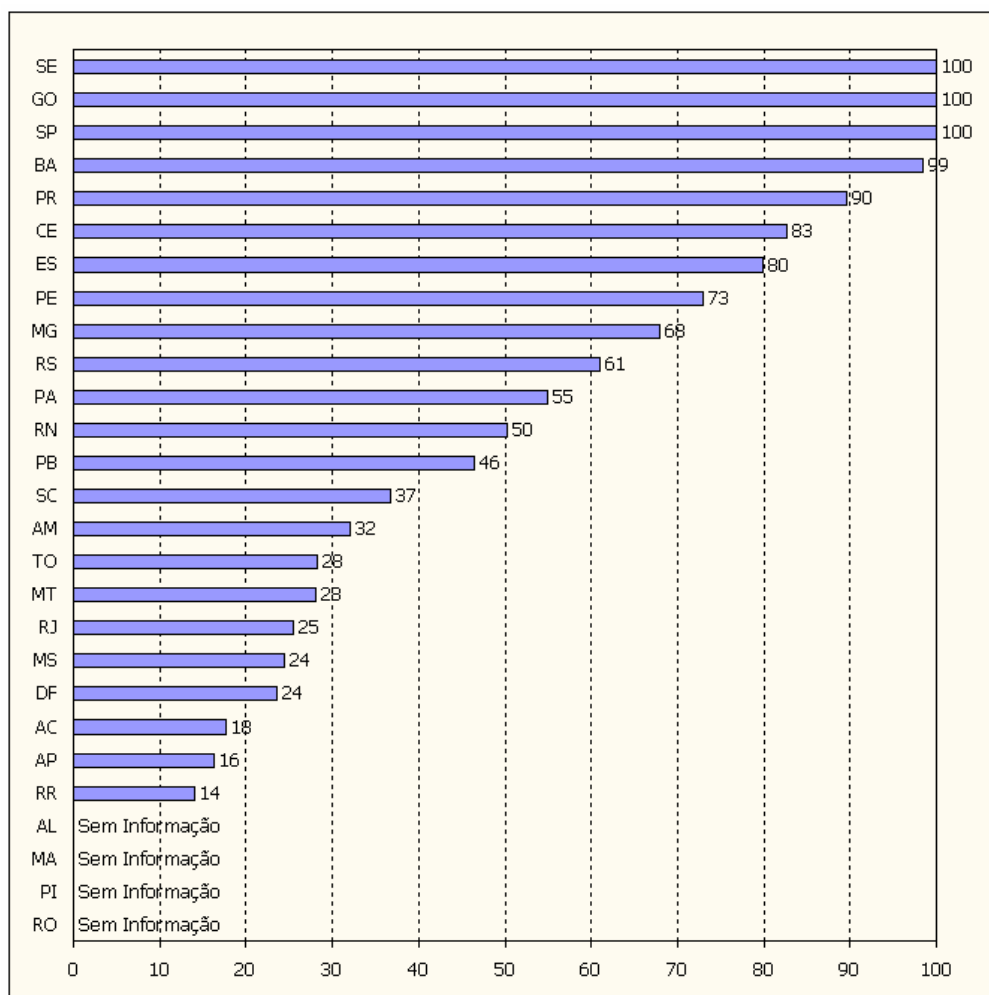


O pior estado é RJ, com índice de produto 0,67. Ou seja, com seu atual nível de insumo na função Legislativa, o RJ oferece apenas 67% do que seria esperado em termos de serviços/produtos. O RS aparece em 20º lugar com desempenho de produto de 0,82 ou 82%.

A figura 3 apresenta os percentuais de aproveitamento de produto na função Legislativa com CE, AC, TO e SP obtendo o melhor desempenho. Os piores colocados são RJ, MG, AM e MT com aproveitamentos de 67%, 74%, 77% e 79%, respectivamente.

Ainda de acordo com a tabela 1, em relação à eficácia (insumo x resultado), não há informações para quatro unidades: AL, MA, PI e RO. São eficazes GO, SE e SP, das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste, respectivamente.

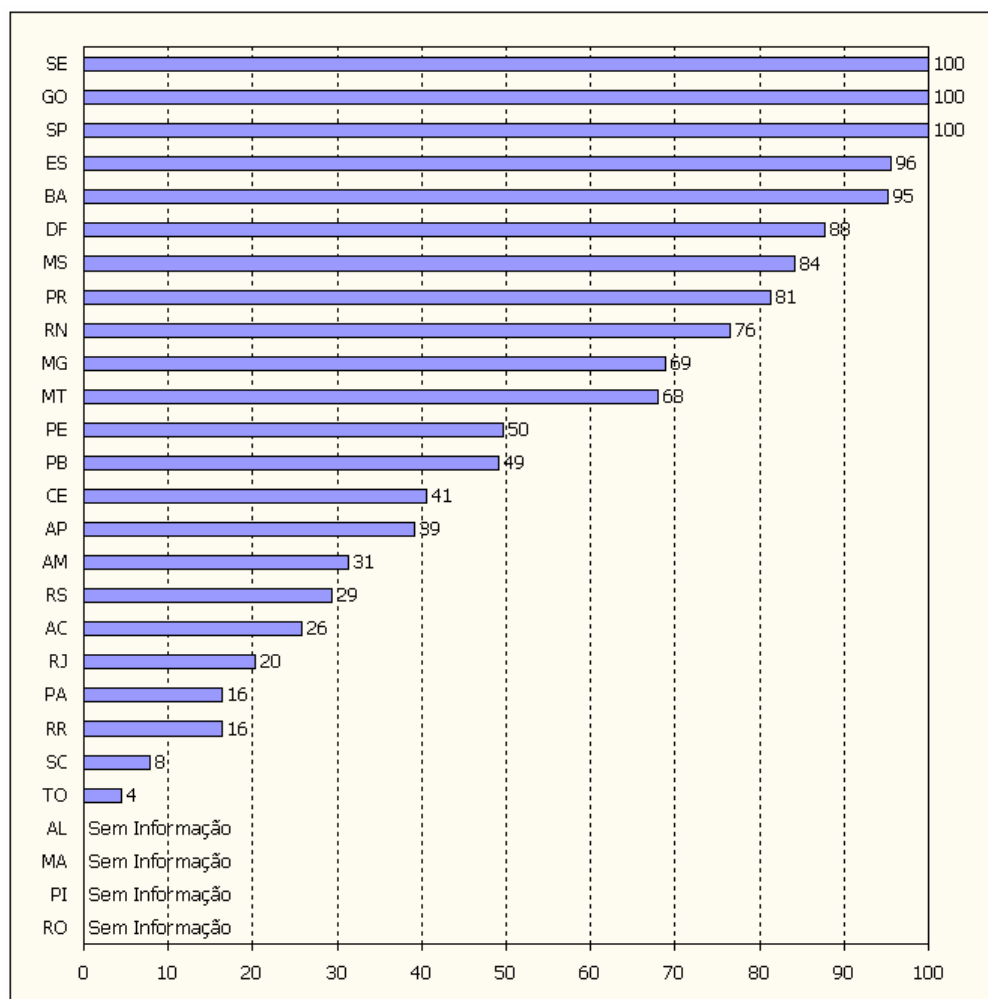
FIG. 4 Percentual de aproveitamento no insumo na função Legislativa em relação à eficácia (2005)



Sob a ótica do insumo, a pior colocação pertence a RR, com um valor de 0,14. Em outras palavras: seu desempenho de insumo é de apenas 14%, ou seja, com apenas 14% do seu presente insumo, o governo de RR poderia ofertar a quantidade atual de produtos/serviços na função Legislativa. O RS ocupa a 10ª posição com um desempenho de insumo de 0,61 ou 61%.

A figura 4 apresenta os percentuais de aproveitamento do insumo na função Legislativa para cada uma das unidades da federação. SE, GO, e SP encontram-se sobre a fronteira de desempenho máximo e, portanto, apresentam o melhor desempenho dentre as unidades. Já os três piores, em termos de desempenho, são RR, AP e AC, todos da Região Norte, com aproveitamento de 14%, 16% e 18%, respectivamente.

FIG. 5 Percentual de aproveitamento no resultado da função Legislativa (2005)



A figura 5 apresenta os percentuais de aproveitamento de resultado na função Legislativa. SE, GO e SP apresentam o melhor desempenho. Os piores colocados são TO, com 4% de aproveitamento; SC, com 8% e RR e PA com 16%.

É importante salientar que, nessa função, SP mostrou-se eficiente e eficaz, simultaneamente.

5.2 FUNÇÃO JUDICIÁRIA

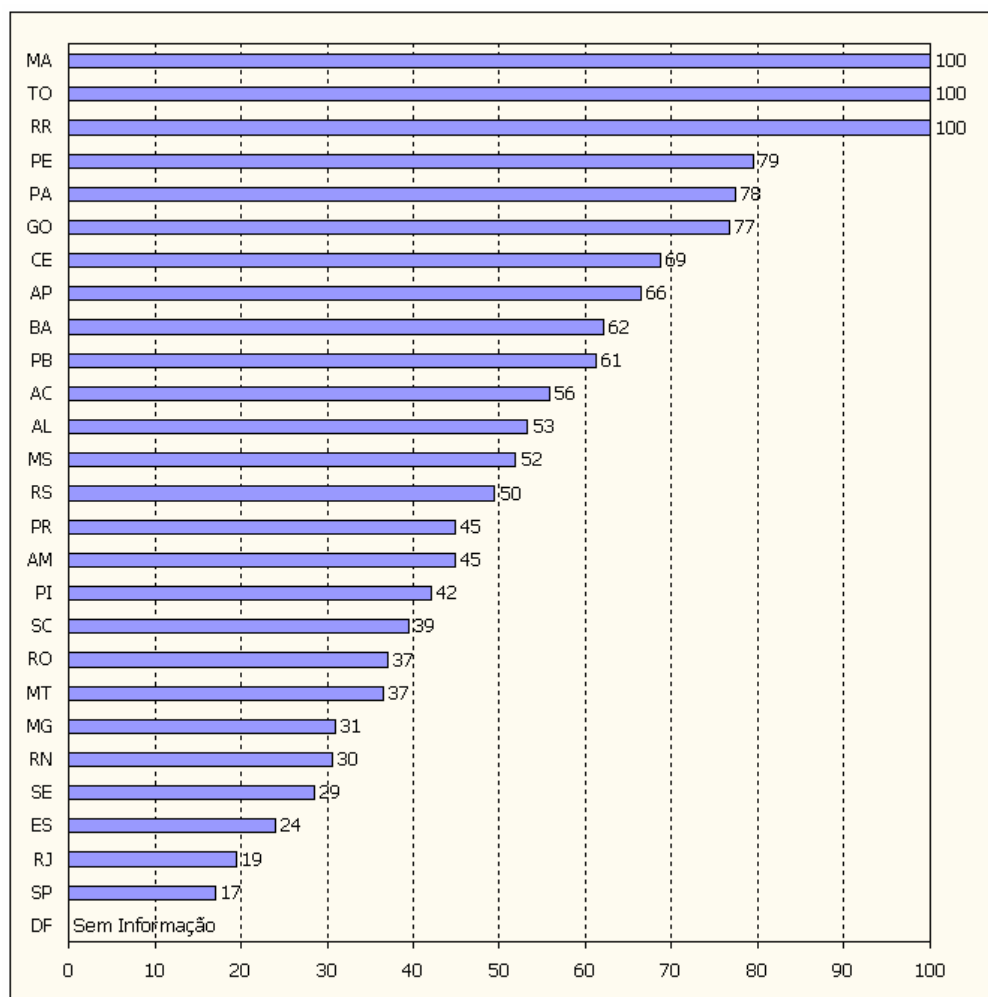
TAB. 2 Eficiência e eficácia na função Judiciária (2003)

FUNÇÃO JUDICIÁRIA												
REGIÃO	UF	ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFICÁCIA			
					INSUMO		PRODUTO		INSUMO		RESULTADO	
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING
NORTE	RO	0,99	0,85	0,88	0,37	19	0,85	6	0,23	17	0,86	4
	AC	0,92	0,95	0,82	0,56	11	0,95	5	0,23	17	0,80	5
	AM	0,36	0,35		0,45	15	0,41	16				
	RR	0,92	1,00		1,00	1	1,00	1				
	PA	0,21	0,35	0,27	0,78	5	0,66	7	0,85	5	0,39	12
	AP	0,99	0,98	0,67	0,66	8	0,98	4	0,21	19	0,66	7
	TO	0,20	0,51	0,40	1,00	1	1,00	1	0,92	4	0,62	8
NORDESTE	MA	0,12	0,20		1,00	1	1,00	1				
	PI	0,35	0,30	0,50	0,42	17	0,35	19	0,55	7	0,48	11
	CE	0,17	0,17		0,69	7	0,46	15				
	RN	0,48	0,30	0,23	0,30	22	0,32	23	0,36	13	0,22	17
	PB	0,25	0,31	0,97	0,61	10	0,48	13	1,00	1	1,00	1
	PE	0,16	0,21	0,10	0,79	4	0,62	10	1,00	1	1,00	1
	AL	0,23	0,20	0,08	0,53	12	0,33	22	0,67	6	0,08	19
	SE	0,55	0,33	0,82	0,29	23	0,35	19	0,39	11	0,80	5
	BA	0,17	0,14		0,62	9	0,36	17				
SUDESTE	MG	0,38	0,19	0,34	0,31	21	0,21	26	0,47	9	0,33	15
	ES	0,80	0,47	0,59	0,24	24	0,48	13	0,25	16	0,57	9
	RJ	0,84	0,36	0,29	0,19	25	0,36	17	0,21	19	0,29	16
	SP	0,77	0,23	0,78	0,17	26	0,23	25	0,28	15	0,76	6
TMS	PR	0,30	0,24		0,45	15	0,32	23				
	SC	0,37	0,30	0,37	0,39	18	0,34	21	0,49	8	0,36	13
	RS	0,43	0,54	0,56	0,50	14	0,60	11	0,46	10	0,55	10
CENTRO OESTE	MS	0,44	0,59	0,19	0,52	13	0,65	8	0,39	11	0,19	18
	MT	0,58	0,54	0,36	0,37	19	0,56	12	0,31	14	0,35	14
	GO	0,20	0,31	0,57	0,77	6	0,63	9	1,00	1	1,00	1
	DF											

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que todas as informações para essa função são relativas a 2003, pela ausência de atualizações nas fontes consultadas. Também, não foi possível coletar indicadores de resultado para sete unidades: AM, RR, MA, CE, BA, PR e DF. Aliás, não há qualquer informação para o DF.

Segundo a tabela 2, na função Judiciária, são eficientes (insumo x produto) RR e TO (Região Norte) e MA (Região Nordeste). Sob a ótica do insumo, a pior colocação pertence a SP, com um valor de 0,17. Em outras palavras: seu desempenho de insumo é de apenas 17%, ou seja, com apenas 17% do seu presente insumo, SP poderia ofertar a quantidade atual de produtos/serviços na função Judiciária. O RS ocupa a 14ª posição com um desempenho de insumo de 0,50 ou 50%.

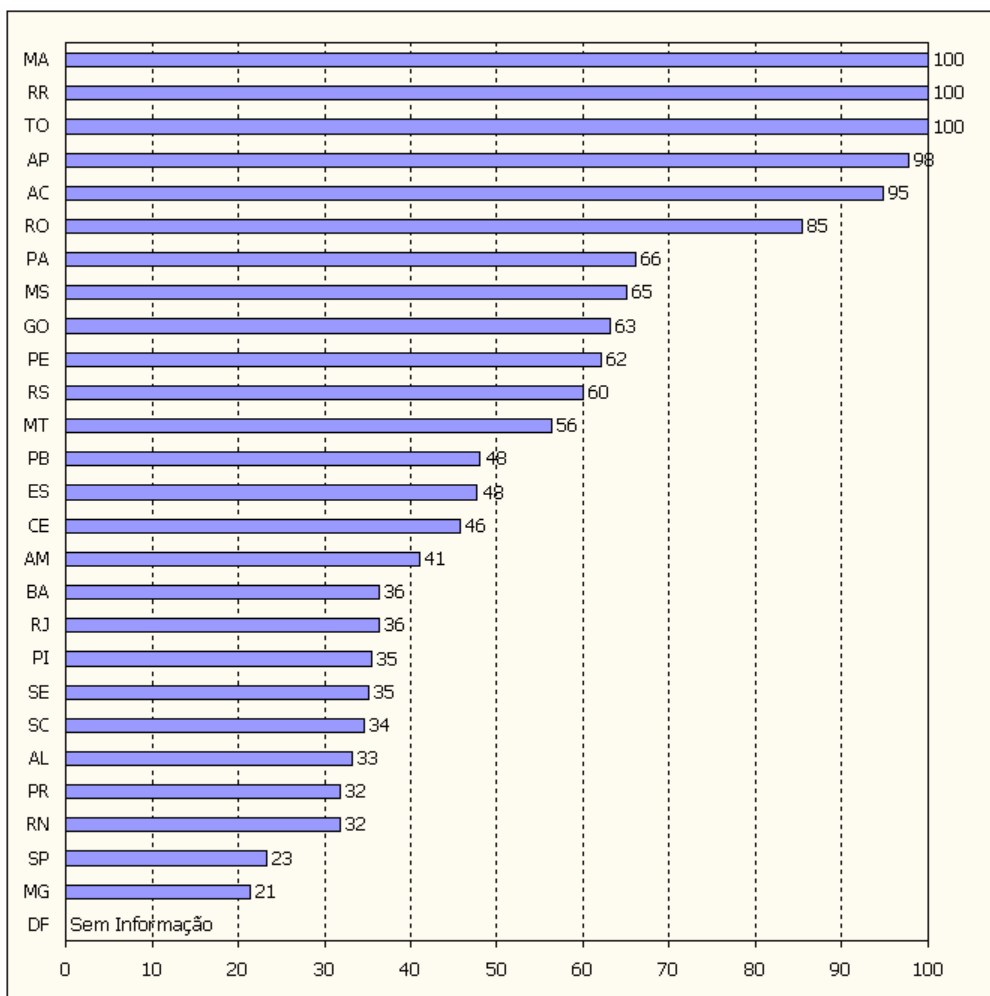
FIG. 6 Percentual de aproveitamento no insumo na função Judiciária em relação à eficiência (2003)



A figura 6 apresenta os percentuais de aproveitamento do insumo na função Judiciária para os estados brasileiros. MA, TO e RR apresentam o melhor desempenho. Já os três piores em termos de desempenho são SP, RJ e ES, todos da Região Sudeste, com aproveitamento de 17%, 19% e 24%, respectivamente.

De acordo com a tabela 2, ainda do ponto de vista da eficiência, mas sob a ótica do produto, MA, TO e RR, por se localizarem sobre a fronteira de desempenho máximo, permanecem como as unidades com maior oferta de produtos em relação ao insumo despendido na função Judiciária. O pior estado é MG, com índice de produto 0,21. Ou seja, com seu atual nível de insumo, MG oferece apenas 21% do que seria esperado em termos de serviços/produtos. O RS aparece em 11º lugar com desempenho de produto de 0,60 ou 60%.

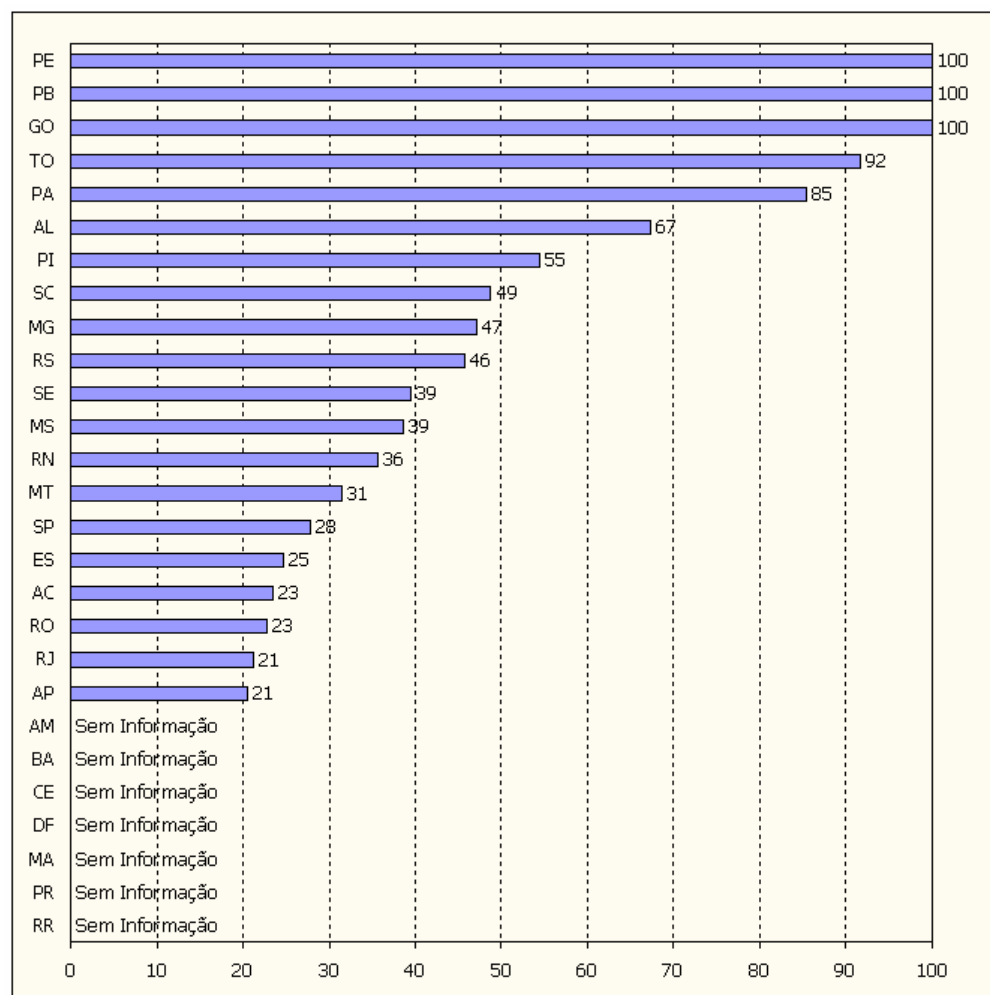
FIG. 7 Percentual de aproveitamento no produto da função Judiciária (2003)



A figura 7 apresenta os percentuais de aproveitamento de produto das unidades da federação na função Judiciária. MA (Região Nordeste), RR e TO (Região Norte) obtêm o melhor desempenho. Os piores colocados são MG, com aproveitamento de 21%, SP, com 23% , RN e PR com 32%.

Ainda de acordo com a tabela 2, em relação à eficácia (insumo x resultado), não há informações para 7 unidades da federação: AM e RR (Região Norte); MA, CE e BA (Região Nordeste); PR (Região Sul) e DF (Região Centro-Oeste). São eficazes PE e PB da Região Nordeste e GO da Região Centro-Oeste.

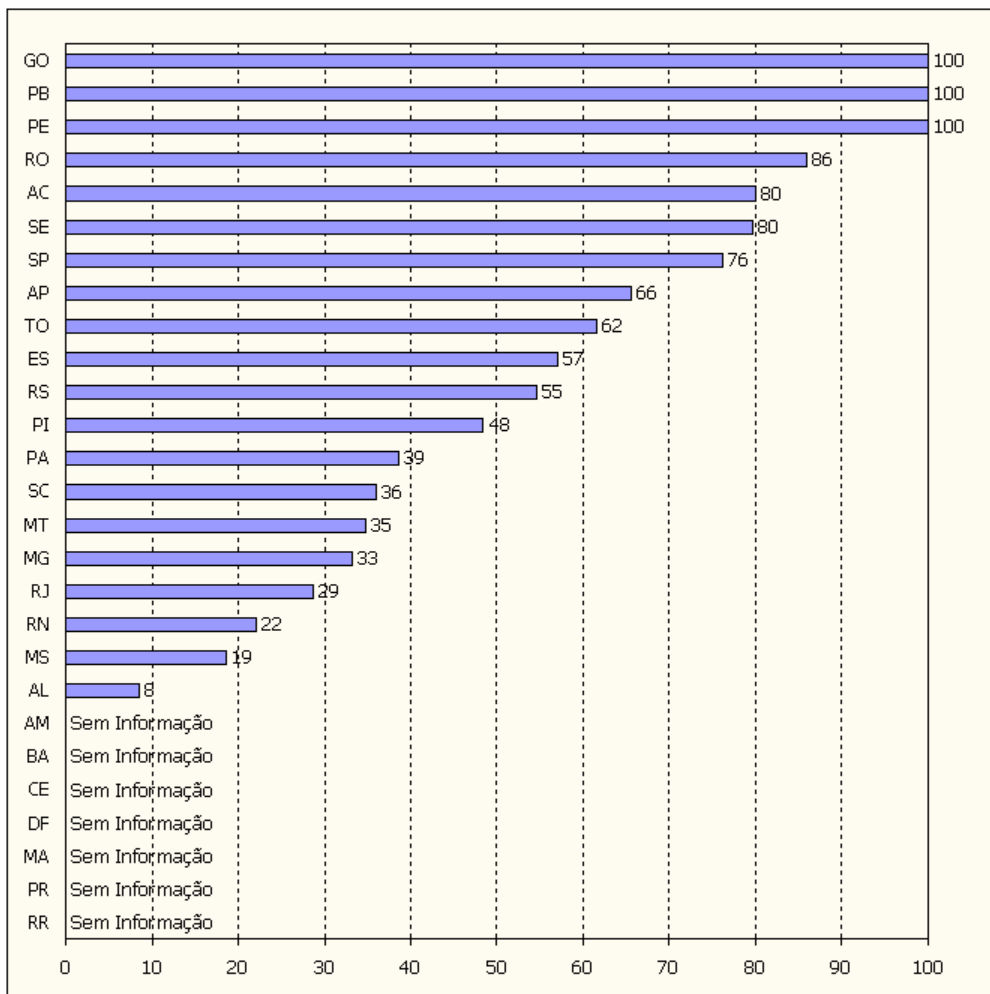
FIG. 8 Percentual de aproveitamento no insumo na função Judiciária em relação à eficácia (2003)



Sob a ótica do insumo, os piores colocados são AP e RJ, com um valor de 0,21. O desempenho de insumo destas duas unidades da federação é de apenas 21%, ou seja, com apenas 21% do seu presente insumo, elas poderiam ofertar a quantidade atual de produtos/serviços nessa função. Há um desperdício de 89% nos recursos aplicados nessa função pelos dois estados. O RS ocupa a 10ª posição com um desempenho de insumo de 0,46 ou 46%.

A figura 8 apresenta os percentuais de aproveitamento do insumo, em relação aos resultados, na função Judiciária para cada uma das unidades da federação. PE, PB e GO encontram-se sobre a fronteira de desempenho máximo e, portanto, apresentam o melhor desempenho dentre as unidades. As quatro piores, em termos de desempenho são AP e RJ com aproveitamento de 21% e RO e AC com 23%.

FIG. 9 Percentual de aproveitamento no resultado da função Judiciária (2003)



A figura 9 apresenta os percentuais de aproveitamento de resultado na função Judiciária com GO, PB e PE obtendo o melhor desempenho. Os piores colocados são AL, MS e RN com aproveitamentos de 8%, 19% e 22% respectivamente.

5.3 FUNÇÃO EDUCAÇÃO

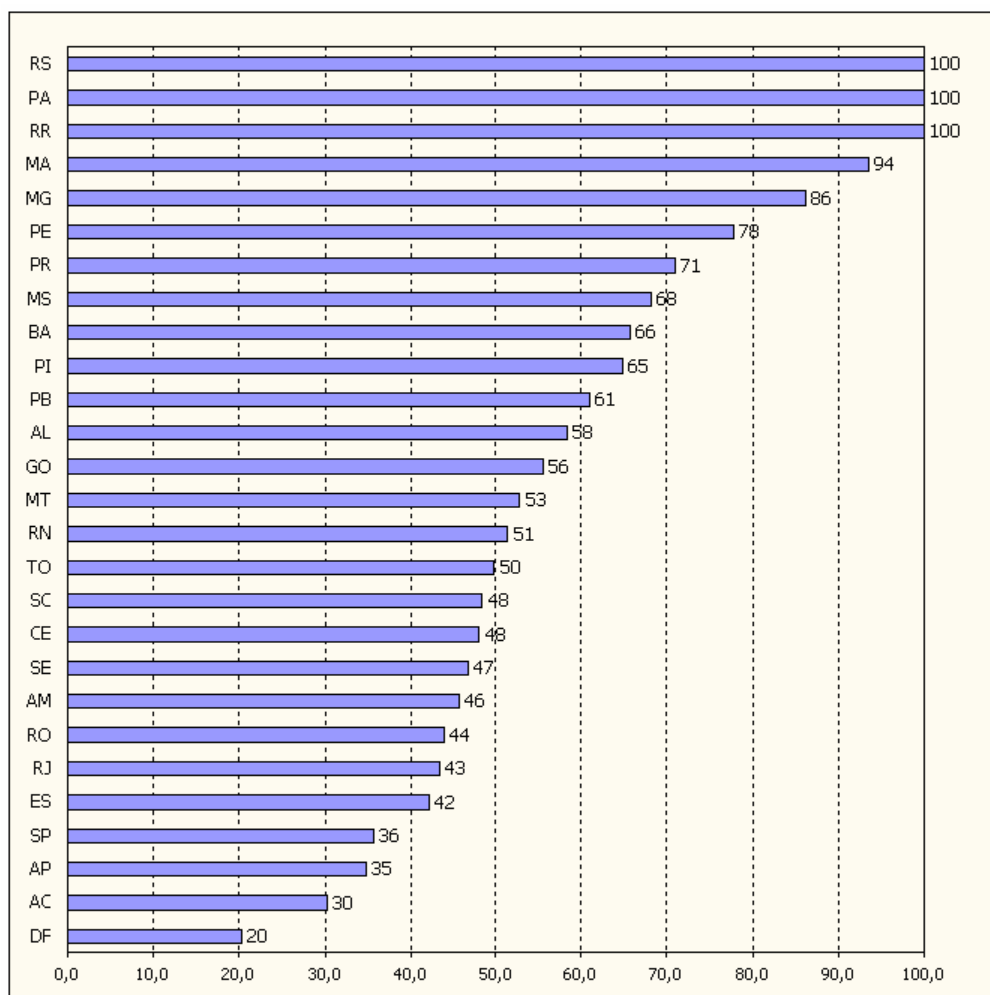
TAB. 3 Eficiência e eficácia na função Educação (2005)

FUNÇÃO EDUCAÇÃO												
REGIÃO	UF	ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFICÁCIA			
					INSUMO		PRODUTO		INSUMO		RESULTADO	
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING
NORTE	RO	0,50	0,52	0,57	0,44	21	0,59	16	0,45	20	0,64	15
	AC	0,91	0,71	0,43	0,30	26	0,77	9	0,22	27	0,48	18
	AM	0,45	0,45	0,31	0,46	20	0,51	17	0,42	22	0,34	22
	RR	0,93	0,92	0,60	1,00	1	1,00	1	0,25	25	0,67	13
	PA	0,19	0,37	0,31	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	AP	0,89	0,78	0,49	0,35	25	0,85	5	0,24	26	0,54	16
	TO	0,57	0,73	0,44	0,50	16	0,80	8	0,36	23	0,49	17
NORDESTE	MA	0,19	0,34	0,26	0,94	4	0,85	5	0,93	5	0,72	10
	PI	0,32	0,48	0,18	0,65	10	0,60	15	0,51	16	0,21	27
	CE	0,33	0,22	0,35	0,48	17	0,28	26	0,59	11	0,41	20
	RN	0,36	0,35	0,22	0,51	15	0,42	22	0,48	18	0,25	25
	PB	0,29	0,31	0,19	0,61	11	0,43	21	0,59	11	0,24	26
	PE	0,19	0,19	0,23	0,78	6	0,49	18	0,92	6	0,67	13
	AL	0,22	0,12	0,15	0,58	12	0,22	27	0,73	7	0,27	24
	SE	0,39	0,34	0,35	0,47	19	0,39	25	0,50	17	0,40	21
BA	0,25	0,28	0,23	0,66	9	0,42	22	0,69	8	0,32	23	
SUDESTE	MG	0,28	0,62	0,80	0,86	5	0,85	5	1,00	1	1,00	1
	ES	0,44	0,36	0,73	0,42	23	0,40	24	0,59	11	0,82	8
	RJ	0,45	0,41	0,66	0,43	22	0,47	20	0,53	15	0,74	9
	SP	0,71	0,65	0,86	0,36	24	0,71	11	0,46	19	0,95	5
SUL	PR	0,41	0,74	0,77	0,71	7	0,86	4	0,66	9	0,87	7
	SC	0,48	0,57	0,90	0,48	17	0,64	13	1,00	1	1,00	1
	RS	0,28	0,71	0,79	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
CENTRO OESTE	MS	0,38	0,65	0,63	0,68	8	0,77	9	0,62	10	0,71	11
	MT	0,45	0,60	0,40	0,53	14	0,68	12	0,44	21	0,44	19
	GO	0,40	0,53	0,63	0,56	13	0,62	14	0,59	11	0,71	11
	DF	1,00	0,44	0,84	0,20	27	0,48	19	0,31	24	0,94	6

Segundo a tabela 3, na função Educação, as unidades eficientes (insumo x produto) são RS (Região Sul); PA e RR (Região Norte). Sob a ótica do insumo, a pior colocação pertence ao DF, com um valor de 0,20. Ou seja, com apenas 20% do seu insumo, o governo do DF poderia ofertar a quantidade atual de produtos/serviços na função Educação. Há um desperdício de 80% do insumo do DF nessa função.

O RS localiza-se sobre a fronteira de desempenho máximo, sendo considerado um estado eficiente na função Educação.

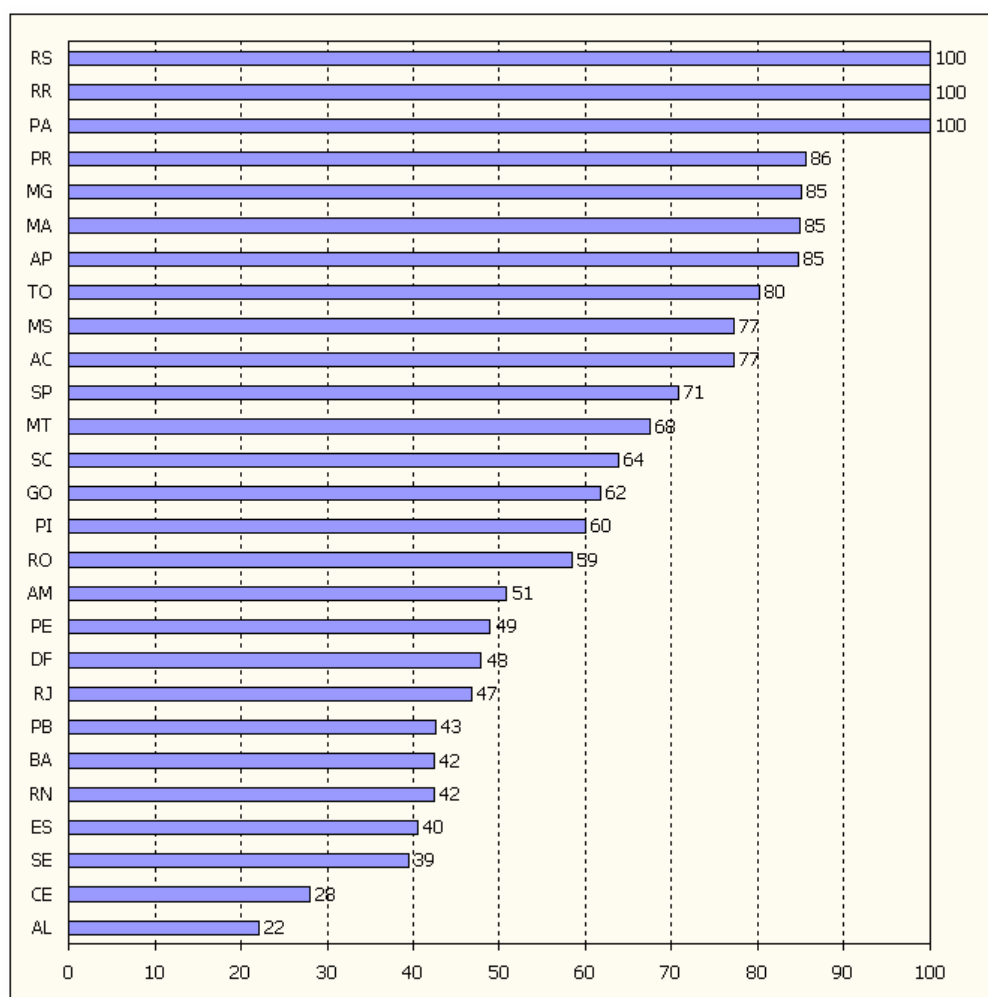
FIG. 10 Percentual de aproveitamento no insumo na função Educação em relação à eficiência (2005)



A figura 10 apresenta os percentuais de aproveitamento do insumo na função Educação para cada uma das unidades da federação. RS, PA e RR encontram-se sobre a fronteira de desempenho máximo e, portanto, apresentam o melhor desempenho. Já as três piores em termos de desempenho são DF, AC e AP, com aproveitamento de 20%, 30% e 35%, respectivamente.

Ainda do ponto de vista da eficiência, mas sob a ótica do produto, de acordo com a tabela 3, RS, PA e RR, por se localizarem sobre a fronteira de desempenho máximo, são as unidades com maior oferta de produtos em relação ao insumo despendido na função Educação. O pior estado é AL, com índice de produto 0,22. Com seu atual nível de insumo nessa função, AL oferece apenas 22% do que seria esperado em termos de serviços/produtos. O RS, por se localizar sobre a fronteira de desempenho máximo, aparece em 1º lugar com desempenho de produto de 1 ou 100%.

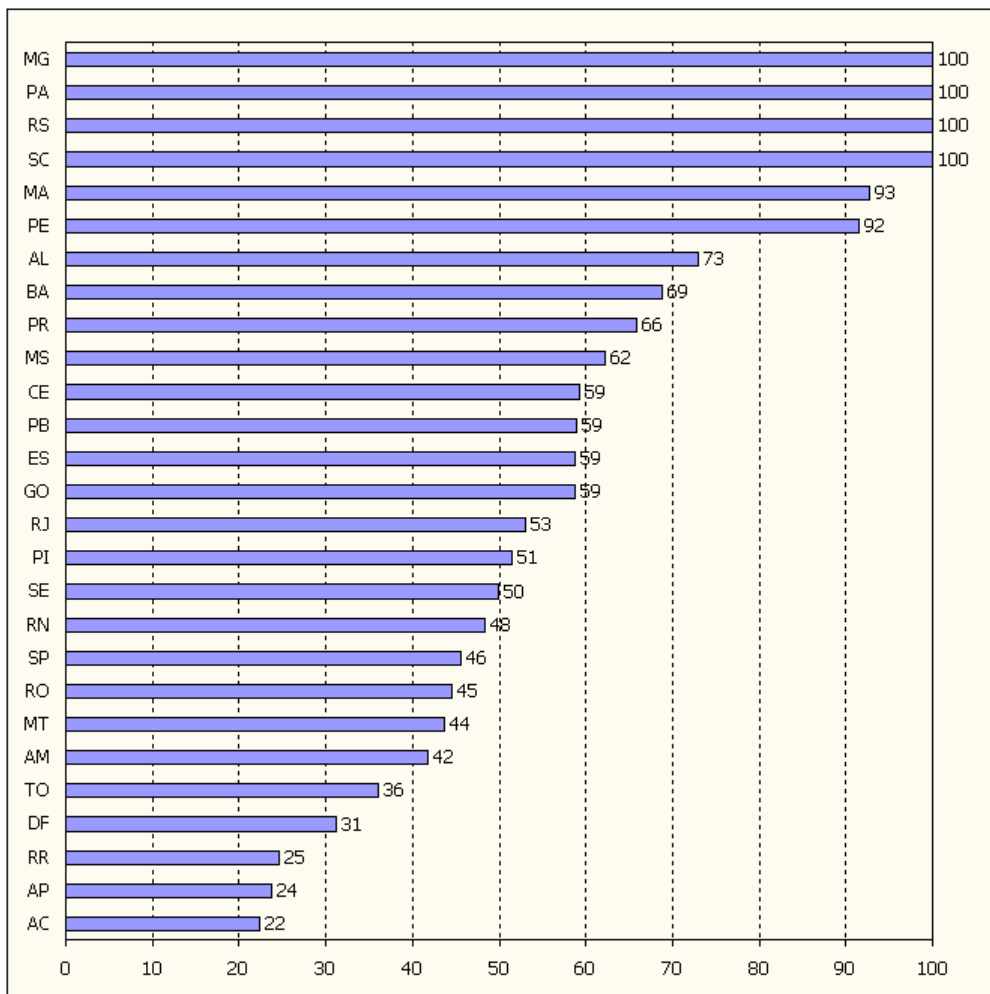
FIG. 11 Percentual de aproveitamento no produto da função Educação (2005)



A figura 11 apresenta os percentuais de aproveitamento de produto na função Educação com RS, RR e PA obtendo o melhor desempenho. Os piores colocados são AL, CE e SE com aproveitamentos de 22%, 28% e 39%, respectivamente.

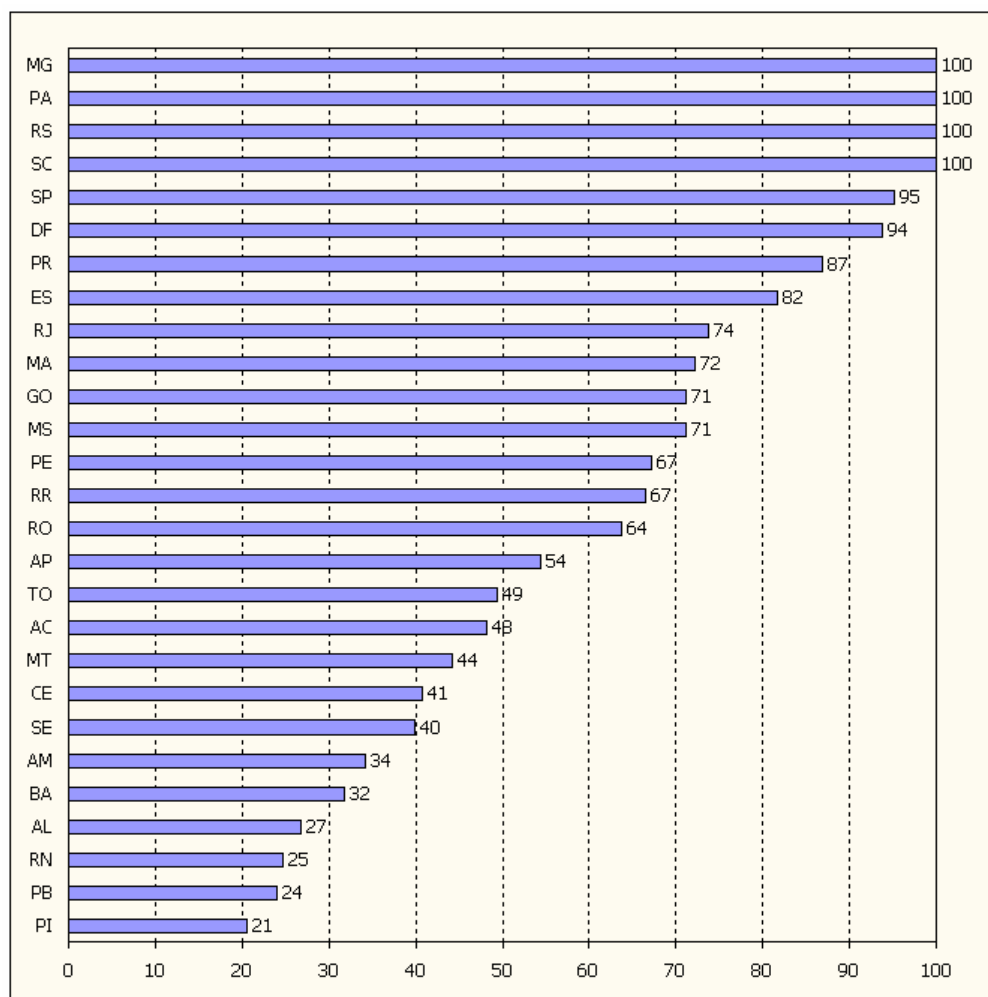
Segundo a tabela 3, são eficazes (insumo x resultado) RS e SC da Região Sul, além de MG, da Região Sudeste e PA, da Região Norte. Em relação ao insumo, a pior colocação pertence ao AC, com um valor de 0,22. Isto é: seu desempenho de insumo é de 22%, ou seja, com 22% do insumo atual, o AC poderia ofertar a igual quantidade de produtos/serviços na função Educação. Há um desperdício de 78% nos recursos aplicados nessa função pelo governo de AC. Assim como em relação à eficiência, o RS localiza-se sobre a fronteira de desempenho máximo, sendo considerado um estado eficaz na função Educação.

FIG. 12 Percentual de aproveitamento no insumo na função Educação em relação à eficácia (2005)



A figura 12 apresenta os percentuais de aproveitamento do insumo na função Educação para cada uma das unidades da federação. RS, MG, PA e SC encontram-se sobre a fronteira de desempenho máximo e, portanto, apresentam o melhor desempenho dentre as unidades. Já as três piores, em termos de desempenho, são AC, AP e RR, todos da Região Norte, com aproveitamento de 22%, 24% e 25%, respectivamente.

FIG. 13 Percentual de aproveitamento no resultado da função Educação (2005)



A figura 13 apresenta os percentuais de aproveitamento de resultado na função Educação com RS, SC, MG, e PA obtendo o melhor desempenho. Os piores colocados são PI, PB e RN com aproveitamentos de 21%, 24% e 25% respectivamente.

Vale salientar que, nessa função, duas unidades da federação mostraram-se, simultaneamente, eficientes e eficazes: RS e PA.

5.4 FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

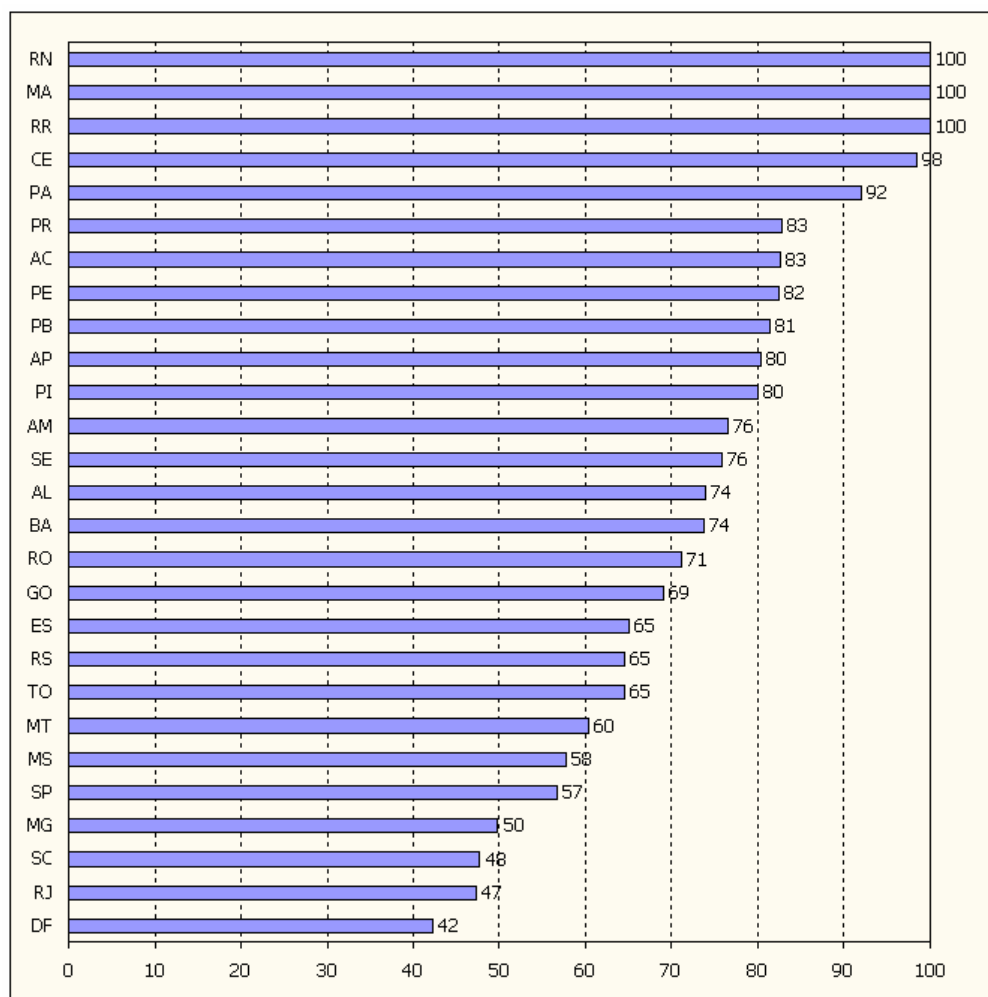
TAB. 4 Eficiência e eficácia na função Segurança Pública (2003 - 2005)

FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA												
REGIÃO	UF	ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFICÁCIA			
					INSUMO		PRODUTO		INSUMO		RESULTADO	
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING
NORTE	RO	0,58	0,77	0,58	0,71	16	0,86	7	0,45	23	0,36	26
	AC	0,61	0,87	0,61	0,83	6	0,96	4	0,43	25	0,62	16
	AM	0,41	0,52	0,41	0,76	12	0,67	10	0,65	13	0,88	9
	RR	0,51	0,87	0,51	1,00	1	1,00	1	0,51	20	0,62	16
	PA	0,30	0,36	0,30	0,92	5	0,79	9	0,87	4	0,56	19
	AP	0,58	0,84	0,58	0,80	9	0,94	5	0,45	23	0,61	18
	TO	0,43	0,37	0,43	0,65	18	0,46	22	0,63	15	0,92	7
NORDESTE	MA	0,27	0,33	0,27	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	PI	0,30	0,21	0,30	0,80	11	0,47	19	1,00	1	1,00	1
	CE	0,26	0,29	0,26	0,98	4	0,94	5	1,00	1	1,00	1
	RN	0,33	0,59	0,33	1,00	1	1,00	1	0,79	6	0,76	12
	PB	0,32	0,30	0,32	0,81	9	0,56	15	0,87	4	0,99	4
	PE	0,36	0,45	0,36	0,82	8	0,67	10	0,73	9	0,68	14
	AL	0,38	0,40	0,38	0,74	14	0,55	17	0,69	11	0,76	12
	SE	0,38	0,42	0,38	0,76	12	0,58	13	0,71	10	0,97	5
BA	0,34	0,28	0,34	0,74	15	0,44	23	0,77	8	0,78	10	
SUDESTE	MG	0,53	0,31	0,53	0,50	24	0,35	26	0,51	20	0,89	8
	ES	0,42	0,37	0,42	0,65	18	0,46	21	0,62	16	0,77	11
	RJ	0,67	0,53	0,67	0,47	26	0,58	13	0,39	26	0,41	25
	SP	0,49	0,37	0,49	0,57	23	0,43	24	0,54	17	0,48	23
SUL	PR	0,33	0,36	0,33	0,83	6	0,62	12	0,79	6	0,50	22
	SC	0,55	0,30	0,55	0,48	25	0,34	27	0,49	22	0,93	6
	RS	0,41	0,31	0,41	0,65	18	0,41	25	0,64	14	0,55	20
CENTRO OESTE	MS	0,51	0,43	0,51	0,58	22	0,50	18	0,52	18	0,68	15
	MT	0,51	0,49	0,51	0,60	21	0,56	15	0,52	18	0,52	21
	GO	0,40	0,36	0,40	0,69	17	0,47	19	0,66	12	0,45	24
	DF	1,00	0,79	1,00	0,42	27	0,86	7	0,26	27	0,28	27

Nessa função, convém salientar que dos cinco indicadores de produtos selecionados, quatro (policiais civis / policiais militares / policiais técnicos / bombeiros por 100.000 habitantes) são do ano de 2003 e apenas um (número de presos por vaga no sistema prisional) é de 2005.

Segundo a tabela 4, na função Segurança Pública são eficientes (insumo x produto) RN e MA (Região Nordeste) e RR (Região Norte). Sob a ótica do insumo, a pior colocação pertence ao DF, com um valor de 0,42. Ou seja, com apenas 42% do atual insumo, o governo do DF poderia ofertar igual quantidade de produtos/serviços na função Segurança Pública. O RS ocupa a 18ª posição com um desempenho de insumo de 0,65 ou 65%.

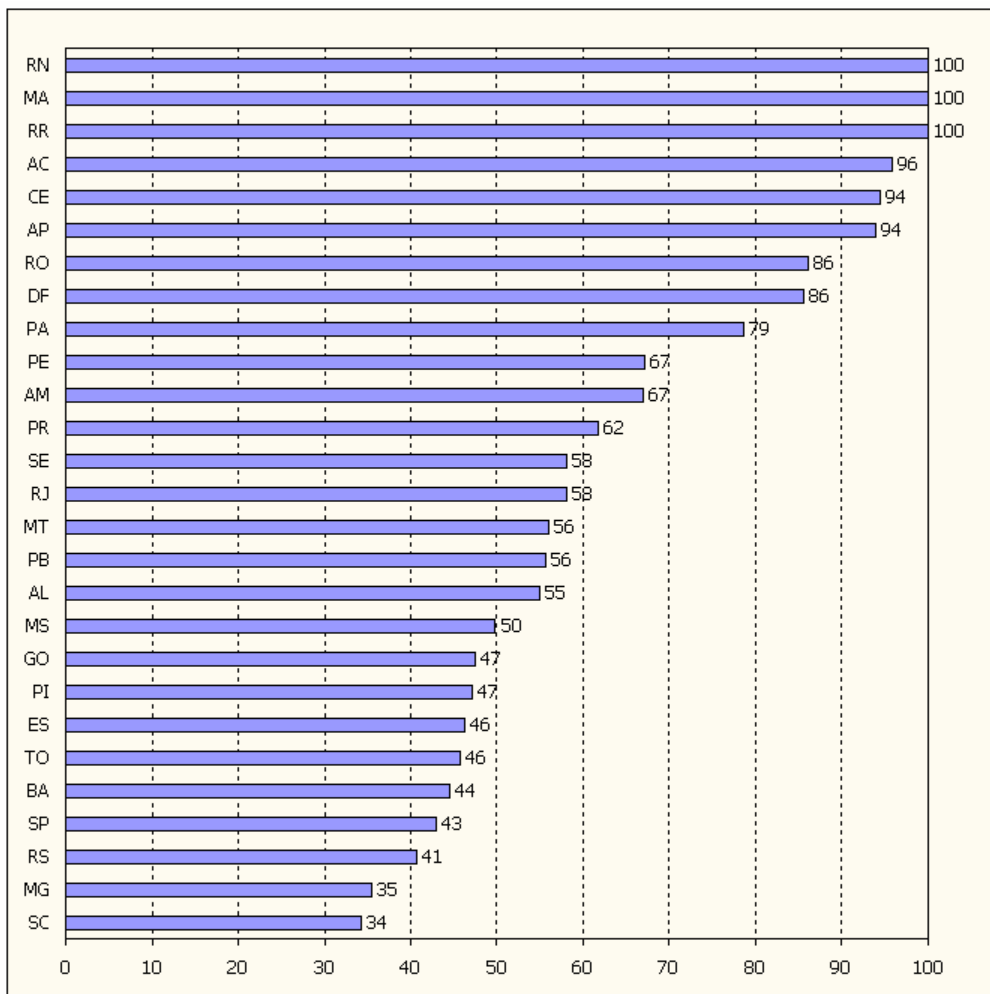
FIG. 14 Percentual de aproveitamento no insumo na função Segurança Pública em relação à eficiência (2003 - 2005)



A figura 14 mostra os percentuais de aproveitamento do insumo em Segurança Pública para cada uma das unidades da federação. RN, MA e RR encontram-se sobre a fronteira de desempenho máximo apresentando o melhor desempenho. As três piores em termos de desempenho são DF, RJ e SC, com aproveitamento de 42%, 47%, e 48%, respectivamente. O desempenho do RS é de 65%.

Sob a ótica do produto, ainda do ponto de vista da eficiência, de acordo com a tabela 4, RN, MA e RR, por se localizarem sobre a fronteira de desempenho máximo, permanecem como as unidades com maior oferta de produtos em relação ao insumo despendido. O pior estado é SC, com índice de produto 0,34. Ou seja, com seu atual nível de insumo em Segurança Pública, SC oferece apenas 34% do que seria esperado em termos de serviços/produtos. O RS aparece em 25º lugar com desempenho de produto de 0,41 ou 41%.

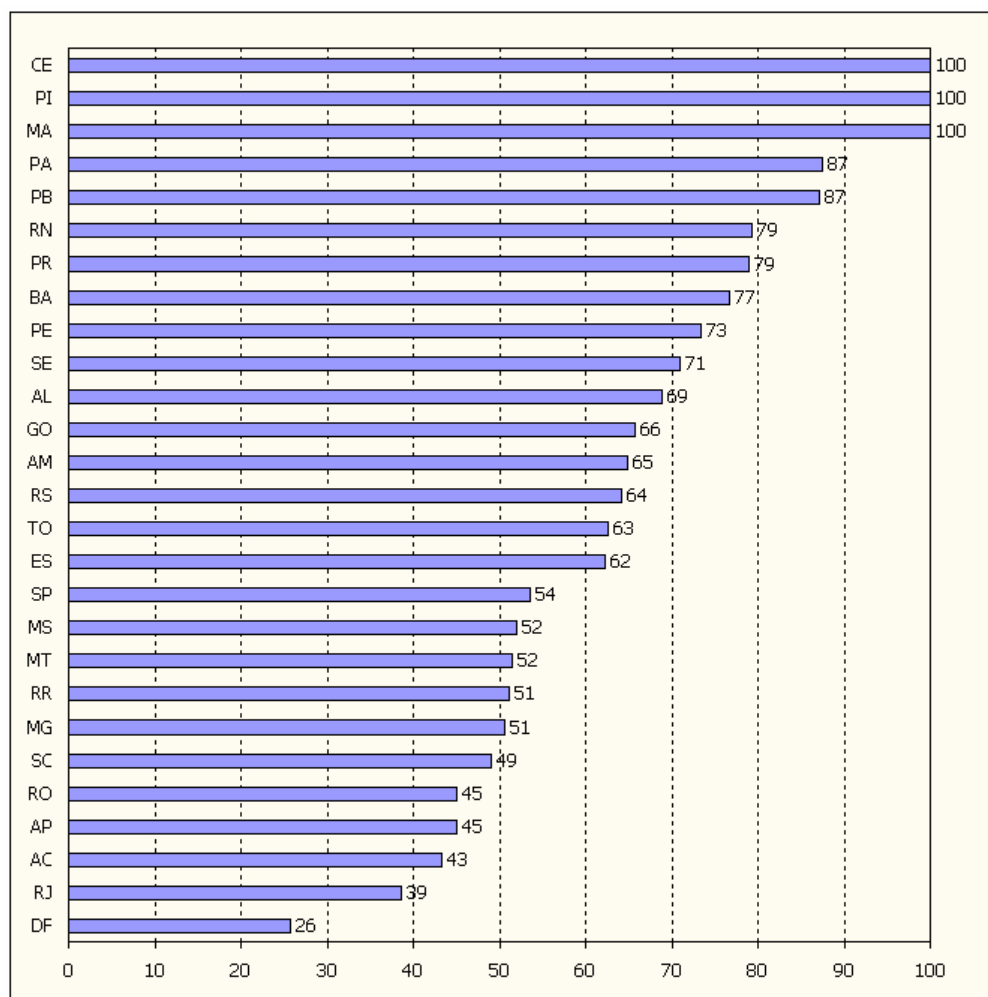
FIG. 15 Percentual de aproveitamento no produto da função Segurança Pública (2003 - 2005)



A figura 15 apresenta os percentuais de aproveitamento de produto na função Segurança Pública com RN, MA e RR obtendo o melhor desempenho. Os três piores colocados são SC, MG e RS com aproveitamentos de 34%, 35% e 41%, respectivamente.

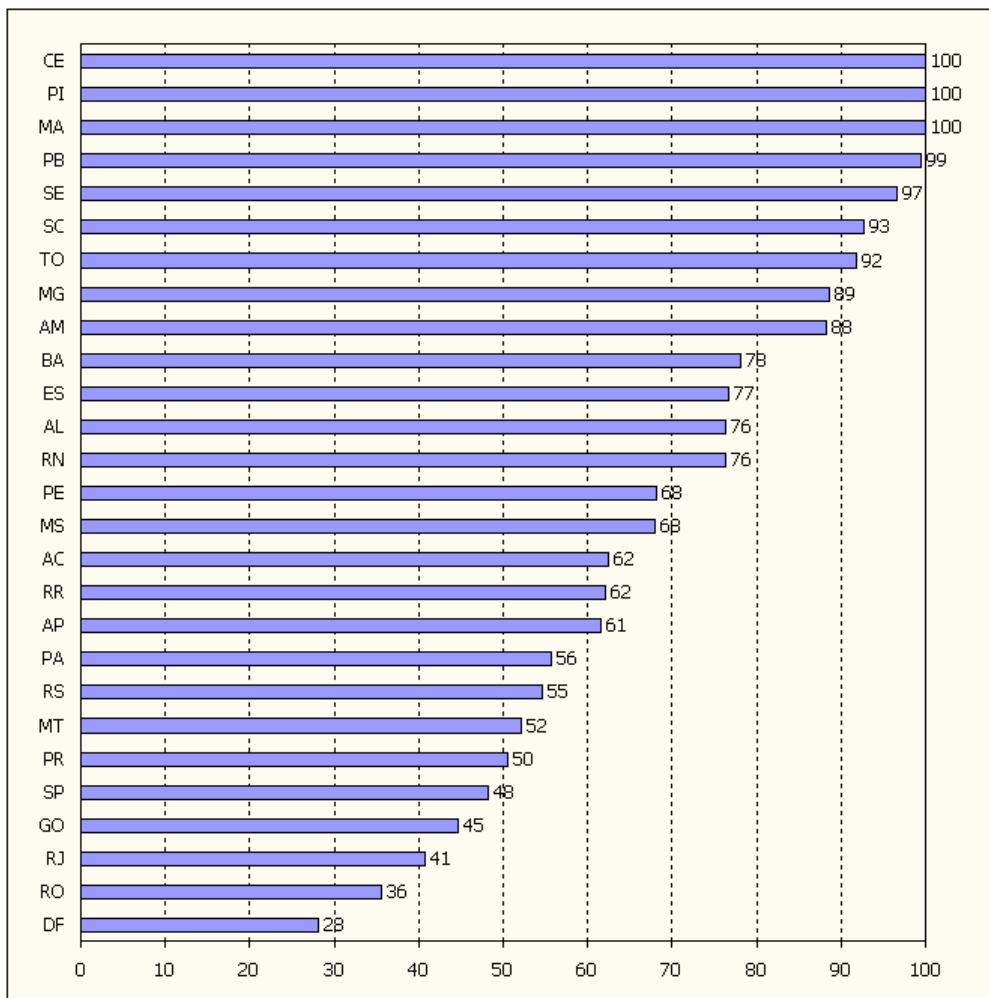
Em relação à eficácia, ainda de acordo com a tabela 4, são eficazes (insumo x resultado) CE, PI e MA, todos da Região Nordeste. Sob a ótica do insumo, a pior colocação pertence ao DF, com um valor de 0,26. Em outras palavras: seu desempenho de insumo é de apenas 26%, ou seja, com apenas 26% do seu presente insumo, o governo do DF poderia ofertar a quantidade atual de produtos/serviços na Segurança Pública. Há um desperdício de 74% nos recursos aplicados nessa função pelo governo DF. O RS ocupa a 14ª posição com um desempenho de insumo de 0,64 ou 64%.

FIG. 16 Percentual de aproveitamento no insumo da função Segurança Pública em relação à eficácia (2005)



A figura 16 apresenta os percentuais de aproveitamento do insumo na função Segurança Pública para cada uma das unidades da federação. CE, PI, e MA encontram-se sobre a fronteira de desempenho máximo e, portanto, apresentam o melhor desempenho dentre as unidades. Já as três piores, em termos de desempenho, são DF, RJ e AC com aproveitamento de 26%, 39% e 43%, respectivamente.

FIG. 17 Percentual de aproveitamento no resultado da função Segurança Pública (2005)



A figura 17 apresenta os percentuais de aproveitamento de resultado na função Segurança Pública com CE, PI e MA obtendo o melhor desempenho. Os piores colocados são DF, RO e RJ com aproveitamentos de 28%, 36% e 41% respectivamente.

Nessa função, MA mostrou-se eficiente e eficaz, simultaneamente.

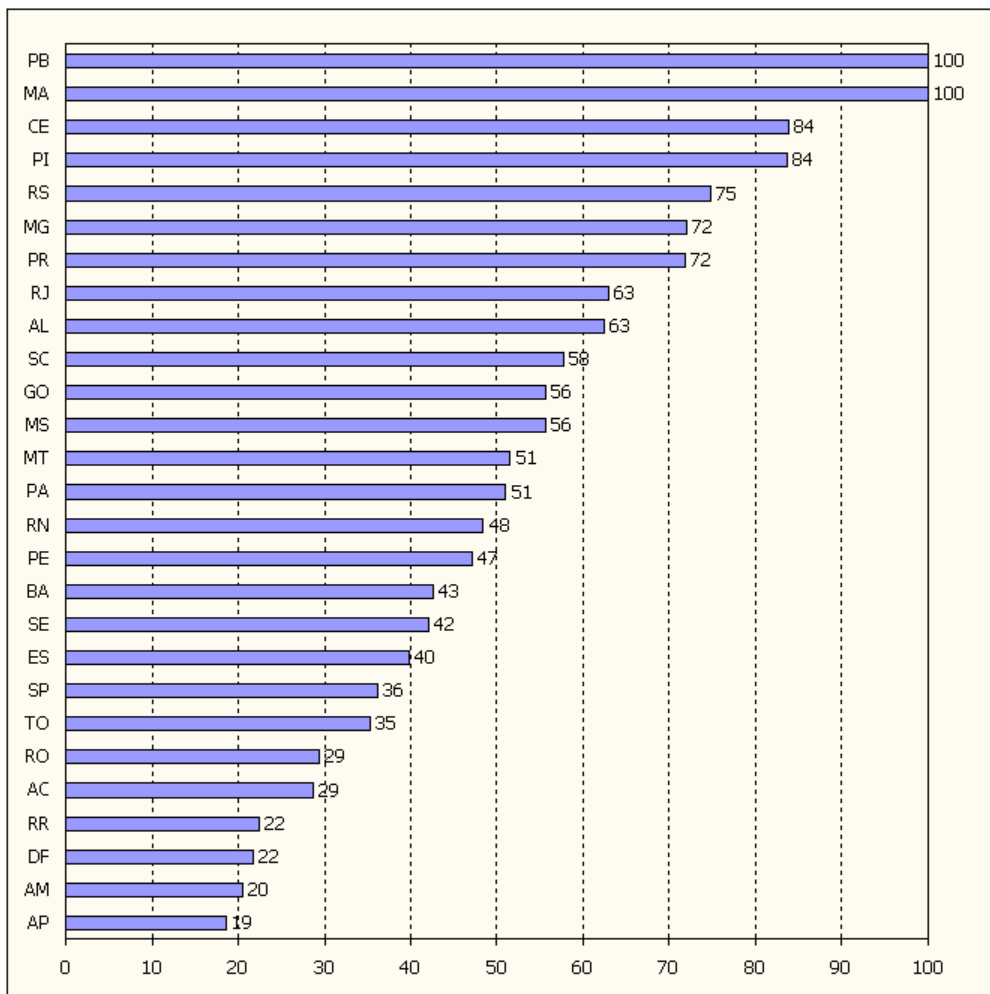
5.5 FUNÇÃO SAÚDE

TAB. 5 Eficiência e eficácia na função Saúde (2005)

FUNÇÃO SAÚDE												
REGIÃO	UF	ESCORES PADRONIZADOS			EFICIÊNCIA				EFICÁCIA			
					INSUMO		PRODUTO		INSUMO		RESULTADO	
		INSUMO	PRODUTO	RESULTADO	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING	ÍNDICE DE DESEMPENHO	RANKING
NORTE	RO	0,49	0,32	0,44	0,29	22	0,45	26	0,24	21	0,68	22
	AC	0,82	0,57	0,53	0,29	22	0,78	11	0,20	24	0,81	14
	AM	0,80	0,39	0,46	0,20	26	0,53	24	0,16	25	0,71	21
	RR	0,80	0,44	0,42	0,22	24	0,61	21	0,14	26	0,64	25
	PA	0,28	0,31	0,53	0,51	13	0,49	25	0,60	7	0,87	11
	AP	0,77	0,32	0,39	0,19	27	0,43	27	0,13	27	0,59	27
	TO	0,66	0,57	0,51	0,35	21	0,78	11	0,23	23	0,78	17
NORDESTE	MA	0,15	0,33	0,50	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	PI	0,28	0,57	0,37	0,84	3	0,90	3	0,36	18	0,61	26
	CE	0,21	0,44	0,45	0,84	3	0,83	6	0,59	8	0,78	17
	RN	0,43	0,52	0,57	0,48	15	0,73	14	0,46	14	0,89	10
	PB	0,27	0,62	0,61	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,00	1
	PE	0,38	0,45	0,51	0,47	16	0,64	20	0,40	16	0,80	15
	AL	0,30	0,47	0,49	0,63	8	0,72	17	0,47	13	0,79	16
	SE	0,38	0,39	0,56	0,42	18	0,55	23	0,51	11	0,89	10
BA	0,39	0,41	0,46	0,43	17	0,58	22	0,33	19	0,73	20	
SUDESTE	MG	0,28	0,50	0,59	0,72	6	0,80	9	0,83	4	0,97	5
	ES	0,49	0,49	0,62	0,40	19	0,68	18	0,66	6	0,97	5
	RJ	0,37	0,57	0,52	0,63	8	0,82	7	0,43	15	0,82	13
	SP	0,53	0,48	0,62	0,36	20	0,66	19	0,59	8	0,96	7
SUL	PR	0,31	0,55	0,58	0,72	6	0,84	5	0,71	5	0,94	8
	SC	0,38	0,54	0,63	0,58	10	0,78	11	1,00	1	1,00	1
	RS	0,33	0,59	0,47	0,75	5	0,88	4	0,40	16	0,75	19
CENTRO OESTE	MS	0,36	0,50	0,41	0,56	11	0,73	14	0,31	20	0,66	23
	MT	0,47	0,59	0,42	0,51	13	0,82	7	0,24	21	0,65	24
	GO	0,40	0,55	0,57	0,56	11	0,79	10	0,50	12	0,90	9
	DF	1,00	0,54	0,64	0,22	24	0,73	14	0,55	10	0,99	4

Para a função Saúde tornou-se necessário definir um ponto arbitrário (0,4; 0,7) para o traçado da fronteira de desempenho máximo. Tal fato deveu-se à distribuição das unidades da federação ao longo do plano insumo x produto, que não permitia a correta interpolação pela função de Hill. Assim, nessa função apenas dois estados, PB e MA, conforme a tabela 5, são eficientes (insumo x produto), ambos da Região Nordeste. Sob a ótica do insumo, a pior colocação pertence ao AP, com um valor de 0,19. Ou seja, com apenas 19% do seu presente insumo, o governo do AP poderia ofertar a quantidade atual de produtos/serviços. O RS ocupa a 5ª posição com um desempenho de insumo de 0,75 ou 75%.

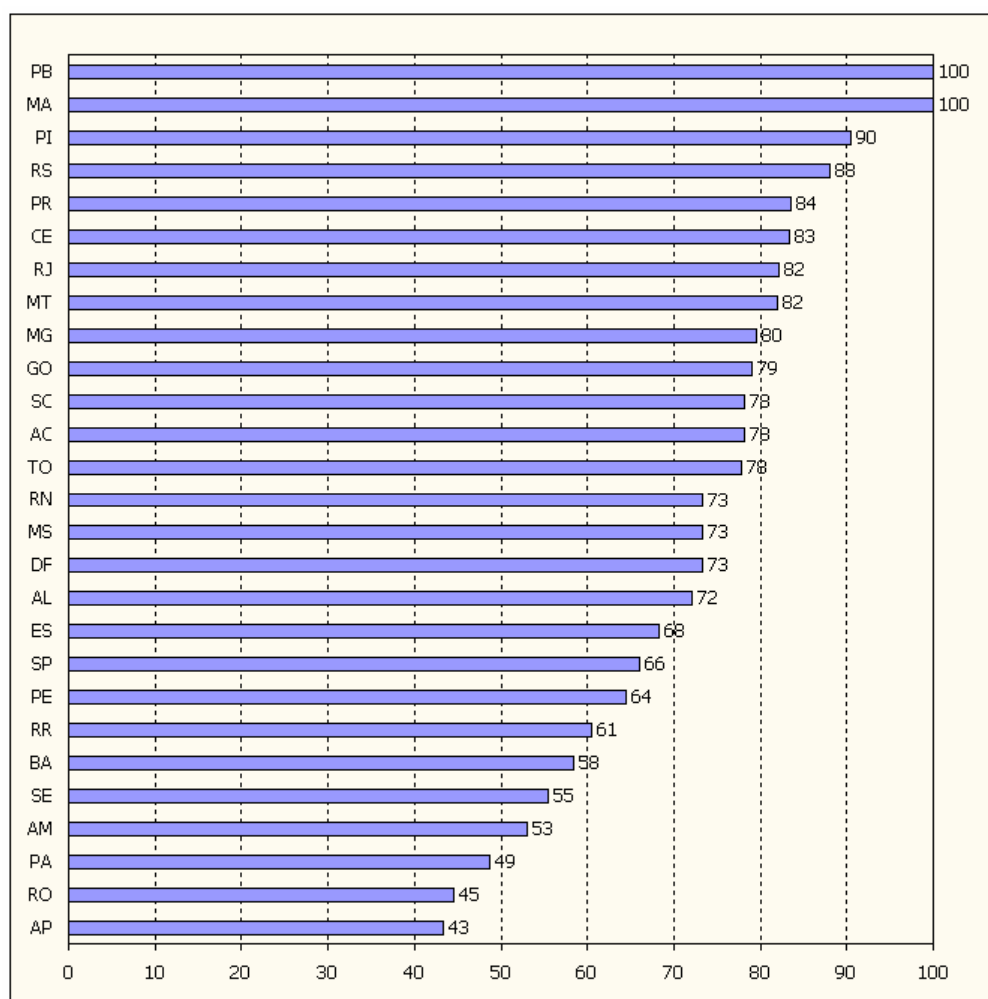
FIG. 18 Percentual de aproveitamento no insumo na função Saúde em relação à eficiência (2005)



A figura 18 apresenta os percentuais de aproveitamento do insumo na função Saúde para as unidades da federação. PB e MA encontram-se sobre a fronteira de desempenho máximo e, assim, têm o melhor desempenho. Já as quatro piores em termos de desempenho são AP, com aproveitamento de 19%, AM com 20%, além do DF e RR, ambos com 22%.

Ainda do ponto de vista da eficiência, mas sob a ótica do produto, de acordo com a tabela 5, PB e MA, por se localizarem sobre a fronteira de desempenho máximo, permanecem como as unidades com maior oferta de produtos em relação ao insumo despendido na Saúde. O pior estado é o AP, com índice de produto 0,43. Ou seja, com seu atual nível de insumo, o AP oferece 43% do esperado em termos de serviços/produtos na função Saúde. O RS aparece em 4º lugar com desempenho de produto de 0,88 ou 88%.

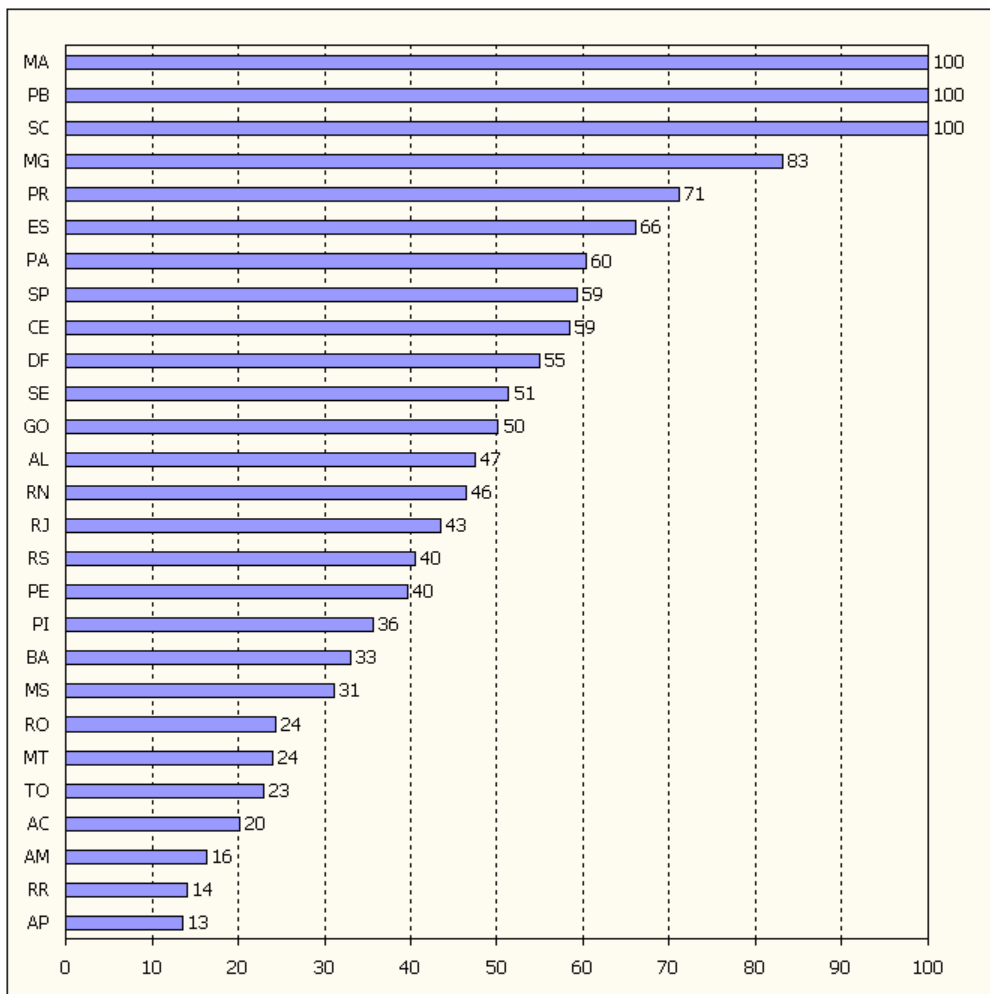
FIG. 19 Percentual de aproveitamento no produto da função Saúde (2005)



A figura 19 apresenta os percentuais de aproveitamento de produto na função Saúde. PB e MA obtêm o melhor desempenho. Os piores colocados são AP, RO e PA, todos da Região Norte, com aproveitamentos de 43%, 45%, e 49%, respectivamente. Interessante observar que o AP aparece em último lugar, tanto do ponto de vista do insumo, quanto do produto.

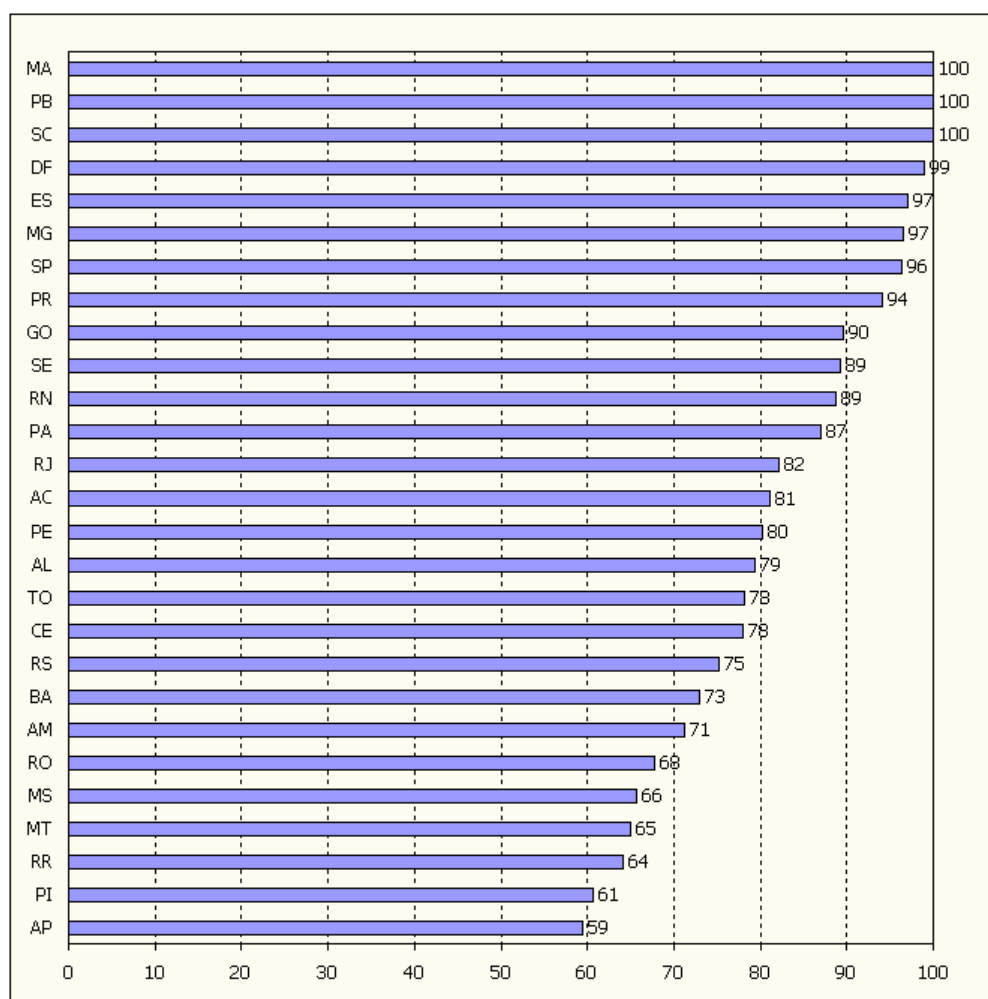
Ainda de acordo com a tabela 5, são eficazes (insumo x resultado) MA e PB da Região Nordeste e SC da Região Sul. Sob a ótica do insumo, a pior colocação, novamente pertence ao AP, com um valor de 0,13. Seu desempenho de insumo é de apenas 13%, ou seja, com apenas esse percentual do seu presente insumo, ele poderia ofertar a quantidade atual de produtos/serviços na Saúde. Ocorre um desperdício de 87% nos recursos aplicados nessa função pelo governo do AP. O RS ocupa a 16ª posição com um desempenho de insumo de 0,40 ou 40%.

FIG. 20 Percentual de aproveitamento no insumo na função Saúde em relação à eficácia (2005)



A figura 20 apresenta os percentuais de aproveitamento do insumo na função Saúde para cada uma das unidades da federação. MA, PB, e SC encontram-se sobre a fronteira de desempenho máximo e, portanto, apresentam o melhor desempenho dentre as unidades. Já as três piores, em termos de desempenho, são AP, RR e AM, todos da Região Norte, com aproveitamento de 13%, 14% e 16%, respectivamente.

FIG. 21 Percentual de aproveitamento no resultado da função Saúde (2005)



A figura 21 apresenta os percentuais de aproveitamento de resultado na função Saúde com MA, PB e SC obtendo o melhor desempenho. Os piores colocados são o AP, novamente, com 59% de aproveitamento, além de PI com 61% e RR com 64%. Novamente, o AP é o pior colocado, tanto do ponto de vista do insumo, quanto do resultado.

O RS ocupa a 19ª posição com um percentual de aproveitamento de resultado de 75%.

CAPÍTULO 6 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

6.1 FUNÇÃO JUDICIÁRIA

Em relação à eficiência, na função Judiciária, observa-se que, do ponto de vista do insumo, há dois blocos de unidades da federação com comportamentos distintos, que obtêm os melhores desempenhos: baixo insumo e baixa oferta de produtos ou elevado insumo e maior oferta de produtos. O primeiro caso é característico dos estados da Região Nordeste (MA, CE, PE, BA e AL) e o segundo, dos estados da Região Norte (RR, TO, PA e AP). Os menos eficientes são os estados das regiões Sul, Sudeste e

Centro-Oeste, exceção de GO, devido ao fato de que a oferta de produtos não é proporcional ao relativo alto insumo.

A eficiência, sob a ótica do produto, revela que os estados com maior oferta de produtos, ainda que com insumo mais elevado, apresentam melhor desempenho. É a situação dos estados da Região Norte: TO, RR, AP, PA, AC e RO, além de MS, da região Centro-Oeste. A exceção fica por conta de MA e TO, que apesar do baixo insumo, conseguem ofertar, proporcionalmente, mais produtos.

Antes de iniciar a análise dessa função, do ponto de vista da eficácia, faz-se necessária uma observação: não há informações para todas as unidades da federação. Assim, AM, RR, MA, CE, BA, PR e DF não estão contemplados na análise.

De forma geral, para essa função, as unidades da federação que obtêm melhor desempenho são aquelas que apresentam menor despesa *per capita*, tanto do ponto de vista do insumo, quanto do resultado.

É interessante, também, observar que, existe uma grande variação no desempenho individual das unidades da federação. Sob a ótica do insumo, varia de 21%, de AP e RJ, aos 100% de GO, PE e PB. Sob a ótica do resultado, o intervalo é maior ainda: 8% de AL aos 100% dos anteriormente vistos. Assim, é possível concluir que, do ponto de vista da eficácia, ou os serviços prestados pelo Judiciário nas unidades da federação variam muito em retorno e custos para a população, ou os indicadores selecionados não retratam adequadamente a sua relação custo/benefício.

6.2 FUNÇÃO LEGISLATIVA

Nessa função, em relação à eficiência (insumo x produto), deve-se considerar que o indicador de produto utilizado é o número de deputados estaduais por 100.000 habitantes. Como a Constituição vincula o número de deputados estaduais ao número de deputados federais e o número de deputados federais é proporcional à população do estado, basicamente, a eficiência na função Legislativa está relacionada ao custo do legislativo aos cofres dos estados. Assim, do ponto de vista do insumo, de forma geral, quanto menor a despesa *per capita* na função Legislativa, melhor o desempenho do estado. Sob a ótica do insumo os estados de melhor desempenho pertencem às regiões Norte e Nordeste: MA, PE, CE, BA, TO, RR, PA e AP. A exceção fica por conta de GO, da região Centro-Oeste. Os estados das regiões Sul e Sudeste têm desempenho inferior.

Sob a ótica do produto, a diferença entre os estados não é muito significativa, pelo exposto acima, acerca do número de deputados estaduais nas Assembléias Legislativas. De fato, 11 estados têm desempenho maior de 90% e, apenas quatro (MT, AM, MG e RJ), apresentam desempenho inferior a 80%.

Do ponto de vista da eficácia, não foi possível obter informações para quatro unidades: RO, MA, PI e AL. Em relação aos desempenhos dos estados, a situação é bastante semelhante à encontrada na função

Judiciária: as unidades da federação que apresentam menor despesa *per capita*, tanto do ponto de vista do insumo, são mais eficazes.

Também ocorre uma grande variação no desempenho individual das unidades da federação. Sob a ótica do insumo, varia de 14%, de RR a 100% de SE, GO e SP. Sob a ótica do resultado, o intervalo é bem maior: 4% de TO aos 100% dos anteriormente vistos. Assim, a conclusão registrada para a função Judiciária, em termos de eficácia, repete-se aqui: ou os serviços prestados pelo Legislativo nas unidades da federação variam muito em retorno e custos para a população, ou os indicadores selecionados não retratam adequadamente a sua relação custo/benefício.

6.3 FUNÇÃO EDUCAÇÃO

Em relação à eficiência, na função Educação, observa-se que sob a ótica do insumo, em geral, as unidades com melhor desempenho são aquelas que apresentam menor despesa. São os casos do RS, PA, MA, MG, PE e BA. Conforme se verifica um acréscimo no valor da despesa, a eficiência das unidades diminui. A grande exceção fica por conta de RR, que apesar de apresentar uma elevada despesa *per capita*, fica atrás apenas do DF, consegue ser bastante eficiente pela elevada oferta de produtos. A eficiência, sob a ótica do produto, como esperado, de forma geral, aumenta de acordo com o acréscimo na quantidade de produtos ofertados. São os casos de RR, RS, AP, PR, TO, AC e MS. As exceções são PA e MA, que conseguem ter bom desempenho em termos de eficiência, sob a ótica do produto, devido ao baixíssimo insumo.

Do ponto de vista da eficácia, assim como na eficiência, de forma geral, as unidades com melhor desempenho, sob a ótica do insumo, são aquelas que apresentam menor despesa. São os casos do RS, PA, MA, MG, PE e BA. As exceções são SC e PR, que apresentam uma despesa mais elevada, mas conseguem bom desempenho devido aos bons resultados alcançados. Já sob a ótica do resultado, as unidades da federação com melhor desempenho são aquelas que apresentam os melhores índices de resultado. Como exceção tem-se o PA e MA, que conseguem bom desempenho devido à baixa despesa apresentada.

6.4 FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

Na função Segurança Pública, assim como na Educação, verifica-se que sob a ótica do insumo, no geral, unidades com menor despesa são aquelas que apresentam melhor desempenho em termos de insumo. As exceções são três estados da Região Norte: RR, AC e AP, que mesmo com elevada despesa têm bom desempenho devido ao seu elevado índice de produto. Também aqui, a eficiência, sob a ótica do produto, de forma geral, aumenta de acordo com o acréscimo na quantidade de produtos ofertados. As exceções ficam por conta de CE, MA e PA que, devido as suas baixas despesas, obtêm bom desempenho.

Em relação à eficácia, sob a ótica do insumo, observa-se que o desempenho é significativamente proporcional ao tamanho da despesa: unidades com menores insumos são as mais eficientes. Sob a ótica do resultado, também ocorre o mesmo: unidades com melhor desempenho são

as que apresentam melhores índices de resultado. A exceção fica por conta do CE, com relativo baixo índice de resultado, mas com o menor índice de insumo dentre os estados.

Entretanto, vale ressaltar que, de forma geral, embora antagônica, conforme aumenta as despesas das unidades da federação em Segurança Pública os resultados diminuem. É importante levar em consideração os indicadores de resultado selecionados para essa função – taxas de homicídios, roubos, furtos e mortalidade por acidentes de trânsito refletem a quantidade de violência existente nas unidades da federação.

Assim, é mais provável que a explicação para a situação encontrada na função Segurança Pública se baseie menos em explicações econômicas e mais na Teoria do Crime.

A quantidade de violência é bem maior nas unidades da federação mais urbanizadas, com maior densidade populacional e com maiores níveis de renda. Segundo BECKER (1968), em seu estudo, que lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia, *Crime and Punishment: an Economic Approach*, a presença de alvos rentáveis favorece o aumento da criminalidade e violência. Também, FELSON & CLARKE (1998), em seu trabalho *Opportunity makes the thief*, abordam a questão de como o anonimato, presente nas grandes concentrações urbanas favorecem a propensão ao crime. Esses ambientes, propícios à ocorrência de violência e criminalidade são encontrados principalmente nos estados das regiões Sul, Sudeste e no Distrito Federal.

6.5 FUNÇÃO SAÚDE

Na função Saúde, a eficiência, sob a ótica do insumo, de forma geral, aumenta de acordo com a redução na quantidade da despesa efetuada. As exceções ficam por conta de CE, MA e PA que, devido as suas baixas despesas, obtêm bom desempenho. A eficiência, sob a ótica do produto, como esperado, de em geral, aumenta de acordo com o acréscimo na quantidade de produtos ofertados, desde que o insumo não seja muito elevado. As exceções são MA e CE, que conseguem ter bom desempenho em termos de eficiência, sob a ótica do produto, apesar de menor oferta de produtos, ao apresentarem insumo bastante baixo.

Do ponto de vista da eficácia, no geral, as unidades com melhor desempenho, sob a ótica do insumo, são aquelas que apresentam menor despesa *per capita*. São os casos do MA, PB, MG, PA e CE. As exceções são SC, ES e SP, que apresentam uma despesa mais elevada, mas conseguem bom desempenho devido aos bons resultados alcançados. Já sob a ótica do resultado, as unidades da federação com melhor desempenho são aquelas que apresentam os melhores índices de resultado. Como exceção tem-se o MA, que consegue bom desempenho devido à baixa despesa apresentada.

CAPÍTULO 7 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A utilização do modelo de *Ajuste pela Função de Hill* para realizar comparações entre as unidades da federação, segundo a classificação funcional dos orçamentos, permite avaliar o desempenho dos governos

estaduais através de seus gastos em relação à oferta de produtos e/ou serviços e os resultados das políticas públicas.

Ao verificar os resultados obtidos em cada uma das funções do orçamento analisadas, chega-se à conclusão que, de forma geral, estados com menor insumo (menor despesa *per capita*) apresentam um desempenho melhor em termos de eficiência e eficácia do gasto público. Entretanto, menor dispêndio global implica em menor oferta de produtos ou serviços e menos resultados, ocasionando menor bem-estar geral da população. O desempenho verificado para os estados da Região Nordeste são exemplos típicos dessa realidade. Os estados da região Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal, se comportam de maneira semelhante aos da região Nordeste.

Já os estados com insumo mais elevado, embora menos eficientes e eficazes, ofertam mais produtos e alcançam melhores resultados. Por conseguinte, oferecem maior bem-estar às suas populações. Como exemplos têm-se os estados das regiões Sul e Sudeste.

Para os estados da região Norte deve-se ter mais cuidado: enquanto Amazonas, Pará e Tocantins têm comportamento semelhante aos estados da região Nordeste, os demais, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima apresentam-se não eficientes e não eficazes devido ao elevado valor do insumo verificado em suas funções orçamentárias. Provavelmente este fato ocorra devido a um problema de escala em relação ao tamanho de sua população e território, além de outros fatores como o isolamento geográfico interno e externo, que contribuem para o aumento das despesas da máquina pública no esforço de ofertar os produtos e serviços necessários.

Com base nos resultados obtidos, pode-se sugerir que, nos estados das regiões Sul e Sudeste, haja uma maior descentralização da despesa efetuada através de transferências financeiras e de competência de algumas funções para os municípios ou regiões. Isto ajudaria a reduzir as despesas e manter a oferta da mesma quantidade de produtos e alcançar os mesmos ou melhores resultados. E, para os estados mais ineficientes/não eficazes da região Norte, uma re-territorialização daquelas unidades através da transferência da oferta de bens e serviços públicos diretamente pela União, até que os problemas de escala sejam superados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia utilizada para a análise da relação entre a utilização dos recursos públicos estaduais e a oferta de produtos e serviços e aos resultados obtidos pelas 27 unidades da federação brasileiras e o cenário obtido a partir da sua aplicação tornam-se ferramentas úteis para qualquer gestor público,

Obviamente, a análise dos resultados e as sugestões para a solução dos problemas devem ser interpretadas com grande cuidado, tendo em vista a possibilidade de que, para algumas funções, os indicadores selecionados tenham baixa correlação com a realidade socioeconômica da população e, sobretudo, porque existem outras variáveis que influenciam estes mesmos resultados.

Também, é importante salientar que, por vezes, podem ocorrer eventuais faltas de consistência nos dados primários, seja pela heterogeneidade do perfil socioeconômico das unidades da federação, ou pela desigual distribuição da população no território nacional. Estes fatores, individualmente ou em conjunto, podem ocasionar distorções entre a informação calculada e a realidade socioeconômica das unidades da federação. Por exemplo, vários indicadores são normalizados por 100.000 habitantes. Em unidades da federação com população rarefeita, como as da Região Norte, este fato pode gerar uma maximização ou minimização por eventos singulares.

Entretanto, o mais importante é que os governos estaduais tenham a compreensão de que o seu principal objetivo é o de oferecer condições de bem-estar crescente para seus cidadãos. Para tanto, é fundamental que os formuladores de políticas públicas utilizem criteriosamente os recursos públicos, através de uma clara definição de prioridades, buscando melhorar a relação insumo x produto e, principalmente, no acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos, que pode ser auferida através dos indicadores de resultado. Ainda mais se levando em consideração as restrições orçamentárias porque passam, atualmente, praticamente todas as unidades da federação.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, António; SCHUKNECHT, Ludger and TANZI, Vito. Public Sector Efficiency: An international comparison. ECB - Working Paper No. 242, July 2003.
- A. V. Hill, Proc. R. Soc. *141*, 104 (1938).
- BALL, Ian. New Zealand Public Sector Management. Paper presented to the 1993 NATIONAL ACCOUNTANTS IN GOVERNMENT CONVENTION, Hobart, Australia. May, 1993.
- _____. Making Ministries More Accountable: the New Zealand Experience. Paper presented to the INTERNATIONAL CONSORTIUM ON GOVERNMENTAL FINANCIAL MANAGEMENT CONFERENCE. Arlington, Virginia. October, 1993.
- BURKHEAD, J. Orçamento Público. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1971.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Evolução das finanças do Estado do Rio Grande do Sul 1967/76. Porto ALEGRE, 1978.
- _____. 25 anos de economia gaúcha: análise do setor público no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1980.
- GIACOMONI, James. Orçamento Público. Ed. Atlas. São Paulo, 1989.
- GUIMARÃES, Raymundo Ferreira. Avaliação das finanças públicas do Rio Grande do Sul período 1960-75. (não publicado)
- GUPTA, S. and VERHOEVEN M. The Efficiency of Government Expenditure - Experiences from Africa. Journal of Policy Modelling. , 23, 433-467, 2001.
- JOHNSON, David B. Public choice: an introduction to the new political economy. Bristlecone Books.
- McCULLOCH, B. W. Accounting and Management Reform in New Zealand Government. A paper prepared for the Commonwealth Secretariat Management Development Programme, October, 1992.
- McCULLOCH, B. W. and BALI, Ian. Accounting in the Context of Public Sector Management Reform, Financial Accountability & Management. 8(1) Spring, 1992. pp 7-12.
- MUSGRAVE. Richard. Teoria das finanças públicas. São Paulo, Atlas, 1973.
- SCOTT, Graham; BRUSHNELL, Peter and SALLEE, Nikitin. Reform of the Core Public Sector: New Zealand Experience. Governance. Volume 3, Number 2, April, 1990.
- PALLOT, J. Accounting and Financial Management Reforms in the New Zealand Central Government: Context and Critique. Paper for the

Commonwealth Secretariat Management Development Programme. October, 1992.

SILVA. Fernando Antonio Rezende da. Avaliação do setor público na economia. Rio de Janeiro, IPEA, 1976.

TULKENS, H. On FDH Analysis: some methodological issues and applications to retail banking, courts and urban transit. Journal of Productivity Analysis. 4, 183-210, 1993.

RUBIN, Irene S. The politics of public budgeting. 2ed. New Jersey: Chatam House Publishers.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. São Paulo: Ed. Atlas. 1994.

WILDAVSKY, Aaron. Budgeting: A comparative theory of budgetary process. Boston: Ed. Little, Brown and Company. 1975.

_____. The politics of the budgetary process. 2 ed. Boston: Ed. Little Brown and Company.

_____. The new politics of the budgetary process. 3 ed. Boston: Ed. Addison-Wesley Educational Inc.

CNT - Confederação Nacional dos Transportes - www.cnt.org.br

DataSUS - Ministério da Saúde / Secretaria Executiva - www.datasus.gov.br

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - www.dner.gov.br

DNIT - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - www.dnit.gov.br

DNRC - Departamento Nacional de Registro do Comércio - www.dnrc.gov.br

DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito - www.denatran.gov.br

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - www.embrapa.br

FJP/CEPS - Fundação João Pinheiro - Centro de Estudos Políticos e Sociais - www.fjp.gov.br

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - www.ibge.gov.br

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - www.inep.gov.br

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - www.ipea.gov.br

Ministério da Agricultura - www.agricultura.gov.br

Ministério das Cidades - www.cidades.gov.br

Ministério da Cultura - www.cultura.gov.br

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior -
www.desenvolvimento.gov.br

Ministério da Educação - www.educacao.gov.br

Ministério da Fazenda / STN -COREM - www.tesouro.fazenda.gov.br

Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública -
www.mj.gov.br

Ministério das Minas e Energia / Balanço Energético Nacional -
www.mme.gov.br

Ministério da Saúde - www.saude.gov.br

Ministério do Trabalho e Emprego - www.mte.gov.br

Ministério do Turismo / EMBRATUR - www.turismo.gov.br

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento -
www.pnud.org.br

Senado Federal / Sistema INTERLEGIS

Supremo Tribunal Federal / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário -
www.stf.gov.br

Tribunal Superior Eleitoral - www.tse.gov.br